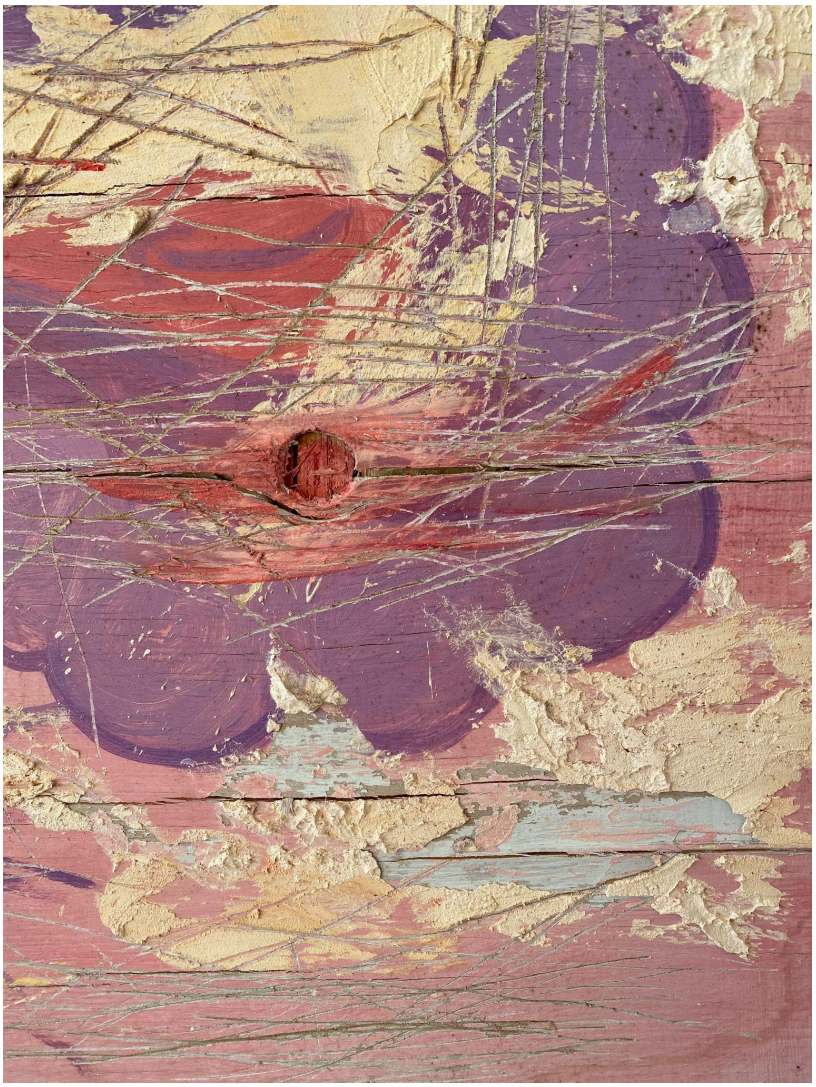
CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

VOL. 11, N.3, JUL-SET 2025



Título: Sem Título 2 - da série Poéticas Histéricas. 2023.

Autora: Paula Aschidamini. Graduanda do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Com ênfase em pesquisa na área de Arte e Visualidade. A artista trabalha com as convergências entre o processo criativo, a subjetividade e o conceito de caos como potência de subjetivação na arte. Utilizando desses conceitos, a artista propõe um campo seguro para subjetividades atravessadas pelo caos.

paulaask2008@gmail.com

(51) 9 8464-3124
http://lattes.cnpq.br/5648298851513025 ID Lattes: 5648298851513025

Sobre a obra:

Técnica: Pintura em acrílica
Suporte: Placa de madeira
Dimensão e/ou duração: 79cm x 56cm

Essa foi uma série em que busquei trabalhar com o processual e sensorial em conjunto. Os trabalhos nasceram do ritmo intuitivo e técnicas gestuais que experimentavam com as relações estabelecidas entre os materiais e os estados emocionais presentes em minha subjetividade no momento da criação.
A obra sem título de número 2 da série “Poéticas Histéricas” fala sobre minha experiência ao lidar com momentos de descontrole emocional e a busca por um espaço subjetivo que somente a arte é capaz de criar. A obra se auto-destroi dentro da sua visceralidade e confusão de elementos. Com o passar do tempo, sua própria composição decai com a efemeridade dos materiais. Na sua expressão, há a dissociação da realidade, a loucura e a violência existente em um subjetivo marcado por experiências igualmente violentas e destrutivas, que encontram na arte uma forma de existir como um segredo marcado nas obras, que só pode ser percebido através de sua visualidade. Em seu nome, a palavra “histeria” traz à tona a convergência, entre minha feminilidade e a minha própria loucura, onde através da arte, se torna possível refletir sobre qual é o espaço existente para a minha identidade - não apenas resistir, mas também prosperar. A obra foi essencial para a estruturação da minha pesquisa sobre o processo criativo e a subjetividade, quando atravessada pelo caos. Por isso, uma das minhas grandes referências são os conceitos de Rizoma e Caosmose, desenvolvidos por Félix Guattari e Gilles Deleuze. Ao utilizar desses conceitos, posso garantir maior liberdade de composição e também de leitura das obras, onde os valores tradicionais são subvertidos e o verdadeiro intuito da obra se torna apenas instigar. Sem nenhuma especificidade, os diversos elementos são expostos, mas não se propõem a levar a caminho algum, sendo o intuito, deixar que o espectador trabalhe os conceitos e faça suas próprias conexões para além da visualidade.

Créditos da arte da capa de Rita Motta da Tribo da Ilha-Florianópolis

Editorial

Gênero e Violências / Gênero e Trabalho e as resistências feministas contemporâneas

É com entusiasmo e responsabilidade que apresentamos o número 3 do volume 11 (2025) dos *Cadernos de Gênero e Diversidade,* composta por textos que, de forma crítica, analítica e sensível, abordam as múltiplas dimensões das desigualdades de gênero em suas articulações com raça, classe, sexualidade, territorialidade e institucionalidades diversas.

A capa deste número, é da artista Paula Aschidamini e faz parte da da série Poéticas Histéricas, Com esta arte damos início à parceria dos Cadernos de Gênero e Diversidade com o Curso de Artes Visuais da UFSM 2023, dando continuidade à nosso compromisso de divulgar artistas feministas.

Os artigos aqui reunidos revelam, com profundidade teórica e densidade empírica, as formas como os sistemas de opressão se articulam e se infiltram nas experiências cotidianas, nas instituições e nos corpos. Mas, sobretudo, nos mostram os caminhos possíveis — e já em curso — de resistência, reexistência e reencantamento do mundo.

Seja na **Seção Temática Gênero e Violências**, no **Dossiê Gênero e Trabalho,** na **Entrevista** ou no **Diário de Campo,** as vozes das autoras e autores ecoam reflexões profundamente comprometidas com a transformação social e a equidade de gênero, abordando desde o cotidiano de práticas de cuidado até os impasses entre maternidade e carreira.

Na **Seção Geral de Artigos,** temos contribuições que se debruçam sobre experiências e formas de resistência feminista contemporâneas.

No artigo *Brecha de gênero na indústria da música e o Girls Rock Camp como máquina de guerra,* Adrienne Pinheiro Reyes e Gabriel Sausen Feil mobilizam o pensamento de Deleuze e Guattari para propor uma leitura potente e provocativa sobre o Girls Rock Camp Brasil. A partir de um olhar ensaístico e imaginativo analisam o acampamento

musical como uma "máquina de guerra" feminista que subverte normas da indústria musical e desafia o status quo, tensiona os limites entre resistência e captura, entre transgressão e institucionalização.

No artigo *A Tecnologia de Gênero na análise de documentários: uma análise comparada de obras de Eliza Capai*, Isabela Tosta Ferreira investiga o papel das mulheres diretoras na construção de narrativas documentais, evidenciando como a abordagem feminista pode revelar perspectivas sensíveis e histórias sub-representadas. Ao explorar as contribuições de Teresa De Lauretis e seu conceito de "tecnologia de gênero", a autora analisa como Eliza Capai, nos documentários "Elize Matsunaga: Era uma vez um crime (2021) e Incompatível com a vida (2023)", constrói personagens e temas que desafiam estereótipos e ampliam o entendimento coletivo sobre as experiências humanas.

É possível conceituar o amor? E de que forma este sentimento (-verbo na concepção de bell hooks em "All About Love: New Visions") vem sendo entendido na prática da Psicologia Clínica? Mônica Gurjão Carvalho, Thainara Silva Oshiyama e Daniel Moreira Salles Herculano apresentam uma Revisão Integrativa da Literatura sobre este tema, tendo como base a obra desta teórica norte-americana do feminismo negro. Aproximando os campos da teoria feminista com a da clínica psicológica, Gurjão et al. acreditam no amor como práxis, como "uma força de transformação social". Em *Amor, cuidado e comunidade: contribuições de bell hooks para a prática da psicologia clínica,* as autoras e o autor propõem novos olhares sobre o "amar" em contraponto com o capitalismo afetivo ou a crise do amor, visando romper as barreiras do espaço terapêutico intraindividual, problematizando-o como um amor-ação ético e comprometido com o social.

Na sequência, Manoella Treis apresenta no artigo *Movimentos, Ativismo e Endometriose* uma rigorosa análise da inserção da endometriose na agenda de saúde pública brasileira. A partir do mapeamento de atores institucionais e sociais, a autora demonstra o papel estratégico de assessoras parlamentares, especialistas e do movimento Endomarcha no avanço de políticas públicas direcionadas a esta doença. Ao relatar os caminhos, desafios e esvaziamentos dessa mobilização, o artigo oferece importante contribuição à literatura sobre movimentos sociais de saúde, estudos de gênero e participação política.

Ainda na **Seção Geral de Artigos,** o coletivo formado por Luísa Horn de Castro Silveira, Simone Mainieri Paulon, Juliana Baldasso Siqueira e Helena Andrade Ew, nos leva a conhecer a Casa de Referência Mulheres Mirabal no artigo *A potência política do cuidado*. Fruto de

uma pesquisa-intervenção, o trabalho mergulha nas práticas cotidianas de cuidado, resistência e militância no espaço desta ocupação, mostrando como cuidado e militância são indissociáveis, e que os modos contra-hegemônicos de habitar e conviver que emergem nesses espaços afirmam novas formas de viver, resistir e reconstruir a cidade a partir de uma ética feminista.

A **Seção Temática Gênero e Violências** aprofunda o debate sobre como as estruturas de gênero atravessam as instituições e impactam a vida de mulheres em diferentes contextos.

Elza Beatriz Barros de Paiva, Breno de Oliveira Ferreira e Denise Machado Duran Gutierrez reuniram depoimentos de mulheres idosas que sofreram violência no âmbito familiar, entendendo como tais experiências assumem novas interfaces na velhice. O resultado pode ser lido no artigo *Violência familiar contra mulheres idosas que frequentam uma Universidade Aberta da Terceira Idade: compreensão analítica de seus discursos*. Diferentes sentidos para o tema foram atribuídos por suas colaboradoras, que verbalizaram ser a violência uma constante inevitável. Categorias como família e comunidade são abordadas aqui como lugares de convívio intergeracional e interseccional de vínculos, afetos, aprendizagens, mas também de muitos desafios e cicatrizes.

O artigo *Questões de gênero e desafios enfrentados por mulheres policiais militares no Brasil,* de Marizangela Lissandra de Oliveira, Renata Adele de Lima Nunes, Francisco Thiago Carneiro Sena, Ivanise Freitas da Silva e Raimunda Hermelinda Maia Macena, apresenta uma revisão integrativa que evidencia as barreiras estruturais e simbólicas enfrentadas por mulheres em sua atuação na Polícia Militar. Ao discutir temas como binarismo de gênero, violência institucional e desigualdade, o estudo denuncia o descompasso entre a presença crescente de mulheres na PM e a resistência institucional à implantação de políticas de equidade de gênero no interior da corporação.

Até que ponto o atendimento da Lei Maria da Penha consegue abranger as diferenças das mulheres atendidas? E quais marcadores raciais e sociais que estão à sombra da Legislação que as deveria amparar? *Ana Julia Fontes Evangelista e Roberta Sant'Anna Kafrouni* buscaram respostas a estas questões por meio do banco de dados de Periódicos Capes, com foco *n*a produção científica entre 2010 e 2022 No artigo, *A violência de gênero contra mulheres negras a partir da promulgação da Lei Maria da Penha: uma Revisão Integrativa,* mostram que apesar dos artigos reforçarem a necessidade da abordagem

interseccional no conteúdo sobre a violência contra a mulher, foi verificada uma carência nos eixos de subordinação “gênero” e “raça”, mostrando que a Lei Maria da Penha, apesar de sua importância, ainda não é eficaz para todas as mulheres.

Na sequência, o artigo de Taciana Machado Aquino Ferreira, Virgínia Alves Carrara e Maria das Dores Saraiva de Loreto, *A judicialização do cuidado de pessoas idosas no Brasil,* propõe uma reflexão contundente sobre como raça, gênero e classe atravessam as decisões judiciais envolvendo cuidado. A partir de um levantamento documental e estatístico, as autoras expõem a reprodução de desigualdades no interior do próprio sistema de justiça, questionando a crença na imparcialidade do Judiciário brasileiro que é hegemonicamente masculino e branco.

Encerrando esta seção, Meyrielle Belotti e Sabrina Helena Ferigato assinam o artigo *Interfaces entre Violência de Gênero Contra Mulheres e a Saúde Mental,* uma revisão integrativa que evidencia a relação entre experiências de violência e adoecimento psíquico. As autoras apontam para a invisibilidade da violência nos serviços de saúde e para a urgência de ações intersetoriais que promovam o cuidado integral. O texto destaca a necessidade de práticas sensíveis à interseccionalidade, para que a saúde mental das mulheres não seja reduzida à patologia, mas compreendida em suas multiplas dimensões sociopolíticas.

Na **Seção Entrevista,** Maria Ignez Silveira Paulilo compartilha, com as entrevistadoras Miriam Pillar Grossi com a colaboração de Suzana Morelo Vergara Martins Costa e Laura de Araújo Nunes Esteves, sua trajetória intelectual e política no campo dos estudos sobre mulheres rurais no qual construiu uma trajetória marcada por investigações pioneiras sobre o trabalho feminino no campo, atuando como docente nas universidades federais de Campina Grande e de Santa Catarina. Ao longo da conversa, revisita momentos significativos de sua carreira, explica o conceito do “peso do trabalho leve” que é um marco de sua produção teórica e analisa tanto os avanços políticos alcançados pelas mulheres camponesas quanto os progressos institucionais na inserção das mulheres no campo academico. A entrevista integra o projeto “Outros Olhares” do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) sobre a contribuição das mulheres na formação do curso de Ciências Sociais da UFSC, projeto premiado em 2025 no edital de vídeos sobre a Memória da Sociologia no Brasil, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) com o video *Bruxas Contemporâneas: as sociólogas da Ilha da Magia* de Barbara Michele

Amorim, Miriam Pillar Grossi, Suzana Morelo Vergara Martins Costa, Beatriz Heisecke de Almeida e Adriana Eidt.

O **Dossiê Gênero e Trabalho** inicia com dois artigos que iluminam o enfrentamento cotidiano de mulheres em profissões marcadas por desigualdades históricas no meio rural e no espaço aéreo.

O texto de Claudia Suely Barreto Ferreira e Silvia Lúcia Ferreira, *Representação e Posicionalidade no âmbito rural,* analisa o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). A partir de narrativas e desenhos de mulheres do campo, o estudo revela as complexas relações entre empoderamento, representação política e resistência ao patriarcado nas zonas rurais. Ressalta-se a potência dos movimentos sociais como espaços de agência e transformação, mesmo diante das adversidades impostas por contextos conservadores.

Já o artigo *Carreira versus maternidade: desafios vivenciados pelas pilotas de linha aérea,* de Patrícia Nazário Leal Silveira, Carolina Maria Mota-Santos e Manoel Bastos Gomes Neto, traz à tona os dilemas enfrentados por mulheres que rompem a lógica de profissões masculinizadas. Com base em entrevistas com pilotas brasileiras, o estudo discute o adiamento da maternidade, a sobrecarga emocional e a invisibilidade institucional das demandas de cuidado. A análise evidencia a necessidade urgente de políticas de suporte à conciliação entre carreira e maternidade, além de apontar como a articulação entre sexismo e racismo opera silenciosamente nas trajetórias dessas mulheres.

Na continuidade, o dossiê aborda a temática da equidade racial que se impõe como pauta urgente para empresas e sociedade, o estudo *A Gestão da Diversidade e Inclusão Racial em uma Empresa do Vale do Sinos – RS,* de Ana Carolina Kayser, Taiana Martins de Oliveira e Paola Schmitt Figueiro, lança luz sobre práticas e desafios enfrentados por organizações que buscam construir ambientes de trabalho mais inclusivos. Ao investigar a experiência de uma empresa de grande porte na região, a autora apresenta um retrato consistente das iniciativas já implementadas, das percepções dos colaboradores e das oportunidades de avanço, contribuindo de forma relevante para o fortalecimento do debate sobre diversidade, inclusão e responsabilidade social corporativa.

O **Diário de Campo** deste número é dedicado à etnografia e ao testemunho de experiências de pesquisa imersiva. Em *Educação como ponte para dignidade,* Adara Pereira da Silva nos presenteia com um

relato sensível sobre as trajetórias educacionais de mulheres trabalhadoras domésticas em Natal (RN). O texto revela como a educação é vivida como projeto de vida e instrumento de dignidade, mesmo diante das desigualdades estruturais de gênero, classe e raça. A autora mobiliza o conceito de "projeto" de Gilberto Velho e a crítica educacional de Nilma Lino Gomes para problematizar as limitações do sistema escolar diante das múltiplas jornadas que marcam a vida das mulheres pobres no Brasil.

Finalizamos este número com a **Resenha** do livro *Furia Travesti: Diccionario de la T a la T* (2021) mergulha na teoria travesti/trans latinoamericana de Marlene Wayar, psicóloga social argentina - que pensa o mundo a partir da sua própria experiência trans/travesti. O autor da resenha, Cristian Alejandro Darouiche, destaca sua contribuição no campo da linguagem em articulação com outras autoras feministas e dos Estudos Queer, pois a partir de suas vivências a autora contribui para o fortalecimento das teorias latino-americanas sobre o tema.

Por fim, agradecemos mais uma vez ao importante corpo de pareceristas que tem contribuído com os **Cadernos de Gênero e Diversidade** e, em particular à Guilherme Côrtes Ceolin, que colaborou na formatação final dos artigos deste número, Guilherme de Oliveira pela paginação e Rosa Blanca Cedillo, coordenadora do curso de Artes Visuais da Universidade Federal de Santa Maria.

Boa leitura!

Miriam Pillar Grossi - Coordenação editorial
Juliana Cavilha
Izabela Liz Schlindwein
Priscilla Gusmão
Equipe editorial dos Cadernos de Gênero e Diversidade

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Brecha de gênero na indústria da música e o Girls Rock Camp como máquina de guerra

Adrienne Pinheiro Reyes, *Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)*

Gabriel Sausen Feil, *Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)*

Resumo. A indústria da música é complexa e competitiva, e o cenário é ainda mais difícil para profissionais mulheres e de gênero dissidente. A brecha de gênero é um desafio, mas iniciativas públicas e privadas mobilizam esforços para modificar o cenário. Uma iniciativa, atuante há onze anos no país, é o Girls Rock Camp Brasil (GRCB). Destinado a meninas de sete a dezessete anos, seu objetivo é o empoderamento feminista usando a música como ferramenta por meio de práticas coletivas. Ao longo de uma semana, meninas de sete a dezessete anos formam bandas e realizam tarefas juntas; praticam um instrumento (bateria, baixo, guitarra, teclado ou voz), escrevem uma canção, ensaiam e fazem um show ao vivo; também criam nome, logotipo e figurino para o grupo. O projeto mobiliza centenas de voluntárias, e o rápido preenchimento de inscrições chama a atenção. Devido a esse potencial mobilizador e ao seu ar transgressor, esta pesquisa se concentra em analisar o GRCB e propor aproximação entre este e a máquina de guerra, conceito filosófico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), entendendo o *Camp* como uma poderosa e imaginativa forma de confrontar o status quo na indústria musical[1].

Palavras-Chave: Máquina de guerra. Indústria criativa. Indústria da música. Brecha de gênero.

[1] Este artigo é inédito, mas deriva da dissertação “Girls em devir/Rock como signo/*Camp*-máquina de guerra: produtos especulativos e questões de gênero na Indústria da Música”, de mesma autoria e mesma orientação, compartilhando com ela diversos fragmentos textuais, idênticos ou semelhantes. A dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa e pode ser encontrada na íntegra no repositório institucional.

Música, indústria e problemas de gênero

Além de um dos aspectos distintivos das culturas ao redor do mundo, a música pode ser uma manifestação artística e/ou uma demanda comercial, e faz parte de uma indústria complexa que engloba a música gravada (indústria fonográfica), o show business (ou a indústria do entretenimento, referindo-se à logística das performances ao vivo, como shows e festivais) e o licenciamento (braço que dá conta da gestão de músicas protegidas por direitos autorais e sua sincronização para uso no cinema, publicidade, video-games e outros). A soma destes braços compõe a indústria da música, e pode ser compreendida como uma indústria criativa por usar a criatividade como seu elemento gerador, essencial e distintivo, que utiliza a capacidade intelectual, criativa e artística das pessoas como insumo produtivo primordial (JAMBEIRO; FERREIRA, 2012). Segundo a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010), o entendimento do que é indústria criativa deriva da ampliação do conceito de criatividade, passando de atividades que possuem um sólido componente artístico, para atividades econômicas que produzem bens simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual. Nesse contexto, a música é considerada uma atividade *upstream* da indústria criativa*,* termo que inclui atividades culturais tradicionais (como música, dança, artes visuais); já a comunicação e o design (entre outros) são consideradas atividades *downstream,* pois possuem maior proximidade com o mercado.

A indústria da música, no Brasil e no mundo, foi profundamente transformada nas últimas três décadas em função de disrupções tecnológicas que trouxeram consigo mudanças profundas na forma como ela se organiza, como artistas produzem, distribuem e recebem pelas suas criações (MIDANI, 2015), e como profissionais de outras áreas (como das citadas comunicação e design, por exemplo) nela se inserem. As relações intrincadas entre centenas de agentes, funções e organizações tornam a indústria da música complexa e competitiva, muitas vezes dificultando a permanência de artistas independentes e outros profissionais autônomos neste setor.

A complexidade aumenta quando falamos de profissionais mulheres, que enfrentam grandes desafios para permanecer na indústria da música - o que gera a brecha de gênero, uma grande desigualdade de oportunidades de atuação para profissionais homens e mulheres no setor. Segundo pesquisa conduzida pelo Data SIM (BATISTELA et al., 2019), realizada

com mulheres atuantes neste mercado, 84% afirma ter sido discriminada no ambiente de trabalho por ser mulher, e citam assédio moral e sexual como as duas principais ocorrências e ameaças. A pesquisa aponta também que apenas cerca de 20% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. Outro número que evidencia o abismo de gênero pode ser verificado no relatório "Elas que Fazem a Música", publicado em 2020 pela UBC, União Brasileira de Compositores, organização que representa quase 60% do volume arrecadado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) em direitos autorais. O relatório indica, a partir de análise de sua própria base de dados que, do total dos valores distribuídos pela UBC em 2019 referentes aos direitos autorais, 91% foram pagos para compositores homens, e apenas 9% para mulheres (UBC, 2020). O problema é visível também na baixa representatividade feminina nos festivais brasileiros de médio e grande portes, com base em uma pesquisa conduzida de 2016 a 2018 (ARRUDA, 2019), em que a presença de bandas mistas ou formadas só por mulheres não passa da média de 20% na constituição dos *lineups*[2].

Neste contexto de discrepâncias e conflitos relacionados à questão de gênero na indústria da música, a existência de diversas iniciativas mostra que há disposição em desafiar o status quo, visando tornar a indústria da música mais igualitária e acolhedora às mulheres, uma vez que o custo financeiro, social e criativo da exclusão desta parcela de profissionais se mostra cada vez mais alto. São empresas, organizações, setores governamentais e projetos sem fins lucrativos decididos a modificar o cenário internacional e nacionalmente.

A Keychange é uma organização co-fundada pelo programa Europa Criativa, ligado a uma comissão da União Europeia responsável pelos setores cultural e criativo; o surgimento desta organização se dá em um cenário de muita pressão sobre os festivais e quem os organiza. Cada vez mais é cobrada publicamente a falta de representatividade das mulheres nos lineups, sejam artistas solo, bandas com mulheres em sua formação ou mesmo mulheres na produção dos eventos e, diante disso, quarenta festivais e cinco conferências de música da Europa e da América do Norte comprometeram-se publicamente a atingir a equidade de gênero até 2022. A paridade foi trabalhada não só nos lineups, mas também na programação paralela dos eventos e nas equipes de produção. Para colocar a proposta em prática, a organização reuniu 60 artistas, especialistas em inovação e líderes que foram a campo, nos festivais,

[2] Relação ou lista de artistas/bandas que se apresentam em um festival de música.

para conduzir oficinas e atividades que acelerassem a redução das brechas de gênero no setor (KEYCHANGE, 2021).

A América Latina também reage à situação. Após um estudo realizado pela organização chilena La Ruidosa, que analisou grandes festivais latino-americanos no México, Chile, Colômbia, Argentina e festivais de música latina nos Estados Unidos, concluiu-se que entre mais de dois mil artistas solo e grupos musicais que se apresentaram durante o primeiro semestre de 2017, 78% eram homens, 11,3% eram bandas mistas e apenas 10,6% eram artistas mulheres solo femininas ou bandas formadas exclusivamente por elas (RUIDOSA, 2019). Tais números foram ainda menores quando analisado o cenário argentino isoladamente, o que incentivou a movimentação de parlamentares deste país para a criação do projeto de lei Mercedes Sosa, proposto em 2019, que visa, entre outros, garantir o mínimo de 30% de representatividade feminina nos palcos de grandes festivais de música que lá acontecerem.

No Brasil, é possível citar iniciativas públicas e privadas que também se movimentam neste sentido, evidenciando que a questão de gênero mobiliza profissionais de diferentes regiões do país, gêneros musicais e setores dentro da indústria da música. A existência destas iniciativas de enfrentamento alimentam a esperança de ver transformações robustas na indústria da música no médio e longo prazos, entendendo o desafio não só como uma disputa econômica, que busca maior participação feminina na distribuição da renda gerada por esta indústria, mas também como parte de um campo de disputa política e simbólica:

- AmplifyHer[3]: Realizado por pessoas pesquisadoras da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com as universidades de Manchester (MMU) e de Edimburgo, conta com financiamento do programa Global Challenges Research Fund. O projeto estuda a realidade das mulheres na música brasileira, e possui também uma vertente proativa, de formação e promoção de trabalho em rede, que serve de amplificador das vozes das musicistas;
- Women's Music Event (WME[4]): Plataforma de música, negócios e tecnologia focada no protagonismo feminino, que desde 2017 promove um evento anual e uma premiação que

[3] O projeto pode ser conferido em: https://jornal.usp.br/?p=458778
[4] A plataforma pode ser conferida em: https://www.womensmusicevent.com.br/

reconhece exclusivamente a atuação de artistas e profissionais mulheres (cis/trans);

- Peitaço da Composição[5]: Acampamento exclusivamente feminino que se dedica a aplacar o machismo nas canções nativistas do Rio Grande do Sul por meio da reflexão crítica, e estimula a composição e parcerias entre artistas gaúchas. Realizou sua terceira edição em setembro de 2023;
- Girls Rock Camp Brasil[6]: Acampamento de música e empoderamento feminista para meninas e dissidências de gênero, que há onze anos é realizado em Sorocaba, São Paulo.

Durante participação voluntária da autora desta pesquisa na décima edição do Girls Rock Camp Brasil (GRCB), em janeiro de 2022 em Sorocaba, foi possível observar o potencial do projeto de movimentar centenas de campistas e voluntárias - muitas dessas, profissionais atuantes na indústria da música como artistas ou em profissões de apoio. Observou-se a comoção e o interesse popular que o projeto gera devido aos inúmeros compartilhamentos e comentários nas redes sociais, notas na imprensa e rápido esgotamento das vagas disponíveis. Incentivada também pela sua longevidade de atuação no Brasil, tal capacidade de mobilização sugeriu o GRCB como um projeto provocativo, o que motivou a realização desta pesquisa - que se debruça sobre o acampamento de rock para investigar seu potencial transgressor a partir da proposição de aproximações entre o GRCB e a máquina de guerra, conceito filosófico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997b). A pesquisa nasce, também, da expectativa de que o cenário se modifique para profissionais mulheres e de gênero dissidente (pessoas cuja identidade de gênero fogem à lógica binária homem/mulher) dentro da indústria da música no Brasil, esperançando que mais projetos-máquina-de-guerra confrontem o que está formado, gerando um outro ecossistema nesta indústria criativa.

Girls Rock Camp Brasil como atividade criativa

Feil (2019) classifica como atividades criativas aquelas que estão relacionadas a uma indústria que tem a criatividade como insumo básico

[5] O acampamento pode ser conferido em: https://www.instagram.com/peitaco_oficial/
[6] O acampamento pode ser conferido em: https://www.girlsrockcampbrasil.org/

(neste caso, a da música) , subtraídas da obrigatoriedade de um vínculo econômico/comercial. O vínculo dessas atividades com a economia não é um problema, reiterando que o que se subtrai é apenas a obrigatoriedade do mesmo. Além dessa característica, o autor avança para o questionamento: há alguma atividade humana desprovida de criatividade? Então todas as atividades humanas podem ser entendidas como atividades criativas? E responde que não, necessariamente:

> Embora toda atividade humana envolva a criatividade, (...) entende por atividade criativa apenas aquelas que, em maior ou menor grau, expressam-se como algo que busca criar sentidos, experimentar e/ou provocar, independentemente desse algo estar ou não em um contexto profissional. Em suma, toda atividade humana envolve a criatividade, mas apenas algumas são engendradas como processos ou produtos específicos para fazer diferente do que já se fez e/ou faz. É preciso diferenciar uma situação em que o indivíduo usa a criatividade para escovar os dentes usando não a mão direita, como de seu costume, mas a mão esquerda, da situação em que o indivíduo usa a criatividade para fazer uma intervenção urbana, um filme, um livro. Não há uma diferença substancial, pois a criatividade está presente em ambas as situações, mas uma diferença de grau. Mas, ora, por que então não abandonar o termo atividade criativa para a situação em que a criatividade é intensa? O termo é interessante porque, ainda que possa ser amplo demais, possibilita, justamente por conta de sua amplitude, que se possa se referir a uma atividade sem a necessidade de classificá-la como pertencente a esta ou aquela área: é artística? É filosófica? É científica? É social? É educacional? (FEIL, 2019, p. 259-260).

É possível visualizar o Girls Rock Camp Brasil na descrição acima. O GRCB é um acampamento de férias com duração de uma semana, que tem por objetivo o empoderamento feminista - e o faz por meio de oficinas musicais em práticas coletivas que incentivam a colaboração, podendo se configurar ora como atividade educacional, ora artística, ora política, ora do âmbito do lazer ou da transformação social, com o uso intenso da criatividade para a composição de músicas inéditas e criação de diversos elementos, como o nome das bandas, figurinos e cartazes, podendo ser vista, ainda, como uma atividade criativa que produz outras tantas atividades criativas em seu interior. Sobre o vínculo econômico, apesar de haver uma taxa para participação, o valor é solicitado para quem puder pagá-lo e se destina às necessidades de manutenção/subsistência do projeto, sem fins lucrativos. A partir das vagas pagas e patrocínios externos, o acampamento oferece bolsas integrais para participantes que não podem arcar com a taxa. O

acampamento é também subsidiado por doações espontâneas (recursos financeiros, equipamentos, instrumentos), realização de shows, eventos, e comércio de itens de merchandising como camisetas, bermudas, patches, broches, bolsas e adesivos.

Assim, é possível compreender o GRCB como uma atividade criativa; e quais aproximações desta com a máquina de guerra? A partir daqui, são apresentados aspectos da máquina de guerra e analisados em relação às características observadas durante participação no Girls Rock Camp Brasil.

Girls Rock Camp Brasil como máquina de guerra

Para Deleuze e Guattari (1997b), tudo é fluxo. Neste fluxo, as matérias podem diminuir ou aumentar de velocidade. Nesta diferença de velocidade, a matéria pode ser entendida como formada (geralmente quando a velocidade diminui), ou como pura matéria sem forma (geralmente quando a velocidade aumenta). Matérias desaceleradas podem ser percebidas como formas (uma guitarra, uma garrafa de whiskey; também ideias, argumentos, conceitos); já matérias aceleradas podem não ser percebidas, estando mais rápidas do que os sentidos (FEIL, 2019, p. 262), como "o lutador japonês, imóvel interminavelmente, que de súbito faz um gesto rápido demais para ser percebido" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 19). Aparelho de Estado e máquina de guerra seriam dois modos indissociáveis, irredutíveis, de lidar com este fluxo de matérias; o primeiro ao capturar, conformar, limitar e nomear; o segundo libertando, deformando, acelerando, desconstruindo, deixando um rastro, apenas, de resquícios do que foram formas. A máquina de guerra não nega o que está formado, mas também não se deixa capturar; não confronta oficialmente o que já está configurado, mas incomoda, estranha e, por vezes, torna-se insuportável, como um mosquito estridente passando perto demais do ouvido; também não busca substituir o que já está formado ou tomar-lhe o lugar para chegar ao poder (nesse caso, torna-se ela própria o Estado).

O Estado deseja ter o fluxo sob controle. Subordina essa força a condutos, canos e diques que impedem a turbulência, e impõem ao movimento a ida de determinado ponto a outro, fazendo com que o fluido dependa do sólido. Em oposição, "o modelo hidráulico da ciência nômade e da máquina de guerra consiste em se expandir por turbulência, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente todos os seus pontos" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b,

p. 29). A máquina de guerra, em seu movimento turbilhonar, provoca, fissura e trinca os canos, diques e barragens. O fluxo será sempre fluxo, mesmo sob tentativa de clausura ou encurralamento; não à toa, "qualquer encanamento precisa ser substituído um dia, qualquer dique precisa de manutenção permanente. O fluxo pode até parecer controlado, mas jamais deixa de fazer suas fissuras, suas trincas, suas dilatações" (FEIL, 2019, p. 263).

Ao ocupar um espaço, o Estado e a máquina de guerra o fazem de distintas maneiras: o Estado de forma arborescente, previsível, linear, em oposição à rizomática da máquina de guerra, com potencial de surgir em qualquer ponto sem qualquer aviso, sem início nem fim:

> Do lado dos agenciamentos nômades e das máquinas de guerra, é uma espécie de rizoma, com seus saltos, desvios, passagens subterrâneas, caules, desembocaduras, traços, buracos, etc. Mas, no outro lado, os agenciamentos sedentários e os aparelhos de Estado (...) impõem às conexões todo um regime de conjunções arborescentes (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 106-107).

A máquina de guerra não nega a existência da forma porque entende que sem forma não há o que transgredir. Sem encanamento, não há cano para romper. Já o Estado entende o fluxo, o movimento, como um problema ou um erro a ser corrigido; entende a paralisação como regra. A preocupação do Estado, portanto, é conservar (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 20).

A guerra, por sua vez, é um mecanismo contra a formação do Estado, por ser capaz de manter a dispersão, a segmentaridade. Exército e máquina de guerra, entretanto, não podem ser confundidos. O exército é como uma máquina de guerra capturada pelo Estado, e a máquina de guerra, quando apreendida, deixa de sê-lo. Desfaz-se, escapa, derrete. Como um polvo de corpo maleável que se esgueira por um pequeno buraco deixando para trás uma mancha de tinta escura, um rastro, um mero lembrete-imagem do que havia sido. Uma vez que a guerra torna o Estado impossível, certos mecanismos tendem a inibir a formação do mesmo, sendo um deles o fenômeno dos bandos que são

> grupos do tipo rizoma, por oposição ao tipo arborescente, que se concentra em órgãos de poder. É por isso que os *bandos* em geral, mesmo de bandidagem, ou de mundanidade, são metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente, o qual, ao contrário, estrutura as sociedades centralizadas (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 22, grifo nosso).

No GRCB, a primeira tarefa das campistas é formar uma banda. Em situações típicas dentro da indústria da música, uma banda se trata de um grupo de pessoas que se junta voluntariamente para fazer música (de qualquer gênero), considerando objetivos comuns de médio e longo prazos, como shows e composições. Costuma ser interessante para a banda permanecer unida pelo maior tempo possível, abrindo oportunidades para que integrantes se entrosem pessoal e profissionalmente. Os objetivos de longo prazo tendem a fazer da banda, principalmente das independentes (que não possuem uma gravadora como suporte, nem aportes financeiros robustos), uma organização cujos membros possuem tarefas além das musicais, como as gerenciais relativas à comunicação, finanças ou venda de shows. Mudanças frequentes de formação costumam ser evitadas (a não ser que isso seja explícito enquanto conceito); quando ocorre, a autoridade de membros fundadores tende a aumentar, estabelecendo uma hierarquia em relação aos novos. Uma banda, então, pode possuir cargos e um planejamento de carreira com degraus e metas lineares; costumam ser mitigados os mecanismos capazes de romper o sutil tecido de um agrupamento humano-musical. Já as bandas formadas no GRCB apresentam características que as aproxima dos bandos de meninos de Bogotá:

> Os membros do bando se reúnem e conduzem sua atividade de roubo em comum, com butim coletivo, porém logo se dispersam, não permanecem juntos para dormir e comer; por outro lado, e sobretudo, cada membro do bando está emparelhado com um, dois ou três outros membros, de modo que, em caso de desacordo com o chefe (circunstancial), não partirá só, mas arrastará consigo seus aliados cuja partida conjugada ameaça desmanchar o bando inteiro; há ainda um limite de idade difuso que faz com que, por volta dos quinze anos, deva-se abandonar o bando, obrigatoriamente desgrudar-se dele (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 20-21).

Para participar do acampamento existe um limite de idade, assim como um objetivo específico (compor e apresentar uma canção autoral/inédita) e um prazo de validade (os seis dias de atividade). As campistas começam e terminam a banda juntas, estabelecendo funções temporárias, com hierarquia difusa e responsabilidades coletivas se sobrepondo às individuais. Elas nem sempre moram na mesma cidade (fator fora de controle) e o mais comum é que o grupo se disperse após o fim do acampamento, conforme relatos de participantes das edições anteriores da atividade. Eventuais ameaças de abandono do grupo, seja

por cansaço, birra ou diversão, alimentam situações de tensão que evidenciam um questionamento de qualquer traço de hierarquia que surja, numa indisciplina característica e própria da máquina de guerra, já que o oposto está mais próximo do Estado - "a disciplina devém a característica obrigatória dos exércitos quando o Estado se apodera deles" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 22).

As bandas do GRCB não são conformadas para terem, necessariamente, continuidade após o acampamento, embora isso tampouco esteja totalmente descartado ou incentivado e dependa apenas da vontade das integrantes. No pensamento deleuze-guattariano, "a máquina de guerra é a invenção dos nômades" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 53) e o aparelho de Estado é a invenção dos sedentários. O agrupamento em bandas pode ser entendido como um organismo sedentário, que busca a conservação, e por isso estaria mais próximo do aparelho de Estado; já a organização em *bandos* se trataria de um organismo nômade, mais próximo da máquina de guerra, configurando a formação de bandos, e não bandas, uma das características que tende a aproximar o GRCB da máquina de guerra deleuze-guattariana.

Deleuze e Guattari (1997b) associam o sedentarismo ao Estado e o nomadismo à máquina de guerra, mas não se pode definir o nômade ou a máquina de guerra pelo movimento; é preciso, ao invés, considerar a velocidade; o aparelho de Estado tende a desacelerar e a máquina de guerra a acelerar as formas. Quanto ao movimento: o nômade difere do migrante, ainda, pois este último se move de um ponto a outro. Mesmo que este seja imprevisto, seu movimento acontece em função do ponto. Já a vida nômade, para Deleuze e Guattari (1997b, p. 53), é *intermezzo*. O movimento do nômade segue trajetos e também vai de um ponto a outro, não os ignora, mas não faz deles um princípio e, sim, uma consequência. Ainda que os pontos determinem trajetos, o trajeto que está entre dois pontos possui vida própria e autonomia.

Do mesmo modo, o trajeto percorrido pelo voluntariado e campistas entre o primeiro e o último dia de acampamento não ignora seu ponto final - o showcase, momento de apresentação das músicas criadas -, mas também não acontece apenas em função deste ponto. Enquanto um projeto que se dedica ao empoderamento feminista que usa a prática musical como meio, para o GRCB são as vivências coletivas, as conversas, as danças e gritos de guerra, a troca de cordas arrebentadas de uma guitarra numa quarta à tarde, uma garrafa de água que a menina de sete anos finalmente consegue abrir sozinha, as refeições ouvindo punk rock, a resolução de conflitos, os abraços e as crises de riso ou de

choro, que estebelecem uma das fontes de potência da atividade. O acampamento não se propõe a ser uma escola de música focada em técnica instrumental, nem a formar grandes virtuosas para uma apresentação impecável. O aprendizado musical e a execução instrumental são parte do trajeto, e o olho do GRCB parece preferir demorar-se sobre o processo e não sobre o resultado. Formar novas bandas, seguir estudando música, ingressar na faculdade ou no conservatório musical e profissionalizar-se na indústria da música são consequências possíveis e até desejáveis, mas o acampamento não é apenas sobre isso.

Há alteração na percepção da passagem do tempo: uma sequência de pequenos momentos memoráveis tornam os dias gigantes e cheios, mas a semana parece curta e rápida demais quando se olha em retrospecto. Como aquela sensação de passar o dia mastigando um lugar novo com olhos de turista e a exaustão indescritível ao final do dia; ao voltar para casa, a impressão de tudo ser somente um borrão na memória. A autonomia do trajeto/jornada em relação aos pontos e a sensação de aceleração da passagem do tempo são também características que podem aproximar Girls Rock Camp Brasil e máquina de guerra.

"Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 13). A teoria dos jogos parece estabelecer esta diferente natureza comparando/distinguindo o jogo de xadrez (Estado) e o go (máquina de guerra). O xadrez é um jogo de Estado, onde cada peça possui características específicas, suas, próprias e codificadas. Já os peões do go "são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 13-14).

Autonomia e autogestão surgiram no primeiro dia de treinamento do voluntariado como linhas guia, valores base para o funcionamento dos dias que viriam. Autonomia evitando hierarquia; autogestão para fazer o que precisava ser feito, independente de quem o faria. No ato da inscrição no acampamento, haviam papéis/tarefas para as quais o voluntariado poderia se autodesignar e alguns destes demandavam experiência prévia (como produção musical). Entretanto, a equipe de voluntariado foi articulada de modo que pessoas com e sem experiência trabalhassem juntas, trocando, aprendendo, compartilhando, promovendo a ideia de que qualquer pessoa poderia fazer qualquer coisa, assumindo papéis fluidos que se modificavam de acordo com a

situação, evitando categorizar ou conservar as pessoas em funções. As práticas propostas tendiam a evidenciar o nós, coletivo, e diminuir a importância individual ou da autoria única por meio de práticas como a "formiga", um método de transporte de equipamentos e instrumentos musicais que estabelece uma grande fila de pessoas do ponto A ao ponto B, com pouco espaço entre cada uma, para que seja possível alcançar/passar adiante um objeto com rapidez, otimizando a resolução da tarefa ao distribuir a responsabilidade. Numa dinâmica como essa, a subjetivação não importa. Qualquer pessoa poderia assumir a posição de outra - como um peão/pedrinha do go - e a tarefa seguiria seu curso.

O xadrez, ainda, seria uma guerra aparelhada, regrada, codificada, com frontes, retaguardas, batalhas. O go, uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento ou retaguarda; pequenas disputas independentes, exigindo estratégia pura (DELEUZE; GUATTARI, 1997b). O xadrez se ocupa em mover-se de um ponto ao outro do tabuleiro; o go se ocupa em distribuir-se num espaço aberto e cercar territórios, ao mesmo tempo em que preserva a possibilidade de surgir em qualquer ponto (rizoma), cercando territórios em disputa com as peças do adversário, territorializando e desterritorializando, capturando o território do inimigo ao surgir dentro dele.

Da mesma forma, o Girls Rock Camp Brasil se coloca em movimento; não se está lidando com um único problema específico, nomeado, classificado, com um inimigo codificado; embora se saiba que a desigualdade de gênero existe na indústria da música, cuja presença de profissionais mulheres ainda é minoritária (UBC, 2020), o enfrentamento não acontece diretamente. Uma batalha inominável, um atirar sem mirar, também, já que os efeitos que o acampamento produz são imprevisíveis, difusamente mensuráveis, mas com potencial de aparecer em pontos dentro e fora, em todos os pontos possíveis. Pela imprevisibilidade, a chance de tomar o território do inimigo (a indústria da música, o palco, a playlist, a capa da Rolling Stone, o backstage?) surgindo em pontos dentro e fora: dentro, aparelhado, ocupando posições codificadas, cargos e funções; fora, tal qual uma máquina de guerra desempenhando "funções como margear, cercar, arrebentar" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 14), acontecendo nas bordas, de fora para dentro, trazendo diferentes perspectivas e ações inesperadas, ora mulher, ora travesti, ora gênero em devir.

Tendo como mote "música e empoderamento feminista para transformação social", conforme indicado em suas redes sociais e

website[7], entende-se que os esforços do Girls Rock Camp Brasil não se endereçam apenas às questões de gênero dentro da indústria da música, mas às da sociedade em seus diversos aspectos e, por meio de suas ações, o GRCB indica que o fortalecimento individual e coletivo de mulheres e dissidências de gênero é um fator relevante por detrás de tais transformações da sociedade. A máquina de guerra, entretanto, não escolhe lados, não está interessada em consertar problemas sociais, uma vez que problemas sociais estão dentro do escopo do aparelho de Estado. Os problemas sociais pertencem ao Estado. O interesse da máquina de guerra é provocar, perturbar o que está formado sem necessariamente escolher um lado ou tremular uma bandeira, pois "a ideia de uma 'transformação' do Estado parece claramente ocidental; não obstante, a outra ideia, de uma 'destruição' do Estado, remete muito mais ao Oriente, e às condições de uma máquina de guerra" (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 62). Este é um ponto que afastaria o GRCB da máquina de guerra. Para fins de reflexão e articulação conceitual, aqui o termo *transformação* será interpretado como transgressão ou provocação.

A ênfase no feminismo como um ingrediente que gera tal transgressão desperta o interesse, pois nem *boys*, nem *kids,* nem *children* estão no nome do projeto. É enfático ao indicar em seu nome um recorte: *girls (*garotas, ou meninas, em inglês). As vagas para campistas e voluntariado são destinadas a mulheres cis e trans, meninos e homens trans e pessoas não-binárias (que não se identificam nem com o gênero masculino, nem com o feminino, ou que se identificam ora com um, ora com outro, ora algo flanante no meio). O termo *girls,* portanto, é usado para representar um escopo maior de identidades de gênero, uma vez que "todos os devires começam e passam pelo devir-mulher; é a chave dos outros devires" (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 74). É preciso, nesse caso, compreender que *devir* não é imitar algo/alguém, nem proporcionar relações formais, necessariamente.

> Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornarmos, e através das quais nos tornamos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo. Esse princípio de proximidade ou de aproximação é inteiramente particular, e não

[7] A rede social do GRCB pode ser acessada pelo link http://instagram.com/girlsrockcampbrasil/ e seu website pelo link https://www.girlsrockcampbrasil.org/.

> reintroduz analogia alguma. Ele indica o mais rigorosamente possível uma zona de vizinhança ou de copresença de uma partícula, o movimento que toma toda partícula quando entra nessa zona (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 67).

Esta *zona de vizinhança,* processo de desejo, é como um pé que intenciona cruzar a linha imaginária - a divisa/fronteira - entre territórios. Um movimento que principia e deseja a desterritorialização; e a mulher, ponto inicial para outros devires, é quem primeiro deseja o transgredir-fronteiras, quem primeiro deseja e se movimenta rumo ao desterritorializar, quem primeiro coloca em variação o contorno definido do *homem* - a manifestação do Estado, a imagem dominante, o homem branco, adulto, ocidental, racional, heterossexual, capitalista, o *falocrata* (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 72) - figura interessada na manutenção do Estado/status quo e na ideia de que é possível capturar o fluxo e conservar as formas. Uma vez que o modo de manifestação da máquina de guerra é se abrindo, turbilhonando, se espalhando como nômade pelo território, é compreensível que o GRCB não se limite à figura da mulher definida ou capturada pelo biológico mas, sim, que seja simpático às variações, desejos de transgressão dos contornos-fronteira entre os gêneros.

> Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (...) Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2016, p. 25-26).

No modo de operar do acampamento, lê-se um devir-mulher manifesto, em fluxo; vê-se, em ações, o entendimento de que gênero é culturalmente construído (e pode, portanto, ser desconstruído, reconstruído, provocado). Uma destas ações é conter no crachá recebido durante o credenciamento, com uso recomendado durante todo o período da atividade, um espaço para indicar o pronome de tratamento preferido pela pessoa portadora do mesmo, dando a entender que é a própria pessoa, em sua construção cultural, que decide e define como quer ser chamada/como se identifica, e não os outros, apenas

presumindo pelo sexo biológico. A simpatia do GRCB à presença de pessoas que compreendem gênero desse modo gera um ambiente onde se vê variação em posições normalmente ocupadas por homens, como técnicas de som, roadies[8] ou ocupando o assento da bateria.

Em um país como o Brasil que possui apenas 8% de instrumentistas mulheres (UBC, 2020), testemunhar tais posições ocupadas de modo diferente é uma provocação à comum frase “menina não pode” (ter banda, sentar de pernas abertas para tocar bateria, empunhar uma guitarra, dançar livremente no palco ou gritar no microfone); ver mulheres e dissidências de gênero ocupando tais posições emite uma mensagem de que aqueles lugares não são fixos e que qualquer pessoa pode estar no lugar que quiser.

Deleuze e Guattari (1997a) entendem que a música pode ser capaz de desencadear o devir-mulher e o devir-criança:

> Vemo-nos tomados em segmentos de devir, entre os quais podemos estabelecer uma espécie de ordem ou de progressão aparente: devir-mulher, devir-criança; devir-animal, vegetal ou mineral; devires moleculares de toda espécie, (...) Cantar ou compor, pintar, escrever não têm talvez outro objetivo: desencadear esses devires. Sobretudo a música; todo um devir-mulher, um devir-criança atravessam a música, não só no nível das vozes (a voz inglesa, a voz italiana, o contratenor, o castrato), mas no nível dos temas e dos motivos: o pequeno ritornelo, o rondo, as cenas de infância e as brincadeiras de criança. A instrumentação, a orquestração são penetradas de devires animais, devires-pássaro primeiro, mas muitos outros ainda (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p. 66).

Exercitar o canto e a composição, portanto, seria um duplo atravessamento, atravessando e sendo atravessada pela música, num desejo de se tornar a própria música, colocando-se em variação e acessando uma zona de vizinhança a partir do que se é, do que se pode ser. Cantar e compor seria criar um campo expandido de si, quase como um campo harmônico, num colocar-se em devir, atirar-se no fluxo. Neste exercício da música como um "movimento de descodificação que atravessa a máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 85), a desconstrução do binarismo dos gêneros e a abertura às suas variações imprevisíveis seria um dos fatores que tenderia a aproximar o GRCB da máquina de guerra.

---

[8] Roadie é a pessoa responsável por transportar e montar os equipamentos do palco, afinar os instrumentos, dar suporte aos músicos e musicistas e outras funções de produção durante shows e eventos musicais.

Também é possível comparar o surgimento dos diversos acampamentos ao redor do mundo com o modelo rizomático preferido pela máquina de guerra. Embora a proposta do acampamento tenha surgido na costa oeste dos Estados Unidos, em Portland, esta informação não é fundamental para a realização dos demais acampamentos, nem estes precisam se reportar àquele de nenhuma maneira. Não existe uma hierarquia para se estabelecer um acampamento de rock em determinado lugar; pode surgir em qualquer ponto do mapa, a qualquer tempo, de forma imprevisível. Embora exista uma rede internacional que reúne coletivos que mobilizam os acampamentos em diversos lugares ao redor do mundo, a participação na Girls Rock Camp Alliance[9] é voluntária e se configura como uma rede internacional de membros de organizações artísticas e de justiça social centradas na juventude, fornecendo recursos e espaço para a construção de comunidade e de um forte movimento de libertação coletiva. Tal como os peões do go, que podem surgir em qualquer ponto do tabuleiro, numa estrutura sem começo nem fim e de forma imprevisível, podem surgir os acampamentos em qualquer ponto do globo. Tal comportamento rizomático também tende a aproximar o GRCB da máquina de guerra.

Poderia ser Girls *Sertanejo* Camp, Girls *Bossa Nova* Camp ou, quem sabe, um Girls *MPB* Camp. Por que um acampamento de *Rock*, então? Na intenção de articular uma reflexão, é possível aproximar este gênero musical e a máquina de guerra quando se pensa sobre o espaço liso e o estriado:

> o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por 'traços' que se apagam e se deslocam com o trajeto. (...) O nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 55).

Pode-se entender como um espaço estriado, portanto, aquele que possui rotas demarcadas, trajetos definidos, estradas desenhadas e já percorridas, cujo traçado se mantém por manutenção frequente; tais estrias, segundo Feil (2019, p. 263), "podem ser ruas, identificadas por placas, podem ser demarcações". Já o espaço liso é como o deserto; até é possível traçar rotas e definir pontos, mas, tão logo se olha para trás, o vento terá movido a areia, as estrias terão sumido e o espaço estará liso novamente.

[9] A aliança global de acampamentos pode ser conferida em: https://www.girlsrockcampalliance.org/

O rock é um gênero que, ao longo da história, desde seu surgimento na década de 1950, assumiu muitas facetas, aumentou, diminuiu, foi engolido, regurgitado, subdividido... Beras (2015) reflete sobre o processo de fuga constante que o rock opera ao citar o movimento pendular do qual o fenômeno foi/é protagonista: ora questiona o status quo, ora se torna o status quo; ora define caminhos, ora propõe algo totalmente novo e inesperado, dançando nu e frenético pisoteando as frágeis estrias que marcavam o deserto.

> [O rock] Primeiro questiona os valores e comportamentos tradicionais a partir do sexo e da realidade cotidiana reportada em músicas e comportamentos: modos de vestir, falar, se relacionar, etc. Depois vira moda universal a ponto de alargar ao máximo sua identidade, depois fragmenta em estilos que, cada qual a sua maneira, aporta alguma crítica ao status quo vigente: hard rock, punk, e explode em críticas pessimistas ao mundo; depois vira moda de novo, absorvido pela indústria fonográfica, e depois se fragmenta. (...) Em todos esses momentos o rock surge, quer como rebeldia, quer como modismo, quer como negação da realidade, quer como alguma forma de manifestação cultural e/ou mercantil (BERAS, 2015, p. 14).

Pensar este gênero musical tão cheio de sinuosidades é ir além de sua historicidade e perceber sua atualidade enquanto comportamento social; pensá-lo não somente como algo que aconteceu e cristaliza-lo em *riffs*, timbres, formações de banda, mas pensá-lo como algo que acontece e desafia a realidade a todo momento. Ou seja, é possível enxergar "o rock'n roll como produtor de significados que desafiam a lógica tradicional de entendimento do mundo" (BERAS, 2015, p. 13).

O pensamento de Feil (2015), impulsionado por Deleuze, propõe entendimento semelhante: o rock como um signo ao modo deleuziano, signos como aquilo que não tem, em princípio, significado; são anteriores e posteriores aos sentidos estabelecidos. Nessa concepção, o signo não poderia ser confundido com o entendimento semiótico, como aquilo que já possui significado, mas sim o signo como vazio de sentido. Por ser vazio, é o que instiga a criar novos sentidos, pois algo é estranho justamente porque não se sabe o que ele significa; assim, é preciso inventar um sentido.

Se o signo é aquilo que provoca por não contar com significados/pontos estabelecidos (espaço liso), o rock, a partir da inquietação que dispara, pode ser entendido como um signo; portanto, seria possível chamar de "rock" todos aqueles movimentos ligados à música que têm como efeito a provocação/disrupção, pois fogem à

compreensão. Segundo o autor, isso poderia explicar como Ramones e Pink Floyd cabem no mesmo conceito, embora visual e sonoramente tão diferentes, pouco importando o conteúdo ou a habilidade técnica, pois o que os uniria debaixo do mesmo guarda-chuva roqueiro seria o fato de ambas terem funcionado como signos de estranhamento. A hipótese do autor é de que o rock é um signo porque provoca mudanças musicais e comportamentais a partir de movimentos ligados à música. Ou seja: é rock quando causa estranhamento e, por conta disso, reinvenção de sentidos.

Uma vez que o signo é vazio, nunca se poderia dominá-lo, tal qual uma máquina de guerra que, capturada, deixa de sê-la. O raciocínio, segundo Feil (2015), portanto, não seria: "se certo dia eu ouvi Beatles e isso mudou minha vida, basta ouvir Beatles novamente para mudá-la mais uma vez". A questão estaria em tornar-se ou manter-se sensível aos signos, de modo a captar o que ainda não foi captado. Não se trataria de achar um signo e apreendê-lo de uma vez por todas, para que ele instigasse toda vez que fosse conveniente. Signos não são identificados, mas sentidos:

> Assim, se quisermos falar de signos, não devemos nunca perguntar: 'isto é um signo?'; mas sim: 'isto mexe? Isto dispara? Isto instiga? [...]'. Nessa perspectiva, não interessa se o rock é contra a hegemonia, ou se, ao contrário, é burguês. A questão é se ele tem o potencial para causar estranhamentos, independentemente do teor ideológico que isso implica. Pouco importa, igualmente, se a música é rápida ou lenta; se o cara tem cabelo comprido ou não (FEIL, 2015, p. 39).

Beras (2015) ainda diz que o rock é um som que provoca a dança e, a partir da dança, do movimento, uma atitude perante o mundo. Vê o movimento e a atitude como núcleos centrais, pressupondo a troca, integração do grupo ou vocalista com o público, estimulando-o a sair da passividade perante os fatos; dançar seria fundamental para romper com a passividade. O rock (junto com o samba e a tropicália) são, para Hélio Oiticica, artista criador dos Parangolés[10], expressões da música, a "síntese da consequência da descoberta do corpo" (OITICICA apud BRAGA, 2017, p. 50, apud RAMIRO, p. 88):

[10] Programa estético e de ação criado pelo artista Hélio Oiticica em 1964, que identificava não só um conjunto de objetos na forma de capas, tendas ou estandartes, mas incluía também manifestações onde a música, as artes plásticas, o corpo e o espaço se encontravam (RAMIRO, 2023).

> veio como consequência da desintegração das velhas formas de manifestação artística (...) [chegando] à conclusão de q[11] não só as categorias formais de criação plástica perderam suas fronteiras e limitações (pintura, escultura, etc) como as divisões das chamadas artes também: descobri q o faço é MÚSICA e q MÚSICA não é "uma das artes" mas a síntese da consequência da descoberta do corpo: por isso o ROCK p.ex. se tornou a mais importante para minha posta em cheque dos problemas chave da criação (o SAMBA em q me iniciei veio junto com essa descoberta do corpo no início dos anos 60: PARANGOLÉ e DANÇA nasceram juntos e é impossível separar um do outro): o ROCK é a síntese planetário-fenomenal dessa descoberta do corpo q se sintetiza no novo conceito de MÚSICA como totalidade-mundo criativa em emergência hoje: JIMI HENDRIX DYLAN e os STONES são mais importantes para a compreensão plástica da criação do q qualquer pintor depois de POLLOCK.

Dança no espaço liso: o rock precisa de liberdade física e de reação corpórea quente, sem regras, sem coreografias, sem pontos estabelecidos de como fazer, adotando uma dança simbólica e literal para voltar(se) ao fluxo.

> O signo, ao instigar-nos, devolve-nos ao fluxo pré-existente. (...) A questão está, repito, em se inserir no fluxo. O rock, quando funciona como um signo, faz com que voltemos a nos mexer, com que despertemos de nossos aparentes estados de apatia e estabilidade (FEIL, 2015, p. 38).

O fato do GRCB assumir a demarcação de que uma banda de rock precisa manter a formação bateria-baixo-teclado-guitarra-vocal poderia ser considerado uma estria no território, um ponto fixo, afastando-o da máquina de guerra; entretanto, mesmo que a máquina de guerra possa preferir a transgressão, ela precisa de pelo menos uma conformação para fazê-lo. Pouca ou nenhuma experiência das campistas com os instrumentos devolve o grupo para um espaço liso - mesmo com um formato de banda preestabelecido - aberto a qualquer traçado que possa ser feito no terreno arenoso. As campistas recebem alguma instrução nas oficinas específicas dos instrumentos, mas as mentes frescas das crianças parecem livres de qualquer preconceito ou demarcação estilísticas, resultando em criações sonoras bastante variadas. Não há exigências de timbres, temas, tonalidades. O fluxo dos dias e da relação das crianças com os instrumentos foi revelando formas musicais variadas e diversas. Um rock sem rótulos?

---

[11] A grafia "q" foi mantida propositalmente em todas as suas aparições, em conformidade com o modo originalmente grafado por Oiticica.

O rock como um rótulo, em oposição ao rock como signo, relaciona-se com a "banalização de atitudes singulares" (FEIL, 2015, p. 40); relaciona-se com a paralisação do movimento (tentativa de, porque entende-se, aqui, como sugerem Deleuze e Guattari, que é impossível parar o fluxo, havendo apenas uma ilusão de que é possível), com a cristalização de formas e formatos, jeitos de vestir, tornando atitudes ora transgressoras em clichês: a rouquidão de Janis Joplin; o *corset* com seios pontiagudos de Madonna; a palavra falada de Patti Smith; os palavrões de Rita Lee; a careca de Sinead O'Connor e Grace Jones. Portanto, o que é gerado nos bandos do GRCB parece ser, sim, um rock sem rótulos; uma música cuja sequência de acordes não importa, pois se está ali pelo movimento corporal, pelo movimento coletivo, pelo *colocar-se* em movimento. Mães, pais, parentes orgulhosos gravavam suas crianças durante o showcase, mas não houve e não há uma preocupação de um "registro oficial" das músicas criadas (um fonograma, por exemplo), pois o coração da atividade é a maneira indissociável de se lidar com a música, o movimento dos corpos, o figurino, a maquiagem, a performance. Entende-se que o efeito que o GRCB causa acontece na hora, durante, enquanto, não antes e nem depois; tal característica aproxima o acampamento de uma obra-acontecimento (ROLNIK, 2011, p. 03), uma obra que acontece na expansão da sensibilidade pela ativação da experiência estética; haveria nessa situação uma pré-disposição a deixar-se afetar pelas forças que movimentam o que foi criado e pelo ambiente onde tudo é experimentado; é nesse espaço de aparente suspensão de sentidos que se realiza a obra propriamente dita.

Deleuze e Guattari (2010, p. 193) dizem que "a arte conserva, e é a única coisa no mundo que se conserva", no sentido de que, uma vez apreendida pelo material (tela, tinta), "determinado céu de uma manhã primaveril ou a pose de uma moça" (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 193) tornam-se independentes de seus modelos. O que se conserva, aqui, é um bloco de sensações, um composto de *perceptos* e *afectos*. O regime da máquina de guerra é antes o dos afectos - e este se configura como a descarga rápida da emoção, o revide sem definição, ao passo que os sentimentos são emoções configuradas, já codificadas (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p. 84). "O objetivo da arte (...) é extrair um bloco de sensações" (2010, p. 197), algumas que possuem nome, outras que são sensação pura, reações sem nome, que lhes falta conceito ou explicação. Especula-se que o referido bloco de sensações possa ter acontecido ao final do showcase (após as apresentações das bandas), onde as crianças

choravam e não sabiam dizer exatamente o porquê. A execução musical diante de um público, mas não só, fez transbordar uma torrente de sensações, algumas com nome, algumas sem. Especula-se, ainda, que o que se sustenta após o acampamento é justamente o referido bloco de sensações, um aglutinado de memórias e *coisas* sem nome, *afectos*, que aproxima o efeito do acampamento ao da máquina de guerra. Tal fenômeno pode explicar a comoção que o evento gera em pessoas que já participaram como voluntárias ou campistas (mensurado empiricamente a partir do volume de comentários e compartilhamentos observado nas redes sociais, além de depoimentos espontâneos, repetidamente, sobre o GRCB ser uma "bolha de amor"). Quando em contato com publicações nas redes sociais, o público acessa novamente, não exatamente o mesmo bloco de sensações indefinidas experimentado, mas uma memória dele, uma lembrança da sensação de estar de volta ao fluxo; espontaneamente, campistas e voluntariado de edições anteriores deixam comentários emotivos e depoimento de suas experiências em algum acampamento do passado.

A compreensão aqui é, portanto, a seguinte: o rock enquanto signo contém em si um mecanismo que o torna capaz de escapar quando apreendido e de produzir afectos - assim como a máquina de guerra. Tal proximidade poderia explicar o acampamento ser de rock (não que tivesse que ser, necessariamente, mas que explica o porquê de ser), e não de qualquer outro gênero, o que, por sua vez, aproximaria um pouco mais o acampamento de rock da máquina de guerra deleuze-guattariana.

Considerações: GRCB como atividade criativa-máquina de guerra

Lidar com a máquina de guerra é um transitar cauteloso sobre um piso úmido; uma sujeição tenso-atenta. Tentar capturá-la é como morder o ar - e a captura nunca foi a intenção desta pesquisa, que não se ocupa de positivismos, mas de reflexões; menos respostas e mais perguntas, brechas e fissuras para imaginar e provocar, como uma inflexão ensaística. E já que “escreve ensaisticamente quem compõe experimentando; quem vira e revira seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o prova e submete à reflexão” (ADORNO, 2003, p. 35), não seria estranha a esta pesquisa a proposição de um espelhamento, submetendo os acampamentos a uma aproximação com o aparelho de Estado - inclusive por ele ser irredutível à máquina de guerra. Em quais circunstâncias os acampamentos poderiam estar mais próximos ao

aparelho de Estado do que da máquina de guerra? Nas tentativas das campistas de conservar as bandas após o fim do acampamento; nos figurinos com meias arrastão, calças rasgadas, bandanas, maquiagens carregadas, jaquetas e calças de couro, saias rodadas com estampa de bolinhas, enquanto intenção de aprisionamento e reprodução de uma visualidade, já clichê, associada ao rock'n roll; no uso de clichês visuais associados aos fanzines punk para criação dos materiais de divulgação; no comportamento repetitivo de quem participa, edição após edição, em busca da reprodução do efeito catártico dos afectos; em aproximações com a política institucional partidária ao levantar bandeiras deste ou daquele candidato, como pautado nas mídias sociais do projeto. Tais aproximações podem ser, inclusive, as franjas iniciais para aprofundamento das relações entre os acampamentos e o aparelho de Estado em pesquisa futura.

O tom ensaístico desta pesquisa se mantém na medida em que também não se busca uma resposta ou resolução direta para a brecha de gênero na indústria da música. A brecha existe e muitas iniciativas se dedicam, de modos pontuais, a resolvê-la. O GRCB também lida com a brecha de gênero na indústria da música, mas o faz de modo divergente, ao modo máquina de guerra, que atira sem mirar (não sempre, mas significativas vezes). Considerando a indústria da música, pode-se especular que a pesquisa contribua para uma ampliação de perspectivas em relação aos modos de lidar com o que se apresenta como problema/desafio. O combate direto não é o favorito da máquina da guerra; com isso, pode-se aprender que a inventividade, a formulação de novas relações e a criatividade podem ser aliadas para imaginar outras abordagens, buscando uma atuação pela tangente que se proponha a *provocar*, mais do que *resolver*, e dançar com a imprevisibilidade.

O potencial de mobilização social do acampamento foi o que instigou esta pesquisa (a sensação de que *havia algo ali* para ser investigado), e a aproximação conceitual levantou elementos e relações que podem ampliar a compreensão da origem deste potencial provocativo e transgressor da atividade. Em *Girls* há o devir-mulher, que coloca em variação a figura dominante masculina; em *Rock* se encontra um signo que instiga a mexer o corpo e as estruturas; em *Camp*, uma série de mecanismos estruturais de funcionamento da atividade que tendem a aproximar o GRCB da máquina de guerra deleuze-guattariana e gerar efeitos e afectos sobre o público.

Também há *Brasil* no título da atividade, e dele se fez menção apenas à sua indústria da música. Uma vez que os acampamentos

acontecem em diversos países ao redor do mundo, explorar como esta territorialização modifica os acampamentos pode ser uma franja para futuras pesquisas em diversas áreas, podendo-se investigar os temas que surgem nas letras das canções compostas, os timbres e ritmos, os nomes das bandas, as performances e as manifestações gráficas. Outra franja deixada para futuras pesquisas é a mensuração quantitativa e qualitativa de efeitos causados pelo Girls Rock Camp no Brasil: em onze anos de atividade, quais os impactos da participação destas *girls*, sejam campistas ou voluntárias? Quantas campistas profissionalizaram-se na indústria da música? Quantos projetos acadêmicos - como este - derivaram de participações no acampamento?

Para Deleuze e Guattari (1997b), tudo é fluxo; para esta pesquisa também, pois ela não se encerra, mas flui e turbilhona, gerando outras e mais ideias mesmo depois do ponto final - entendendo que a indisciplina inquieta, própria da máquina de guerra, é força motriz da provocação.

Referências

ADORNO, Theodor W. Notas de literatura I. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ARRUDA, Thabata Lima. A presença feminina nos festivais brasileiros de 2016 a 2018. Zumbido - Publicação Digital do Selo Sesc, 05 de Julho de 2019. Disponível em <https://medium.com/zumbido/a-presença-feminina-nos-festivais-brasileiros-de-2016-a-2018-23b64f2a374>. Acesso em: 30 nov. 2020.

BATISTELA, Fabiana; GALEOTTI, Marcela; GOMES, Renata; RIBAS, Daniela. Mulheres Na Indústria Da Música No Brasil: Obstáculos, Oportunidades e Perspectivas. Núcleo de Pesquisa Sim São Paulo - Data Sim. São Paulo, 2019. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1Ia18nIk6XGTAq_V-GX6dV42Pus6DZst7/view>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BERAS, Cesar; FEIL, Gabriel Sausen. Sociologia do Rock/Cesar Beras; Gabriel Sausen Feil (Orgs.). Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/11ª ed. Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. - 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia, v. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? São Paulo: Ed. 34, 2010.

FEIL, Gabriel S. Atividade criativa-máquina de guerra: elementos constitutivos. In: BONITO, Marco; DE LIMA, Gerson; DOS SANTOS, Larissa Conceição (Org.) Comunicação em contexto de pesquisa. São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019.

_____. Comunicação e Indústria Criativa - Modos de usar. Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática. v. 16, n.32, p. 278-297, 2017.

JAMBEIRO, O.; FERREIRA, F. Compreendendo as Indústrias Criativas de Mídia: contribuições da economia política da comunicação. Revista Comunicação Midiática, v.7, n.3, 2012.

KEYCHANGE, The Movement, 2021. Disponível em: <https://www.keychange.eu/themovement/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

MIDANI, André. Do vinil ao download. 1ª. ed. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

ROCK N ROLL CAMP FOR GIRLS: Girls Rock Camp History. Disponível em: <https://girlsrockcamp.org/about/history>. Acesso em: 05, dez. 2022.

ROLNIK, Suely. Arquivo para uma obra-acontecimento. Ativação da memória corporal da poética de Lygia Clark e seu contexto. 2011. Artigo Publicado originalmente em "Projeto de ativação da memória corporal de uma trajetória artística e seu contexto". Livreto que compõe a caixa-arquivo com 53 entrevistas. São Paulo/Paris: Cinemateca Brasileira e SESC, e Carta Blanca Éditions, 2011. ISBN: 978-2-9536129-0-5. (DVD)

RAMIRO, M. Parangolé again, meu irmão. *ARS (São Paulo)*, *21*(47), 80-105. 2023.

RUIDOSA, La. ¿Cómo Ha Evolucionado La Brecha De Género En Los Escenarios De América Latina? 2019. Disponível em <https://somosruidosa.com/lee/brecha-de-genero-america-latina/?utm_sour

ce=Ruidosas&utm_campaign=b33ce69a90-EMAIL_CAMPAIGN_2019_05_08_12_17_COPY_29&utm_medium=email&utm_term=0_45c26a7b41-b33ce69a90-213902241/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

UBC - União Brasileira de Compositores. **Por Elas Que Fazem A Música: Relatório 2020.** São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.ubc.org.br/anexos/publicacoes/por-elas-que-fazem-a-musica-2020.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

Gender Gap in the Music Industry and Girls Rock Camp as a War Machine

ABSTRACT: The music industry is complex and competitive, and the scenario is even more difficult for female and gender-nonconforming professionals. The gender gap is a challenge, but public and private initiatives are mobilizing efforts to change the scenario. One initiative, active in the country for eleven years, is Girls Rock Camp Brasil (GRCB). Focused on girls aged seven to seventeen, its objective is feminist empowerment using music as a tool through collective practices. Over the course of a week, the girls form bands and perform musical and communication tasks; they practice an instrument (drums, bass, guitar, keyboard or vocals), write a song, rehearse and perform live; they also create the name, logo and costumes for the group. The project mobilizes hundreds of volunteers, and the rapid completion of registrations attracts attention. Due to this mobilizing potential and its transgressive air, this research focuses on analyzing the GRCB and proposes an approximation between it and the war machine, a philosophical concept proposed by Gilles Deleuze and Félix Guattari (1997b), understanding the Camp as a powerful and imaginative way of confronting the status quo in the music industry.

KEY-WORDS: War machine. Creative industry. Music industry. Gender gap.

Adrienne PINHEIRO REYES

Mestra em Comunicação e Indústria Criativa (UNIPAMPA, 2023); Especialista em Música (Faculdade Santa Marcelina, 2020); Graduada em Desenho Industrial - Programação Visual (UFSM, 2011).

https://orcid.org/0000-0002-2714-7630

Gabriel SAUSEN FEIL

Professor da Universidade Federal do Pampa. Doutor em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009); Mestre em Educação nas Ciências (Unijuí, 2005); Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (Unijuí, 2004).

https://orcid.org/0000-0003-3546-6874

Recebido em: 16/03/2024

Aprovado em: 10/07/2024

ISSN 2525-6904

ARTIGO

A Tecnologia de Gênero na análise de documentários

uma análise comparada de obras de Eliza Capai

Isabela Tosta Ferreira, *Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/LABJOR)*

Resumo. As mulheres diretoras desempenham um papel importante na forma como percebemos e compreendemos narrativas em documentários. A abordagem feminina posta em debate levanta possibilidades acerca de diferentes perspectivas, podendo elas tratarem de diferentes sensibilidades, trazendo à tona histórias que podem ter sido negligenciadas ou sub-representadas. Ao construírem a narrativa de documentários, as diretoras mulheres podem trazer um outro olhar sobre a construção dos personagens e histórias dos temas tratados, sejam eles homens, mulheres ou coisas. Através de suas lentes, as histórias documentadas ganham vida de maneira diferente, desafiando estereótipos e ampliando o entendimento coletivo sobre as experiências humanas. Assim, o presente artigo busca trazer as contribuições de Teresa De Lauretis, criadora do conceito de tecnologia de gênero, para analisar as produções documentais *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime* (2021) e *Incompatível com a vida* (2023), ambos da diretora brasileira Eliza Capai.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Tecnologia de gênero. Documentário. Eliza Capai.

Introdução

Joan Scott (1990) aponta que o conceito de gênero deve ser lido como uma categoria analítica no campo das ciências. Na contramão do contexto em que escrevia, em que "gênero" era uma palavra utilizada como um sinônimo para a categoria "mulher", Scott aponta que "qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens", ou seja, um implica o estudo do outro, porque gênero é uma categoria relacional. Além disso, a autora ainda aponta que a categoria "gênero" também é uma forma de "indicar 'construções culturais' - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres" (Scott, 1990, p.75).

No contexto das discussões feministas sobre gênero dos anos 60 e 70, este se apoiava muito nas diferenças sexuais, ou seja, nas questões biológicas de diferenciação entre homens e mulheres. Ao buscar a conceituação do gênero como algo relacional, Joan Scott abriu margem para um debate que foi avançado por Teresa De Lauretis, pensadora italiana. Para ela,

> poderíamos dizer que, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas, nas palavras de Foucault, 'o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais'. (De Lauretis, 1994, p. 208).

A "diferença sexual", ou, o gênero, para a autora, carrega consigo uma série de signos que moldam, *gendram*[1] , os sujeitos a se comportarem, vestirem, agirem, exercerem um papel social de acordo com um gênero, sendo o sujeito:

> [...] constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito "engendrado" não só na

[1] Na edição do texto Tecnologia de gênero publicada em 2019 pela editora Bazar do Tempo, há uma nota da tradutora do texto sobre a escolha pelo termo "gendrado", sob o significado de "marcado por especificidades de gênero" (N.T., p. 152). Essa utilização é acatada neste texto, já que segundo a tradutora, De Lauretis brinca com os termos "gendrado" e "engendrado" durante o texto no original em inglês.

> experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe; um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido.

Donna Haraway (1995) aponta a existência de saberes situados, noções de conhecimento e perspectivas que são localizadas socialmente:

> Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. De fato, levar em conta a agência dos "objetos" estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências (Haraway, 1995, p.36).

Neste sentido, a investigação de produções audiovisuais sob a ótica de gênero se mostra interessante para responder a algumas indagações: como mulheres roteiristas e diretoras lidam com as possibilidades de narrativas na produção de documentários? É possível dizer que existe um “olhar feminino” nessas produções, como discutido por Haraway acerca dos saberes localizados? Ou ainda, é possível dizer se existem diferenças de gênero nessas produções feitas por mulheres, em como elas retratam os homens e as mulheres?

Estas são as indagações que conduzirão o presente trabalho, que buscará debater as possibilidades feministas da construção de narrativas através da comparação entre dois documentários da diretora Eliza Capai, Elize Matsunaga: Era uma vez um crime, de 2021, e Incompatível com a Vida, de 2023. Capai é jornalista formada pela Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo, e documentarista premiada. A série true crime acerca do crime cometido por Elize Matsunaga foi a primeira produção brasileira do gênero, e o longa Incompatível com a Vida é sua produção mais recente, tendo sido apresentado no festival É tudo verdade, sendo premiado como Melhor Filme.

Tecnologia de gênero e o sujeito feminino

Em 1987, a autora italiana Teresa de Lauretis publicou seu livro de maior destaque, *Technologies of gender: essays on Theory, Film and Fiction*. No livro, a pesquisadora desenvolve o conceito de tecnologia de gênero, que havia começado a esmiuçar anteriormente em *Alice Doesn't: feminism, semiotics, cinema* (1984). A autora parte da conceituação de Michel Foucault de tecnologia sexual para propor que "também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema" (De Lauretis, 1994, p. 208).

Em concordância com Scott, De Lauretis aponta o gênero como uma categoria relacional, afirmando que ele:

> constrói uma relação entre uma entidade e outras entendidas previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer; assim, o gênero atribui a uma entidade, digamos a uma pessoa, certa posição dentro de uma classe, e portanto uma posição vis-à-vis outras classes pré-constituídas.[...] Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe. (De Lauretis, 1994, p.210).

A autora compreende que feminino e masculino são categorias complementares, que classificam os seres humanos num sistema de gênero, que implica em hierarquias sociais. A autora ainda aponta que "qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade", e que portanto, relaciona-se com a questão da desigualdade social (De Lauretis, 1994, p.211).

Em síntese, De Lauretis (2019, p. 124) aponta quatro preceitos acerca do gênero, que levaremos em conta para pensar os documentários em análise no presente texto:

1) Gênero é uma representação;

2) A representação de gênero é a sua construção;

3) A construção do gênero vem ocorrendo atualmente no mesmo ritmo de tempos passados, ocorrendo não só onde se

espera, como nas escolas e na mídia, mas também operando na comunidade intelectual, nas práticas artísticas e até no feminismo;

4) De forma paradoxal, a construção de gênero também se faz por meio da sua desconstrução.

De Lauretis entende o cinema como uma tecnologia de gênero, um aparato que se utiliza de ideias, técnicas, procedimentos, práticas e discursos para "produzir sujeitos que se identifiquem como homens e mulheres, meninos e meninas" (Caldeira & Paraíso, 2016, p. 758). Assim, dentro das relações de gênero, propriamente ditas, existem as tecnologias do gênero, os mecanismos pelos quais essas relações se mantêm operando, sendo reforçadas, aprendidas e reproduzidas, dentre as quais o cinema é uma delas. É pelas tecnologias de gênero que os sujeitos são "gendrados" no gênero, ou seja, são moldados pelas especificidades de gênero. Assim, o cinema ajuda a construir subjetividades, a formar pessoas em seus papéis de gênero.

Para De Lauretis, o sistema de sexo-gênero é "tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado a indivíduos dentro da sociedade" (1994, p. 212). Dessa forma, a autora conclui que a construção do gênero é "o produto e o processo tanto da representação quanto da autorrepresentação" (1994, p. 212). Em relação ao cinema, pode-se pensar nessa afirmação ao estabelecer por exemplo a relação de representação e autorrepresentação de gênero que os papéis sociais desempenham em um filme.

> [...] the dominant cinema specifies woman in a particular social and natural order, sets her up in certain positions of meaning, fixes her in a certain identification. Represented as the negative term of sexual differentiation, spectacle-fetish or specular image, in any case ob-scene, woman is constituted as the ground of representation, the looking-glass held up to man. But, as historical individual, the female viewer is also positioned in the films of classical cinema as spectator-subject; she is thus doubly bound to that very representation which calls on her directly, engages her desire, elicits her pleasure, frames her identification, and makes her complicit in the production of (her) woman-ness. On this crucial relation of woman as constituted in representation to women as historical subjects depends at once the development of a feminist critique and the possibility of a materialist, semiotic theory of culture. For the feminist critique is a critique of culture at once from within and from

> without, in the same way in which women are both in the cinema as representation and outside the cinema as subjects of practices. It is therefore not simple numerical evidence (women hold up half of the sky) that forces any theoretical speculation on culture to hear the questions of women, but their direct critical incidence on its conditions of possibility[2] .

Ou seja, De Lauretis entende que existe uma relação entre a representação feminina no cinema e a auto representação percebida pelas mulheres que se veem refletidas nas telas, que a autora chama de espectadoras-sujeito, que se envolvem naquela representação e são envolvidas por ela ao mesmo tempo.

> Se em um momento é espelho e se reconhece na projeção e identifica-se, em outro momento ela se identifica com o olhar externo, de quem olha de longe, da câmera; e assim, a mulher é ao mesmo tempo produtora e intérprete dos significados. (Takazaki, 2021).

Este debate também está presente na *obra Alice Doesn't: Feminism, Semiotics, Cinema* (1984), anterior ao trabalho em que De Lauretis aprofunda a questão da tecnologia de gênero, e nela a autora debate a experiência feminina como expectadora do cinema. Essa ideia dialoga com o que a autora afirma ser o desafio para as feministas acerca do gênero, que é saber de sua existência, saber de suas implicações e

[2] Em tradução livre: [...] o cinema dominante especifica a mulher numa determinada ordem social e natural, coloca-a em certas posições de sentido, fixa-a numa determinada identificação. Representada como termo negativo da diferenciação sexual, espetáculo-fetiche ou imagem especular, em todo caso obscena, a mulher constitui-se como o fundamento da representação, o espelho levantado ao homem. Mas, como sujeito histórico, a espectadora também se posiciona nos filmes do cinema clássico como espectadora-sujeito; ela está, portanto, duplamente ligada àquela mesma representação que a chama diretamente, envolve seu desejo, provoca seu prazer, enquadra sua identificação e a torna cúmplice na produção de (sua) feminilidade. Desta relação crucial entre a mulher constituída na representação e as mulheres como sujeitos históricos dependem ao mesmo tempo o desenvolvimento de uma crítica feminista e a possibilidade de uma teoria materialista e semiótica da cultura. Pois a crítica feminista é uma crítica da cultura ao mesmo tempo a partir de dentro e de fora, da mesma forma como as mulheres estão tanto no cinema como representação como fora do cinema como sujeitos de práticas. Portanto, não é a simples evidência numérica (as mulheres sustentam metade do céu) que obriga qualquer especulação teórica sobre a cultura a ouvir as questões das mulheres, mas a sua incidência crítica direta nas suas condições de possibilidade.

limitações dentro da estrutura patriarcal, ou seja, perceber-se mulher, e mesmo assim dar-se conta de que estar nessa posição pode não ter fugas, pois se o gênero é relacional, mesmo as teorias feministas por vezes apoiam-se em "narrativas masculinas de gênero, presas ao contrato heterossexual" (De Lauretis, 1994, p. 236), de modo que só a crítica constante de todos os discursos a respeito do gênero,

> [...] inclusive aqueles produzidos ou promovidos como feministas, continua a ser uma parte tão vital do feminismo quanto o atual esforço para criar novos espaços de discurso, reescrever narrativas culturais e definir os termos de outra perspectiva - uma visão de "outro lugar".

A noção do "outro lugar" estabelecida pela autora se vincula ao space-off do cinema, o espaço não-visível no quadro, mas que pode ser inferido a partir do que a imagem torna visível. Para Teresa De Lauretis, o sujeito do feminismo está entre a representação do gênero, dentro e fora da "caixinha" do referencial patriarcal androcêntrico, e o que essa representação exclui, ou torna "irrepresentável", segundo ela (De Lauretis, 1994, p. 238). Para a autora, ao contrário de um movimento dialético, o sujeito do feminismo é fruto de um movimento de vai e vém de contradições, de multiplicidades e de heteronomias: de um lado, a negatividade crítica feminista, e de outro a positividade da política e das possibilidades de novas práticas nesse "outro lugar".

A tecnologia de gênero em análise fílmica

Diversas pesquisadoras e pesquisadores vêm se utilizando dos escritos de Teresa De Lauretis para pensar as questões de gênero na área do cinema, em especial o conceito de tecnologia de gênero. Isto porque se o cinema como uma tecnologia de gênero forma subjetividades, esta conceituação ajuda a entender quais subjetividades podem ser observadas em obras cinematográficas .

Takazaki (2021) analisou a lesbianidade em filmes de animação utilizando o conceito de tecnologia de gênero para ajudar a compreender uma espécie de "estado da arte" da representação de relações afetivas não heterossexuais nas animações. Takazaki entende o cinema como uma "tecnologia que constrói socialmente gêneros e sexualidades a partir

de imagens, discursos, representações e afetos". Também, a autoria aponta que, quando se trata da representação de relações afetivas não conformes, no caso aqui as lésbicas, a apropriação da tecnologia do cinema por mulheres lésbicas o torna uma tecnologia útil para contar histórias de pontos de vista mais próximos de representações mais reais dessas vivências.

Wittman (2017) analisou filmes de representação transgênero utilizando o conceito de tecnologia de gênero como fio condutor. Dentre as obras analisadas, Wittman menciona o filme Tangerine (Baker, 2015), que apesar de ter um baixo orçamento, circulou e foi bem recebido nos circuitos de festivais, tendo como duas mulheres trans tanto as personagens protagonistas quanto as atrizes que as interpretaram. Wittmann aponta que "Aqui a tecnologia de gênero claramente influenciou uma alteração no status quo" (p. 6). Isto porque, se De Lauretis entende o gênero como uma tecnologia política, e o cinema como uma tecnologia de gênero, é estabelecida uma relação na qual o filme em toda a sua existência, desde a produção até a recepção, é perpassado pelas relações de gênero, sendo impactado por elas. Conforme Wittman:

> Pode-se dizer que não é possível falar de gênero e de identidade sem falar das experiências subjetivas de composição de individualidade que estão imbricadas nas tecnologias de gênero, e nesse caso específico, no cinema. O contato com filmes e seriados mostra-se, nesse sentido, proveitoso ao estabelecer vivências semelhantes com as quais pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, possam se identificar. A representatividade, portanto, também é importante para produzir narrativas reais e ficcionais que retratem vivências diferentes e variadas (2017, p. 11).

Ainda, Vilela (2021) analisa o filme *A mulher de todos* (Sganzerla, 1969) através da ótica da tecnologia de gênero, entendendo que os filmes carregam técnica e estratégia discursivas que constroem papéis masculinos e femininos, muitas vezes subvertendo-os em relação aos costumes da época. A protagonista *Ângela Carne e Osso* simboliza, dentre várias coisas, a libertação sexual da mulher e o debate sobre as relações homoafetivas no contexto de censura da ditadura militar no Brasil. Assim, a utilização da categoria tecnologia de gênero parece ser

interessante para pensar como as relações de gênero operam quando se trata de cinema e audiovisual.

Os documentários

A fim de contextualizar a análise proposta, é útil sintetizar a narrativa das duas obras de Capai, a saber, *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime*, uma minissérie produzida e distribuída pela plataforma Netflix; e *Incompatível com a vida*, um longa-metragem autoral da diretora. A seguir, serão apresentados detalhes mais aprofundados sobre ambas as obras.

Elize Matsunaga: Era uma vez um crime

A minissérie tem início no interrogatório de Elize Matsunaga gravado pela polícia. O delegado Mauro Dias, fora de quadro, coleta as informações de Elize e pergunta "Qual seu estado civil?" Elize pensa e responde "viúva", e reflete por um longo período. Assim se dá o início desta minissérie em quatro capítulos do subgênero *true crime*. A história é centrada na entrevista gravada durante uma saída de Elize em 2019, um direito concedido aos presos em regime semiaberto. Durante seu depoimento, Elize, que nunca havia concedido uma entrevista para nenhum veículo de mídia, deixa claro que sua intenção é contar seu lado da história para sua filha, com quem está impedida de ter contato e espera que um dia tenha curiosidade e assista a minissérie.

A narrativa é dividida cronologicamente em três anos, 2012, quando o crime ocorreu, 2016, o ano do julgamento e 2019, data da primeira saída de Elize e de sua entrevista. Já as vozes, ou grupos de vozes que compõem a obra podem ser divididos entre as reportagens; os depoimentos de cerca de 20 entrevistados, sendo eles advogados, médicos, amigos e familiares envolvidos de alguma forma no ocorrido; a entrevista de Elize e algumas de suas ações durante a chamada "saidinha". As reportagens são importantes na narrativa e representam o entendimento da diretora sobre a visão da mídia e consequentemente do público na época do crime, tendo geralmente um tom sensacionalista; os depoimentos trazem ideias e fatos de ambos os lados e ajudam a costurar a história de forma a tentar trazer diferentes perspectivas, apesar de

intermediadas pelos recortes da cineasta; por fim, o depoimento de Elize é que conduz a trama do começo ao fim.

A minissérie documental mostra o histórico de abusos e humilhações que Elize sofreu durante sua vida, por ser uma mulher e por ser de origem pobre.

A obra está recheada de questões de gênero e mostra a importância destes na construção e desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade. Podemos destacar, por exemplo, falas como: “Eu nunca encontrei uma mulher que não se importasse em caçar, ou pior, que fosse comigo, nem imaginei que tivesse uma mulher assim”, fala atribuída a Marcos Matsunaga, proferida por Elize; “Eu quis esfregar minha pele até sangrar e eu achava que eu tinha culpa daquilo, eu olhava pra mim e eu sentia vergonha de ser mulher”, dita por Elize sobre um caso de abuso. (*Elize Matsunaga: Era uma vez um crime*, 2021)

Incompatível com a vida

> Na primeira vez que aplicamos este filme [em um edital], recebemos uma ligação dizendo que ele deveria ser engavetado, que não deveria ser feito. Felizmente tive força para não seguir esse conselho, para entender onde estavam os pontos de incômodo nesse conselho. Acho que nós, mulheres, ouvimos esse tipo de coisa o tempo todo: que a nossa história, a história que queremos contar, não é boa o suficiente, é menor. Se você acredita que uma história tem de ser contada, veja formas de realizar. Faça, porque é importante compartilhar e ir criando visões, sentimentos e vivências mais plurais no cinema. Estamos finalmente começando esta transformação, então que a gente siga, e siga com mais furor, com mais paixão, com mais autoestima (Capai, 2023).

Em *Incompatível com a vida*, documentário lançado em 2023, a cineasta coloca em foco uma experiência pessoal, que logo se torna coletiva, por meio de depoimentos de outras mulheres e casais que passaram pelo mesmo processo, o de gerar um feto incompatível com a vida. Trata-se da gestação de um bebê que não sobreviverá muito tempo após o nascimento, devido a alguma malformação fetal. Junto com o diagnóstico, as mães têm duas opções: gerar um bebê que morrerá após o nascimento, ou optar pelo aborto. As mulheres que optam por gerar o bebê sofrem um luto de nove meses; já as que escolhem abortar, devem

encarar um processo judicial para a concessão do aborto de forma legal e ficam a mercê da decisão de um juiz para prosseguir, ou optam por arriscar sua própria vida em um procedimento ilegal. Ambas decisões culminam em um parto de um bebê fadado à morte ou até mesmo um natimorto. O documentário expõe muitas questões de gênero que vão desde o tratamento dado a estas mulheres, por meio de médicos, juízes ou membros de sua comunidade; até os entraves legais que elas enfrentam.

A narrativa tem como personagem principal a própria diretora, mas os depoimentos constituem um papel quase tão central como o dela. As filmagens de Eliza são feitas por ela e pelo seu marido na época, de forma caseira, intimista, mas sem perda de qualidade. Já os depoimentos são de modo geral em planos clássicos de entrevista.

As produções de Eliza Capai em comparação

A partir daqui, será trazida a análise comparada entre os documentários, buscando relacioná-los com as noções de gênero e tecnologia de gênero trazidas por Teresa De Lauretis.

Gênero como representação

As produções documentais de Eliza Capai *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime* (2021) e *Incompatível com a vida* (2023) são completamente marcadas por representações de gênero. A começar pela série documental sobre Elize Matsunaga, esta apresenta uma cronologia não só do crime cometido por Elize, mas também de sua vida com a vítima, Marcos Kitano Matsunaga. A peça, dividida em 4 episódios, primeiro apresenta Elize e seus objetivos em ter concordado com estar nas frente das câmeras pela primeira vez: ela e Marcos têm uma filha, que se encontra sob guarda da família Matsunaga, e Elize deseja com a série poder contar o seu lado da história, a sua verdade. A obra passa então a fazer uma narrativa minuciosa de como ela e Marcos se conheceram, deixando para os últimos episódios revelações que trazem marcadores fortes do debate de gênero presente na obra, sobretudo a questão da prostituição. Já Incompatível com a vida se inicia doce, com vários takes da própria diretora registrando a sua gravidez em

andamento durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. As cenas iniciais são todas de reflexão sobre questões como o que é ser mulher e o que é ser mãe. Depois, vamos descobrir que se trata na verdade de um documentário sobre mais do que sobre a maternidade, sobre o luto materno, e sobre os direitos reprodutivos das mulheres no Brasil.

Dessa forma, em ambas peças está claramente colocado o papel do gênero como representação: representação do que é ser mulher, e do que uma mulher faz e deixa de fazer dentro de uma sociedade. Em ambas peças, a questão da maternidade é posta em debate: como uma mãe seria capaz de matar um pai?; como uma mãe seria capaz de abortar um filho?; que tipo de mulher aborta?; que tipo de mulher se prostitui e depois se casa com um de seus clientes?. Segundo De Lauretis, o gênero representa uma relação social, um indivíduo por meio de uma classe (2019, p.126). Assim, aqui também vemos como a categoria mulher é empregada nos dois documentários, colocando para debate as condutas femininas na sociedade brasileira e suas consequências para elas. No caso das mães dos fetos incompatíveis com a vida, o documentário consegue trazer como o ser mãe se complexifica quando o assunto é a decisão entre um aborto ou a continuação de uma gravidez que se sabe que não será sucedida para a vida dentro do útero. O entendimento do audiovisual como uma tecnologia de gênero aqui faz muito sentido, pensando também na utilização que Eliza Capai faz como diretora das suas próprias filmagens pessoais para construir uma mensagem de impacto sobre a urgência da discussão sobre o aborto legal e seguro para as mulheres brasileiras.

Ainda, a respeito dos homens representados, destaca-se a diferença entre a representação aplicada na série documental sobre o caso Elize Matsunaga e o filme Incompatível com a vida. Isto porque, no primeiro, apesar de termos Marcos Matsunaga como a vítima do crime, é quase como se a montagem da produção o estivesse colocando como o vilão da história. Ele é a vítima do crime, mas a todo momento é apontado por Elize, a protagonista do documentário, que Marcos havia mudado. Que ele a estava traindo, que ele era violento, que ele tinha sim intenções de se separar dela. O documentário parece buscar utilizar o argumento da defesa de Elize a todo momento, estabelecendo uma representação de gênero antagônica entre homem e mulher, agressor e vítima, invertendo o fato do crime.

Contudo, em *Incompatível com a vida*, os homens mostrados não se apresentam como antagonistas das mulheres. Pelo contrário, apenas são mostrados como companheiros, parceiros, também vítimas daquela situação tão fragilizante que é a gestação que não pode ser continuada. Apesar de a peça apresentar dois casos em que o homem abandonou a gestante, um deles sendo o companheiro da própria diretora, estes não parecem ser tão vilanizados quanto parece ser Marcos Matsunaga, e consequentemente sua família. Uma das mães entrevistadas relata que seu companheiro a deixou após a situação, porque a situação foi péssima para ele. Ela relata que ele se alcoolizava o tempo todo, buscando lidar com a situação, estava doente, e os dois acabaram terminando a relação. A diretora também incorporou no documentário o término do seu próprio relacionamento, também deixando claro que a perda da gestação foi o catalisador. Neste aspecto, a condução da representação masculina parece muito mais humanizante do que no caso da série sobre o caso Matsunaga.

Segundo De Lauretis, a construção do gênero é "tanto o produto quanto o processo de sua representação" (2019, p.126), assim, seria possível pensar que essa diferença pode ser explicada pelo processo distinto entre os dois documentários. O caso Matsunaga pode ser entendido como um crime passional cometido por uma mulher de origem humilde que sofreu uma série de abusos de um homem em um contexto de privilégio financeiro imenso. Já o segundo é voltado para a discussão sobre políticas públicas direcionadas aos direitos reprodutivos das mulheres, bem como aos traumas relacionados à perda repentina de uma vida ainda em gestação. Por se tratarem de mundos completamente distintos, apesar de ambos documentários terem mulheres como protagonistas e debates de gênero como discussões centrais, eles tratam de problemas distintos, sobre classes também distintas, sendo interessante perceber como a tecnologia de gênero foi utilizada em cada caso para passar uma mensagem. Falaremos mais disso mais a frente.

Representação de gênero como a sua construção

Em um mundo com grandes desigualdades, sejam elas socioeconômicas, raciais, oriundas do liberalismo burguês ou colonialismo, a construção de gênero anda em passos diferentes a depender do ponto de vista.(De Lauretis, 1994) Para boa parte da

sociedade brasileira, a visão de gênero ainda é classificatória e hierarquizada, tendo o gênero feminino certas características, ditas femininas, mais voltadas para o emocional e para o cuidado do outro, enquanto o gênero masculino representa racionalidade e liderança, a tal virilidade;(Galastro; Fonseca, [s.d.]) entretanto, em alguns nichos, a representação de gênero foi grandemente influenciada por correntes feministas, mesmo que de forma rasa, que colocam o gênero feminino como oprimido pelo masculino, pelo patriarcado.(Pieta, 2023)

Se analisarmos o público de um documentário amplamente distribuído, como é o caso de *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime*, entendemos que a visão do documentário acaba por construir o entendimento do gênero feminino como vítima do patriarcado e a visão do masculino, como opositor à mulher. Porém, sob a perspectiva do nicho atingido pelo filme *Incompatível com a vida*, a posição mais horizontal entre feminino e masculino é uma outra construção, em cima da visão já "emancipada" do público, que entende as desigualdades de gênero promovidas pelo patriarcado. É interessante observar que em ambos os casos, a diretora ressalta as diferenças de entendimento de gênero em classes sociais distintas. Na minissérie, é dito que Marcos Matsunaga apontava constantemente que Elize tinha vindo de uma situação financeira muito abaixo da dele, e tomando isso como um instrumento de poder em relação a ela. Elize conta que ele dizia frases como "Você acha que alguém da sua reputação vai encontrar um príncipe encantado? Eu conheço homem, você só vai encontrar alguém pra comer a sua boceta" e "Você acha que eu sou igual o seu pai? Eu não sou um vagabundo. Eu te tirei do lixo".

Já no longa *Incompatível com a vida*, a relação que a mãe proveniente de uma classe social mais baixa tem com seu próprio gênero parece ser permeada por ideologias cristãs, de responsabilidade total sobre a geração e criação de um filho e, portanto, um grande sentimento de culpa por ter falhado em sua "missão como mãe". Apesar de Capai ter consciência das divergências de experiências de gêneros em vivências diferentes, o filme em si parece falhar em trazer a perspectiva da mulher negra, apesar de estar consciente desta falha, como esclarecido em uma entrevista de novembro de 2023:

> Buscamos as mulheres por diferentes caminhos, incluindo maternidades e procuradorias públicas em diferentes regiões. Eu

> mesma fiquei em Recife quase um mês indo a maternidades públicas e quando víamos quem tinha recebido o laudo de incompatível com a vida só encontrávamos mulheres brancas. Naquele momento falei: "Estamos fracassando muito porque sei que a maioria dos abortos no Brasil é feito por mulheres negras, que esse é um problema ainda mais grave para elas". Foi me dando um desespero, achei que estávamos errando no método de pesquisa. Conforme fomos combinando diferentes métodos, entendi um novo lugar de crueldade do racismo, que é o fato de muitas mulheres negras nem chegarem a receber o diagnóstico. E a essas mulheres, que não fecharam um laudo, nem se oferece a possibilidade de ir à Justiça para interromper a gravidez. Elas chegam ao sétimo, oitavo, nono mês de gravidez e têm um aborto espontâneo ou um bebê prematuro que morre. Ou seja, elas não têm tempo de se preparar para aquela perda. É uma forma de racismo que me parece ainda mais subterrânea e muito cruel. E é um problema do filme, que reflete um problema do país (Capai, 2023).

De acordo com Lauretis, "a construção do gênero é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação", no caso dos documentários analisados, estamos tratando de mulheres que vivem o real, que são em parte o produto de uma construção prévia e histórica de gênero e que passam por um processo de construção, seja no caso de Elize e do público entre 2012 e 2019; pelas mulheres que jamais acharam que fariam um aborto e se viram repensando a ideia diante da realidade; ou mesmo pelo público que consome estes documentários.

A construção do gênero no mesmo ritmo de tempos passados

Teresa De Lauretis aponta que a questão de gênero é uma construção que perdura há tanto tempo através de discursos hegemônicos e institucionais, que esses discursos se reproduzem através das diferentes tecnologias de gênero, mas que é possível construir diferentes noções de gênero mesmo em meio a essa hegemonia (2019, p. 142). Evidentemente, conforme nos lembra Donna Haraway, a colocação de De Lauretis precisa ser demarcada como um saber situado, já que a autora parte de uma visão da sociedade ocidental, sendo um de seus exemplos a sociedade vitoriana. A autora não considera, por exemplo, papéis de gênero de acordo com sociedades originárias, ou mesmo com sociedades de fora da centralidade do capitalismo europeu e estadunidense. De Lauretis está falando da construção do gênero de

acordo com o *status quo*, e pensa como podemos construir o gênero de outras formas.

Assim, apesar de a primeira vista não parecer, essa colocação nos é útil para pensar as formas pelas quais os documentários analisados pensam a construção do gênero, primeiro porque nós também experienciamos o pensamento ocidental, e segundo porque os documentários parecem querer buscar novas representações em meio à hegemonia.

Em *Elize Matsunaga*, lidamos com uma produção de altíssimo investimento, sendo a primeira série de true crime brasileira, com produção da Netflix e uma grande expectativa de retorno financeiro. Além do grande burburinho em torno do próprio caso, já que foi a primeira vez que Elize se pronunciou, a série acabou se destacando justamente por trazer uma perspectiva distinta da que até então tinha sido trabalhada pela grande mídia: o lado da Elize.

O crime foi cometido em 2012 e a série saiu em 2019. Muita coisa mudou nesse período, em especial a opinião pública acerca das questões relacionadas aos direitos das mulheres, sobretudo à violência contra a mulher. Quando confessou o crime, Elize foi condenada por toda a mídia, que expôs até seu passado como garota de programa como parte da construção do seu perfil de assassina[3] . Não é a intenção do presente artigo justificar um crime de assassinato, mas sim demonstrar como a questão de gênero influenciou o processo de Elize. Já na série documental, além de poder contar a sua versão dos fatos, Elize teve o direito de trazer a tona questões que também a colocavam no papel de vítima, e isso se deve em grande parte a essa mudança no cenário geral da opinião pública, que permitiu que um documentário de alta circulação pudesse trazer esse tipo de debate.

De maneira diferente, *Incompatível com a vida* é um documentário autoral, de muito menor circulação e alcance comparado à série de Elize. A diretora Eliza Capai o apresentou no festival *É tudo verdade (It's all true)*, levando o prêmio máximo, e o documentário consegue também trazer uma discussão que tem uma marcação

[3] Veja TERRA. Ex-prostituta, viúva de Matsunaga temia perder a guarda da filha. 8 jun 2012. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/ex-prostituta-viuva-de-matsunaga-temia-perder-a-guarda-da-filha,492ddc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

temporal, mas também de classe social. Se a narrativa construída na série de Elize Matsunaga se conecta totalmente com o contexto de ascensão das lutas femininas e feministas e pelo aumento dos debates acerca dos tema das violências contra as mulheres, Eliza Capai expõe uma questão que o movimento feminista brasileiro ainda não conseguiu superar no Brasil: o aborto legal e seguro.

É importante destacar que o tema do documentário, como diz o título, é falar de gestações onde é sabido que o feto não é compatível com a vida, ou seja, não têm expectativas de sobrevivência após o fim da gestação, havendo casos em que o feto nem mesmo consegue chegar ao fim dos nove meses.

Além de falar de maternidade, o documentário aborda a questão da decisão das mães entrevistadas, e como foram suas experiências junto aos sistemas de saúde quando chegou a hora de tomarem suas decisões. Houveram mães que receberam indicações de clínicas de aborto clandestinas, e mães que conseguiram com muito esforço passar pela burocracia dos seus planos de saúde para conseguir junto à justiça o direito de fazer o aborto legal e seguro. Houve também os casos das mães que decidiram levar a gravidez até onde fosse permitido pela natureza, cuidando de seus fetos até onde fosse possível.

De modo geral, o documentário é forte, triste e traz cenas sensibilizantes e impactantes. Além de tudo, promove uma séria discussão sobre os direitos femininos sobre os próprios corpos. Todas as mães entrevistadas tinham fetos incompatíveis com a vida, e em cada caso houve um protocolo diferente, baseado não só nas suas condições gestacionais, mas na classe social e posição social de cada mãe. O relato pessoal da diretora mostrou que ela pôde ter acesso a um aborto legal através do sistema de saúde de Portugal, país de residência de Eliza Capai no momento. Já uma das mães entrevistadas que decidiu levar a gravidez até onde o feto conseguisse, nem mesmo conseguiu se despedir de sua filha, relatando um caso lamentável de abandono e descaso num hospital público, em que ela foi deixada sozinha, sem notícias da filha após o parto. A peça mostra a mãe acarinhando as roupas que eram para a filha falecida, que ela nunca conseguiu se desfazer.

Deste modo, é possível ver o que De Lauretis entende como uma continuidade do poder dentro da sociedade, por meio do gênero, ao mesmo tempo em que admite que em alguns casos, gênero não será a categoria de maior relevância para uma análise (2019, p. 140-43). No

caso de Capai, ela pôde ter seus direitos garantidos por estar em um país onde o aborto é permitido. Não é essa a realidade das mães brasileiras entrevistadas.

A construção do gênero por meio de sua desconstrução

De Lauretis analisa em seu quarto ponto sobre a tecnologia de gênero a desconstrução do feminismo e o cuidado que se deve ter com possíveis falsas desconstruções, através de conceitos de sexo-gênero. A autora também fala sobre o chamado *space-off*, ou seja, aquilo que está fora da tela, seja a estrutura do set, as câmeras, bem como o próprio espectador. (De Lauretis, 1994)

A autora afirma ser essencial à construção do gênero, a própria desconstrução deste, incluindo aquilo que é deixado às margens dos discursos feministas hegemônicos. Sob esta perspectiva, nota-se pouca contribuição nos documentários analisados. (De Lauretis, 1994).

Na fala da jornalista Thais Nunes, na minissérie, há um questionamento presente sobre o uso de informações sobre a vida pregressa da vítima, Marcos Matsunaga.

> Normalmente as mulheres vítimas de feminicídio têm a sua conduta questionada e essa foi a primeira vez que eu vi isso na minha vida, um homem tendo a conduta dele questionada, como uma possível justificativa. Eu discordo que a vida da vítima seja vasculhada e exposta e eu voltei pra casa pensando nisso, será que o Marcos foi revitimizado? Por que se fosse o oposto, se fosse um homem sendo julgado pela morte de uma mulher, eu certamente criticaria esse tipo de estratégia (“Elize Matsunaga: Era uma vez um crime”, 2021).

Mediante a um julgamento legal, em tese, a vida pregressa da vítima não deve servir de justificativa para um crime cometido contra ela. Em sua fala, a jornalista parece tentar abrir espaço para uma possível desconstrução do feminismo, porém esta desconstrução está favorecendo um homem de classe social elevada, portanto a crítica aqui não se trata de uma crítica ao próprio feminismo e sim à forma de condução do processo judicial como um todo, que traz aspectos ilegais à côrte tanto para homens, quanto para mulheres. Outro ponto a ser

ressaltado são as visões masculinas, que parecem favorecer a mulher, mas que mascaram um entendimento do gênero feminino de forma pejorativa.

Isso aparece nas falas do delegado Mauro Dias, quando se nega a repetir as palavras de baixo calão ditas por Marcos diante de um processo legal, com a justificativa de que "há mulheres presentes", ou até as falas do promotor de justiça e do amigo de Marcos, Horácio, quando comentam sobre o fato de Marcos continuar a ter relações com garotas de programa, mesmo estando casado, e justificando o comportamento dele dizendo que "ele gostava muito de mulheres". Na fala do promotor há ainda uma outra nuance, quando ele diz "Marcos era um homem muito fiel, mas gostava muito de mulheres", aqui está implícito que o promotor julga as garotas de programa como uma categoria diferente de mulher, já que ter uma relação sexual com uma não configura traição. Aqui, gostar de mulheres claramente indica uma visão objetificada da mulher mascarada como forma de engrandecimento do gênero feminino, a fim de justificar comportamentos sexistas dos homens e manter o status quo. De modo geral, a minissérie apresenta um ponto de vista feminista mais clássico e heteronormativo, mas isso se deve majoritariamente ao tema tratado e às testemunhas em questão, que não são arbitrariamente escolhidas pela diretora, mas sim os indivíduos que fizeram parte desta história.

Em *Incompatível com a vida*, há alguma inclusão de tópicos feministas adjacentes, quando é discutida a situação do SUS em comparação com as redes privadas e o tratamento diferente que as mulheres têm nestes serviços, o que mostra a necessidade de um feminismo que contemple outras vivências. O longa traz aspectos importantíssimos da pauta feminista, mas ele em si foca mais nas relações entre as mulheres e casais que passam por esta situação versus um sistema estruturalmente machista do que em especificidades e desconstruções de gênero.

Finalmente, abordando o tópico do space-off, que também diz respeito à construção de gênero através daquilo que é deixado de fora, ou daquilo que não é colocado em foco, mas que está implícito, pode-se analisar os documentários sob a perspectiva da direção, da produção e da recepção do público.

Os dois primeiros aspectos, direção e produção estão diretamente ligados à estrutura socioeconômica que na qual a produção audiovisual

se encontra, ou seja, ao não dar espaço, por exemplo a mulheres racializadas, o audiovisual brasileiro está priorizando certos tipos de feminismo a outros, assim, o que é deixado de fora nestes aspectos são justamente as vivências feministas adjacentes.(ANCINE, 2018) Deste modo, a construção de gênero promovida pela tecnologia de gênero do audiovisual prioriza a manutenção do status quo e não sua desconstrução.

Com relação à recepção do público, pode-se comentar sobre a disponibilização destas obras para o público. A minissérie *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime* é de detenção da Netflix, plataforma que cobra por assinante e é dependente de internet para funcionar, assim, o que é deixado de fora nesta obra é o público com menor poder aquisitivo, que não poderá ter acesso a uma obra como esta, que promove uma visão feminista. Já no caso de *Incompatível com a vida*, disponível na presente data na plataforma *Mubi*, além de restringir o acesso às pessoas de baixo poder aquisitivo, restringe também o grande público, por estar disponível apenas em uma plataforma de menor porte, sem ter tido exibição ampla nos cinemas. Estes *space-offs* não são exatamente restritos a estas obras especificamente, mas sim um problema estrutural do audiovisual brasileiro (Candido et al., 2021). Percebe-se a necessidade de se dar espaço a narrativas disruptivas, que além da desconstrução do gênero, possam construir o gênero através da desconstrução do próprio feminismo hegemônico.

Conclusão

A partir do presente texto, buscamos trazer as contribuições de Teresa De Lauretis acerca do cinema como tecnologia de gênero, voltando-o para a área específica dos documentários. Pensando nas análises dos documentários selecionados, buscou-se esmiuçar a teoria proposta, bem como apontar onde as obras não foram completamente bem sucedidas em construir narrativas disruptivas e que buscassem desconstruir vieses de gênero.

Por fim, concluiu-se que não existe um “olhar feminino” generalista na obra das mulheres diretoras, mas sim uma visão do feminino que elas próprias experienciam. Assim, os documentários

analisados são o recorte de uma vivência feminina que abarca as esferas classe-raça e sexo-gênero da própria diretora, que pode ser a mesma de outras expectadoras, mas pode também não o ser. Ou seja, o feminismo é plural, amplo e mutável, assim como a experiência da relação de gênero. É possível afirmar, no entanto, que estas experiências, quando traduzidas para o audiovisual são capazes de contribuir para a construção e desconstrução da relação de gênero na sociedade.

Referências

Amorim, T. Discurso jornalístico como uma tecnologia de gênero: aproximações teóricas. Intercom, v. 420 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1170-1.pdf. Acesso em: 25 jan 2024.

ANCINE - AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA. Diversidade de Gênero e Raça nos
Longas-metragens Brasileiros Lançados em Salas de Exibição 2016. Rio de Janeiro, 2018.
https://www.gov.br/ancine/pt-br/arquivos/informe-diversidade-2016.pdf

Caldeira, Maria Carolina da Silva; PARAÍSO, Marlucy Alves. Tecnologias de gênero, dispositivo de infantilidade, antecipação da alfabetização: conflitos na produção de corpos generificados. Educação e Pesquisa, v. 42, p. 755-772, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609152282. Acesso em: 27 jan 2024.

Candido, M. R. et al. GÊNERO E RAÇA NO CINEMA BRASILEIRO. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 106, p. e3610611, 2021. https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/YNhtmqLxsbJDK5pspvV35gD/

Capai, E. “Incompatível com a vida”: um grito pessoal e político de Eliza Capai. , 23 nov. 2023. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/secoes/colunistas/incompativel-com-vida-grito-pessoal-eliza-capai

De Lauretis, T. A tecnologia do gênero. Em: Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Editora Rocco, 1994, pp. 206–242.

De Lauretis, T. A tecnologia de gênero. Em: Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019. p. 438.

Galastro, E.; Fonseca, R. M. A identidade masculina e feminina na visão dos profissionais de saúde de um serviço de saúde reprodutiva. [s.d.].

Pieta, A. P. Acesso ao feminismo: para além do que circula na internet. Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 3, p. e92243, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/dKNjzmhmtPjQpxNpZYqQLyB/?lang=pt

Sartor, A. G.; De Jesus, J. G. Diferença e diversidade: Perspectivas transfeministas na compreensão da categoria “gênero” Difference and Diversity: Transfeminist perspectives on understanding the category" gender”. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 2, p. 12778–12785, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/download/87505056/pdf.pdf. Acesso em: 26 jan 2024.

Scott, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em Pensamento feminista: Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, p. 49-80.

Takazaki, S. S. Lesbianidade, representatividade e estereótipos: filmes de animação como tecnologia de gênero. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021, 243 p. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222016. Acesso em: 26 jan 2024.

Vilela, F. M. TECNOLOGIA DE GÊNERO NO FILME “A MULHER DE TODOS” (1969). Em: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO. , 22 nov. 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_17122021215127.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024

Wittmann, I. Transgeneridade e cinema: discursos, limites e tecnologias de gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11: Transformações, conexões, deslocamentos–130 Mundos de Mulheres, p. 1–12, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/download/57596107/WITTMANN-_Transgeneridade_e_cinema.pdf. Acesso em 26 jan 2024.

Technology of Gender in the analysis of documentaries: a comparative analysis of works by Eliza Capai.

ABSTRACT. Women directors play an important role on how we perceive and understand narratives in documentaries. The feminine approach put into debate raises possibilities about different perspectives, which can address different sensibilities, bringing to light stories that may have been neglected or underrepresented. When constructing the narrative of documentaries, female directors can bring a different perspective to the construction of the characters and stories of the topics covered, whether they are men, women or things. Through their lens, documented stories come to life in a different way, challenging stereotypes and expanding collective understanding of human experiences. Thus, this article seeks to bring the contributions of Teresa De Lauretis, creator of the concept of technology of gender, to analyze the documentary productions *Elize Matsunaga: Era uma vez um crime* (2021) and *Incompatível com a vida* (2023), both by the brazilian director Eliza Capai.

KEYWORDS. Gender. Technology of gender. Documentary. Eliza Capai.

Isabela TOSTA FERREIRA

Bolsista de jornalismo científico no CEPID NeuroMat (FAPESP 2013/076990). É graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais, e pesquisa as relações entre difusão científica e iniciativas Wiki. Recentemente foi aceita no Programa de Pós-Graduação em

Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC) do LABJOR-UNICAMP, para pesquisar relações de gênero e Wikipédia.

Recebido em: 11/07/2024
Aprovado em: 10/01/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Amor, cuidado e comunidade: Contribuições de bell hooks para a prática da psicologia clínica

Mônica Gurjão Carvalho. *Universidade São Judas Tadeu (USTJ - SP).*
Thainara Silva Oshiyama. *Universidade São Judas Tadeu (USTJ - SP).*
Daniel Moreira Salles Herculano. *Universidade São Judas Tadeu (USTJ - SP).*

Resumo. Este estudo tem o objetivo de refletir, em forma de Revisão Narrativa de Literatura, sobre a construção da psicologia clínica e sua prática atual, partindo do conceito de amor, cuidado e comunidade em "Tudo sobre o amor: novas perspectivas" de bell hooks. O estudo aborda um histórico breve sobre a construção e conceitualização da psicologia clínica até a atualidade, e a partir da análise das noções de amor na obra da autora, busca contribuir para novas possibilidades para a prática da psicologia. Os resultados demonstram como é possível integrar uma ética do amor para atuar contra o "capitalismo afetivo" e a "crise do amor" presentes na sociedade e repensar as práticas em psicologia para contornar as barreiras da clínica.

PALAVRAS-CHAVE: Amor. Psicologia Clínica. bell hooks

Introdução

O debate sobre amor sempre esteve presente ao longo da vida humana, de Platão (2020) em seu famoso "O Banquete" à Bauman (2004) em "Amor Líquido". O conceito parece passar por transformações ao longo das épocas, refletindo as subjetividades dos tempos em que os indivíduos que o vivenciam estão inseridos.

Na atualidade, o tema continua evidente: com os meios digitais, redes sociais e aplicativos de relacionamento é possível observar uma pluralidade de perfis pessoais e estruturas afetivas que têm se apresentado. Como consequência, o amor ganha novas características, como o desapego e a temporalidade curta, resultando em uma fragilidade nas relações pela falta de intimidade, criação de vínculo e compromisso (De Lima et al., 2023). Assim, fica evidente a constante relevância da temática bem como sua complexidade.

Segundo Han (2017), em "A agonia do eros", a sociedade está se tornando cada vez mais narcisista e a libido é investida essencialmente na própria subjetividade, assim o sujeito narcísico não reconhece o outro em sua alteridade e se afoga em si mesmo. Esse desaparecimento do outro em todas as dimensões da vida é um processo que avança gradualmente junto ao culto do individualismo baseado nos ideais capitalistas que negam a importância de outras dimensões do amor e da coletividade.

A este respeito Illouz (2011), autora de "Amor nos tempos do capitalismo", afirma que durante o século XX, a lógica de mercado transformou o amor e as emoções em uma dimensão socialmente marcante, mas que quase sempre aparece como uma "dimensão do eu", ou seja, individual. A autora destaca que, no neoliberalismo, o amor virou um produto impregnado pelo repertório do mercado e pela lógica do cálculo, desempenho e eficiência da racionalidade econômica. A essa "cultura em que os discursos e práticas afetivas e econômicas moldam uns aos outros", Illouz (2011, p.12) nomeia de "capitalismo afetivo".

Em relação ao amor, a psicologia, de modo geral, tem apresentado a temática de maneira relacionada às necessidades individuais. Estudos estadunidenses, sobretudo, vêm abordando o tema por meio de análises psicométricas que privilegiam aspectos quantitativos, e dimensões como personalidade, percepção e tipologias. Essa forma de apresentar o amor, frequentemente, o restringe a análises que negligenciam os aspectos culturais e sociais envolvidos. No Brasil, a realidade não é diferente, uma

vez que a abordagem evolucionista no estudo do amor e do comportamento humano vem se consolidando e privilegiando tal modo de abordar a questão (Shiramizu; Lopes, 2013).

Pode-se destacar que, em geral, estas perspectivas se apresentam nos estudos de psicologia pois, sempre houve uma dicotomia entre objetividade e subjetividade, interno e externo, indivíduo e sociedade, natural e histórico, objeto e sujeito, razão e emoção (Bock, 1999). Essa separação, porém, ignora o mundo social e cultural e suas influências na subjetividade.

Em vista disso, o presente ensaio é uma revisão narrativa (Rother, 2007) e pretende, partindo dos conceitos de amor, cuidado e comunidade em hooks (2021), no livro "Tudo sobre o amor: novas perspectivas", refletir sobre a construção da psicologia clínica e sua prática atual. Com esse propósito, busca-se compreender como é possível aplicar essas noções na prática da psicologia de maneira a transpor noções de cuidado individualizado.

A fim de demonstrar isso, o texto foi dividido em quatro partes. Inicialmente, apontamos os aspectos metodológicos da visão narrativa (Rother, 2007). Em seguida, abordamos a (breve) história e o desenvolvimento da psicologia até os dias atuais, demonstrando como a esta se compôs, no decorrer dos anos, como uma prática individualizada e individualizante; a seguir apresentamos as noções de amor, cuidado e comunidade em bell hooks (2021), salientando a compreensão destes aspectos dentro de um olhar coletivo que ultrapassa perspectivas individuais. Por fim, reunimos todos estes aspectos, trazendo as contribuições dos pensamentos desta autora para a psicologia.

Dessa forma, destacamos que o trabalho visa contribuir com visões do amor que ultrapassam perspectivas neoliberais e individualizantes, apresentando a temática como ferramenta de transformação social, que pode, inclusive, transformar a práxis da psicologia na atualidade. Busca-se contribuir para a expansão do debate sobre o amor como uma ética da vida e ação de luta social, dentro da psicologia e fora dela.

Metodologia

A revisão narrativa é uma das modalidades de revisão de literatura. Essa abordagem não tem como objetivo fornecer respostas quantitativas ou específicas a uma determinada questão; portanto, não segue um protocolo rígido de pesquisa. Ela é menos exaustiva no levantamento de referências, uma vez que não busca esgotar todas as informações disponíveis (Rother, 2007).

Trata-se de uma metodologia que possibilita refletir sobre temas recorrentes e produções anteriores, não com foco no ineditismo, mas na apresentação de novas ideias e reflexões, além de reposicionar debates ao destacar diferentes nuances e pontos de vista.

Acreditamos que esta metodologia é adequada a proposta que aqui fazemos pois não se trata de uma temática inédita ou, ainda, de debates nunca postos, mas, de trazer um novo olhar para a psicologia clínica e sua história, que, como destacado anteriormente é repleta de perspectivas individualizantes.

A incorporação do pensamento de bell hooks (2021) nesta perspectiva constitui uma estratégia para superar os ideais individualizantes frequentemente praticados na clínica psicológica, reposicionando a temática no âmbito que lhe é próprio: o campo político. Essa abordagem amplia a compreensão ao enfatizar a importância de considerar as estruturas sociais e políticas que influenciam as experiências individuais.

Destacamos, ainda, que existem alguns estudos desta autora que abordam a contribuição de seu pensamento para o campo da educação, sobretudo por meio de análises da obra “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática de Liberdade” (hooks, 2017). No entanto, são raros os materiais que aplicam seu pensamento à psicologia clínica, especialmente a partir da obra “Tudo Sobre Amor: Novas Perspectivas”, uma vez que esta obra costuma ser erroneamente encarada como restrita ao campo afetivo e amoroso.

História e Desenvolvimento da Psicologia Clínica

Para fomentar a discussão que aqui propomos é fundamental realizar um apanhado histórico da psicologia no Brasil com a finalidade de analisar criticamente fatos que influenciaram na construção e estruturação da psicologia clínica atual.

De acordo com Figueiredo (1991), a expressão “psicologia clínica” foi usada pela primeira vez em 1896 para apresentar procedimentos de avaliação com crianças neuroatípicas e com deficiência. Segundo Teixeira (1997), neste período, a cultura e as relações sociais foram impactadas pelo pensamento liberal, sendo o campo da psicologia também influenciado pelos ideais do liberalismo.

O liberalismo, que tem lugar, sobretudo, no século XVIII na Europa, prega ideias de liberdade e prosperidade, amplificando noções mercantis e comerciais sobretudo no que se refere a propriedade privada e livre comércio. Além disso, conceitos como autocontrole individual e a busca por autonomia como um projeto individualizante tornam-se mais evidentes (Dardot; Laval, 2019)

A filosofia liberal traz em seu âmago noções do eu e de singularidade, trata-se de uma afirmação da liberdade individual de caráter privado que se sobrepõe à liberdade coletiva de caráter público.

É nesse cenário que a psicologia se constitui enquanto ciência que vê a possibilidade de controlar, avaliar e normatizar o ser humano “desajustado” em benefício da sociedade, visando assim curar os sintomas dos indivíduos em prol dos esquemas de controle social. (Teixeira, 1997).

Para Stubbe e Langenbach (1988) a psicologia clínica, após a Segunda Guerra Mundial, vai se conectar a estas noções, sobretudo, à prática médica, se sobressaindo neste campo o movimento de psicodiagnóstico.

Conforme Mejras (1987), em 1935, a declaração do American Psychological Association mostrava um conceito de psicologia clínica pautado na concepção do indivíduo enquanto singular. Nesse sentido, defendia a prática clínica como uma abordagem para a resolução de problemas individuais relacionados a comportamentos “divergentes”, decorrentes de questões de desordem de comportamento e/ou crises existenciais.

Em 1962 a psicologia foi institucionalizada no Brasil com a regulamentação da profissão. A participação de grupos progressistas dentro de sindicatos e conselhos foi fundamental para reivindicar a psicologia como um instrumento a favor da população brasileira no final da década de 1970 (Bock, 1999).

Segundo Campos (1992 apud Baptista, 2010), são dois movimentos que permeiam o processo da definição legal da prática da psicologia no Brasil: um deles é o movimento social e as reflexões ao analisar as necessidades da sociedade moderna industrial para relacionar à prática da psicologia, e o outro é dos profissionais em busca da regulamentação para proporcionar reconhecimento da profissão e trazer segurança para sua prática.

Na década de 1970 com o cenário da ditadura militar, além do próprio desconhecimento da identidade e potencialidade da psicologia por parte dos profissionais, existia o estigma no imaginário da população brasileira que relacionava a prática profissional com "loucura" e "fraqueza" o que resultou em um distanciamento em relação à população. A psicologia se limitava a diagnosticar, rotular, tratar e não tinha interesse de se aproximar das questões sociais presentes à época (Bock, 1999).

No mesmo período, porém, a psicologia começou a se engajar com movimentos sociais, e os debates entre estudantes nas universidades foram fundamentais para iniciar um movimento de questionamento do significado da profissão, tanto no meio universitário quanto no âmbito da categoria profissional, por meio dos sindicatos e do conselho. A partir disso, houve um fortalecimento da psicologia na área da saúde e uma consequente participação no movimento de luta antimanicomial. Trata-se de um período em que os psicólogos e psicólogas foram estimulados a refletir e repensar o ofício de sua profissão de maneira social e crítica (Bock, 1999).

A década de 1980 trouxe reflexões e desafios para a psicologia no Brasil, que teria que ser reinventada para contribuir com a população após a abertura dos serviços públicos de saúde. Em 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, considerada um marco na história da saúde pública no Brasil. Foi a primeira conferência do país aberta aos usuários, pois, anteriormente, a participação era restrita a deputados, senadores e autoridades do setor intra-ministério (Brasil, 2019).

A Conferência tinha como objetivo ser um espaço democrático para a construção das políticas públicas de saúde no Brasil, buscando contribuir para a formulação de um novo sistema de saúde e subsidiar as discussões sobre o setor na elaboração da futura Constituição. Os temas abordados foram “A saúde como dever do Estado e direito do cidadão”, “A reformulação do Sistema Nacional de Saúde” e o “Financiamento Setorial”, o relatório final serviu de base para o capítulo sobre saúde na Constituição Federal de 1988 que gerou uma reestruturação e melhoria do sistema de saúde e a criação do atual Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2019).

Após mudanças no cenário da saúde, entra em vigor em 27 de agosto de 2005 a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) Nº010/2005 aprovando o terceiro Código de Ética Profissional do Psicólogo(a). O código estabelece padrões relativos às práticas da profissão, mas seu objetivo não é normatizar a natureza técnica do trabalho nem criar um conjunto fixo e imutável de normas. Em vez disso, busca garantir um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria (CFP, 2005).

Acima de tudo, o código busca ser um instrumento de reflexão para o(a) psicólogo(a). Seu objetivo é estimular reflexões que considerem a profissão como um todo, e não apenas suas práticas particulares, além de discutir os limites e as interseções relacionados aos direitos individuais e coletivos. Trata-se de uma ferramenta importante para refletir sobre as relações que os(as) psicólogos(as) estabelecem com a sociedade, com os (as) colegas de profissão e com os beneficiários de seus serviços. Além disso, busca contemplar a diversidade que caracteriza o exercício da profissão e a crescente inserção do(a) psicólogo(a) em contextos institucionais e equipes multiprofissionais (CFP, 2005).

Ao considerar o código de ética, o(a) psicólogo(a) deve refletir sobre o contexto social, os direitos individuais, coletivos e as diversidades presentes em sua prática. Deve promover a liberdade, a dignidade, a saúde e a qualidade de vida, eliminando formas de discriminação, exploração, violência e opressão, atuando com responsabilidade social e adotando um posicionamento crítico que reflita a realidade econômica e política do país e da população (CFP, 2005). Dessa forma, o código de ética é fundamental para a prática de uma psicologia política, aliada à transformação social.

Considerando os marcos históricos apresentados, é evidente que a psicologia se desenvolveu no plano de fundo liberal e positivista, que concebe o ser humano como apriorístico, e que deve ser responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Nessa perspectiva, contribui para a manutenção do individualismo e apaga da constituição da subjetividade a realidade social, pois não considera os aspectos exteriores que atravessam seu desenvolvimento. Nessa visão, a prática profissional é vista apenas de forma técnica e teórica, transformando os problemas sociais em individuais (Bock, 1997).

Sob esta ótica, é atribuído ao psicólogo(a) a função de lidar com a desorganização psicológica, reduzir o sofrimento e ajudar o indivíduo a se adaptar à sociedade. O que contribui para a noção onipotente da profissão, na qual existe a possibilidade de transformar o outro, revelar aspectos do indivíduo que ele mesmo desconhece, descobrir seu "verdadeiro eu", torná-lo feliz, completo e produtivo (Bock, 1997).

Segundo Bock (1997), desta forma, o ser humano não é percebido como aquele que se constitui ontologicamente a partir da constituição do mundo, mas encarado como isolado das circunstâncias de vida. Neste olhar pode-se vislumbrar a remanência de aspectos decorrentes do fundo liberal onde a psicologia se desenvolveu.

Este anteparo liberal também se revela no fato de que, até hoje, a prática da psicologia mais conhecida e priorizada é a clínica individualizada em consultórios particulares. Esta abordagem é frequentemente estimulada no ensino em cursos superiores, que priorizam o aprendizado e o desenvolvimento de práticas individualizantes em detrimento daquelas de vertente grupais e/ou sociais.

Apesar deste "ranço" que remanesce na constituição da psicologia enquanto ciência e profissão, existem outras visões contrárias que foram produzidas ao longo da história (Bock 1997). O desafio é usar essas noções para uma análise crítica dos conhecimentos disseminados nos cursos de psicologia e do processo de reestruturação da prática clínica.

Noções de amor, cuidado e comunidade em bell hooks

Gloria Jean Watkins, mais conhecida como “bell hooks”, nasceu em 1952 nos Estados Unidos e morreu em 2021, aos 69 anos. Foi uma escritora, professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista. É autora de obras sobre questões de raça, gênero e classe, educação, crítica cultural e amor (hooks, 2021).

bell hooks retrata e defende o amor de forma corajosa, revolucionária e nos convoca a entendê-lo como uma ética de vida e força transformadora. Em seu livro “Tudo sobre o amor: novas perspectivas” publicado nos Estados Unidos no ano 2000 e o primeiro da Trilogia do amor, traz reflexões sobre o amor em diversas dimensões e contextos.

Entre as reflexões apresentadas pela autora, destaca-se a necessidade de definir o amor, especialmente enquanto ato de vontade, intenção e ação. Também aborda o mito de que abuso pode coexistir com amor, além de enfatizar a importância da honestidade, reciprocidade, amor-próprio, espiritualidade e ética amorosa. A autora ressalta o impacto do patriarcado sobre mulheres e crianças, bem como a obsessão pelo poder e pela ganância. Por fim, destaca a relevância das comunidades na prática do amor (hooks, 2021).

Os conceitos de amor, cuidado e comunidade de bell hooks confrontam a sociedade contemporânea individualizada em que vivemos, segundo a autora:

> As definições de amor nos dicionários tendem a enfatizar o amor romântico, definindo-o primeiro e principalmente como “afeição profundamente terna e apaixonada por outra pessoa, especialmente quando há atração sexual”. É claro que outras definições informam o leitor que tais sentimentos podem existir em um contexto não sexual. Entretanto, afeição profunda não descreve de forma realmente adequada o significado do amor (hooks, 2021, p. 33).

Conforme pode-se perceber na citação acima, hooks desafia as noções individualizantes de amor e denuncia o fato de que não são discutidas estratégias que visem tornar as pessoas capazes de praticar o amor em comunidade; ao contrário, apenas as incentivam a se adaptarem à sua ausência, assim como à falta de seus direitos básicos e fundamentais.

Ao colocar o amor sob esta perspectiva, a autora defende que o pessoal é político e que o individual só sobrevive por meio da conexão com o coletivo. Além disso, ressalta que o amor é capaz de transformar todas as dimensões da vida e que é preciso promover uma ética amorosa para romper a perpetuação de violências, já que o amor tem papel inerente em qualquer movimento social por justiça. Conforme destaca a autora "sem justiça, não pode haver amor" (hooks, 2021, p. 72).

hooks (2021) afirma que o amor é uma ação, portanto precisa de cuidado, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta para sua manifestação. Ao citar M. Scott Peck, diz que o amor é querer se empenhar ao máximo para promover o crescimento pessoal ou de outra pessoa e que "o amor é o que o amor faz, amar é um ato da vontade, tanto uma intenção quanto uma ação e essa vontade implica escolha já que não temos que amar, mas escolhemos" (hooks, 2021, p. 47).

Segundo a autora, descrever o amor como uma ação, ao invés de sentimento faz com que as pessoas assumam responsabilidade e comprometimento, pois nos ensinam que não temos controle sobre os "sentimentos", mas escolhemos nossas ações e elas têm consequências.

A compreensão do amor enquanto ação intencional contrasta com a concepção de que esse é puramente instintivo e se restringe a uma experiência romântica e sexual direcionada a um casal heterossexual. Esse pensamento equivocado reforça a esfera romântica cis-heteronormativa, ao não considerar o amor entre pessoas LGBTQIAP+ uma possibilidade e ao não exigir uma mudança na forma de (re)pensar os papéis sociais de gênero, o que favorece o patriarcado, que declara que nas relações deve existir um lado superior e um lado inferior (hooks, 2021).

Mulheres e homens são socializados a pensar que o amor só existe em relacionamentos amorosos e que estes devem ter prioridade sobre os outros relacionamentos. Entretanto, com a desvalorização das outras dimensões do amor, as pessoas arriscam-se à solidão, sem conexões significativas com os amigos. Consequentemente, a este aspecto, o medo de ser abandonado aumenta a chance para que relacionamentos românticos se tornem dependência (hooks, 2021).

Apesar de ser um local onde o amor pode se desenvolver com potência, a sociedade não incentiva a valorização das amizades, já que não deveriam ser mais importantes que às relações familiares ou

românticas. Porém, a amizade pode ser o local em que se encontra o amor redentor e o senso de comunidade, e nessas relações é possível construir respeito, honestidade, carinho, lidar com diferenças e praticar o amor. Nas palavras da autora:

> É comum não darmos o devido valor às amizades, mesmo quando elas são interações nas quais experimentamos prazer mútuo. Nós as colocamos numa posição secundária, especialmente em relação a laços românticos. Essa desvalorização das amizades cria um vazio que podemos não ver quando devotamos toda a nossa atenção a encontrar alguém para amar romanticamente, ou quando damos toda a nossa atenção para alguém que escolhemos amar. Há muito mais chances de relacionamentos românticos se tornarem codependentes quando cortamos todos os nossos laços com amigos para dar atenção exclusiva a essas relações que consideramos primárias (hooks, 2021, p. 116).

Hooks (2021, p. 116), também destaca que “a maioria de nós é educada para acreditar que encontraremos o amor em nossa primeira família”, sendo este amor prioritário em detrimento de outros. Frente a isso, denuncia que comumente acreditamos que a maioria das crianças nasce em famílias amorosas, quando na verdade muitas vezes o amor não está presente pois seus cuidadores também não foram ensinados a amar.

Nesse sentido, hooks (2021) relata sobre sua criação, enfatizando que cresceu com constrangimento e humilhação verbal, mas que o cuidado e afeto também estavam presentes e que apenas com reflexão crítica e terapia foi capaz de elaborar que sua família era disfuncional e apesar de não se sentir amada, se sentia cuidada.

A autora enfatiza a importância de ser plenamente amada com os componentes do cuidado, respeito, responsabilidade, confiança, compromisso e sabedoria por outras pessoas e que apenas isso foi capaz de permitir que sobrevivesse aos atos de desamor em sua vida (hooks, 2021). Ao trazer seu relato pessoal, mostra que crescer em uma família disfuncional não é determinante para viver uma vida de desamor, e que apesar do meio ter uma grande influência no pensamento e comportamento, é possível conhecer e praticar o amor devido à autonomia de cada pessoa.

Entretanto, uma das dificuldades para a prática do amor é a chamada “crise do amor” que hooks (2001), relata ser ocasionada, dentre vários fatores, pela carência de amor e dificuldade em demonstrar

emoções e direcionar os seus componentes. Ao falar sobre tal crise vivenciada por pessoas negras, a autora ressalta que é resultado da herança colonial, na qual o racismo se mantém.

Segundo Hooks (2001), a dificuldade de pessoas negras na diáspora com a prática do amor começa com a escravidão, pois em um contexto marcado por violência, o amor não era uma possibilidade. É importante, porém, acabar com a narrativa de que a história da negritude só começa a partir disso, pois esse pensamento reduz a história e cultura das pessoas negras apenas à desumanização.

A prática do amor foi comprometida devido ao trauma e aos mecanismos de sobrevivência que negros escravizados precisaram desenvolver mesmo após a abolição em um mundo racista com escassez de condições básicas, materiais e de trabalho. Nesse contexto, acreditava-se que era um ato de amor ensinar as crianças a sobreviverem em mundo de dominação e subordinação e que a conquista de bens materiais no sistema capitalista era a prioridade, sendo o carinho destinado apenas às crianças pequenas (hooks, 2001).

Tais aspectos se refletem nas gerações atuais, que precisam sobreviver ao abandono emocional, que tem como uma das consequências a repressão das emoções, sendo internalizada a ideia de que a capacidade de controlar as emoções é uma característica positiva que deve ser buscada (hooks, 2001).

Dessa forma, bell hooks ressalta que, apesar da sociedade priorizar o amor romântico, o amor pode estar presente em todas as relações, com diferentes formas de expressão e práticas características de cada relacionamento. Além disso, apesar da crise do amor e dos efeitos do "capitalismo afetivo", é possível construir uma comunidade comprometida com a ética do amor.

Contribuições de bell hooks para a Psicologia

Na introdução de "Tudo sobre o amor: Novas perspectivas", bell hooks relata que:

> Ao falar de amor com pessoas da minha geração, descobri que elas ficavam nervosas ou assustadas, especialmente quando eu comentava que não me sentia amada o suficiente. Em diversas ocasiões em que falei de amor com

> amigos, eles me aconselharam a fazer terapia. Entendi que alguns poucos estavam simplesmente cansados da minha insistência na questão e achavam que se eu fizesse terapia eles teriam uma folga. No entanto, a maioria ficava apavorada em relação ao que poderia ser revelado em qualquer investigação sobre o significado do amor na vida deles (hooks, 2021. pp. 33,34).

Essa passagem demonstra que na atualidade a terapia é vista como um espaço individualizante e com caráter curativo, sendo atribuída à clínica a função de curar tudo que é "desajustado".

A psicologia clínica – conforme explanado na introdução – eventualmente é associada ao modelo médico e voltada ao tratamento das "doenças". Mesmo com os avanços da profissão, ainda se perpetua esta visão. Dessa forma, a psicologia ainda é predominantemente praticada de maneira autônoma, principalmente em consultórios particulares e com um foco voltado para o âmbito intra-individual. (Lo Bianco et al., 1994 apud Teixeira, 1997).

O desafio para a psicologia é implicar-se em práticas éticas que levem em consideração o contexto em que está inserida, refletindo sobre a realidade do país e dos indivíduos, além de superar a noção de que o cuidado é individual, expandindo as noções para o coletivo. Para que se compreenda algumas razões para este cenário é preciso considerar o perfil dos psicólogos(as) brasileiros.

O CensoPsi de 2022, apresenta e faz uma reflexão crítica sobre os dados sociodemográficos da profissão que registrou um crescimento exponencial com 428.791 psicólogas(os) inscritas(os) em 23 regionais, e faz uma comparação com pesquisas anteriores (CFP, 2022).

Sobre o perfil que caracteriza as(os) psicólogas(os) na atualidade, a pesquisa contou com 20.207 participantes das cinco regiões do Brasil. A faixa etária mostra que cerca de 50% dos participantes têm até 39 anos e a porcentagem começa a decair gradativamente nas faixas subsequentes, o que demonstra que a profissão ainda é exercida por um grupo jovem (CFP, 2022).

Sobre o gênero que se identificam existe prevalência do gênero feminino (79,2%), em relação ao masculino (20,1%) e não binário (0,7%). Em relação à orientação sexual, a grande maioria são heterossexuais sendo (83.8%), homossexuais (8,0%), bissexuais (7,1%), pansexuais (0,7%) e assexuais (0,3%) (CFP, 2022).

A psicologia se mantém como uma profissão de pessoas brancas (63,9%), seguidas de pardas (26,1%), pretas (8,5%), amarelas (1,2%) e indígenas (0,3%). E as diferenças regionais são significativas, pois nas regiões Sul e Sudeste, encontram-se as maiores porcentagens de profissionais brancas(os) (87,5% e 74,1%, respectivamente) (CFP, 2022).

Sobre a renda, 61,6% das(os) participantes possuem renda inferior a seis salários-mínimos. Outros dados também são apresentados como a inserção no mercado de trabalho, estágio da carreira, religião, número de pessoas com deficiência, entre outros (CFP, 2022).

Os participantes do CensoPsi (2022), em sua maioria atuam na área clínica e a porcentagem é ainda maior para aqueles que são egressos de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (77%), contra (65%) de instituições públicas.

Entre aqueles que atuam exclusivamente no setor público 60,1% tiveram sua formação em instituições públicas, já os que atuam no setor privado, a maior porcentagem graduou-se em IES privadas. A incidência das IES públicas nas formações posteriores é maior. Assim, os dados mostram que aqueles que estudaram em IES públicas se direcionam mais para os setores públicos, enquanto os das IES privadas para o setor privado (CFP,2022).

Assim, os dados do CensoPsi (2022) demonstram que a mulher cis-hetero-branca egressa de IES privadas hegemonicamente exerce a psicologia clínica no Brasil. Tal aspecto tem influência da classe média que passa a direcionar suas filhas para cursos da área da saúde ligados ao cuidado e à ajuda, como uma promessa profissional e pessoal para a "condição feminina" (Langenbach; Negreiros, 1988 apud CFP, 2022).

Como destaca Hirata (2016), a "organização social do cuidado[1] atribui um papel central à mulher" (Hirata, 2016, p.61) como se o feminino se associasse automaticamente ao cuidar. Ademais, tal aspecto reflete a divisão sexual do trabalho que, conforme a autora, constantemente se articula as noções de raça e classe.

Federici (2021), na obra "O Patriarcado do Salário", destaca que a associação das mulheres às profissões de cuidado está relacionada ao modo como o desenvolvimento do capitalismo ocorreu, atribuindo uma

[1] Hirata define profissão de cuidado como aquelas que envolvem "um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas as necessidades dos outros" (Hirata, 2016, p.54)

divisão hierárquica entre os sexos. Tal lógica forja um patriarcado do salário, no qual, recorrentemente, as mulheres recebem remuneração inferior, garantindo uma maior extração de mais-valia pelo capital, em um contexto de políticas racistas, machistas e colonialistas.

Tomando o exposto, destacamos que no campo da psicologia clínica estes aspectos são evidentes, uma vez que a remuneração média dos psicólogos é superior quando comparada à de psicólogas (R$ 6.793,15 e R$6.110,53, respectivamente). Conforme análise apresentada pelo do CensoPsi (2022, p. 61)

> Mesmo sendo uma profissão predominantemente feminina, a desigualdade de gênero se faz presente na Psicologia, quando consideramos a renda das pessoas. Esse resultado espelha os resultados das estatísticas nacionais em que a renda das mulheres é inferior à renda dos homens

Frente a estes dados e fatos também é importante considerar, que o perfil da profissão, historicamente, associou-se a imagem de uma profissão burguesa. Tal fato advém, sobretudo, do enriquecimento da classe média que criou, paulatinamente, condições propícias para o surgimento e expansão da demanda por psicoterapia. Junta-se a isso a ilusão de rentabilidade econômica cultivada pelos(as) profissionais a partir da noção de liberdade de determinar o valor, as condições e a duração de seu trabalho (Langenbach; Negreiros, 1988 apud CFP, 2022).

Entretanto, esta liberdade esbarra em um mercado de trabalho saturado pela oferta de serviços psicológicos clínicos (Aguiar Neto, 1988 apud CFP, 2022). Assim, os profissionais passaram a enfrentar uma maior jornada de trabalho como opção de aumento de renda (Bastos; Gomide, 1989 apud CFP, 2022), o que se torna uma característica da profissão e demonstra a aceleração da precarização deste ofício[2] (Silva; Veiga; Cortez, 2021).

O Estado brasileiro, historicamente, privilegiou a prática da psicologia associada a esfera íntima e privada, que retêm e camufla os conflitos políticos, econômicos e sociais, ou seja, não é questionadora, ao "perscrutar individualmente resposta para conflitos, diluía-se a possibilidade de reflexões mais coletivas, as quais poderiam remeter a

[2] O estudo de Silva, Veiga e Cortez (2021, p.9) destaca que a aceleração da precarização do trabalho em psicologia acaba se dando também em decorrência da "flexibilização das relações trabalhistas, diminuição dos direitos dos trabalhadores e substituição da mão de obra técnica especializada por inovações advindas de inteligência computacional".

questionamentos mais substantivos na direção de mudanças políticas" (Langenbach; Negreiros, 1988, apud CFP, 2022, p.88).

Com base no exposto, é preciso repensar a prática clínica em psicologia de maneira que se considere como o aspecto de gênero se relaciona com raça, classe e outras desigualdades se imbricando na produção deste campo e moldando essa área de atuação.

Um dos espaços centrais para se pensar sobre esta questão é no curso superior. De acordo com Lo Bianco et al. (1994), o ensino da psicologia deve considerar a contextualização da realidade nacional, especialmente na composição das produções científicas, de modo a refletir as especificidades do contexto brasileiro. Além disso, é fundamental que o currículo aborde práticas distintas da clínica, promovendo a ampliação dos horizontes. Dessa forma, o profissional formado desenvolverá uma postura crítica, evitando a reprodução de um modelo único de atuação, contribuindo para uma prática mais plural e contextualizada.

Um ponto importante a ser destacado é que o(a) psicólogo(a) clínico(a) deve manter um olhar crítico, a fim de preservar ações reflexivas em seu trabalho. A prática clínica precisa ir além da noção de que o fenômeno psicológico é exclusivamente individual, desconsiderando o contexto social e histórico, devendo, portanto, considerar o sujeito sob uma perspectiva sociocultural (Lo Bianco et al., 1994).

A psicologia precisa ir além dos consultórios; os profissionais devem atuar em equipes multiprofissionais, promovendo intervenções contextualizadas que tenham cunho preventivo, ao contrário de uma intervenção remediativa e de caráter curativo. É importante trazer a multidisciplinaridade, a fim de propor uma diversidade em recursos técnicos e de conhecimentos (Lo bianco et al., 1994).

A psicologia deve atuar contrapondo a ênfase no "eu" presente na sociedade atual, liberal, na qual cada indivíduo é responsabilizado apenas por si mesmo, pois essa lógica é benéfica para a manutenção do capitalismo, atribuindo pouca importância aos relacionamentos em comunidade. Nesse contexto, é comum que as pessoas se tornem céticas quanto à possibilidade de enxergar o amor como uma força transformadora, uma vez que a sobrevivência é marcada por desigualdade, exclusão e solidão, tornando a prática da psicologia,

baseada na ética do amor e do cuidado em comunidade, uma tarefa teoricamente difícil de ser realizada.

bell hooks (2006) não descreve o amor apenas como romântico, como já mencionado, ela traz uma concepção crítica de que o amor é político e que possui poder de transformação social. Ressalta que sem amor, os esforços para libertar a si mesmo e a comunidade mundial da opressão e exploração estão condenados. A autora enfatiza a importância da ética do amor na nossa vida e na luta por libertação dos sistemas de dominação como patriarcado, sexismo, racismo e classicismo.

hooks (2021) destaca que a luta deve ser coletiva e não individual. Porém, é comum que o anseio das pessoas não seja por uma transformação coletiva, mas em solucionar problemas individuais. Assim, a consciência social é necessária para superar a "crise do amor". É preciso falar sobre a interdependência saudável entre as pessoas e que o amor não surge em isolamento.

Sob este prisma, a psicologia enquanto ciência também tem papel fundamental em promover novas visões sobre amor e comunidade contrapondo, a lógica liberal individualista. A exemplo desta tônica, hooks (2021) cita que foi na obra "A trilha menos percorrida: uma nova visão da psicologia sobre o amor, os valores tradicionais e o crescimento espiritual" de M. Scott Peck, que obteve contato com o pensamento de Erich Fromm, modificando sua compreensão sobre o amor. A autora revela que, anteriormente, tinha a visão de que o amor seria um sentimento, além disso, o enxergava sob uma concepção genderizada[3] como costumeiramente isso acontece.

Somente após o contato com o pensamento de Peck, hooks (2021) começa a desenvolver a noção de que amor seria uma ação, um ato de

[3] Sobre o modo distinto que o amor é apresentado para homens e mulheres Hooks (2021) destaca que a literatura tem espaço central "É particularmente angustiante que tantos livros recentes a respeito do tema continuem insistindo que definições de amor são desnecessárias e sem importância. Ou pior, os autores sugerem que o amor deveria significar algo diferente para homens e para mulheres — que os sexos devem respeitar e se adaptar à nossa inabilidade de comunicação, uma vez que não partilhamos a mesma linguagem. Esse tipo de literatura é popular porque não exige mudanças nas formas estabelecidas de pensar papéis de gênero, cultura ou amor. Em vez de compartilhar estratégias que nos ajudariam a nos tornar mais amorosos, ela na verdade encoraja todo mundo a se adaptar às circunstâncias em que falta amor. As mulheres, mais do que os homens, se apressam em consumir essas leituras. Fazemos isso porque coletivamente nos preocupamos com o desamor. Uma vez que muitas mulheres acreditam que nunca conhecerão um amor completo, elas estão dispostas a se acomodar a estratégias que ajudem a amenizar a dor e aumentar a paz, o prazer e a diversão nos relacionamentos existentes, especialmente nos românticos" (Hooks, 2021, p. 53)

vontade e intenção. Ou seja, foi a partir desta obra que obteve reflexões que a incitaram a escrever e propor sua teoria sobre amor.

Ao analisar o exemplo apresentado, evidencia-se a relevância de promover intervenções na área da psicologia que proponham concepções críticas não apenas acerca do amor, mas também de diversos outros conceitos aos quais a disciplina é convocada a refletir. É fundamental, sobretudo, fomentar perspectivas que visem à superação de paradigmas sexistas e machistas, tanto no entendimento do amor quanto em relação a outros conceitos centrais para a prática psicológica.

Ademais, mesmo no âmbito privado da clínica psicólogos e psicólogas podem agir de maneira crítica fomentando uma reconexão do sujeito a um senso de comunidade. Um bom exemplo para isso é que bell hooks (2021) reconhece que foi diante de sua terapeuta e da pressão constante de descrever sua "família de origem como amorosa ou não" que, dolorosamente, reconheceu que não se sentia amada, mas, somente cuidada. Esta reflexão, que se deu em ambiente terapêutico, foi fundamental para que Hooks (2021) distinguisse as noções de amor e cuidado, abrindo a possibilidade para que percebesse sua familia como disfuncional.

Além disso, foi com o auxílio da terapia que Hooks (2021, p.49) conseguiu perceber o termo "disfuncional" como uma descrição útil, e não como um julgamento totalmente negativo. Nesse contexto, podemos perceber a prática clínica não como um espaço que individualiza, mas como um ambiente de reflexão sobre o social e as relações.

O espaço predominantemente ocupado pela psicologia clínica é aquele onde os indivíduos buscam consolo e acolhimento. Oferecer nesse ambiente uma oportunidade de reconexão com o senso de comunidade e direitos humanos representa uma ruptura com a lógica individualizante à qual a clínica esteve historicamente submetida. Nesse sentido, hooks (2021) sugere caminhos possíveis ao afirmar que, mesmo em contextos individuais, deveríamos criar espaços de reflexão sobre direitos humanos, cultura e padrões sociais.

Contudo, é necessário destacar que mudanças nas perspectivas relacionadas ao amor e cuidado não ocorrerão sem o acesso a políticas públicas que garantem e fornecem direitos básicos. Por isso, é fundamental que a psicologia, nos mais diferentes âmbitos de atuação, mantenha o compromisso com os Direitos Humanos e com as políticas públicas de Saúde.

Finalmente, destacamos que trazer o conceito de amor fomentado por bell hooks (2021) para a prática clínica não se trata apenas de formar profissionais que proporcionem práticas amorosas em seu meio social-laboral, mas, sobretudo, de considerar, nas consultas psicoterapêuticas, a potencialidade do coletivo para as conexões amorosas ampliadas.

Considerações Finais

Conforme apresentado na literatura, a lógica do amor na atualidade se baseia nos ideais capitalistas de poder, consumo e satisfação imediata, sendo visto como fonte de prazer e excitação inconsequente. O amor não é discutido como uma força de transformação social e a mídia dissemina uma ideia de amor fantasioso.

Em relação a psicologia, verificou-se que ao longo da história até os dias de hoje, a profissão ainda se mantém no espaço da clínica, sendo praticada em um contexto intraindivual por profissionais brancas, cis e heterosexuais.

O presente estudo abre espaço para a ampliação da discussão sobre o tema ao abordar a possibilidade de uma prática clínica em psicologia baseada na ética do amor, cuja estrutura está fundamentada no contexto sócio-histórico, na realidade política e econômica do país, expandindo suas ações para a comunidade.

À vista disso, os objetivos deste trabalho foram cumpridos, à medida que foi possível refletir e problematizar sobre a construção da psicologia e sua prática atual a partir dos conceitos de amor, cuidado e comunidade, propostos por bell hooks. Somos convocados a repensar as práticas em psicologia para que ultrapassem a barreira da clínica, rumo a uma atuação comprometida com o social e aliada a ética do amor em busca de liberdade e emancipação.

Diante do exposto, a proposta de intervenção para a sociedade atual em que o “capitalismo afetivo” e a “crise do amor” se fazem presentes, é a de que, em comunidade, adotemos a ética de amor que bell hooks (2021) propõe. Isso só ocorrerá através das reflexões e discussões coletivas e da consciência pessoal e social. Ademais, apesar dos desafios em abordar sobre o tema de forma crítica, as mudanças nas perspectivas

relacionadas ao amor e ao cuidado não ocorrerão sem a estruturação de políticas públicas que garantam e forneçam os direitos básicos.

O amor na prática da psicologia é político, crítico, comprometido com o ser social e se mostra na confiança e no vínculo entre paciente e terapeuta, numa relação de igualdade e que não se limita ao consultório. A prática da psicologia ancorada na ética do amor possui poder de transformação social e na luta por libertação dos sistemas de dominação como imperialismo, sexismo, racismo e classicismo.

Referências

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. **A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, n. spe, p. 170–191, dez. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500008.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 17, n. 2, p. 37–42, 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414983119970002000006.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social.** Estudos de Psicologia (Natal), v. 4, n. 2, p. 315–329, jul. 1999. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **8 Conferência Nacional de Saúde: quando o SUS ganhou forma.** 2019. Disponível em:

https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/592-8-conferencianacional-de-saude-quando-o-sus-ganhou-forma.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos,** Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro.** Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.— Brasília: CFP, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2019.

DE LIMA, Fernanda Maria Rocha Oliveira; RIBEIRO, Maria Gabriela Costa; ALVES, Deysiane de Sousa; SOUZA, Cláudia Maria de; TAGLIAFERRO, Camila Teresa Ponce de Leon Mendonça. **O amor e as redes sociais: novas configurações dos relacionamentos amorosos.** Sociedade em Debate. Faculdade Três Marias, 2023. v. 5. Disponível em:https://www.sociedadeemdebate.com.br/index.php/sd/article/view/75.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **Matrizes do pensamento psicológico.** Petrópolis: Vozes, 1991.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros.** Petrópolis, Rj: Editora Vozes, 2017. 67 p.

HIRATA, H. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, A. R. de P; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. **Love as the practice of freedom.** In: HOOKS, Bell. Outlaw Culture: resisting representations. Nova York: Routledge, 2006. p. 243250. Tradução de: Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: https://doceru.com/doc/sxxen51.

HOOKS, Bell. **Salvation: black people and love.** Nova York: William Morrow, 2001. 256 p.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** (2a ed). São Paulo- SP: Editora WMF Martins Fontes (Traduzido por Marcelo Brandão Cipolla), 2017

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas.** São Paulo: Editora Elefante, 2021. 272 p. Tradução de: Stephanie Borges.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Tradução de: Vera Ribeiro.

LO BIANCO, Ana Carolina; BASTOS, Antonio Vírgilio Bittencourt; NUNES, Maria Lúcia Tiellet; SILVA, Rosalina Carvalho da. **Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica. Psicólogo Brasileiro: Práticas Emergentes e Desafios para a Formação.** São Paulo: Casa do Psicologo, 1994.

MEJRAS, Nilce Pinheiro. **Modalidades de atuação e pesquisa em psicologia clínica.** Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 3, n. 2, p. 166-177, 1987.

PLATÃO. **O Banquete (edição de bolso).** [s.l.] Editora Vozes, 2020.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v–vi, abr. 2007.

SILVA, D. DE S.; VEIGA, H. M. DA S.; CORTEZ, P. A. **Motivações, Desafios e Dificuldades Vivenciados por Psicólogos Empreendedores: Estudo Qualitativo.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, n. spe2, p. e207747, 2021.

STUBBE, Hannes; LANGENBACH, Miriam. (orgs.). **Seminário Nacional: história da Psicologia no Brasil.** Rio de Janeiro: PUCRJ, 1988.

SHIRAMIZU, Victor Kenji M.; LOPE, Fívia de Araújo. **A perspectiva evolucionista sobre relações românticas.** Psicologia USP, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-76, 2013.

TEIXEIRA, Rita Petrarca. **Repensando a psicologia clínica.** Paidéia (Ribeirão Preto), n. 12-13, p. 51–62, fev. 1997. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-863X1997000100005.

Love, care and community: Contributions of Bell Hooks to the practice of psychology

ABSTRACT:

This study aims to reflect, in the form of a Narrative Literature Review, on the construction of clinical psychology and its current practice, based on the concept of love, care and community in “All About Love: New Perspectives” by bell hooks. The study addresses a brief history of the construction and conceptualization of clinical psychology to date, and based on the analysis of the notions of love in the author's work, it seeks to contribute to new possibilities for the practice of psychology. The results demonstrate how it is possible to integrate an ethics of love to act against “affective capitalism” and the “crisis of love” present in society and rethink practices in psychology to overcome the barriers of the clinic.

KEYWORDS: Love. Clinical Psychology. Bell hooks.

Mônica GURJÃO CARVALHO.

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do curso de Psicologia da Universidade São Judas Tadeu (USTJ), São Paulo - SP. Brasil. E-mail: monicagurjao@hotmail.com

https://orcid.org/0000-0001-9534-5818

Thainara SILVA OSHIYAMA.

Psicóloga, pela Universidade São Judas Tadeu (USTJ), São Paulo - SP. Residente em Programa Multiprofissional em Saúde Mental com Ênfase na Atenção Básica.

oshiyamathainara@gmail.com

https://orcid.org/0009-0007-6465-0861

Daniel MOREIRA SALLES HERCULANO

Psicólogo pela da Universidade São Judas Tadeu (USTJ), São Paulo - SP. Psicólogo clínico realiza acompanhamento de crianças com autismo. danielherculano.contato@gmail.com

https://orcid.org/0009-0003-8792-7035

Recebido em: 05/12/2024

Aprovado em: 02/01/2025

ISSN 2525-6904

ARTIGO

Movimentos, Ativismo e Endometriose

Mapeando atores na formação de agenda no Brasil

Manoella Treis, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*

Resumo. A endometriose é uma patologia ginecológica benigna caracterizada pela presença de tecido endometrial fora da cavidade uterina, afetando mais de 7 milhões de brasileiras — o que corresponde a uma em cada dez mulheres em idade reprodutiva. Nas últimas décadas, movimentos sociais, grupos organizados e associações surgiram em todo o país, articulando-se principalmente por meio das redes sociais, com o objetivo de promover conscientização, reconhecimento e reivindicar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da doença. Este artigo busca mapear a atuação desses movimentos e de ativistas na formulação da agenda governamental sobre endometriose, por meio da análise documental de sessões da Câmara dos Deputados, discussões em comissões e da tramitação dos Projetos de Lei n. 6.215/2013 e 3.047/2019. Os resultados evidenciam a importância do ativismo institucional na inserção inicial do tema na agenda pública, e a posterior articulação com o movimento Endomarcha, que fortaleceu a visibilidade política da doença e contribuiu para a consolidação de políticas públicas específicas.

Palavras-Chave: Endometriose; Políticas públicas; movimento social; ativismo.

Introdução

A endometriose é uma patologia caracterizada pela presença de tecido endometrial de caráter benigno fora da cavidade uterina . Na sua maior parte, apresenta alguns fatores que possibilitam o seu diagnóstico, como: dores agudas no período menstrual; dor durante as relações sexuais; dor e sangramentos intestinais e urinários durante a menstruação; e infertilidade (BVS, 2012). Segundo a Associação Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva (SBE), essa condição atinge mais de 7 milhões de brasileiras; com isso, estima-se que uma a cada dez mulheres em idade reprodutiva apresenta esse quadro, não há precisão diante da faixa etária mais acometida.

Justifica-se este estudo pelo fato de a endometriose ser uma doença pública, atingir uma a cada dez mulheres no Brasil, bem como o WERF EndoCost (2012) apresentar que o custo médio dessa doença por mulher é de € 9.579,00 por ano . Isso se divide em uma média de € 6.298,00 perdidos em produtividade no trabalho e uma média de € 3.113,00 para custos diretos de saúde. Os principais gastos levantados foram: 29% com a cirurgia; 19%, monitoramento da doença; 18%, hospitalização; e 16%, idas ao médico.

Cabe também ressaltar que a dor é uma das principais preocupações das mulheres com endometriose, pois afeta sua qualidade de vida. A endometriose é uma doença de difícil levantamento epidemiológico e possui um perfil impreciso, com relatos que variam de 2% a 21% (PODGAEC, 2015). Levando em conta que há uma negligência sobre a doença no contexto social (ANDRES et al., 2014), a mulher que convive com a endometriose acaba tendo uma trajetória longa e desgastante de dor. Quanto aos tratamentos empregados, há tanto a cirurgia laparoscópica como as terapias medicamentosas (CARVALHO, 2016). Os tratamentos existentes visam ao controle da patologia, mas ignoram os prejuízos em torno da doença, os quais vão além do que se imagina, com suas dores, afetando a qualidade de vida (ANDRES et al., 2014).

Em meio a suas dores, relatos e busca por acolhimento, essas mulheres podem ser encontradas em grupos nas redes sociais, funcionando como rede de apoio. A partir dessas mídias, foram se formando grupos organizados, movimentos e associações pelo Brasil, consolidados há mais de sete anos. O seu objetivo é lutar por conscientização, reconhecimento e políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e o atendimento para esse público. Esse contexto

evidencia que o tema da endometriose vem chamando a atenção da mídia e dos políticos nos últimos anos no Brasil. Para Rivera e Scarcelli (2021) o gênero é sempre relacional e político.

A partir de todo o contexto exposto até o momento, cabe destacar que esse artigo é um recorte da tese, que buscou investigar a formação da agenda governamental de políticas públicas para mulheres portadoras de endometriose. Assim, se estabeleceu identificar qual foi a contribuição e o papel do movimento social e o ativismo institucional na discussão e no processo de entrada na agenda da primeira política federal de endometriose no Brasil?

Para identificar a contribuição, preocupou-se em fazer um mapeamento de atores e identificar a sua participação e contribuição para temática da formação de agenda governamental de endometriose no Brasil, assim, concentrando-se em uma análise de rede dos atores políticos, por meio de uma análise documental nos trâmites sobre os Projetos de Lei n. 6.215/2013 e 3.047/2019. Foi realizada a coleta de todas as sessões da Câmara de Deputados e as discussões em comissões relacionadas ao projeto. Esses documentos são analisados com o objetivo de mapear os atores presentes, os seus vínculos com o movimento ou ativismo, além de verificar as principais pautas, as contribuições diante do momento em que a endometriose entra na agenda governamental, por parte de ativistas e do movimento. É importante ressaltar que nesse artigo, será abordada somente a análise de atores por meio de documentos oficiais do governo e relatos disponíveis no site do movimento da Endomarcha.

Atores, subsistemas e Agenda

No processo de formação da agenda governamental, no contexto das políticas públicas, há a presença de diferentes atores, que podem ser visíveis ou invisíveis, conforme apontado por John W. Kingdon (1984). Esses atores podem pertencer ao macrossistema ou ao subsistema, como afirmam Bryan D. Jones e Frank R. Baumgartner (1993). Além disso, podem formar uma coalizão de defesa, composta por atores que compartilham crenças, valores, ideias, objetivos políticos e formas de perceber os problemas políticos, além de pressupostos causais. Esses atores tendem a demonstrar ações coordenadas ao longo do tempo, de acordo com Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith (1988).

Com o intuito de mapear os atores, e não apenas o processo, cabe utilizarmos a ferramenta de análise de redes, focando no subsistema e

nas suas comunidades de políticas públicas. Subsistemas de políticas consistem em um grande número de atores que lidam com questões políticas específicas, operando de forma paralela e independente do macrossistema político vigente (CAPELLA, 2015).

Os processos nesses subsistemas não são controlados exclusivamente por atores estatais; eles são caracterizados por interações entre atores públicos e privados, e há uma preocupação crescente com a diversidade desses atores e suas interações. O conceito de "subsistema político" foi desenvolvido nos Estados Unidos com base na observação de grupos de interesse, comitês do Congresso e agências governamentais, que, por meio de apoio mútuo, influenciam questões legislativas e regulatórias. Esses subsistemas podem ser abertos ou fechados, altamente ou pouco coesos; o primeiro está associado a políticas dinâmicas e inovadoras, enquanto o segundo está ligado a políticas incrementais e ao status quo (CAPELLA, 2015).

A partir da identificação da participação dos atores no processo de formação da agenda, não se pode ignorar a necessidade de explicações sobre o subsistema e suas redes. É importante destacar que existem diversas formas de construção de redes. Dentro delas, há a participação de várias categorias de atores, que podem ou não contribuir para a formação da agenda, como especialistas, ativistas, movimentos sociais e a sociedade civil, organizada ou não.

Segundo Michael Howlett (2002), a teoria das redes políticas tornou-se uma abordagem importante para o estudo da formulação de políticas públicas. Conceitualmente, essa teoria ajudou a abordar diversas questões relevantes relacionadas ao papel dos atores, ideias e interesses nos processos de formulação de políticas. A organização de atores e instituições em conjuntos identificáveis de interações, relevantes para as políticas, facilitou a análise ao transcender as limitações de abordagens puramente comportamentais ou institucionais.

O modelo das comunidades de políticas públicas, proposto por R.A.W. Rhodes, representa um tipo ideal; contudo, nenhuma área de políticas públicas tende a se conformar exatamente a esse modelo (RHODES, 2008, p. 427). Algumas características desse modelo incluem: um número limitado de participantes, com alguns grupos conscientemente excluídos; interações frequentes e de alta qualidade entre todos os membros da comunidade em questões relacionadas às políticas; coerência em valores, filiação e resultados das políticas ao longo do tempo; consenso em torno de ideologias, valores e preferências políticas gerais compartilhados por todos os participantes; e relações de

troca baseadas no controle de recursos por parte de todos os membros da comunidade de políticas (RHODES, 2008).

Diante dos modelos de formação de agenda e formulação de políticas públicas, cabe destacar que as comunidades "são centrais ao modelo de Kingdon, que as caracteriza como um conjunto de especialistas que atuam numa área específica". Os autores também discutem que "as comunidades em torno dos temas da área da saúde são, geralmente, bastante coesas. Embora os participantes tenham vínculos profissionais distintos, as interações são frequentes" (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 460). As comunidades oferecem a possibilidade de pensar em soluções para o desenvolvimento de políticas públicas, sendo consideradas por Ana Claudia Niedhardt Capella e Felipe Brasil (2015), como espaços para experimentar, debater e difundir alternativas. Eles ressaltam, ainda, que essas comunidades seguem uma lógica própria, independente dos acontecimentos eleitorais e das mudanças que esses podem trazer. Além disso, essas comunidades apresentam uma especialização dos atores, não sendo abertas a todos, o que faz com que elas não sejam o verdadeiro ponto de partida para mudanças nas políticas, conforme as críticas ao modelo de Kingdon apontam, especialmente no que tange às soluções articuladas pelos atores.

Ao analisarmos o modelo de Kingdon, observamos que os atores estão presentes no terceiro fluxo, o fluxo político, onde as mudanças dentro do próprio governo afetam a agenda. Nesse contexto, Kingdon sugere que alguns atores são influentes na definição da agenda governamental, enquanto outros têm maior influência na definição das alternativas. Em resumo, os atores "visíveis" exercem uma influência mais marcante na definição da agenda, participando ativamente dos fluxos de problemas e de política, os quais, como vimos, são responsáveis por criar oportunidades de acesso à agenda governamental. Por outro lado, os participantes "invisíveis" são determinantes na escolha das alternativas, atuando principalmente na agenda de decisão (KINGDON, 2003).

Na abordagem do equilíbrio pontuado, os subsistemas são constituídos como comunidades de especialistas, caracterizados pela estabilidade e pela participação limitada. Uma alternativa aos subsistemas são os monopólios de políticas, que se distinguem por uma imagem da política, a qual pode ter valores políticos e é controlada por atores que moldam a interpretação do problema e como ele será percebido e debatido. Um monopólio é um tipo específico de subsistema, definido como um conjunto de atores (burocratas, analistas de políticas

públicas, políticos, lobistas, acadêmicos, entre outros) que compartilham um entendimento comum sobre uma questão (como cultura, meio ambiente, segurança pública etc.), unidos por um interesse predominante. Esses monopólios também se caracterizam pelos arranjos institucionais que mantêm o processo decisório restrito a um grupo limitado de atores. No entanto, o que pode contribuir para mudanças na imagem são acontecimentos que atraem a atenção do governo, bem como alterações na opinião pública, o que possibilita o acesso de diferentes grupos ao processo decisório e leva a questão para a agenda. Quando uma questão ascende ao macrossistema, no qual se encontram os representantes eleitos, o monopólio tende a desaparecer, e o sistema se torna propenso à mudança, já que a atenção dos líderes governamentais e do público pode introduzir novas ideias e novos atores (CAPELLA; BRASIL, 2015).

No que diz respeito às coalizões, Capella e Marcelo Kunrath Silva (2014, p. 77) afirmam que: "Dessa forma, o conceito de coalizões parece se aproximar do significado de comunidades políticas ao pressupor que a especialização é considerada uma condição necessária para que o indivíduo ou grupo influencie o processo de formulação de políticas". [...] Há indivíduos em uma variedade de posições (representantes eleitos e funcionários públicos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores, intelectuais etc.) que compartilham determinadas crenças: valores, ideias, objetivos políticos, formas de perceber os problemas políticos e pressupostos causais, além de demonstrar ações coordenadas ao longo do tempo. As coalizões permitem agregar uma multiplicidade de atores, o que facilita o processo de aprendizado, capaz de modificar crenças, convicções e a distribuição de recursos.

No contexto das coalizões, a maior parte dos processos políticos ocorre dentro do subsistema, mas são influenciados por fatores mais amplos, presentes no sistema político e socioeconômico em geral, cujas decisões também afetam o macrossistema. O que mantém a coalizão coesa é o compartilhamento de crenças entre seus membros, crenças essas que direcionam a política pública promovida pela coalizão. Em alguns momentos, esses membros podem divergir em questões menores, evitando a formação de uma coalizão de convergência, que seria motivada por interesses próprios de curto prazo.

Dessa forma, percebemos a participação de diversos atores. Para responder à nossa pergunta de pesquisa, é importante abordarmos brevemente os dois atores centrais deste estudo: Movimentos Sociais e Ativistas Institucionais.

Movimentos Sociais

A literatura sobre movimentos sociais tem sido historicamente caracterizada pela tensão entre institucionalização e contestação, envolvendo tanto ativismo quanto política institucional. Entende-se por movimentos sociais aqueles que combinam conflito social com um projeto cultural e que promovem um novo uso dos valores morais, se baseando na consciência de um conflito com um adversário social (TOURAINE, 2003, p. 119). Esses movimentos buscam mudanças "à margem do sistema político, sendo menos institucionalizados que os grupos de interesse e mantendo menos vínculos rotineiros com os governos" (BURSTEIN, 1999, p. 7).

David Meyer (2004) destaca que, embora estudiosos de políticas públicas frequentemente atribuam aos movimentos sociais um papel no processo de definição de agendas, os mecanismos que explicam essa influência raramente são especificados: trata-se de algo que ocorre fora da política institucional, mas que impacta a agenda interna. Do ponto de vista dos movimentos sociais, a política é frequentemente vista como um resultado da mobilização, e as mudanças nas políticas são rastreadas para identificar a influência desses movimentos. No entanto, o processo político é, muitas vezes, descrito de maneira simplista, sem atenção às suas nuances e contingências (MAYER, 2004).

Ao considera os movimentos sociais como uma adição ao arcabouço teórico da política institucional e não como uma alternativa, Mayer (2004), observa que os estudiosos de políticas públicas têm reconhecido um papel para os movimentos sociais, mas esse papel ainda é relativamente pequeno. Ele ressalta que os movimentos sociais não são atores homogêneos e que as organizações de movimentos sociais atuam não apenas em prol de reformas políticas, mas também para assegurar sua continuidade institucional. Além disso, o tempo disponível para que um movimento social capture a imaginação política de um grande número de atores, como políticos eleitos e a mídia, é limitado. É possível pensar o papel dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas como: (1) parte de um contexto histórico, político e organizacional em que a mobilização emerge, se desenvolve e exerce influência (ou não); e (2) um conjunto de processos, como a criação de questões, a definição de agendas, a construção de coalizões, a estruturação e a implementação de políticas, participando dentro do Estado.

Diante disso, os movimentos sociais podem produzir mudanças em políticas públicas ao integrarem redes e comunidades de políticas, interagindo com outros atores estatais e da sociedade civil, indicando que o espaço de atuação e os resultados alcançados pelos movimentos sociais dentro dessas redes são condicionados pela trajetória institucional de cada política, especialmente pela configuração de sua burocracia e pelos vínculos históricos entre os atores políticos relevantes (ABERS, 2018).

Rebecca Neaera Abers e Marianne von Bülow (2011) identificam dois padrões principais de interseção entre movimentos sociais e o Estado nas últimas duas décadas: a presença de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir do diálogo entre ativistas que atuam dentro e fora do Estado. Segundo Abers, Silva e Luciana Tatagiba (2018), os movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência com diversos atores e instituições, promovendo mudanças em políticas públicas ao integrarem comunidades políticas e ao interagirem com redes que envolvem outros atores estatais e sociais.

Ativistas Institucionais

Ativistas institucionais são indivíduos que promovem mudanças de dentro das organizações e instituições, atuando em questões que vão desde a transformação de normas organizacionais até em mudanças de políticas públicas (PETTINICCHIO, 2012). Segundo Charles Tilly (1978), esses ativistas têm acesso a recursos institucionais e participam do processo de tomada de decisão. David Pettinicchio (2012, p. 501) argumenta que o conceito de ativismo institucional é flexível, pois engloba pessoas que, embora não façam parte formalmente de movimentos sociais, identificam-se com suas causas e utilizam suas posições institucionais para alcançar os objetivos desses movimentos. Esses ativistas atuam de forma proativa, muitas vezes, promovendo ações não previstas ou solicitadas pelos movimentos sociais.

Abers e Tatagiba (2014), em seu estudo de caso sobre políticas de saúde da mulher no Ministério da Saúde, utilizam o conceito de ativismo institucional para analisar o que ocorre quando ex-integrantes de movimentos sociais assumem cargos no governo com o objetivo de promover suas agendas. Portanto, argumentam que, embora essas ativistas consigam criar oportunidades para avançar suas pautas, elas

enfrentam tensões e resistências, especialmente ao lidarem com conflitos com outros setores sociais e com a oposição no Poder Legislativo.

No contexto brasileiro, as relações entre o Estado e a sociedade civil passaram por profundas transformações ao longo das últimas três décadas. Com a redemocratização, mais atores da sociedade civil começaram a interagir com as autoridades dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, buscando garantir que suas demandas fossem incorporadas institucionalmente. Essa interação resultou em uma crescente institucionalização dessas demandas, seja por meio de instâncias participativas, seja pela formulação de políticas setoriais em áreas como a saúde (LAVALLE; SZWAKO, 2015).

Abers, Silva e Tatagiba (2018) destacam que os resultados dos movimentos sociais dentro dessas redes institucionais são condicionados pela trajetória histórica de cada política e pelos vínculos construídos entre os atores políticos relevantes. As tradicionais práticas de protesto foram transformadas à medida que atores estatais passaram a investir em processos de negociação mais dinâmicos e interativos, muitas vezes, mobilizando relações pessoais para promover as agendas dos movimentos sociais dentro do governo (ABERS; TATAGIBA, 2015).

Essa perspectiva sugere que os movimentos sociais têm aliados dentro das instituições políticas, o que pode abrir oportunidades para a implementação de suas pautas. Sidney Tarrow (1994) enfatiza a importância desses aliados institucionais, que se revelam como atores estratégicos na promoção das demandas dos movimentos. Nesse sentido, ativistas com filiações múltiplas – a partidos, movimentos sociais, órgãos governamentais e associações profissionais – desempenham um papel importanto, não apenas para levar as demandas dos movimentos sociais ao Estado, mas também para moldá-las como políticas públicas (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

O ativismo dentro do Estado, antes ignorado pela literatura sobre movimentos sociais, tem ganhado maior atenção nos últimos anos. A ideia de que ativistas poderiam operar dentro da burocracia governamental foi inicialmente descartada, mas estudos recentes começaram a explorar esse fenômeno. Abers (2019) conceituou o ativismo institucional, identificando duas dimensões analíticas principais: a primeira refere-se à defesa de uma causa específica que está sob ameaça ou que precisa ser promovida em oposição a outras; a segunda envolve uma dimensão proativa, na qual burocratas buscam ativamente oportunidades para defender suas causas dentro do Estado. Abers também enfatiza que o ativismo institucional não depende

necessariamente de vínculos formais com movimentos sociais, mas sim do compromisso dos burocratas com determinadas causas. Assim, o debate sobre o ativismo desloca-se de "quem são os ativistas" para "como diferentes formas de ativismo operam".

Endometriose: seus atores e ativismo no subsistema político

A primeira Audiência Pública, de número 0774/13, foi realizada no dia 13 de junho de 2013, na Comissão de Seguridade Social e Família. Durante a audiência, as principais pautas e questões levantadas giraram em torno dos pareceres e dos avanços clínicos no tratamento da endometriose, apresentados pelos profissionais de saúde presentes. O Deputado Roberto de Lucena, do Partido Verde de São Paulo, que posteriormente se tornou o autor do Projeto de Lei sobre Endometriose em 2013, relatou que havia conhecido o tema apenas três meses antes da audiência. Durante sua fala, registrada em documento oficial, ele compartilhou um testemunho marcante:

> "[...] Ouvi atentamente o depoimento de uma jovem senhora que narrou o seu drama e contou o seu sofrimento, sofrimento que vem desde a adolescência, por causa da endometriose. [...] E é por causa desse relato, em nome da saúde das mulheres do nosso País, que me sinto, como parlamentar, na obrigação de trazer para esta Casa e para esta Comissão a discussão sobre esta doença, a discussão sobre o que o poder público tem feito para diagnosticar e tratar a endometriose."

O caráter da primeira audiência pública foi informativo, oferecendo contextualizações e relatos dos envolvidos. Entre os participantes estavam: Roberto de Lucena, deputado responsável pela audiência e autor do projeto de lei; Maurício Abrão, presidente da Associação Brasileira de Endometriose e Ginecologia Minimamente Invasiva; Manoel Orlando Gonçalves, médico radiologista; Marcelo Averbach, cirurgião colorretal; Claudia Vasconcelos, presidente do portal de Informação e Apoio às Portadoras de Endometriose, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); e Maria Esther de Albuquerque Vilela, coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Nesse sentido, percebemos que especialistas da área de saúde foram convidados, assim como uma ativista sobre endometriose.

O trabalho de muitos dos participantes junto a mulheres portadoras de endometriose proporcionou a oportunidade de relatar e

comentar as dificuldades enfrentadas, desde as perdas pessoais até os desafios no diagnóstico precoce da doença. Um lamento recorrente foi a escassez de médicos capacitados para realizar um diagnóstico preciso. Durante a audiência, foram propostas ações, como a criação de um guia de orientação para profissionais da atenção básica, baseado em protocolos clínicos, que incentivassem uma escuta atenta das queixas dessas mulheres. Além disso, discutiu-se a necessidade de qualificar os médicos da atenção básica, incluindo os de saúde da família, para prevenir e tratar a endometriose precocemente, evitando que a doença progrida para estágios avançados. Também foi sugerida a criação de centros de excelência, que poderiam disseminar boas práticas, compartilhar conhecimento e treinar a rede do SUS para realizar diagnósticos mais eficientes. Nesse sentido, percebemos que por uma predominância de especialistas em saúde, as pautas e discussões são levadas em uma direção mais técnica.

No dia 27 de agosto de 2013, ocorreu um seminário sobre endometriose promovido pela Frente Parlamentar da Luta Contra a Endometriose. Diversos atores participaram do evento, entre eles: Sandra Rosado, Rosane Ferreira, Carmen Zanotto, Dr. Ubiali e Roberto de Lucena, todos deputados; Maurício Simões Abrão, diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Endometriose; Alysson Zanatta, Doutor em Medicina pela USP; Frederico José Silva Corrêa, supervisor do Programa de Residência Médica em Reprodução Humana do Hospital Regional da Asa Sul (DF); Claudia Vasconcelos, presidente do portal de Informação e Apoio às Portadoras de Endometriose; Luciano Gibran, diretor do Núcleo de Endoscopia Ginecológica e Endometriose do Hospital Pérola Byington; além de Tânia Castro e Claudia Marques, assessoras da Câmara dos Deputados.

Também marcaram presença representantes da Secretaria da Mulher, como Rita Rabelo; da Coordenação de Saúde da Mulher, do Ministério da Saúde; do Conselho Nacional de Saúde; da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Distrito Federal; do SENAC; da Bayer; do COREN; da Secretaria de Saúde do DF, representada por Solange Souza; da Saúde da Mulher, por Vanessa Peres; e da Procuradoria da Mulher, por Ana Carolina Vilanova. O seminário abordou o tema “aspectos gerais das dificuldades no diagnóstico e tratamento das portadoras de endometriose”. Aqui percebemos uma quantidade de atores visíveis como os deputados e invisíveis como os especialistas. Entretanto, há a ativista Claudia Vasconcelos. É importante ressaltar que as discussões parecem permanecer em nível de Estado.

O seminário foi iniciado com o objetivo de aprofundar a discussão sobre endometriose e a criação da Frente Parlamentar dedicada ao tema, com a participação de especialistas, agentes do Estado e parlamentares. Tânia Castro e Claudia Marques foram destacadas por seus esforços em trazer à tona a discussão sobre a endometriose e seu impacto na saúde pública. Uma das questões centrais levantadas foi a dificuldade no diagnóstico da doença, enfatizando que, muitas vezes, mesmo com múltiplos exames de ultrassonografia, lesões significativas não são identificadas. Esse fato evidencia a complexidade da endometriose e a necessidade de melhorar os métodos diagnósticos.

Luciano Gibran, diretor do Núcleo de Endoscopia Ginecológica e Endometriose do Hospital Pérola Byington, mencionou que o hospital realiza quatro cirurgias por semana para tratar endometriose, sendo três sem comprometimento intestinal e uma com comprometimento intestinal. Ele ressaltou que, apesar de parecer um número reduzido, é significativo em comparação com outros hospitais do SUS, que realizam ainda menos cirurgias desse tipo. O hospital atende apenas pacientes já diagnosticadas na rede metropolitana e nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), e Gibran forneceu detalhes sobre os números de atendimentos e as patologias tratadas.

O seminário seguiu com discussões sobre a formação de médicos especializados na área, e ao final, foi aberta a palavra para representantes da sociedade e dos agentes presentes. A fala de Claudia Marques se destacou:

> "[...] A gente sabe, deputado, que o mandato passa, que as coisas passam, mas eu acho que a endometriose não pode passar. Já passou da hora de a endometriose ser reconhecida como uma doença grave no Brasil e que precisa do apoio e da formação, da capacitação do cirurgião, dos instrumentos, que são supercaros, porque, com todo o respeito aos laboratórios, a medicação não adianta. No meu caso, não adianta eu tomar uma medicação se eu tenho os focos. Então, é preciso diagnosticar, remover esses focos com competência e aí, sim, tentar os outros métodos. Espero que vocês realmente nos ajudem. Eu e a Tânia não vamos mais largar isso, independentemente de mandato, independentemente se nós vamos continuar trabalhando na Câmara dos Deputados. Abraçamos essa causa e a levamos para frente."

Esse relato de Claudia Marques estabelece uma conexão direta com o conceito de ativismo institucional, mostrando como tanto ela quanto Tânia Castro têm desempenhado um papel ativo ao intensificar o debate

sobre endometriose dentro do Estado, independentemente de cargos políticos formais.

No dia 6 de maio de 2014, ocorreu uma reunião de trabalho na Comissão de Seguridade Social e Família, com a presença dos seguintes participantes e seus respectivos vínculos: Alexandre Roso, deputado; Rosane Ferreira, deputada; Marcos Montes, deputado; Janete Rocha Pietá, deputada; e Alysson Zanatta, Doutor em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. A reunião contou com representantes de importantes sociedades de classe, como Dr. Mauricio Abrão, Presidente da SBE; a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO); e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Laparoscópica (SOBRACIL). Voltando os atores a serem predominantes do Estado.

Durante a reunião, o deputado Marcos Montes sugeriu que qualquer ação proposta fosse precedida por uma visita ao ministro da Saúde. Alguns dados e informações sobre a doença foram brevemente discutidos e apresentados pelos especialistas presentes. Destacou-se que, além de um conjunto de equipamentos, a capacitação médica é fundamental para um tratamento eficaz da doença, e essa questão precisa ser discutida não apenas no âmbito do Ministério da Saúde.

No contexto do debate, Alexandre Roso expressou desconhecimento sobre o movimento da Endomarcha, afirmando: “Nós não esperamos que as mulheres saiam às ruas, como os movimentos sociais, para defender uma questão dessas, até porque há uma questão educacional. Muitas delas estão com a doença e não sabem”. Foi então informado sobre a existência de um movimento mundial do qual o Brasil passou a fazer parte em 2014. Contudo, Roso comparou a mobilização com as manifestações de 2013, argumentando que esse tipo de mobilização não sensibiliza as autoridades.

Tânia Cabral, assessora na Câmara dos Deputados, explicou sobre o movimento da Endomarcha:

> “[...] Quanto à marcha, nós já realizamos uma em São Paulo este ano, ainda que pequena. Hoje, alcançamos quase 10 milhões de mulheres. Temos o maior blog sobre o tema, chamado ‘A Endometriose e Eu’. Já definimos nossas prioridades, como a conscientização durante a Semana de Endometriose, a mobilização para a Marcha, e a necessidade de atenção especial nos hospitais públicos das universidades federais em todo o país. Enquanto no setor privado a situação é difícil, no SUS é praticamente inexistente. Também estamos buscando um pacto nacional para o combate à endometriose, focado no diagnóstico precoce [...]”.

A Marcha Mundial foi idealizada, em 2014, pelo médico americano Dr. Camran Nezhat, pioneiro na videolaparoscopia, tem o objetivo de promover a conscientização de governos e populações sobre a seriedade da doença. Atualmente a marcha conta com mais de 70 países participantes. No Brasil, o movimento ganhou forma em 2014, com a jornalista Caroline Salazar, escolhida pelo Dr. Nezhat como líder nacional do evento, que ocorre em março, mês mundial de conscientização da endometriose. A partir dessa marcha, leis focadas na conscientização e disseminação de informações sobre a doença começaram a surgir em diversos municípios do país, esses variam conforme os anos, no primeiro ano do movimento, em 2014 haviam apenas 4 cidades, já em 2019 haviam 20 cidades, como Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Baixada Santista, Campo Grande, Curitiba, Goiânia, Feira de Santana, Florianópolis, Fortaleza, Leme, Londrina, Maringá, Salvador, São Luís, São Paulo, Sorocaba, Rio de Janeiro e Uberlândia.

Entretanto, no ano de 2024, a Endomarcha contou apenas com 6 cidades, sendo essas Boa Vista (RR), Brasília (DF), Feira de Santana (BA), Londrina, Maringá (PR) e São Paulo (SP), conforme relatado nas redes sociais da Endomarcha. Durante o período da pandemia da covid19 a Endomarcha ocorreu de forma online. A marcha é realizada anualmente, desse modo, as mulheres ocupam as ruas das cidades participantes buscando chamar atenção para a doença e pela busca de políticas públicas. No cenário investigado, cabe ressaltar que o movimento não apresenta conexões com outros movimentos sociais. A existência de diversas cidades participantes se dá por meio de um cadastro, sendo pré-aprovado pela líder do movimento filiar a cidade para que ocorresse a manifestação.

Ficou evidente o desconhecimento inicial do parlamentar que conduzia o grupo sobre a Endomarcha, sendo ele informado por um especialista de saúde e por Tânia Cabral, assessora parlamentar e que apresentava ter vínculo com o movimento. Além do movimento social, diversos atores, incluindo especialistas, representantes do Estado e da sociedade civil organizada, têm lutado por políticas públicas voltadas à endometriose desde 2013, como demonstram os trâmites dos projetos de lei sobre o tema. Conforme Abers, Silva e Tatagiba (2018), movimentos sociais estão inseridos em relações de interdependência com diversos atores e instituições, produzindo mudanças nas políticas públicas ao integrarem comunidades e redes, interagindo com outros setores da

sociedade e do Estado. Nesse contexto, o ativismo institucional se alia ao movimento da Endomarcha, reforçando sua importância e alcance dentro do Estado, por meio de Tânia Cabral e Claudia Marques.

No dia 10 de junho de 2014, foi realizado outro seminário na Comissão de Seguridade Social e Família, com a presença dos seguintes participantes e seus respectivos vínculos: Janete Rocha Pietá, deputada; Alexandre Roso, deputado; Amauri Teixeira, deputado; Vinícius Ximenes Muricy, diretor da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde (DDES) da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Ângela Fontes, representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Tatiana Coimbra, representante do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde; Maurício Abrão, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Endometriose; Paulo Ayroza Ribeiro, chefe do Setor de Endoscopia Ginecológica e Endometriose do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Santa Casa de São Paulo; Alysson Zanatta, Doutor em Medicina pela Universidade de São Paulo; e Caroline Salazar, líder brasileira da Marcha Mundial de Conscientização sobre a Endometriose. Aqui percebemos a primeira interação entre líder do movimento social e o Estado, junto dos parlamentares e especialistas.

O seminário destacou que a endometriose é um desafio significativo para as políticas públicas, desde o diagnóstico até a execução dos procedimentos necessários. A identificação precoce da doença é particularmente complexa devido à ampla gama de sintomas e aos graves impactos na qualidade de vida das pacientes. Nesse contexto, a discussão girou em torno da importância de compreender melhor as reivindicações e formulações do movimento mundial que trata da endometriose, com o objetivo de incorporá-las nas políticas públicas.

Tatiana Coimbra, representante do Ministério da Saúde, informou que a saúde da mulher era uma prioridade dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Especificamente, a endometriose estava recebendo atenção na Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres, onde, com o apoio de especialistas e diversos departamentos do Ministério da Saúde, estava sendo desenvolvido um manual para o diagnóstico precoce da endometriose na atenção básica. Além disso, ela destacou que tanto o diagnóstico quanto o tratamento da endometriose eram oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Durante a audiência, houve relatos pessoais de mulheres que convivem com a doença, além de um depoimento de Caroline Salazar, representante da Endomarcha, movimento social de endometriose no Brasil. Ela mencionou que muitas ativistas se afastam da causa após terem filhos ou

experimentarem melhoras significativas, mas afirmou que, mesmo se considerada curada, continuaria lutando pela conscientização e tratamento da endometriose.

Após um período de interrupção na agenda, sendo explicado na tese que estuda a formação da agenda governamental, a temática da endometriose voltou à Câmara dos Deputados em 2019, quando a deputada Daniela do Waguinho (MDB/RJ) apresentou um projeto de lei inspirado pelo movimento da Endomarcha. Este movimento, segundo a deputada, foi essencial para reavivar o debate sobre a doença. Os Projetos de Lei de 2013 e 2019 foram então unificados. Em 2020, a Dra. Soraya Manato (PSL/ES) solicitou a votação em regime de urgência do Projeto de Lei n. 3.047, de 2019, que foi aprovado pela Câmara em 20 de fevereiro de 2020 e encaminhado ao Senado. No dia 16 de março de 2022, o Senado aprovou o projeto, que foi sancionado pelo Presidente da República em abril de 2022.

Primeiramente, é importante destacar que o processo envolveu uma variedade de atores, incluindo parlamentares, ativistas, ativistas institucionais, especialistas em endometriose, a representante do movimento Endomarcha e do Ministério da Saúde. Embora se esperasse a formação de uma comunidade de políticas públicas, o caso brasileiro se caracteriza mais como uma rede temática. Essa rede é marcada por uma participação ampla, mas com interações e acessos voláteis nas discussões sobre o tema no Estado, o que resulta em baixa integração entre os membros, ausência de consenso, conflitos, e relações assimétricas de poder. No caso estudado, as interações flutuantes e a falta de consenso entre os membros geraram conflitos, com uma interação baseada em consultas, em vez de negociações, e um desequilíbrio de poder entre os atores.

Apesar da ampla participação de atores envolvidos na temática da endometriose no Brasil — como parlamentares, associações de pacientes, profissionais da saúde, ativistas e usuários das redes sociais — o que se observa é uma estrutura relacional que se aproxima mais de uma rede temática do que de uma comunidade de políticas públicas consolidada. um exemplo de conflito recorrente ocorre entre diferentes grupos da sociedade civil organizada: algumas associações priorizam a infertilidade como principal eixo de atenção da política pública, enquanto outras — em especial aquelas lideradas por mulheres com trajetória militante feminista — defendem a centralidade das dores crônicas e da qualidade de vida. Tal disputa revela um desacordo sobre qual problema público

deve ser priorizado e, portanto, sobre qual narrativa deve conduzir a formulação da política.

Outro aspecto importante diz respeito à assimetria de poder entre atores institucionais e não institucionais. Enquanto parlamentares detêm capacidade formal de proposição e tramitação legislativa, os grupos de pacientes e ativistas enfrentam obstáculos para acessar espaços de decisão, muitas vezes, restringindo sua atuação à pressão em redes sociais e à mobilização pública pontual, como na Endomarcha. Além disso, observa-se uma desigualdade regional e de classe no engajamento e na visibilidade das ações. A maior parte dos grupos organizados e das lideranças com voz pública provém de regiões urbanas do Sudeste e são compostas por mulheres com ensino superior completo e acesso a planos de saúde. Essa concentração contribui para a invisibilização de portadoras de endometriose em contextos mais vulnerabilizados — como mulheres negras, periféricas, do Norte e Nordeste —, cujas necessidades específicas não são plenamente contempladas nas pautas formuladas.

Esses elementos impactam diretamente a efetividade da política pública, pois dificultam a consolidação de uma agenda coerente, a formação de coalizões duradouras e a mobilização de recursos estatais. A configuração em rede temática, por sua fluidez e descontinuidade, compromete a capacidade de influenciar o ciclo completo da política — da formulação à implementação — e perpetua um cenário de políticas fragmentadas, episódicas e, muitas vezes, limitadas à simbologia legislativa, como a instituição de datas comemorativas, em detrimento de ações estruturais e contínuas.

No contexto do ativismo institucional, o tema da endometriose ganhou visibilidade graças à atuação de assessoras parlamentares como Cláudia e Tânia na Câmara dos Deputados em 2013. Cláudia, em particular, conseguiu chamar a atenção do deputado Roberto de Lucena, que se interessou pelo tema e decidiu realizar uma série de audiências públicas e redigir um projeto de lei para conscientizar sobre a doença. Já, Tânia apresenta relações entre o âmbito institucional do Estado e o movimento social, apresentando pautas que considerava importante. Além disso, Cláudia Vasconcellos, uma ativista de endometriose em 2013 que não fazia parte de instituições governamentais, destacou diversas questões enfrentadas pelas portadoras da doença, contribuindo para a construção do problema público quando esse chamou atenção a primeira vez em 2013.

No dia 10 de junho de 2014, a representante do movimento Endomarcha participou pela primeira vez de uma audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a endometriose. Vale lembrar que a primeira audiência pública sobre o tema havia ocorrido em 13 de junho de 2013. Abers, Silva e Tatagiba (2018) destacam que "o espaço para a atuação dos movimentos e os resultados que alcançam dentro dessas redes são condicionados pela trajetória institucional de cada política [...] e pelas formas como se construíram os vínculos entre os atores políticos relevantes". Ao observar o cenário, por meio de um mapeamento das documentações e uma linha temporal das políticas, já havia médicos, agentes do Estado e políticos organizados e debatendo o tema quando o movimento surgiu no contexto político e social. Ou seja, enquanto o projeto de lei ainda estava em discussão no contexto institucional, nas comissões da Câmara dos Deputados, o movimento Endomarcha se inseriu na discussão, formando vínculos com atores, especialmente médicos da área. Antes disso, o movimento já havia tentado aproximações políticas, como o envio de duas cartas à presidente Dilma Rousseff em 2014. Percebemos que a inserção da temática ocorre via ativismo institucional, entretanto, esse apresenta aproximações entre Estado e movimento social, após o surgimento do movimento, pois anteriormente a pauta ficava em torno do Estado e sendo discutida nesse âmbito.

O movimento Endomarcha obteve algumas conquistas ao inserir a endometriose na agenda governamental, tanto em nível municipal quanto estadual. No entanto, ainda luta por direitos para as portadoras da doença em nível federal. Como as políticas de saúde são descentralizadas no SUS, cabe a cada município ou estado abordar a doença. Dada a gravidade da endometriose, com o apoio de deputados como Roberto de Lucena e, posteriormente, Daniela do Waguinho, que possui ligação com o movimento liderado por Caroline Salazar, é possível afirmar que os movimentos sociais contam com aliados dentro das instituições políticas. Esses aliados são cruciais para a criação de oportunidades políticas e para avançar suas pautas e ideias dentro das instituições (TARROW, 1994). Nesse sentido, percebemos que o movimento social da endometriose não possui uma luta enquanto conflito com o Estado, e sim, estão constantemente dispostos a contribuir com o Estado para formulação das políticas públicas.

Entretanto, é importante ressaltar que o tema já havia sido incluído na agenda governamental e discutido em comissões e audiências públicas na Câmara antes do movimento Endomarcha ganhar força.

Portanto, é necessário identificar quais atores estatais se posicionaram e demonstraram conhecimento sobre a endometriose, incluindo assessoras, servidores e agentes do Estado, alguns dos quais também são portadoras da doença. Inicialmente, a ideia de que ativistas pudessem trabalhar dentro da burocracia governamental era descartada, mas nos últimos anos, essa possibilidade tem sido explorada em estudos sobre movimentos sociais. Abers (2019) conceituou o ativismo institucional, destacando duas dimensões analíticas: a primeira aborda a defesa de uma causa específica, ameaçada ou que necessita de proteção; a segunda trata da dimensão proativa dos burocratas, ou seja, o ativismo institucional consiste na busca por oportunidades para defender uma causa dentro do Estado.

É relevante considerar a proposta de Abers de que o ativismo institucional não pressupõe vínculos diretos entre os burocratas e os movimentos sociais. No contexto da endometriose, é interessante observar que os atores envolvidos na discussão do tema no subsistema político e na criação de redes. As ativistas institucionais se tornaram próximas do movimento social que surgiria meses depois das discussões iniciais. Abers argumenta que o caráter ativista dos burocratas está nos compromissos que eles estabelecem com determinadas causas, deslocando o debate de quem são os ativistas para como diferentes formas de ativismo institucional operam dentro do Estado.

Conclusão

É possível perceber que, no início do mapeamento da entrada da endometriose na agenda pública, o ativismo institucional das assessoras parlamentares foi fundamental para que o deputado Roberto de Lucena tomasse conhecimento da questão. Isso possibilitou que a doença fosse abordada na Câmara dos Deputados, resultando nas audiências públicas convocadas em 2013. Naquele ano, o movimento social ainda não existia. No entanto, a participação de especialistas e entidades de classe nas discussões, com o intuito de informar sobre a doença, seus avanços e as dificuldades enfrentadas, tanto pelo corpo clínico quanto pelas próprias portadoras, que pertenciam ao Estado, contribuiu para a construção do problema público. Apesar de esse problema ainda não ter se consolidado em um discurso comum, e as soluções possíveis não estarem claramente delineadas, as políticas públicas para a endometriose foram reconhecidas como necessárias nas comissões onde o tema foi discutido.

Os relatos de médicos, ativistas e indicadores sociais, econômicos e de saúde impactaram significativamente os parlamentares.

A partir de 2014, com o surgimento do movimento Endomarcha, que se expandiu para além de São Paulo, houve uma crescente mobilização das mulheres para chamar a atenção do Estado para a doença. No entanto, muitos parlamentares ainda desconheciam o movimento, e não esperavam uma mobilização significativa por parte dessas mulheres. Mesmo assim, todos os anos, em março, essas mulheres vão às ruas em busca de políticas públicas. O movimento se aproxima do Estado, e o ativismo institucional facilita essa aproximação, como observado no caso das assessoras parlamentares. No entanto, outros agentes públicos e do Estado, embora possam praticar o ativismo, não necessariamente se integram ao movimento. A voz do movimento foi acolhida em 2014, mas foi somente em 2019 que a deputada Daniela do Waguinho referenciou o movimento ao trazer novamente a endometriose para a pauta parlamentar, portanto, percebemos que o movimento se aproxima do Estado, não vendo essa interação como conflito, e sim, participação para formulação de políticas públicas.

Portanto, observamos que, entre os vários atores envolvidos nas discussões sobre políticas de endometriose, os ativistas institucionais e o movimento social desempenharam papéis fundamentais. Em especial, os ativistas institucionais foram cruciais para impulsionar a questão na agenda governamental, ao chamar a atenção inicial de Roberto de Lucena, que articulou a formação do problema público e da agenda. Após o bloqueio dessa agenda em 2015, como descrito na tese da pesquisadora, o movimento social, junto com Daniela do Waguinho, retomou a questão, demonstrando a importância dessas articulações para a continuidade do debate. No dia 16 de março de 2022, o Senado aprovou o projeto, que foi sancionado pelo Presidente da República em abril de 2022.

Por fim, percebemos que com o avanço das políticas na agenda governamental, que vem sendo levantadas por parlamentares desde então, há um esvaziamento do movimento social, sendo perceptível com a diminuição das cidades participantes da Endomarcha, e inclusive, com o período da pandemia de covid19, em que as movimentações estavam em âmbito online, sendo retomadas em menor escala posteriormente. Mas, cabe destacar que o ativismo institucional e o movimento social foram atores importantes para o impulsionamento da agenda e nas novas pautas que surgiram em âmbito do Estado, podemos perceber a

atuação da líder da Endomarcha junto aos parlamentares, principalmente em audiências públicas.

Ademais, foi identificado e sugere-se para posteriores pesquisas sobre o tema, olhar para os pequenos movimentos que surgem em paralelo em São Paulo, que atuam em âmbito Estadual e Municipal revindicando e lutando por políticas públicas, bem como, fornecendo suporte e amparo aos portadores de endometriose.

Referências

ABERS, Rebecca Neaera. Bureaucratic activism: pursuing environmentalism inside the Brazilian state. Latin American Politics and Society, v. 61, n. 2, p. 21-44, 2019.

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 15-46, 2018.

ANDRES, Marina de Paula et al. Endometriosis is an important cause of pelvic pain in adolescence. Revista da Associação Médica Brasileira, v. 60, n. 6, p. 560-564, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENDOMETRIOSE E GINECOLOGIA MINIMAMENTE INVASIVA (SBE). Informações sobre endometriose. São Paulo, [s.d.]. Disponível em: https://sbendometriose.com.br/. Acesso em: 20 mar. 2019.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS). Endometriose. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/endometriose/. Acesso em: 20 mar. 2019.

BURSTEIN, Paul. Bringing the public back in: should sociologists consider the impact of public opinion on public policy? Social Forces, v. 77, n. 1, p. 27–62, 1998.

CARVALHO, Maria João et al. Endometriose: recomendações de consenso nacionais - tratamento médico. Acta Obstet Ginecol Port, v. 10, n. 3, p. 257-267, set. 2016. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-58302016000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2020.

JONES, Bryan D.; BAUMGARTNER, Frank R. Agendas and Instability in American Politics. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza; SZWAKO, José. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência. Sociologias, v. 17, n. 40, p. 52–87, 2015.

MEYER, David S. Protest and political opportunities. Annual Review of Sociology, v. 30, p. 125–145, 2004.

PETTINICCHIO, David. Institutional activism: Reconsidering the insider/outsider dichotomy. Sociology Compass, v. 6, n. 6, p. 499–510, 2012.

PODGAEC, Sérgio. Endometriose. Coleção Febrasgo. Elsevier Brasil, 2015.

RIVERA, Mariana Fagundes de Almeida; SCARCELLI, Ianni Regia. Contribuições feministas e questões de gênero nas práticas de saúde da atenção básica do SUS. Saúde em Debate, v. 45, p. 39-50, 2021.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank. The advocacy coalition framework: An assessment. In: SABATIER, Paul A. (ed.). Theories of the policy process. Boulder: Westview Press, 1999. p. 117–166.

SIMOENS, Steven; HUMMELSHOJ, Lone; D'HOOGHE, Thomas. Endometriosis: cost estimates and methodological perspective. Human Reproduction Update, v. 13, n. 4, p. 395-404, 2007.

SOUZA, Carlos A. et al. Quality of life associated to chronic pelvic pain is independent of endometriosis diagnosis—a cross-sectional survey. Health and Quality of Life Outcomes, v. 9, p. 1-5, 2011.

TARROW, Sidney. Power in movement: social movements, collective action and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Movements, Activism and Endometriosis. Mapping Actors in the Agenda-setting in Brazil

Abstract. Endometriosis is a benign gynecological condition characterized by the presence of endometrial tissue outside the uterine cavity, affecting over 7 million Brazilian women — approximately one in every ten women of reproductive age. In recent decades, social movements, organized groups, and associations have emerged across the country, primarily through social media, with the aim of raising awareness, promoting recognition, and advocating for public policies to address the disease. This article seeks to map the role of these movements and activists in shaping the governmental agenda on endometriosis, through a documentary analysis of sessions in the Chamber of Deputies, committee discussions, and the proceedings of Bills No. 6.215/2013 and 3.047/2019. The results highlight the significance of institutional activism in the initial inclusion of the topic on the public agenda, and the subsequent articulation with the Endomarcha movement, which enhanced the political visibility of the disease and contributed to the consolidation of specific public policies.

Keywords: Endometriosis; Public policies; social movement; activism.

Manoella TREIS

Doutora em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. MBA de Gestão e Desenvolvimento de Projetos Orientados pela Inovação pela FEEVALE. Graduada em Processos Gerenciais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa NAVi - Núcleo de Aprendizagem Virtual da UFRGS.

Recebido em: 20/03/2023

Aprovado em: 23/10/2024

ISSN 2525-6904

ARTIGO

A potência política do cuidado:

cotidiano da militância feminista e a produção de novos modos de viver na cidade

Luísa Horn de Castro Silveira. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*
Simone Mainieri Paulon. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*
Juliana Baldasso Siqueira. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*
Helena Andrade Ew. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Resumo. O artigo acompanha o cotidiano da Casa de Referência Mulheres Mirabal, uma Ocupação que acolhe mulheres em situação de violência, e teve como foco as relações entre as mulheres ocupantes, a Ocupação e a cidade. O objetivo do estudo é apontar possibilidades de agenciar militância e cuidado no contexto da luta feminista e antirracista em situações de vi olência de gênero. Também são problematizados alguns desafios enfrentados no cuidado sob a ética feminista e seus entrelaçamentos com os modos de vida na cidade. Trata-se de uma pesquisa-intervenção apoiada no método da cartografia, que se dá a partir de um olhar transdisciplinar e decolonial, compondo saberes da Psicologia Social e da Arquitetura e Urbanismo em suas interfaces com outros campos de conhecimento que concorrem para uma leitura da complexidade que o tema da Violência de Gênero evoca. Como resultado, três eixos de análise foram trabalhados: violência de gênero e o direito à cidade, produção de cuidado coletivo entre mulheres e modos de habitar contra-hegemônicos. Considera-se que, nas relações entre si e com a cidade, as mulheres da Casa Mirabal encontram formas de expandir e reinventar modos de existência, afirmando, nos gestos cotidianos, que cuidado e militância são ações inseparáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Violência de gênero. Políticas de cuidado. Direito à cidade.

Introdução

A Casa de Referência Mulheres Mirabal é uma Ocupação localizada em Porto Alegre que acolhe e presta apoio a mulheres em situação de violência. A iniciativa surgiu a partir do Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) – movimento nacional fundado em 2011, com objetivo de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças de gênero. Em 2016, militantes do MMOB ocuparam um imóvel ocioso como forma de protesto ao enfraquecimento das medidas governamentais de combate à violência de gênero - como a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres, aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a pedido do então Governador do Estado (José Ivo Sartori, PMDB). A Ocupação localizava-se no Centro Histórico de Porto Alegre, em um prédio antigo em tom azul desbotado, pertencente a uma congregação religiosa e destinado para fins sociais, mas que estava desde 2013 fechado para reformas. Aproximadamente 50 mulheres ocuparam o prédio. O MMOB, coordenou o movimento de Ocupação e contatou a Delegacia de Mulheres (DEAM), informando que o espaço estaria à disposição para receber mulheres que buscassem ajuda.

Mesmo não sendo reconhecida como um equipamento da rede de assistência e proteção às mulheres, a Casa Mulheres Mirabal passou a receber mulheres em situação de violência, muitas vezes encaminhadas por órgãos como a DEAM e a Defensoria Pública. Após repetidas ameaças de reintegração de posse e diversas mesas de negociação, o Movimento foi forçado a deixar a casa azul do centro e, em setembro de 2018, passou a ocupar um novo local, na Zona Norte de Porto Alegre, onde ainda permanecem. Essa moradia, como tantas outras da capital gaúcha, sofreu graves danos advindos das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. A casa ficou com todo seu primeiro andar alagado e as mulheres precisaram, temporariamente, residir em um abrigo só para mulheres organizado pelo próprio Movimento. Com ajuda de mutirões, doações e muito trabalho das voluntárias e apoiadoras, elas retornaram ao endereço da Ocupação na zona norte, mas seguem em processo de reconstrução.

O presente artigo deriva de uma pesquisa conjunta coordenada pelos programas de pós-graduação de Psicologia Social e de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo realizado entre 2017 e 2020 propôs-se a analisar os modos de vida que compõem a experiência urbana na cidade de Porto Alegre, cartografando

o ir e vir de distintos grupos no cotidiano da cidade. A Casa de Referência Mulheres Mirabal foi um dos sete segmentos de Porto Alegre incluídos na pesquisa, por se constituir como um campo que faz resistência frente aos modos hegemônicos de habitar. Interessava-nos cartografar as diversas formas de viver e se relacionar em uma Ocupação de Mulheres em situação de violência, bem como analisar a relação entre elas, a casa, o Movimento Feminista e a cidade. Como esperado em uma pesquisa-intervenção, esse campo se abriu para muito além do que pudemos prever, revelando possibilidades de análise que passam não só pela questão da moradia, mas também falam sobre as aproximações - ou a impossível dissociação, como defendemos aqui - entre militância e cuidado. As questões que atravessam essa escrita são como que espelhadas, gerando uma reflexão circular e em movimento contínuo: como se produz cuidado através da militância? e; como se constrói militância (e resistência à violência) através do cuidado?

A repetição intencional é a provocação que inaugura esse texto, cujo objetivo é, a partir de experiências vividas entre as mulheres da Mirabal, apontar alguns modos possíveis de agenciar militância e cuidado no contexto da luta feminista e antirracista em situações de violência de gênero, assim como alguns desafios enfrentados cotidianamente nessa tarefa. Veremos que essa discussão está fortemente entrelaçada aos modos de vida na cidade, pois a própria forma de habitar produz e reproduz lógicas de convívio, cuidado e resistência. A análise realizada se dá a partir de um olhar transdisciplinar do campo estudado, que compõe saberes da Psicologia Social e Arquitetura e Urbanismo em suas interfaces com outras disciplinas como os Direitos Humanos, a Sociologia e os Estudos de Gênero.

Falar de cuidado no contexto das lutas feministas remete à conhecida frase de que “o pessoal é político”, popularizada no texto de Carol Hanisch em 1970 (HANISCH, 2006), no qual ela defende que mulheres tenham espaços para compartilhar seus problemas pessoais, posicionamento criticado por muitas mulheres engajadas em movimentos feministas, com base no entendimento de que tudo que se assemelha a uma prática terapêutica vai de encontro com objetivos políticos mais amplos. Isso se deve à ideia de que o objetivo das terapias (descritas no texto de forma genérica, mas podemos pensar em termos do cuidado em saúde mental) seria o de apaziguar o sofrimento individual ajustando as mulheres às condições injustas importas pela estrutura patriarcal - esvaziando, assim, a luta coletiva. Ainda que essa

crítica seja de grande importância, a autora defende que promover o cuidado às questões pessoais, ou a saúde mental, é uma ação política, especialmente se realizada entre mulheres conscientizadas e de forma grupal e coletiva. Ainda, trazer os desafios cotidianos demonstra, na prática, a sobrecarga gerada pela divisão sexual do trabalho reprodutivo, pauta fundamental dos movimentos feministas.

Conforme postulam Guacira Oliveira e Jelena Dordevic (2015), o tema do cuidado segue relevante, já que a palavra "autocuidado" vem sendo utilizada de forma tão individualizante e mercadológica continua a provocar desconfiança por parte dos movimentos sociais. Nesse texto, abordamos a questão do cuidado tanto do ponto de vista dos aspectos emocionais, quando do cuidado cotidiano entre mulheres que vivem juntas. No caso da ocupação, isso se revela nos atos rotineiros de divisão das tarefas, na ajuda que se oferece quando alguma está com qualquer dificuldade e, também, no apoio à companheira que se encontra em situação de fragilidade emocional.

Em uma sociedade na qual a violência de gênero é estruturante, o adoecimento psíquico das mulheres vítimas de violência é uma consequência preocupante e com pouca atenção das instituições públicas. O Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB), nesse sentido, direciona suas ações para o tensionamento do papel e da responsabilidade do poder público para dar conta desse problema. Visa denunciar o desmonte das políticas de combate à violência contra as mulheres, apontando a negligência de gestores, despreparo de equipes e falta de equipamentos públicos para efetivo enfrentamento do tema, como também aponta alternativas coletivas e populares, organizando a sociedade civil para enfrentar o patriarcado e demonstrando ao poder público como essas ações podem e devem ser conduzidas em um governo democrático. Sendo assim, o MMOB é o primeiro movimento da América Latina a organizar Casas de Referência para mulheres sem nenhum apoio público ou privado.

Estudos demonstram que a subnotificação dos casos de violência faz com que os dados oficiais com que trabalhamos neste campo representem apenas uma ponta do iceberg das violências de gênero que nossa cultura heteropatriarcal e racista impõe. Vasconcelos et al. (2023) estimaram, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde, que a subnotificação de violências contra mulheres adultas da mesma faixa etária com relato de violência (VCM) no Brasil foi de 98,5%, para a violência psicológica, 75,9% para a física e 89,4% para violência sexual. Mesmo após uma década de obrigatoriedade, a notificação por parte dos

profissionais de saúde ainda se apresenta como um grande desafio para os órgãos governamentais. Os dados que incluem crianças são ainda mais alarmantes. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que divulga dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, no ano de 2020, dos 35.644 estupros de meninas menores de 14 anos somente 20.170 aparecem registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Em 2021, foram 37.872 casos de violência sexual para essa mesma população para 14.344 notificações no sistema.

A maneira invasiva com que as vítimas são tratadas quando chegam nas delegacias, na maioria das vezes sendo revitimizadas e culpabilizadas pelas agressões que sofreram, são possíveis motivos que causam desconfiança sobre a atuação e mesmo impedem que elas acessem esses órgãos que, em tese, deveriam servir para protegê-las. Muitas vezes as mulheres que buscam ajuda desconhecem a existência dos Centros de Referência para Mulheres (CRM) e dos abrigos e, ao procurarem a polícia, frequentemente não recebem o atendimento adequado e sequer são encaminhadas para esses equipamentos (MUSTAFA; TOMMASI, 2018).

Desta forma, o MMOB propõe que os CRMs sejam geridos pelo Movimento, com espaços de formação e cultura, para além do acolhimento e o direcionamento para aparelhos estatais. As mulheres do MMOB vêm construindo a possibilidade de experienciar, em diferentes cidades do Brasil, o gerenciamento de CRMs em Ocupações, como é o caso da Mirabal. Assim, denunciam a ausência de políticas públicas para mulheres, ao demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, e também afetiva. Este processo tem evidenciado os paradoxos do poder público, que, por um lado, reconhece a existência da Mirabal ao encaminhar mulheres para a casa como único espaço que pode acolhê-las, quando suas famílias e o Estado lhes faltam e, por outro lado, não formaliza a posse do prédio público ocupado. Contradições como essa serão retomadas mais adiante na discussão.

A organização da Casa Mulheres Mirabal acontece com a coordenação de voluntárias e de apoiadoras, que se dividem em escalas por turnos ou dias para atender à ocupação. Também são realizadas formações oferecidas por colaboradoras da ocupação, como psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, entre outras profissionais de diversas áreas. Existe, ainda, uma rede de apoiadoras da área jurídica, que orientam as ações necessárias a partir da chegada de novas moradoras

na casa. Nossa entrada na casa, como pesquisadoras e apoiadoras do movimento se deu entre maio de 2018 e setembro de 2019. Chegamos apresentando a proposta de pesquisa-intervenção e nos colocando disponíveis para fazer parte das escalas e contribuir com o que fosse necessário nas tarefas do dia a dia ou outras demandas pontuais. A partir de janeiro de 2019, quando já tínhamos um vínculo mais próximo com moradoras e coordenação, oferecemos um grupo de escuta semanal aberto às moradoras, que tinha a finalidade de ampliar os espaços onde pudessem expressar suas angústias, desejos e trocar experiências entre elas.

Parece ter sido necessário deixar a experiência "decantar", retornando para a elaboração desse artigo após o período pandêmico, quando muitos dos projetos pessoais e profissionais das autoras ficaram em pausa. O tempo transcorrido agregou reflexões, somando com muitas outras experiências de escuta a mulheres em situação de violência através do Projeto de Extensão Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI) da UFRGS, do qual duas das autoras fazem parte atualmente. Esse projeto foi um dos resultados da imersão no campo da pesquisa que a Casa Mirabal circunscreveu, com o intuito de ampliar espaços de escuta e cuidado em saúde mental entre mulheres, ancorados nos princípios da luta feminista e antirracista. Fazendo coro ao desejo por uma clínica que cuide das mulheres de forma politizada, buscamos, fundamentadas nas perspectivas do feminismo interseccional, um modo de escutar o sofrimento das mulheres que leve em conta as camadas sobrepostas de opressão que operam sobre os diferentes corpos. Concebemos uma formação para escutar mulheres em situação de violência sem individualizar nem patologizar seu sofrimento, entendendo que ele é efeito de uma estrutura social.

O artigo sistematizou resultados deste encontro entre pesquisadoras e mulheres em uma ocupação feminista, em três eixos de análise, cujos temas estão interligados e sobre os quais passaremos a discorrer após breves notas sobre o método. São eles: As manifestações da violência de gênero e o direito à cidade; os entraves enfrentados pelas mulheres ao ocuparem os espaços públicos; e, por fim, a produção de cuidado coletivo entre mulheres e os modos de habitar a ocupação.

Método

Trata-se de uma pesquisa-intervenção apoiada no método da cartografia, bastante utilizada nas pesquisas do campo da Psicologia

Social. Conforme Virgínia Kastrup (2007), a cartografia constrói um caminho investigativo a partir do acompanhamento dos processos. Assume-se, portanto, como método não extrativista, por não se propor a uma mera "coleta de dados", mas sim, a uma produção de informações que emerge no contato com o campo de pesquisa. A autora sinaliza que esse modo de pesquisar se apoia em uma política cognitiva construtivista, ou seja, que pressupõe uma construção conjunta do conhecimento e não reduz a realidade a um objeto que pode ser capturado.

Assim, a cartografia é uma ferramenta valiosa para abarcar a complexidade, as nuances de uma determinada situação, buscando ampliar reflexões e questionamentos. Como postula Roberta Romagnoli (2009), mais do que um procedimento metodológico delimitado, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro da pesquisadora com seu campo. O papel da pesquisadora é central, pois "a produção de conhecimento se dá a partir das suas percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos a ele" (ROMAGNOLI, 2009, p. 170). Os afetos envolvidos nesse encontro provocam efeitos inéditos, que transformam todas as partes envolvidas. É exatamente no viver dessas transformações que o estudo é produzido.

Fizeram parte desse estudo, ao longo de todo o período (maio de 2018 a setembro de 2019), 13 moradoras que estavam acolhidas na Mirabal, 15 militantes do movimento Olga Benário e 6 pesquisadoras. Para o registro das experiências, fizemos uso de um diário de campo coletivo. Em um arquivo compartilhado entre as pesquisadoras, escrevíamos nossos relatos e sensações a cada visita à Ocupação. Coletivizar algo tão atribuído ao uso pessoal quanto um diário foi um potente dispositivo nesse estudo, pois tínhamos uma troca constante entre as pesquisadoras através dos escritos. Lendo as percepções umas das outras, éramos tocadas por novas formas de sentir. Eventualmente, fazíamos comentários nos escritos das outras pesquisadoras e alguns diálogos se abriam ali mesmo. Ao fim do percurso havia uma mescla tão grande nesse compartilhamento que, por vezes, ficávamos em dúvida quanto à autoria original daquele relato. Abaixo, trechos do diário coletivo, escritos por diferentes pesquisadoras sobre uma mesma situação, para ilustrar a forma como nossas escutas e impressões iam se sobrepondo para fazer germinar os conteúdos para a análise.

> Elas falam do estigma de morar em uma ocupação, visto como algo meio marginal com repercussões reais na vida delas, como possibilidades de perder a guarda dos filhos. (diário de campo, 11 de abril de 2019)
> Escuto ela dizer nas entrelinhas que se ela não estivesse morando em uma ocupação seria mais fácil sustentar seu papel de boa mãe. Ela começa a cogitar voltar para a casa da sogra. (diário de campo, 11 de abril de 2019)
> Ela diz que está seriamente pensando em tirar a queixa e voltar para a casa da avó de seu filho, pois perante os olhos da "lei" a avó teria mais condições de cuidar do menino, já que ela mora em uma ocupação. (diário de campo, 11 de abril de 2019)

Nesse rico emaranhado de afetos, a experiência de convívio na Ocupação nos fez também refletir sobre os nossos posicionamentos entre a militância e a pesquisa. Estávamos lá, em um só corpo: fazendo parte da luta, pesquisando, intervindo, abrindo espaço de escuta e fazendo uso das nossas ferramentas técnicas. Não havia forma de ser apenas pesquisadora ou apenas militante. Éramos tudo isso ao mesmo tempo, situação que por vezes gerava sensações de estranhamento pelo borramento de fronteiras, tão bem forjadas pela subjetivação colonial e rigidez da instituição acadêmica. A compartimentalização da vida também é uma invenção colonialista (FANON, 2022), que impacta a maneira como vivemos e nos relacionamos. A seguir, contaremos de que outras formas a Casa Mirabal transgride barreiras forjadas pelo colonialismo e pelo patriarcado – como restrições de circulação no espaço público, dificuldade de acesso a direitos, entre muitas outras formas de controle – produzindo políticas de cuidado e novos modos de viver.

Violência de gênero e direito à cidade

"Acabei com tudo
Escapei com vida
Tive as roupas e os sonhos
Rasgados na minha saída"
(Caetano Veloso)

Um dos aspectos marcantes da nossa passagem pela Mirabal foi ampliarmos nossas compreensões acerca das múltiplas formas com que a violência de gênero é perpetuada e, não raro aprofundada, pelo Estado. As mulheres acolhidas na Mirabal sofreram agressões de seus companheiros, irmãos ou outros homens da família, mas também passaram por situações de violência institucional nos serviços que supostamente deveriam lhes prestar auxílio. O sofrimento posterior à

saída de casa era frequente em seus relatos, mencionando uma série de constrangimentos vividos nesse percurso, em busca de saídas aos ciclos de violência, mas deparando-se com várias outras manifestações do mesmo problema que marca suas vidas. Escapar com vida de sucessivos encontros que se reforçam mutuamente na finalidade de "rasgar roupas e sonhos" das mulheres não é uma tarefa qualquer. Nos acolhimentos individuais e rodas de conversa feitas na Casa fomos identificando e mapeando com as mulheres os caminhos de violência traçados, desde suas antigas moradias, até o período de acolhimento na Ocupação Mirabal. A maioria das mulheres acolhidas vinham de zonas da periferia de Porto Alegre e região metropolitana. As mulheres passavam, com frequência, ao menos um dia desabrigadas, após o momento de decisão de saída ou da expulsão da casa de origem. Muitas vezes dormiam na rua, com filhos no colo, até serem aconselhadas a prestarem queixa nas DEAM's ou delegacias convencionais, de onde eram encaminhadas à Mirabal.

Mesmo com todos os absurdos que cada uma delas viveu nas relações familiares, pode-se dizer que é na relação entre o poder público e a Ocupação, como um todo, que a violência de gênero se manifesta em sua face mais perversa. O Estado reproduz, na relação com a Mirabal, um funcionamento bastante comum nas relações violentas: o jogo de dominação que ora fragiliza, ora sobrecarrega. Conforme a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), existem cinco tipos de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. São formas de agressão complexas, com múltiplos graus de perversidade e que não ocorrem isoladas umas das outras. Dentro das agressões psicológicas, podem ocorrer situações de exploração em conjunto com a desvalorização do papel da mulher na relação. Traçando um paralelo, a Mirabal executa um serviço que deveria ser feito pelo Estado, que tira proveito disso, sem reconhecê-lo ou legitimá-lo. Assim como nos vínculos pessoais, esse funcionamento institucional também gera repercussões adoecedoras para as envolvidas.

Embora as delegacias tenham a Ocupação como local de referência para o acolhimento de mulheres em situação de violência, encaminhando-as para lá, as instâncias governamentais dificultam a vida das mulheres que vivem na Casa. Por não terem endereço formalizado, as acolhidas enfrentam inúmeros entraves, por exemplo para buscar emprego e conseguir vaga nas escolas próximas para os filhos. O Estado se retira da responsabilidade de oferecer locais adequados que possam acolher a totalidade da demanda de mulheres em situação de violência

no Município, atribuindo essa tarefa para a Mirabal. Ao mesmo tempo, o Estado não faz nenhum movimento de reconhecimento institucional em prol da formalização do local. Pelo contrário, além de se eximir da responsabilidade sobre o problema da violência contra a mulher, o município que ostenta o nono maior PIB do país (IBGE, 2021) ainda ataca a Ocupação com ameaças de reintegração de posse e outras violências, como o corte de luz elétrica. Como denunciamos, em 2021: "O corte de luz por falta de um pagamento, que se soma a uma dívida astronômica da prefeitura com a CEEE [companhia elétrica local], ocorrer, pela segunda vez em meio à pandemia, não é um detalhe qualquer. Fala das prioridades de uma gestão pública e diz muito do lugar que a saúde e a vida das mulheres ocupam em seu projeto político para a cidade." (PAULON, 2021).

O fato da Casa não ser formalizada gera uma situação de precariedade e incerteza que aumenta ainda mais a sobrecarga e tensionamentos das mulheres da Ocupação (coordenadoras e acolhidas), pois estas se encontram sempre no limite – há uma sensação de permanente estado de alerta. Sensação de estar alerta que é muito conhecida entre as mulheres, em especial aquelas que viveram alguma experiência de violência. Vê-se que o modo como as mulheres da Mirabal circulam pela cidade é afetado pela localização da Ocupação. Quando a Mirabal ficava no Centro de Porto Alegre, as mulheres tinham mais medo de sair na rua, apesar da grande facilidade no acesso de comércios, serviços e aparelhos públicos. Isso porque, por ser um local muito acessado por toda a população, sentiam receio de encontrar pessoas conhecidas - que poderiam revelar sua localização para o agressor - ou, até mesmo, encontrar seus agressores andando pela rua. Após a mudança para a zona norte, as mulheres passaram a se sentir mais seguras em caminhar pelo bairro, utilizando o comércio local e as praças públicas, se apropriando do território com mais conforto e segurança. No entanto, apresentam restrições em relação ao custo da mobilidade urbana. A locomoção para acessar os locais de trabalho, escolas para os filhos e serviços de saúde se tornou um dos principais problemas na casa, levando em conta os altos custos das passagens de transporte coletivo.

Existe aí uma repetição da opressão patriarcal em relação ao direito à cidade. Quando são violentadas por homens do seu convívio, as mulheres acabam restringindo sua circulação em determinados locais. As ocupantes da Mirabal muitas vezes tinham receio de retornar aos seus bairros de moradia, pela possibilidade de encontrar o agressor ou ser

vista pela vizinhança. Quando conseguem encontrar um novo local de vida, este apresenta novas barreiras de circulação. Era comum escutar das ocupantes a sensação de estar presa, amarrada, sem poder de ação. Podemos perceber que, nesse contexto, múltiplas forças se somam na tarefa de aprisionamento dos corpos femininos.

Apesar das mudanças que vêm acontecendo nos papeis dentro da dinâmica familiar, principalmente em razão da crescente presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, o planejamento urbano (em termos de distribuição de equipamentos no território, por exemplo) continua seguindo uma lógica que prevê a existência de uma pessoa que possa se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas (HARKOT, 2018). Isso gera, além da óbvia sobrecarga pelo acúmulo de funções, a tendência de terceirização desses trabalhos - aumentando uma rede precarizada que dificulta o acesso das mulheres e pessoas racializadas a outras esferas da vida social.

Historicamente, as cidades foram planejadas de forma racista e sexista, reservando o espaço privado e doméstico às mulheres e pessoas racializadas, enquanto os espaços públicos, políticos e econômicos foram pensados para serem ocupados por homens brancos, lógica que cria barreiras de mobilidade urbana para as mulheres, em especial, as mulheres negras. Para Joice Berth (2023), a percepção de que o direito de ir e vir está assegurado para todos é superficial, pois não leva em conta especificidades de grupos minoritários. Podemos nos locomover, mas se considerarmos a qualidade desses deslocamentos, existem discrepâncias reforçadas por regras e códigos sociais ocultos. Códigos fundados nas forças de opressão interligadas que cerceiam a liberdade dos corpos subalternizados pelo domínio da branquitude heteropatriarcal.

Lélia Gonzalez (2020) ressalta que, a partir dos anos 50, ao lado da crescente urbanização, a mulher negra foi perdendo seu lugar na classe operária, em um processo de seleção racial que dava nítida vantagem para mulheres brancas ou de pele clara na contratação em setores primários, como a indústria de roupas e alimentos. A ascensão da classe média, em conjunto com essa falta de perspectivas profissionais, fez com que a mulher negra ficasse restrita à prestação de serviços domésticos. Desde então, mulheres negras são colocadas à margem em termos de representação em diversos espaços urbanos, tendo pouco ou nenhum acesso a atividades de lazer, cultura e cidadania que a cidade proporciona.

Uma das reivindicações primordiais do ativismo urbano feminista diz respeito à mobilidade. O desejo por cidades em que seja possível deslocar-se a pé ou de transporte público sem sofrer violência ou assédio é um dos temas mais presentes, e o acesso ao espaço público tem sido considerado fundamental para as mulheres socializarem e construírem redes solidárias entre elas (MARX, 2022). Em uma pesquisa realizada com 2.285 mulheres brasileiras de 14 a 24 anos, 94% das mulheres entrevistadas já foi assediada verbalmente e a maioria associa a palavra "rua" com sensações de insegurança (Énois Inteligência Jovem/Instituto Vladimir Herzog/Instituto Patrícia Galvão, 2015). É preciso lembrar, contudo, que a cultura machista nos atravessa o tempo todo com discursos que culpabilizam as mulheres por tentarem ocupar novos lugares, como se, ao ousarmos sair dos espaços de tutela, estivéssemos nos colocando em risco.

O "medo feminino", de acordo com os estudos de Leslie Kern (2021), é um tema exaustivamente abordado em diversas disciplinas, com algumas abordagens bastante questionáveis e de viés misógino. Segundo a autora, via de regra, as mulheres identificam a rua, a noite e desconhecidos como principais fontes de ameaça. No entanto, os dados sobre crimes sexuais contra mulheres indicam uma probabilidade bem maior de sofrer violência vinda de pessoas conhecidas e em espaços privados, como a casa ou o local de trabalho. No Brasil, 62% dos estupros registrados ocorrem na residência, enquanto 13% ocorrem em via pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). Nesse sentido, podemos pensar que as narrativas que reforçam o temor relacionado aos "estranhos" e à rua podem servir para reforçar o aprisionamento das mulheres no espaço doméstico.

Interessante também identificar nos relatos das mulheres da Mirabal as sensações de medo e segurança que permeiam a experiência na Ocupação. Elas identificam nas grades da casa símbolos de proteção e ao mesmo tempo as associam com sensações de encarceramento. Há um paradoxo da segurança operando na vida dessas mulheres que também se associa com as noções de cuidado e violência: confundir cuidado com opressão. Os movimentos de emancipação vêm acompanhados de sentimentos de medo e de culpa, porque por muito tempo essas mulheres viveram realidades de intensa opressão, muitas vezes disfarçadas de proteção por parte dos companheiros e outros homens da família.

Ao experimentarem, na Ocupação, novos modos de se sentirem cuidadas e protegidas, que não passam pelo silenciamento de seus

desejos, muitas mulheres precisam enfrentar uma mudança de paradigma perturbadora. É um processo lento retomar a própria voz para reivindicar suas necessidades, sem que isso repercuta em abandono ou retaliação. Resistir, na Mirabal, é afirmar a negligência misógina do Estado, mas não só isso. É, principalmente, revelar a possibilidade de criar algo novo, que não precisa ser ditado pelas mesmas regras de proteção e tutela que os serviços existentes oferecem: um sistema que só acolhe sob políticas rígidas de controle, que não incentiva a autonomia nem respeita as singularidades das mulheres em situação de violência.

Resistência a partir do cuidado coletivo

"Eu andei demais
Não olhei pra trás
Era solta em meus passos
Bicho livre, sem rumo, sem laços"
(Caetano Veloso)

A Casa de Referência Mirabal é um segmento da cidade composto de muitas singularidades. Três características são chave para a compreensão desse local: a Casa é uma Ocupação, é gerenciada e habitada exclusivamente por mulheres e, ainda, tem o objetivo de realizar um trabalho de politização e de cuidado com mulheres em sofrimento. Um sofrimento que é fruto de uma sociedade fundada em componentes patriarcais, coloniais e racistas.

Por ser um local de luta e resistência feminista em uma cidade/sociedade de funcionamento machista, os modos de existir das mulheres estão a todo momento em jogo no cotidiano da casa. A relação entre as mulheres que lá vivem ou circulam diariamente, por vezes, reproduz práticas internalizadas e construídas socialmente, gerando incômodos e conflitos. Esse desconforto, no entanto, abre caminhos para repensar nossos modos de habitar as relações e produzir formas não opressoras de ser mulher no mundo. A análise do campo da pesquisa-intervenção aqui narrada fez emergir diálogos sobre cuidado e militância no combate à violência de gênero, em seus diversos formatos, com ênfase nas agressões produzidas institucionalmente e nas reproduzidas no íntimo de todas as relações, incluindo as que emergiram no convívio da ocupação.

Em uma sociedade patriarcal, muitas mulheres se constituem vivendo relações de afeto e cuidado com características opressoras, em especial aquelas que tiveram experiências marcadas por violências de

gênero. Tais relações, em geral, forçam a mulher a ocupar lugares dicotômicos: às vezes lhe é imposto o papel de submissão e fragilidade, e em outros momentos são cobradas a assumir a responsabilidade total sobre si e sobre os outros ao redor, gerando sobrecarga. Se, por um lado, as mulheres se veem tendo que dar conta de múltiplas demandas, por outro, são destituídas de poder decisório sobre suas vidas, muitas vezes pelas mesmas amarras que as encarregam de cuidar de tudo. Ademais, as mulheres negras foram privadas desse lugar de fragilidade, pois além da responsabilização pelo cuidado familiar, historicamente também lhes são atribuídas tarefas que exigem força física, por exemplo, forjando uma ideia de que seus corpos seriam mais resistentes e sem a mesma necessidade de proteção (DAVIS, 1981).

Esse jogo de domínio colonial e patriarcal gera impactos subjetivos nas mulheres que, não raro, se veem oscilando entre o excesso de autoexigência e a expectativa social de passividade. No caso de mulheres em situação de violência, tantas vezes vistas como “vítimas”, o lugar passivo lhes é atribuído com facilidade. Ocorre que, na Ocupação, quando uma mulher se coloca com passividade diante das situações, outra acaba se responsabilizando pelo seu cuidado e, no extremo desse encontro, sentimentos de insatisfação, de um lado, e sobrecarga, de outro, começam a emergir. Percebemos esses conflitos como fruto de uma reprodução dos modos de vida capitalístico-patriarcais em um cenário onde as personagens são todas mulheres. Uma casa de e para mulheres, local de vida e convívio, onde impera a tentativa de horizontalização das relações, provoca intensos tensionamentos nas formas arraigadas e reproduzidas com que a subjetivação feminina se apresenta em nossa cultura patriarcal. Noções de família e “lar” se reconfiguram. Dentro da ordem patriarcal e racista as mulheres sempre assumiram, por imposição ou coerção, o dever e o papel de cuidadoras: criadas para cuidar de todos, esquecem-se delas mesmas (OLIVEIRA; DORDEVIC, 2015).

Como acolher estas mulheres que viveram tantas situações violentas e que buscam outras alternativas de existência? Como criar linhas de fuga a tais experiências considerando que são forças poderosas que constituem estas mulheres e estruturam seus modos de relação? Como enfrentar a complexidade da violência de uma cultura patriarcal estruturante, sem deixá-la determinar uma subjetivação vitimada? É um grande desafio dissolver as dicotomias na tentativa de escutar que tais vivências são repletas de forças múltiplas: prazer, horror, medo, alegria, paixão, amor, ódio, repulsa. Tais analisadores aparecem nos discursos e

escancaram a complexidade e coabitação de afetos, sentimentos e sensações nas vivências.

O tema da maternidade surge com força ao pensarmos sobre o cuidado junto às mulheres da ocupação. Quase todas as acolhidas que escutamos, durante o período em contato com o campo, têm filhas(os) e se deparam diariamente com o desafio de serem mães. Muitas também contavam de histórias de abuso ou negligência por parte de suas próprias mães e sentiam muita culpa por não nutrir apenas afetos de gratidão pelas mulheres que as "cuidaram" diante de tantas dificuldades. Com todas essas forças em jogo, na Ocupação, elas têm a possibilidade de recriar as formas de se relacionarem, até então vividas em suas antigas casas de maneira violenta. Quando o ambiente da Ocupação suporta as expressões das violências vivenciadas e cria um enquadre institucional para que essas mulheres possam falar, estimulando a criação de estratégias de enfrentamento, ensaiam-se possibilidades de deslocamentos dos lugares dados e abrem-se algumas alternativas existenciais impensáveis no aprisionamento que as relações violentas circunscrevem. Nossa intervenção na Mirabal acabou se desenhando dessa forma, com a criação de espaços de escuta, iniciando pelas conversas informais, nos espaços de convívio da Casa, por vezes ouvindo apenas uma acolhida e, sempre que possível, coletivizando as experiências, soluções encontradas e questões por elas trazidas. Após quase meio ano de aproximações pelas brechas que se abriam no cotidiano de voluntariado e participação em assembleias e eventos na Casa, costurou-se a demanda que levou à criação de um grupo de escuta semanal, no qual as mulheres podiam falar e se ouvir, inaugurando novas formas de pensar aquele espaço e as relações entre todas elas.

Nas palavras de bell hooks (2023):

> A autorrecuperação das mulheres negras, como toda autorrecuperação negra, é uma expressão de prática política libertária. Vivendo - como vivemos - em um contexto patriarcal capitalista supremacista branco, que pode melhor nos explorar quando não temos uma base firme no eu e na identidade (a consciência de quem somos e de onde viemos), escolher o "bem-estar" é um ato de resistência política [...] acredito que o campo da saúde mental, do bem-estar psíquico, é uma arena importante para a luta pela libertação negra [...] (hooks, 2023, p. 21).

Como produzir cuidado dentro da Ocupação? Como inventar novas formas de cuidar, que não sejam opressoras, nem para quem cuida, nem para que recebe esse cuidado? Essas foram as questões que o processo de

escuta das mulheres na Ocupação nos colocou. Dentro da própria Ocupação é possível observar experimentações de outras formas de cuidado, onde cuidar de si se configura em um ato político, levando em conta que vida pessoal não está desconectada do trabalho público e coletivo. “A dimensão política do cuidado, refletida sob o ponto de vista feminista, deve se afirmar em relações solidárias, justas, na reciprocidade do cuidado e no reconhecimento mútuo” (OLIVEIRA; DORDEVIC, 2015, p. 10).

Conforme Taís Oliveira et al. (2021, p. 12), a partir das experiências no Casa de Referência Tina Martins, outra Ocupação realizada pelo MOOB em Belo Horizonte, uma das principais riquezas de se viver na Ocupação “refere-se à experiência promovida pela exposição ininterrupta de diferentes vozes e modos de viver no espaço ocupado”. O convívio com uma diversidade de mulheres (entre acolhidas e apoiadoras), vindas de diferentes contextos econômicos, culturais, raciais, educacionais, promovem uma oportunidade de ruptura com visões universalizantes sobre si mesmas. As trocas são constantes e permeadas por conflitos, como é de se esperar em qualquer relação. No entanto, as premissas da horizontalidade e mutualidade transmitem a todo o momento a possibilidade de reinventar maneiras de viver juntas.

Na contramão da lógica do individualismo capitalista, cuidar de si e cuidar da outra não são processos separados. Nos pequenos gestos cotidianos essas novas configurações vão se desenhando, a partir das divisões de tarefas na casa, do cuidado compartilhado das crianças, das decisões tomadas coletivamente. A complexidade dessa empreitada se faz presente a cada instante na relação entre as mulheres da Casa Mirabal. A resistência feminista antirracista acontece e se reafirma no dia-a-dia, entre uma refeição e outra, nas tarefas do cotidiano, no acolhimento coletivo a uma mulher que chegue mais vulnerabilizada, nos embates e dilemas comezinhos do dia a dia de quem coabita. Esta pareceu-nos ser uma das grandes potências da Casa Mirabal: ampliar o conceito de luta para muito além dos embates e das tradicionais palavras de ordem das trincheiras feministas. Trata-se de costurar ponto a ponto, dia a dia, paulatina e micropoliticamente, gestos triviais que amarrem possibilidades de um presente viável para, quem sabe, um amanhã bem melhor.

Enlaces entre modos de habitar e a produção de cuidado

“Me senti sozinha

Tropeçando em meu caminho
À procura de abrigo
Uma ajuda, um lugar, um amigo"
(Caetano Veloso)

Dentro da discussão sobre como se fortalecem resistências nos atos rotineiros do dia-a-dia, do viver em comum, entendemos que a análise do espaço físico da Ocupação demonstra que o uso da casa produz diferença e resistência aos modos hegemônicos de morar. Anita Loureiro de Oliveira (2020) reforça a importância de pensarmos a casa, o lar, como uma espacialidade relevante para análise em pesquisas (a autora é da área da geografia, mas ampliamos aqui essa relevância para outras disciplinas também), visto que o lar é um lugar de opressão patriarcal para mulheres e crianças. O lar fornece condições propícias para a reprodução de culturas de dominação que predominam na sociedade patriarcal, que exigem violência para se sustentar. Da mesma forma, (re)pensar o espaço doméstico e seu funcionamento, proporciona reflexões sobre como as espacialidades são produto das inter-relações e interações, na coexistência de diferentes trajetórias e na existência de pluralidades.

A Mirabal apresenta, na forma de ocupação do espaço, as características estruturais das periferias da cidade de Porto Alegre. É formada por mulheres quase sempre vindas das zonas empobrecidas da cidade, uma periferia negra decorrente de políticas racistas e higienistas de remoção. As acolhidas habitam a Casa mantendo a mesma lógica da periferia que se caracteriza pela associação de construções independentes de casas unifamiliares, conectadas no mesmo terreno através do pátio. Na Mirabal, hoje instalada em parte da estrutura de uma escola pública desativada, o pátio é o local onde as mulheres vão fumar e conversar, enquanto todas as crianças brincam sob olhares atentos de várias mães. Um espaço herdeiro de culturas afro-brasileiras, que recorda o modo clânico de organização construtiva (WEINER, 2014).

As mulheres ocupantes da Mirabal transformam os programas arquitetônicos do lugar ocupado, mantendo suas heranças culturais na sua forma de habitar, elas criam novas funcionalidades do espaço e os delimitam com suas necessidades. Destaca-se a constituição do uso da varanda, nas diferentes localidades da ocupação Mirabal, como importantes espaços de permanência. No primeiro terreno ocupado, a varanda era o antigo corredor da entrada coberto que conectava a cozinha com o pátio descoberto, ali ocorriam as rodas de chimarrão, se

debatiam as agendas e os afazeres da casa. Já na zona norte a pequena sala, que deveria ser o hall de entrada na antiga escola, é utilizada como sala de estar principal. O desnível entre o pátio e a sala é utilizado como "varanda", sendo que a porta é mantida aberta para que a brisa circule em um local protegido pela laje superior, transformando o hall de entrada em espaço que as mulheres conversam, brincam com as crianças e passam a tarde.

A construção desse modo de viver marca uma outra forma de organização, não necessariamente pautada pelos modelos hegemônicos de uso do espaço doméstico, rompendo, inclusive, com as fronteiras entre doméstico e público (o fora e o dentro da casa). Raquel Rolnik (1988) resgata as origens da intimização dos lares, a partir do final do século XIX, que está ligada a um movimento da burguesia de reorganização do espaço de moradia. "O lar – domínio de vida privada do núcleo familiar e de sua vida social exclusiva – se organiza sob a égide da intimidade" (p. 27). As casas são construídas de forma a abarcar todas as atividades em cômodos definidos por função (sala de visitas, sala de jantar), assim "a vida social da burguesia se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela" (p. 27). Esse padrão de habitação torna-se imperativo nas casas de famílias abastadas, demarcando diferenças entre as moradias dos territórios populares e as moradias da elite.

Fanon (2022) alerta sobre a importância de se romper com o modelo compartimentado do mundo colonial. Essa compartimentação é perceptível desde a forma de habitar, na cidade ou dentro dos domicílios. Ao manter lógicas contra hegemônicas de moradia, que valorizam os espaços de uso comum, como nas construções periféricas das cidades, o uso do espaço na Ocupação rompe com o modelo burguês de intimização dos lares. As mulheres da Mirabal, ao ocuparem um espaço cujas regras são criadas por elas, fazem resistência ao ideal europeu, branco e higienista de viver. Uma Ocupação onde as mulheres reivindicam um lugar só seu, onde imperam as suas regras, criadas e controladas coletivamente, é algo revolucionário não só às vidas daquelas circunstanciais moradoras, como à cidade que abre espaços de respiro às construções claustrofóbicas e individualizantes. É uma afirmação de existência necessária, especialmente se falamos de mulheres periféricas e negras, cujo pertencimento ao tecido social não costuma ser reconhecido.

Ainda, a organização de um espaço coletivo onde tudo é compartilhado tensiona fronteiras do individual e coletivo, abrindo

possibilidades para a produção de comum. Uma ocupante, certo dia explicou para o seu filho sobre o uso dos brinquedos disponíveis na casa: “Aqui nada é de ninguém, tudo é de todo mundo”. A própria lógica de uma Ocupação já é um contraponto à noção de propriedade, ao reivindicar que o direito à moradia deveria se sobrepor ao da propriedade privada. Ainda, vivendo lá, talvez seja possível resgatar o sentido dos “espaços comunais” (FEDERICI, 2017), locais onde os bens são compartilhados e nos quais a cooperação fundamenta as relações sociais. Longe de romantizar o cotidiano de uma Ocupação, onde muitos desafios e conflitos tomam grande parte da rotina das ocupantes, interessa, nessa escrita, olhar para as miudezas dos gestos de troca e partilha, que muitas vezes podem até passar despercebidos. São pequenas rachaduras na estrutura dominante, que abrem espaços para sonhar novos modos de existir.

Considerações Finais

“Eu não me vejo na palavra fêmea
Alvo de caça, conformada, vítima
Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas e a vida reinventar”
(Banda Francisco, el Hombre)

Ao viver esse encontro com a Mirabal, entendemos que faz parte da militância feminista ajudar a encontrar lugares para pertencer e, a partir disso, tensionar as barreiras impostas pelas violências patriarcais. Transformar as inúmeras tentativas de anulação em formas expandir e reinventar modos de existência é uma potente ferramenta de resistência que pode ajudar muitas mulheres a traçarem novos mapas a vidas que pareciam condenadas a uma única e linear estrada destinada às “fêmeas". A Mirabal resiste, assim como fazem as mulheres que a habitam, não sem abalos, mas resistem às inúmeras agressões perpetradas por homens e instituições forjadas nas e reprodutoras das violências patriarcais, racistas e misóginas que compõem nossa sociedade. Manter-se de pé e reinventar caminhos é um trabalho árduo que requer a força de muitos braços entrelaçados.

A violência vivida, portanto, não é algo a ser superado ou esquecido, pois constitui essas mulheres de luta, cuja força e fragilidade não são partes excludentes que se anulam, mas coabitam e se agenciam no encontro com outras mulheres. As múltiplas facetas da violência de gênero se apresentam de variadas formas, desde as agressões do Estado

até os reflexos de uma constituição subjetiva que se manifesta nas relações entre as mulheres ocupantes. É preciso estarmos atentas e abrir espaços para expressão dos incômodos e do sofrimento que acompanha essas mulheres. Assim, é possível criar possibilidades de vida que fujam às lógicas do domínio patriarcal.

Tanto no modo como se relacionam com a cidade, quanto no modo como usam os espaços da casa, é perceptível a força dos encontros com a pluralidade, em uma dimensão onde existe horizontalidade e estímulo à autonomia. Não é fácil conquistar a capacidade de agir de acordo com os próprios desejos, na medida em que essas mulheres viveram tão intensamente a opressão e o silenciamento. Muitas vezes, a vitimização é uma posição psíquica que imobiliza e, ao vitimarem-se, algumas mulheres sobrecarregam outras - momento em que é preciso investir com força no cuidado coletivo.

Cuidar de si e de todas são ações inseparáveis que podem ser percebidas nas funções mais corriqueiras do dia-a-dia. Nesse artigo, tentamos trazer um pouco do que a convivência atenta dentro da Casa de Mulheres Mirabal nos fez sentir e pensar. Ao estarmos lá, abertas às afetações dos encontros com outros modos de habitar, entendemos a potência de resistir às imposições capitalistas coloniais e heteropatriarcais, que ditam como todas e todos devemos viver. Há muita vida acontecendo nas frestas das ruínas desse modelo falido de sociedade. Esperamos que experiências como a aqui relatada tenham cada vez mais visibilidade e venham a contribuir para transformar o slogan feminista de que “uma sobe e puxa a outra” em gesto corriqueiro.

“Essa é uma casa de emancipação, mas também de cuidado”
(Fala de uma coordenadora da Mirabal)

Referências

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

DAVIS, Angela. Y. **Women, race & class**. Random House, 1981.

ÉNOIS Inteligência Jovem. Instituto Vladimir Herzog. Instituto Patrícia Galvão. ***#meninapodetudo:*** *como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?* 2015. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/meninapodetudo-machismo-e-violencia-contra-a-mulher-enois-inteligencia-joveminstituto-vladimir-herzoginstituto-patricia-galvao-2015/. Acesso em: 18 fev. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANISCH, Carol. **The Personal Is Political**. Carol Hanisch, 2006. Disponível em: https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres:** mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-17092018-15

3511/publico/MEmarinakohlerharkot_rev.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto** – PIB, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 14 mar. 2024.

HOOKS, Bell. **Irmãs do inhame:** mulheres negras e autorecuperação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & sociedade**, v. 19, p. 15-22, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/8rWQrJSBTg7w8zTV47svGTq/. Acesso em: 11 dez. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade feminista:** a luta por espaço em mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MARX, Vanessa. A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia. In: GOMÀ, Ricard et al. **El apoyo mutuo en tiempos de crisis: la solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19**. Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: https://www.torrossa.com/it/resources/an/5466604. Acesso em: 15 out. 2023.

MUSTAFA, Isis; TOMMASI, Livia de Mulheres e a Luta por Casa de Referência: A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benario e o CRM Helenira Preta. **ÎANDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 2, n. 1, p. 27-41, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/43. Acesso em: 17 abr. 2023.

OLIVEIRA, Guacira Cesar de; DORDEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas:** tecendo redes para a resistência feminista. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria: Brasília/DF, 2015.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível

em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50448. Acesso em: 19 jan. 2024.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski Garcia de et al. Memórias em movimento: Histórias da casa Tina Martins no combate à Violência de Gênero. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 4, p. e2020-0072, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/75rdHrR5qYxRxLFKpXQpQKk/?lang=pt. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULON, Simone Mainieri**. Sobre mulheres, luzes e violências obscurantistas:** POA e a Casa Mirabal. Sul 21, 2021. Disponível em: https://sul21.com.br/opiniao/2021/09/sobre-mulheres-luzes-e-violencias-obscurantistas-poa-e-a-casa-mirabal-por-simone-mainieri-paulon/. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/?lang=pt&format=html. Acesso em: 16 jun. 2024.

VASCONCELOS, Nádia Machado de et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, 2024. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n10/e07732023/. Acesso em: 19 set. 2023.

WEINER, Günter. **Inter-Relações Afro-Brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

La Potencia Política del Cuidado: cotidianidad de la militancia feminista y la producción de nuevas formas de vivir en la ciudad

RESUMEN:
El artículo acompaña el cotidiano de la Casa de Referencia Mujeres Mirabal, una ocupación que acoge a mujeres en situación de violencia, y tuvo como enfoque las relaciones entre las mujeres ocupantes, la ocupación y la ciudad. El objetivo del estudio es señalar posibilidades de articular militancia y cuidado en el contexto de la lucha feminista y antirracista en situaciones de violencia de género. También se problematizan algunos desafíos enfrentados en el cuidado bajo la ética feminista y sus entrelazamientos con los modos de vida en la ciudad. Se trata de una investigación-intervención apoyada en el método de la cartografía, que se desarrolla desde una mirada transdisciplinaria y decolonial, componiendo saberes de la Psicología Social y de la Arquitectura y Urbanismo en sus interfaces con otros campos de conocimiento que contribuyen a una lectura de la complejidad que el tema de la Violencia de Género evoca. Como resultado, se trabajaron tres ejes de análisis: violencia de género y el derecho a la ciudad, producción de cuidado colectivo entre mujeres y modos de habitar contrahegemónicos. Se considera que, en las relaciones entre sí y con la ciudad, las mujeres de la Casa Mirabal encuentran formas de expandir y reinventar modos de existencia, afirmando, en los gestos cotidianos, que cuidado y militancia son acciones inseparables.

PALABRAS-CLAVE: Feminismo. Violencia de género. Políticas de cuidado. Derecho a la ciudad.

Luísa *Horn De Castro SILVEIRA*

Psicóloga, doutora em Psicologia Social (UFRGS) e mestra em Saúde Coletiva (UFRGS). Integrante do Programa de Extensão "Clínica Feminista Antirracista Interseccional" e bolsista de pós-doutorado junto ao "Observatório Popular de Violências, pela vida das mulheres de povos e comunidades tradicionais de Sergipe (PEAC-UFS).

Simone Mainieri PAULON

Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP) e professora do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenadora do Programa de Extensão "Clínica Feminista Antirracista Interseccional" e conselheira da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Juliana Baldasso SIQUEIRA

Psicóloga, mestra em Psicologia Social pela UFRGS e membra do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-POA).

Helena Andrade EW

Arquiteta e Urbanista pela UFRGS e integrante do MLB – Movimento de Luta dos Bairros Vilas e Favelas.

Recebido em: 23/10/2024

Aprovado em: 07/04/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Violência familiar contra mulheres idosas que frequentam uma Universidade Aberta da Terceira Idade:

compreensão analítica de seus discursos

Elza Beatriz Barros de Paiva, *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*
Breno de Oliveira Ferreira, *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*
Denise Machado Duran Gutierrez, *Universidade Federal do Amazonas (UFAM)*

Resumo. A pesquisa teve como foco a violência contra mulheres idosas no âmbito familiar. Historicamente na velhice as violências assumem novas interfaces, já que se associam dois marcadores: o de ser mulher e o de ser idosa, além de outros marcadores que serão explorados a partir da Interseccionalidade. Dessa forma, buscamos auxiliar na formulação de novos mecanismos de enfrentamento que possam agir de modo mais célere, além de trazer à luz o papel de uma Universidade Aberta da Terceira Idade no combate direto e indireto desse fenômeno. A pesquisa é qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, e teve como objetivo compreender os discursos de mulheres idosas que sofreram violência familiar e são alunas de uma Universidade Aberta da Terceira Idade em Manaus, à luz da Teoria dos Dispositivos de Zanello (2018) e da Interseccionalidade, a partir de Nogueira (2017) e Akotirene (2020). Concluímos que os discursos, em torno da violência, são diversos, e são atribuídos diferentes sentidos para o fenômeno. Embora haja um fator em comum: a violência aparece como uma constante na vida das mulheres, e por isso, a entendem como inevitável. Assim, encontram estratégias para conviver com essas violências, ao invés de dar fim a essas relações abusivas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência familiar. Violência de gênero. Violência contra mulheres idosas. Gênero. Interseccionalidade.

Introdução

A violência é um fenômeno complexo e multicausal, que geralmente está relacionado a disputas de poder, autoridade, domínio, aniquilamento de alguém, de um povo, de uma cultura ou religião. Ela sempre esteve presente na sociedade, sendo algumas civilizações mais violentas que outras. É um fenômeno enraizado nas relações e nas subjetividades de cada pessoa, não sendo, portanto, estranha à natureza humana, mas diretamente interligada a ela (MINAYO, 2006; FOUCAULT, 1987).

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) declara a violência como um dos principais problemas de saúde pública do mundo. Por este motivo, muitos/as pesquisadores/as e profissionais da saúde se dedicam a compreender as origens da violência, suas manifestações de acordo com contexto, gênero, idade, raça e classe, tendo como objetivo articular estratégias que possam minimizar seus impactos na saúde e na sociedade, ressaltando principalmente o caráter preventivo.

A violência contra mulheres de modo geral é um fenômeno antigo e os discursos sobre esse tipo de violência sofreram inúmeras alterações ao longo da história da humanidade (AKOTIRENE, 2020). Aqui, temos como foco a violência contra mulheres idosas no âmbito familiar, isto porque na velhice as violências assumem novas interfaces (SILVA; LORETO; RAMOS, 2020). Nas mulheres jovens e adultas, os tipos de violência mais presentes nos relacionamentos são a física, a sexual e a psicológica. Já na velhice as violências financeiras e patrimoniais são mais características do que outros tipos, como a física. Assim, embora as idosas sofram violências de gênero, essa violência se perfaz de outros modos, assumindo novas características (AKOTIRENE, 2020).

Partindo desse pressuposto, a interseccionalidade é um conceito que fará parte das análises dos dados desta pesquisa, visto que tal teoria, fundada principalmente no feminismo negro, permite que os preconceitos e as iniquidades sejam estudados de acordo com os atravessamentos de cada mulher. Vemos que as violências, embora atinjam praticamente a totalidade das mulheres, não as atingem de forma igual, isto porque cada uma é atravessada por uma realidade subjetiva que é definida a partir de sua faixa etária, sua raça, classe social, contexto socioeconômico, dentre outros. E todas essas características estão interligadas, formando um entrelaçamento de opressões (AKOTIRENE, 2020).

Com o envelhecimento, a violência contra as mulheres atinge novas proporções, isto porque se associam dois marcadores: o de ser mulher e o de ser idosa. Assim, além dos preconceitos de gênero ratificados pelo patriarcado, que promovem violências familiares, institucionais e estruturais, ainda há as questões de como a população idosa é vista no imaginário popular: frágil, vulnerável e economicamente inativa. Esses fatores influenciam para que as mulheres idosas sofram mais violência do que homens idosos, e para que essa violência seja legitimada pela família, principalmente se não for facilmente detectada, como a violência física que, na maioria das vezes, deixa marcas visíveis (DAMACENO, et al., 2020).

A partir do abordado, também utilizamos de embasamento a Teoria dos Dispositivos, cunhada por Valeska Zanello (2018), que empresta o conceito de "dispositivos" de Foucault, que os definiu como um grupo heterogêneo que compreende organizações, instituições, leis, produções científicas, filosóficas, morais e culturais. Em outras palavras, os dispositivos vêm a ser uma complexa e ampla rede de produções sociais que impactam no comportamento dos indivíduos, em suas relações, percepções, discursos e no modo de ser como um todo.

Zanello (2018) apresentou em sua teoria três dispositivos baseados nas construções sociais, tendo como plano de fundo os constructos de gênero, que subordinam minorias, aprisionam e oprimem, assim como ditam os comportamentos e afetos que são permitidos e os que devem ser reprimidos, em sua chamada "pedagogia afetiva". Os dispositivos são: dispositivo da eficácia, dispositivo amoroso e dispositivo materno. A presente pesquisa focará nos dispositivos amoroso e materno. Mas vale ressaltar que o dispositivo da eficácia também surgiu a partir de construções sociais gendradas e diz respeito ao reconhecimento de qualidades inerentes aos homens, que compõem a identidade do que é ser homem dentro da sociedade. São elas: vigor, seja ele laboral ou sexual, força física e autocontrole emocional. A ausência desses atributos abre margem para o questionamento da própria identidade de ser homem, sendo, portanto, a descrição de padrões comportamentais e discursos prejudiciais e limitantes.

A construção histórica do dispositivo amoroso, por sua vez, se deu a partir da análise das submissões as quais as mulheres foram forçadas ao longo da história em nome da dedicação ao lar, aos maridos e a construção de famílias. Os corpos femininos foram controlados por inúmeras instituições, desde a Igreja até as instituições legais, que subalternizavam as vontades das mulheres e as controlavam na esfera

política e social (ZANELLO, 2018; FOUCAULT, 1984). A partir do dispositivo amoroso surgiu o dispositivo materno. Isto porque as instituições traziam para as mulheres a maternidade como um destino nobre e inevitável. O ato de ser mãe passou a ser santificado e os discursos religiosos e políticos manipulavam as mulheres para que estas se enxergassem como as únicas capazes de cuidar. O dispositivo materno traz em seu cerne o cuidado. As mulheres cuidam mais de seus próprios filhos e lares do que de si mesmas. O cuidado passou a ser sua única e principal ocupação. Nessas pedagogias afetivas o controle e a limitação de suas potencialidades mascaram a violência pungente que se transformou ao longo das eras, mas que ainda tem como grandes vítimas as mulheres (ZANELLO, 2018).

Existe uma lacuna nos estudos da violência que considerem a interseccionalidade de gênero e geração, ainda que dentre a população idosa, as mulheres sejam as maiorias vítimas de violência familiar (PEREIRA; TAVARES, 2018). Dito isso, abordar tal temática justifica-se não só pela lacuna supracitada, mas pelo constante aumento da violência contra essa população. Assim, os estudos poderão auxiliar na formulação de novos instrumentos e mecanismos de enfrentamento que possam agir de modo mais célere, além de trazer à luz o papel de uma Universidade Aberta da Terceira Idade no combate direto e indireto desse fenômeno. A pesquisa teve como objetivo geral compreender os discursos de mulheres idosas que sofreram violência familiar e frequentam uma Universidade Aberta da Terceira Idade em Manaus, Amazonas à luz da Teoria dos Dispositivos de Zanello (2018) e da Interseccionalidade, a partir de Nogueira (2017) e Akotirene (2020). E objetivos específicos: a) descrever práticas e pressupostos morais (símbolos, mentalidades) em torno de episódios de violência contra as mulheres presentes nos discursos das idosas que frequentam uma Universidade Aberta da Terceira Idade; b) entender como os imbricamentos de gênero e geração potencializam a violência familiar contra mulheres idosas que frequentam uma Universidade Aberta da Terceira Idade; c) identificar nos discursos os serviços, políticas públicas ou outras iniciativas que proponham acolhimento, orientação e/ou grupos de apoio para mulheres idosas que vivenciam ou vivenciaram situações de violência.

Quadro Metodológico

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, que buscou investigar o fenômeno da violência familiar contra mulheres idosas. O contexto se deu na Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI), localizada na cidade de Manaus, Amazonas, que foi escolhida por ser uma instituição que oferta atividades recreativas, de ensino, extensão, pesquisa e assistência à saúde para pessoas a partir de 50 anos, e que além disso também é um espaço de socialização, de criação de laços e afetos e pode vir a representar uma importante rede de apoio para mulheres idosas que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência. É importante ressaltar que apesar de ser considerada uma universidade, a FUNATI não oferta cursos de nível superior, e sim cursos livres, atividades de recreação, socialização e atenção à saúde (MANAUS, 2022).

Escolhemos a FUNATI devido a acessibilidade que já tínhamos pelo fato de a autora principal desta pesquisa já ter realizado outros projetos no espaço e a partir deles ter percebido que a instituição é um organismo vivo e ocupava um lugar muito significativo na vida dos idosos, o que, por conseguinte, poderia vir a ser um elemento basal nos discursos. De fato, notamos que mais do que ensino e recreação, a FUNATI representa na vida dessas mulheres um espaço de acolhimento, suporte emocional, compartilhamento de experiências, criação de laços afetivos, conquista de direitos, conseguindo representar uma rede de apoio fundamental para aquelas que não veem um lar em suas casas, e acabam passando muitas horas diárias nesse espaço.

Embora o objetivo da pesquisa não seja o de explorar com mais profundidade o papel da FUNATI no enfrentamento das violências, conseguimos perceber, em campo, que o fato de serem universitárias, lhes outorga esse lugar de pertencimento. Portanto, apesar das violências sofridas no seio familiar, elas conseguem ter na universidade e no convívio que esta proporciona, o acolhimento necessário para enfrentar esse contexto.

Participaram cinco mulheres com 60 anos ou mais, que já passaram por algum tipo de violência no contexto familiar e que frequentam a Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUNATI). Em um primeiro momento foi aplicado um questionário socioeconômico, que teve como objetivo auxiliar na composição do contexto social, econômico e geográfico das participantes considerando suas interseccionalidades (SILVA; DIAS, 2016). Para que se mantivesse o

sigilo, as colaboradoras foram representadas ao longo do texto com nomes indígenas fictícios, com o intuito de trazer representatividade e visibilidade regional. Algumas das características e componentes identitários estão apresentados na Tabela 1. Para o item referente a renda, utilizamos o critério de renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2023) que considera a renda de acordo com a soma de rendimentos de cada família, classificando-a em classes: A (acima de 20 salários mínimos), B (de 10 a 20 salários mínimos), C (de 4 a 10 salários mínimos), classe D (de 2 a 4 salários mínimos) e classe E (máximo de dois salários mínimos).

Tabela 1: Caracterização socioeconômica das colaboradoras

Colaboradoras	Inaiê	Iracema	Iara	Potira	Açucena
Orientação sexual	Hétero	Hétero	Hétero	Hétero	Hétero
Idade	65	63	75	71	68
Filhos/as	3	3	2	5	4
Escolaridade	Ensino médio	Ensino médio	Ensino médio	Fundamental completo	Superior completo
Raça	Parda	Branca	Branca	Preta	Indígena
Renda	Classe D	Classe D	Classe C	Classe E	Classe E
Estado civil	Viúva	Divorciada	Divorciada	Divorciada	Casada
Tempo na FUNATI	10 anos	5 anos	12 anos	10 anos	15 anos
Autor(es) da violência	Filhos	Companheiro e filhos	Companheiro	Companheiro e filhos	Companheiro

Fonte: Autores (2023)

O segundo instrumento consistiu em um roteiro de perguntas baseadas nos principais objetivos da pesquisa, porém, se deu de forma flexível e permitiu com que novos tópicos fossem inseridos de acordo com o fluir da entrevista, que teve, em média, uma hora e meia de duração (MINAYO, 2014).

A análise dos dados da pesquisa foi realizada com o método da Análise do Discurso de Pêcheux (1960) a partir da metodologia proposta por Freire (2014). Esse método entende a língua como um acontecimento, uma verdadeira prática social, repleta de conceitos, crenças, valores, história e imagens. É a interpretação dessas características que acompanham a língua que fazem com que seja possível a construção de uma matriz semântica, ou seja, o componente de sentido. Nenhuma das palavras usadas é vista como aleatória ou

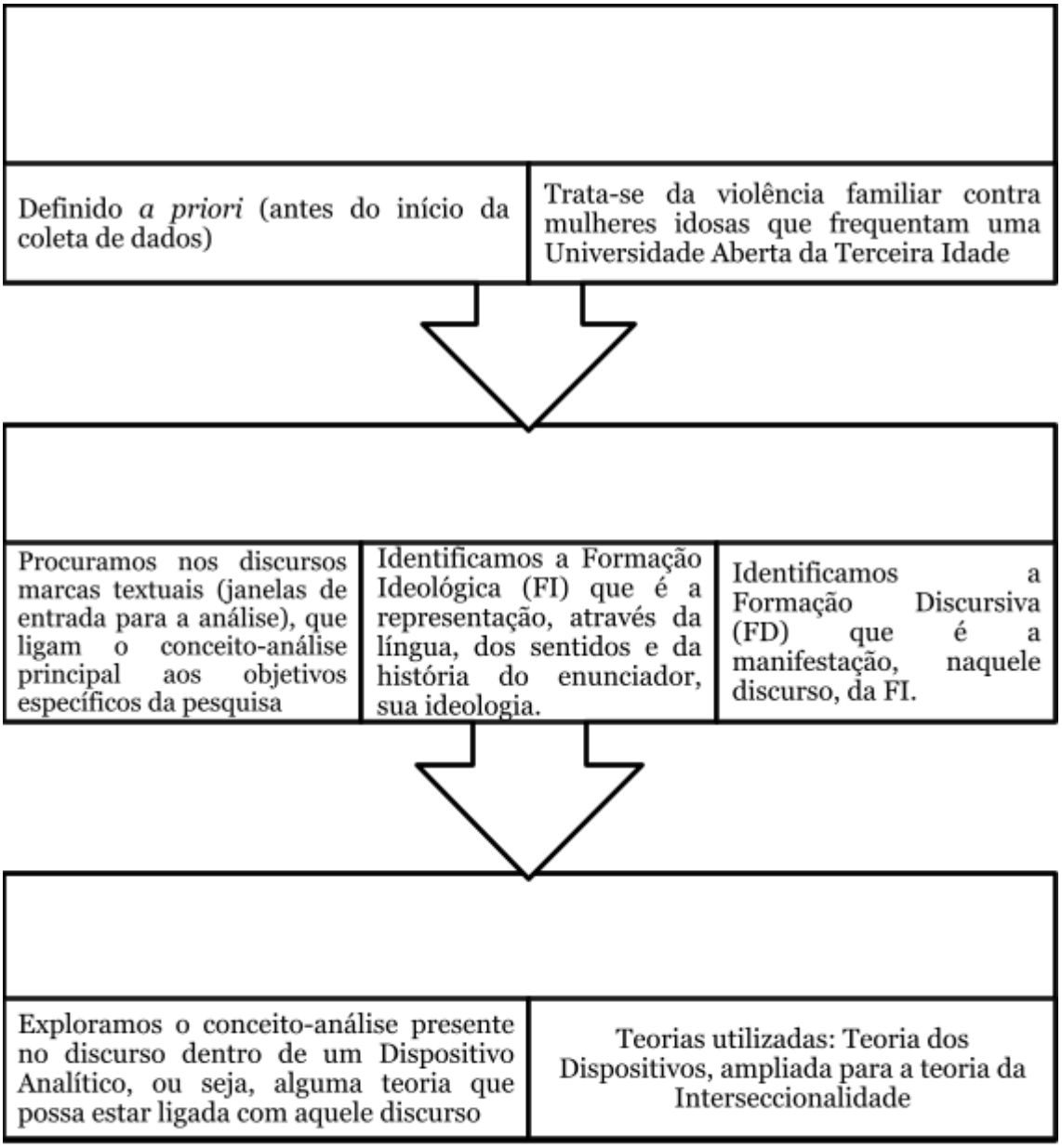
desprovida de sentido, e não é utilizada apenas pelo uso da liberdade de quem fala. O que realmente determina o uso das palavras que compõem os discursos são as condições sócio-históricas de produção (FREIRE, 2014). Deste modo, reconhecemos que não há discursos isolados uns dos outros, eles são históricos, temporais e, portanto, condicionados às ideologias e sistemas sociais, o patriarcado, por exemplo, é um deles. Assim, escolhemos esse método para que fosse possível compreender e descrever as ideologias, práticas e pressupostos morais e sociais, ligados às questões de gênero e geração que estão presentes nos discursos das mulheres idosas.

Para tanto, foram respeitados todos os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, tendo sido aprovada sob o parecer de número 5.325.339. A pesquisa foi explicada individualmente, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado por todas as colaboradoras.

Análise e discussão dos resultados

Primeiramente, realizamos leituras flutuantes para identificar como conceito-análise, ou seja, o objeto do estudo, surgiu nos discursos das participantes. Em seguida, fizemos a leitura analítica, que de acordo com Freire (2014), deve ser feita com o auxílio de três eixos de análise, representados na Figura 1, junto as etapas seguidas para análise dos dados desta pesquisa:

Figura 1: Etapas da análise



Fonte: Autores, 2023

A partir da leitura analítica, dividimos as principais marcas textuais encontradas nos textos de acordo com os três objetivos específicos da pesquisa, transcritos nos subtítulos seguintes.

É importante ressaltar que estes autores entendem como conceitos basilares de violência aqueles trazidos pela Lei 11.340 de 2006 (BRASIL, 2006), que criou mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e que traz em seu corpo as diferentes tipologias de

violências contra as mulheres, sendo elas, entre outras: a violência física, que a lei entende como qualquer ação que ofenda a integridade física e saúde corporal; a violência psicológica, cujo conceito é mais complexo, mas é entendido como qualquer ação que possa causar dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízos ao desenvolvimento, entre outros prejuízos para a saúde mental e bem-estar geral.

Outra tipologia trazida pela lei é a violência sexual, que consiste em qualquer conduta que force a vítima (através de intimidação, ameaça, coação ou uso da força) a manter ou participar de ato sexual não desejado, incluindo ações que visem o impedimento de métodos contraceptivos, que coaja ao matrimônio, aborto, prostituição, entre outros. Por fim, a violência patrimonial e a moral também são trazidas como tipologias, sendo a primeira entendida como qualquer ação que configura na retenção, diminuição ou destruição de objetos, bens, documentos, e quaisquer recursos materiais; a segunda, por sua vez, é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Deste modo, por entendermos que os conceitos de violência são complexos, históricos, construídos e reconstruídos através do tempo, da linguagem, dos discursos, decidimos situar o que consideraremos como base para reconhecer a violência nos discursos das participantes: a lei. Isto porque, independentemente do aparato teórico, ao contextualizarmos no tempo presente, é importante ressaltar que o fenômeno estudado é um crime e ceifa a vida de milhares de mulheres com uma frequência aterradora.

Práticas e pressupostos morais em torno da violência

Dentre as colaboradoras, em torno da violência, existe um misto de sentidos em seus discursos. Um dos principais é que apesar de enxergarem a violência como grande fonte de sofrimento, elas também veem o fenômeno com certa naturalização, como se fosse inevitável. Ainda que estejam em novos relacionamentos onde não há precedentes, estão em alerta, esperando pelo momento em que serão violentadas. Com isso, elas encontraram, ao longo de suas vidas, estratégias para lidar com a situação. Nenhuma delas, entretanto, inclui terminar a relação. Em seus discursos, nota-se que a inevitabilidade da violência se apresenta tal qual alguém que convive com uma doença crônica. Não se

vê cura ou saída, apenas soluções que permitam a sobrevivência da melhor forma possível.
Isso é exemplificado em algumas das enunciações a seguir:

> Citação literal. Então aquilo pra mim era normal. O cara chegar e dizer vem cá. Senta aqui. Aí fazia comigo o que queria e ia embora. Entendeu? (Iracema)
> Citação literal. Quando chegava a gente brigava muito e as brigas foram acontecendo mais e mais... da gente se pegar mesmo de ir braço a braço. De várias vezes ele querer me enforcar, de me jogar na pia, de me bater... a gente vivia desse jeito (Iara)
> Citação literal. E hoje em dia ele não faz nada. Cala a boca, não diz mais nada. Faz tudo que tem que fazer. Tem que ser assim.
> Porque com homem violento você tem que abaixar a violência dele. A mulher não pode abaixar a cabeça pra ele e aceitar a humilhação (Açucena)

Na primeira fala, percebemos que a estratégia é aceitar, a normalização vem em forma de submissão. Nas duas últimas, a estratégia de enfrentamento é lutar de volta, ser agressiva também, "não abaixar a cabeça". Em ambas, entretanto, há a normalização da violência.

O dispositivo amoroso, de acordo com Zanello (2018), evidencia a assimetria nas relações de gênero. O principal papel das mulheres nas relações amorosas é o de trabalhar para a manutenção das mesmas, independentemente de quais implicações isso trará para elas. Ao encontrar modos de lidar com a violência e estratégias de enfrentamento para manter a relação, percebemos que esse pensamento continua enraizado em seus discursos, embora não em suas enunciações.

Além disso, a presença de violência na maior parte de suas vidas também colabora para essa naturalização. Uma infância de abusos, falta de acesso à informação e dificuldades financeiras esteve presente nos discursos de quatro das cinco participantes. O que demonstra que as questões de gênero não podem ser analisadas sem os outros eixos de subjugação, nos casos dessas mulheres: raça, classe e idade. O sentido da interseccionalidade pode vir a ser melhor compreendido através da metáfora das avenidas que se encontram, onde os eixos de poder – ou seja, gênero, raça, etnia, classe, idade, entre outros, – se encontram no entrecruzamento dos terrenos sociais, culturais, políticos e econômicos, e constituem as dinâmicas de opressão e desempoderamento que operam as violências (NOGUEIRA, 2017; ALMEIDA, 2019).

Uma das colaboradoras saiu da casa dos pais aos treze anos e foi morar com a tia, que a apresentou a um homem, para que prestasse serviços domésticos. O mesmo homem a sequestrou:

> Citação literal. Passei um mês trancada lá. Depois de um mês ele entrou e falou pra mim assim "eu vou te libertar, se tu se entregar pra mim tu fica livre". Eu preferi. Eu acreditei. Eu me entreguei para o desgraçado (se emociona). Me entreguei pra ele. Com ódio. (Açucena).

O homem mentiu e continuou mantendo-a presa. Quando finalmente conseguiu fugir, já estava grávida e a tia disse que ela deveria casar-se com seu sequestrador para cuidar dos filhos. Seus próprios princípios religiosos também influenciaram na decisão, como exemplificado a seguir:

> Citação literal. [...] a religião, uma parte dela causa ódio. Como eu fui católica então o ensino que eu tive é de que quando você tem filho, você tem que vigiar pelo seu marido e pelo seu filho.
> Não pode abandonar mais, entendeu? Então eu segui a vida com ele (Açucena).

De acordo com Zanello (2018), o casamento entra como uma instituição sagrada, cuja dissolução é um grande pecado. As violências, o adultério (por parte do marido), a falta de afeto, nenhum desses componentes importa desde que se mantenha esta instituição. A Igreja Católica e o próprio estado utilizaram e em partes ainda utilizam o casamento (heterossexual) para exercer controle político e social sobre a população. Nele, a assimetria entre homens e mulheres é evidente, ressaltando o desempoderamento das mulheres diante do controle exercido sobre seus corpos, dentro e fora do leito. Do ponto de vista da interseccionalidade, que aponta a importância de as teorizações serem explicitamente situadas no tempo histórico e no espaço cultural a qual pertencem, entendemos que os paradigmas religiosos e culturais, no caso de Açucena, atuaram como fenômenos de opressão, inter-relacionando-se, constituindo o sistema de opressão reproduz a interseção de diversas formas de discriminação (FOUCAULT, 1984; NOGUEIRA, 2017).

As práticas que rondam as violências sofridas pelas mulheres existem em uma espécie de acordo que se perfaz nos discursos e nas interações sociais. Por isso, em maior ou menor grau, tanto os homens quanto as mulheres aceitam e propagam esses discursos, que são repetidos, recriados e aprendidos ao longo de toda a história, nascendo nas Formações Ideológicas e se perfazendo na trajetória de cada um/a, independentemente deste/a ser vítima ou autor/a da violência, ele/a a

propaga (FREIRE, 2014; NOGUEIRA, 2017). As mulheres aprendem a internalizar a sua própria desvalorização e exploração, e acabam assim, por oprimir e violentar outras mulheres, como foi o caso da tia de Açucena. Por este motivo, dentro do feminismo negro, movimento berço da Interseccionalidade, o objetivo deve ser o de descentrar os discursos dominantes (NOGUEIRA, 2017).

Nesse sentido, reconhecemos que o conceito de violência é aprendido, assim como o próprio conceito de mulher. E olhando para o contexto ocidental, a partir do qual esta pesquisa se desenvolveu, corroboramos com a tese de Oyewùmí (2004) que defende a ideia de que o conceito de "mulher" na sociedade é compreendido de modo profundamente ligado à família nuclear. Nessa família, formada pelo casal (homem-mulher) junto aos filhos e filhas, as relações e os papeis se estruturam tendo o gênero como princípio fundamental. E são essas diferenças baseadas no gênero que formam as hierarquias, produzindo opressões e violências dentro desse núcleo familiar.

A autora nos chama a refletir que as diferenças entre as pessoas concebidas como "homens" e as concebidas como "mulheres" não necessariamente criariam relações pautadas em dominação e hierarquia, mas que na verdade existem contextos em que essas distinções não possuem nenhum significado social que possa causar algum tipo de tratamento diferenciado ou estabelecer relações de violência. O que se relaciona diretamente com a interseccionalidade, que reconhece que todos os conceitos são socialmente construídos, e definições como raça, por exemplo, servem, nesta pesquisa, para identificar grupos e contextualizar as categorias identitárias de pertencimento, não para generalizar definições ou criar conceitos estanques. "E porque existe racismo, a "raça" continua a ser uma categoria de análise importante" (NOGUEIRA, 2017, p. 113).

O próprio conceito de família nuclear é uma organização especificamente ocidental e não leva em consideração outros conceitos de família e, nesta configuração, o espaço da mulher se reduz à identidade de esposa e mãe. De acordo com Oyewùmí (2004) "para as mulheres, a identidade esposa é totalmente uma definição, outros relacionamentos são considerados secundários. Parece que a extensão do universo feminista é a família nuclear". É nessa construção ocidental que o gênero se constituiu a partir de uma esfera de subjugação feminina, limitando à esfera doméstica e familiar o próprio significado de ser mulher. Transformando o papel de mãe e esposa no centro de todo o universo feminino.

Uma outra marca textual que surgiu nos discursos das colaboradoras foi o não reconhecimento da violência quando esta vem de seus filhos. Três delas descreveram em seus discursos relações que nunca tiveram confrontos físicos, embora contenham agressões verbais, medo constante e distanciamento afetivo. Mas em suas enunciações, explicitaram não haver violência. Iracema, cujo filho é dependente químico, contou que sua rotina consiste em passar o dia fora e quando chega a noite se tranca no quarto, com medo. Inclusive já teve que fugir da cidade, pois teve a casa invadida pelos fornecedores a quem o filho estava devendo dinheiro. Em sua fala, no entanto, ela o descreve como um bom menino e carinhoso. O dispositivo materno, neste caso, que coloca a mulher como mãe acima de qualquer outro papel e que a põe no lugar de cuidar, propicia com que violências como essas se perpetuem. Esse ponto será melhor trabalhado na próxima seção (ZANELLO, 2018).

A espiritualidade também apareceu em seus discursos e teve sentidos contraditórios. No caso de Açucena os preceitos religiosos possibilitaram a permanência em relações abusivas e foram descritos como causadores de ódio e opressão. Em outras colaboradoras a fé em uma religião agiu como um mecanismo de proteção psíquica para enfrentarem as situações de violência:

> Citação literal. Eu acreditava em Deus. Deus ia fazer com que eu me libertasse. Ele é maravilhoso (Potira).

> Citação literal. Deus me ajudou muito. Porque hoje criança de onze anos está engravidando, né? [...] Aí eu fico pensando, Jesus, como tu é maravilhoso. Obrigada por não ter deixado eu engravidar antes, mesmo com todos aqueles abusos (Iracema).

A presença de Deus também surgiu em seus discursos como forma de dar um propósito, uma resposta para estarem sofrendo as violências:

> Citação literal. Eu às vezes até pergunto de Deus... tu está me testando, né? Para ver até onde eu vou. Vou mostrar que sou forte (Iara)

A espiritualidade é definida como uma relação ou conexão espiritual com uma força ou um ser superior na qual se tem fé. Nesses discursos, vemos a presença da espiritualidade como um mecanismo de enfrentamento para situações estressoras, trazendo conforto, alívio, consolo e busca de significado e propósito. Faz-se importante diferenciar o discurso espiritual do religioso, já que este último traz atributos de

uma religião específica, com dogmas e crenças que ajudam a conduzir a vida (AMARAL, et. al, 2016). Nos discursos, percebemos a utilização das espiritualidades como ferramenta de suporte psíquico e emocional para as situações de violências. Mas, de outro lado, a religião surge dominante, com a sacralização do casamento e da maternidade, como um instrumento de coação para permanência nas relações abusivas. O descentrar de discursos dominantes que se transformam em fenômenos opressivos é um dos objetivos da Interseccionalidade e para isso, é necessário assumir "narrativas mini-localizadas" para ouvir e compreender as vozes das múltiplas realidades que surgem a partir das experiências (NOGUEIRA, 2017).

O processo de produzir sentidos na linguagem é inconsciente, ou seja, as pessoas não possuem controle e nem sabem que esse processo está ocorrendo. Os sentidos são produzidos muito antes, ao longo da história, de acordo com as ideologias e o contexto sócio-histórico. A junção disso forma o *interdiscurso*. O interdiscurso combinado a trajetória de cada um, forma os *intradiscursos* (FREIRE, 2014). No caso dos discursos religiosos das colaboradoras, percebemos que a espiritualidade está presente nos seus interdiscursos inconscientemente, auxiliando-as no enfrentamento da violência, ainda que em seus intradiscursos elas reconheçam que, em sua história de vida, os preceitos religiosos tenham contribuído para as violências que sofreram.

Percebemos que as práticas e pressupostos em torno da violência são voltados para o seu enfrentamento provisório, não definitivo. As colaboradoras enxergam a violência como inevitável e naturalizam o fenômeno em suas vidas, procurando modos de lidar com o autor da violência, sem se afastar dele ou terminar a relação. Quando o autor é filho, sequer há o reconhecimento de que a relação é violenta, tendo em vista que quando sofriam violência de seus maridos e companheiros, o padrão era outro, geralmente se mostrando em agressões físicas e verbais, abusos sexuais, ameaças e demonstração de possessividade. Enquanto com os filhos, essa violência se dá a partir de distanciamento emocional, exploração financeira e abusos verbais. Em ambos os casos, a espiritualidade surge como ferramenta de enfrentamento, trazendo conforto e respostas para estarem sendo oprimidas e violentadas por aqueles que deveriam cuidar e proteger.

Imbricamentos de gênero e geração na potencialização da violência

Todas as colaboradoras, sem exceção, sofreram violências ao longo da vida. Algumas iniciando na infância, outras na adolescência, mas a violência sempre foi uma constante, e com a chegada da velhice, essas violências não se extinguem, apenas mudam de forma e de autor. Apesar de que quando idosas as mulheres não são mais estimuladas a procriar, elas passaram suas vidas inteiras sendo ensinadas a amar seus filhos e seus netos de modo incondicional. Esse papel de cuidadoras continua sendo desempenhado durante a velhice e seu valor continua sendo medido de acordo com sua doação para o outro (TIBURI, 2020). A partir dessa pedagogia afetiva do cuidado, elas são silenciadas, mesmo diante de desconfortos, negligências e violências (ZANELLO, 2018).

Iracema se refere ao filho como um "menino bom", embora o mesmo já tenha 38 anos de idade. Ela também se vê na obrigação de cuidar do filho, independentemente do quanto esse contato possa prejudicá-la e colocar em risco sua segurança. Isso não ocorre somente quando os autores de violência são os filhos, mas as mulheres também se sentem obrigadas a permanecer em relações violentas com os parceiros por causa dos filhos. Como vimos no seguinte trecho, quando perguntada sobre a permanência no relacionamento abusivo:

> Citação literal. Eu esperava meus filhos crescerem, né? Pra eu tentar sair daquilo. Eu pensava em mim e na minha felicidade, mas eu sou mãe. Tenho que pensar nos meus filhos primeiro. Quem eu sou primeiro de tudo é mãe (Potira)

Vemos que elas abrem mão da felicidade, da segurança, de suas aspirações. Todos os outros aspectos são anulados e o que resta como identidade principal é o ser mãe. (ZANELLO, 2018; BADINTER, 2011). Ao longo da história, a figura da mãe foi sacralizada, principalmente pela Igreja Católica. O destino da maternidade começou a tornar-se inevitável entre as mulheres e isso assumiu um papel central em suas vidas. Criou-se um desejo de ser mãe, "dar à luz", exercer esse papel que as aproximaria da divindade. Tal tecnologia de gênero, como ressalta Zanello (2018), não somente ditou as identidades das mulheres, mas seus comportamentos. A partir dessa construção social de ser mãe, cuidar passou a ser a grande função das mulheres, cujo sacrifício de abdicar de si para cuidar do outro as santificava. Além de essa estratégia psicopolítica ter subjetivado as mulheres a entregarem seu cuidado e seu trabalho de modo gratuito para a sociedade, que se beneficiou de suas

contribuições, ela também as submeteu a silenciamentos e violências diretas e indiretas, como no caso de Potira (ZANELLO, 2018).

Do ponto de vista decolonial, essa construção social do que é ser mãe surgiu a partir do androcentrismo da ciência moderna que "imputou às fêmeas o lugar social das mulheres, descritas como machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias, assim como os pretos, caracterizados de não humanos" (AKOTIRENE, 2019, p. 36-37). A interseccionalidade, deste modo, permite a criticidade política, a compreensão dessas construções e da fluidez dessas identidades impostas à violências e subalternizações na matriz de opressão.

As colaboradoras, pela maior parte de suas vidas, cresceram sendo silenciadas, tanto no âmbito familiar, quanto no social e político. O componente intergeracional das violências esteve presente em seus discursos e contribuiu para a naturalização do fenômeno, como vemos no seguinte trecho:

> Citação literal. Quando eu falei pra minha mãe que ia deixar ele e contei todos os abusos, ela disse "mas ele é teu marido, minha filha, você casou com ele, ele é pai dos teus filhos, vocês construíram as coisas junto... Eu disse "ah minha mãe, mas eu sou tão infeliz lá" (Potira)

O silêncio se apresenta como uma das maiores ferramentas de opressão que fazem com que haja a permanência nessas relações. No contexto social, político e cultural, desde a infância, nos filmes e desenhos animados, nos meios de comunicação e nas mídias de forma geral, que são tecnologias de gênero, os discursos são repetidos, contados e recontados, produzindo sentidos. Estão repletos de valores e conceitos misóginos. A partir dessas tecnologias as mulheres atribuem sentido ao mundo de acordo com as condições sócio-históricas de produção, que cria cada vez mais espaços de subjugação das mulheres e impactam diretamente nas violências sofridas, fortalecendo-as (ZANELLO, 2018; FREIRE, 2014).

Quando falamos de mulheres idosas, o nível de silenciamento é ainda maior, tendo em vista que o próprio processo de envelhecimento traz alterações fisiológicas, sociais e psicológicas que modificam a forma como a sociedade e a família as enxergam, contribuindo para a anulação de suas vontades, anseios e para seu apagamento (DARDENGO; MAFRA, 2018). Isso é percebido pelas idosas:

> Citação literal. Os filhos já não respeitam mais o idoso quanto respeitavam quando ele era mais novo, quando é pai ainda vai, mas mãe, eu acho que é pior. Pai ainda bota moral, mãe, eles não estão nem aí (Inaiê)

Há um apagamento de vontades, embora ainda sejam valoradas de acordo com o que podem dar. De acordo com o quanto conseguem se doar em cuidado:

> Citação literal. Eu tenho meus filhos, mas às vezes eu sei que eles não são bons comigo. Eu sei disso, sabe? Eles gritam comigo, não têm paciência, não perguntam o que eu quero. Eles me emprestam dinheiro e nunca me devolvem. Isso é coisa de família, sabe? Não vou criar caso. Ser mãe é assim. A gente tem que cuidar dos filhos e dos netos. Mas às vezes eu queria poder negar, eu queria poder dizer que não. Queria fazer as minhas coisas (Inaiê).

Existe, em seus discursos, a Formação Ideológica de que, por serem mães, têm o dever de cuidar de seus filhos e dos filhos de seus filhos. Zanello (2018) destaca que devemos diferenciar o cuidar, o amar e o procriar. O fato de as mulheres poderem procriar não as torna mais capazes de exercer o cuidado, de amar e muito menos obrigadas a isso. Entretanto, como já explicitado anteriormente, a imagem da maternidade foi socialmente construída para que as mulheres se sentissem naturalmente mais capazes de exercer essa função, caso não o façam e tentem se livrar da exploração e das violências, sentem-se culpadas por não cumprirem o idealizado.

Além da interseccionalidade de gênero e geração, houve, ainda que em menor escala, a presença de discriminação de raça e classe impactando nas violências sofridas. Açucena, que foi raptada quando adolescente e casou-se com o sequestrador, descobriu que o marido tinha uma noiva e foi confrontá-lo. Chegando na outra residência dele, recebeu a seguinte resposta:

> Citação literal. “Quem mandou tu vir aqui? Ver minha vida? Não te dei permissão para isso, teu lugar é lá em casa. Não se mete na minha vida” (Açucena).

Desde o início do relacionamento, ele a tratava como uma propriedade. Primeiro tomando posse dela, literalmente raptando-a e mantendo-a para si, depois, engravidando-a e deixando-a em casa, cuidando dos filhos. Paralelamente, construiu uma segunda vida com outra mulher, enquanto a deixava em casa e frequentemente se referia a

ela como “indiazinha”. Nesta Formação Discursiva, podemos ver os reflexos da colonização sexista e racista, que estão presentes nas Formações Ideológicas e nas práticas cotidianas, influenciando diretamente no ideal estético e nas escolhas afetivas. Os corpos tem valores diferentes e as mulheres pretas são erotizadas, exploradas e violentadas, mas não são “casáveis” (ZANELLO, 2018). O mesmo ocorre com as mulheres indígenas, cujos discursos sobre elas, principalmente a partir da misoginia cristã, as descrevem, desde a colonização, como selvagens, promíscuas e lascivas. Esta é uma estratégia psicopolítica para mascarar as violências e explorações que as mulheres indígenas sofreram nas mãos dos colonizadores europeus, e cujas histórias foram apagadas por esses discursos androcêntricos, que tiveram seus sentidos infiltrados nos interdiscursos (imaginário social) ao longo da história e continuam a repercutir nos comportamentos e nas violências até os dias atuais (SAMPAIO, 2015).

Vemos, portanto, que é impossível analisarmos as violências sofridas por essas mulheres idosas sem olharmos para suas outras camadas de pertencimento identitário. Ainda que tenhamos em nosso objetivo compreender os discursos de mulheres idosas que sofreram violência e frequentam a FUNATI, elas não compartilham as mesmas experiências de vida, tendo em vista que sofrem relações de opressão duplas ou triplas. Suas identidades são interseccionais, pois essas violências e opressões não acontecem de forma isolada e independente, mas se relacionam (NOGUEIRA, 2017).

Serviços e políticas públicas de acolhimento, orientação e apoio

Entre as colaboradoras, as instituições mais procuradas foram as delegacias (gerais, da mulher e do idoso), órgãos estaduais e entidades sem fins lucrativos que trabalham no acolhimento de dependentes químicos (para os filhos) e a FUNATI, que esteve presente nos discursos de todas e auxiliou-as no enfrentamento direto e indireto da violência.

Apesar de as colaboradoras enxergarem a violência como inevitável e encontrarem, no seu cotidiano, formas de lidar com ela que não envolviam sair do relacionamento abusivo, quatro das cinco entrevistadas procuraram, em momentos de grande tensão e desespero, ajuda de delegacias em busca de, no mínimo, alguma orientação para enfrentarem as violências. Infelizmente, independentemente de

procurarem essa instituição antes ou depois da promulgação da Lei Maria da Penha, de 2006, elas não receberam apoio e seus agressores não foram punidos.

Na primeira vez que Açucena foi à delegacia, a delegada de plantão chamou seu marido, colocou-os frente a frente e conversou com eles.

> Citação literal. [...] conversou com ele, com a gente. Sobre ele estar me ameaçando, me batendo, essa coisa toda. Só isso. Depois nós fomos para casa. Eu tinha a esperança de que ele pelo menos ficasse com medo, né. (Açucena).

Em outra vez, há menos de um ano, ela foi até a Delegacia da Mulher e lhe disseram que o lugar dela era na delegacia do idoso. Quando se dirigiu a esta, disseram que o boletim de ocorrência seria enviado para a defensoria. Ela não teve mais notícias de seu processo.

Potira e Iracema também procuraram a delegacia várias vezes e receberam devolutivas igualmente ineficazes.

> Citação literal. Aí eu fui lá na delegacia, disseram mesmo assim "a senhora está bem, né? Se ele aprontar de novo a senhora volta aqui". Muito bonito. Eu tinha que esperar ele me bater de novo pra poder voltar lá. E ele me bateu, eu fui lá, mas não adiantava não. Diziam "a senhora volte novamente se ele bater e tratar a senhora mal. Venha aqui." Eu ia. Nada. Novamente, nada (Potira).

> Citação literal. É. E aí foi quando chegamos lá o delegado perguntou "O que foi que aconteceu?" Aí eu contei que ele tinha me batido e ameaçado me levar para o hospital de novo. Ele virou e perguntou "e a senhora fez o que pra ele fazer isso?" Pronto. Aquilo ali me desarmou. Me arrependi na hora de ter ido ali. E depois ele ainda disse "isso é normal." E ficou por isso mesmo (Iracema).

Esses discursos evidenciam o descaso com a saúde e a segurança dessas mulheres, que não podem contar com a proteção da família ou do Estado que fortalece as violências, ao invés de minimizá-las. A ideologia patriarcal, que organiza os discursos e os modos de ser em nossa sociedade, privilegia uns e oprime outros. Pelo simples fato de ser mulher, idosa, pobre e/ou preta, a estrutura social já funciona de modo a desvalorizar essas vidas, em detrimento de outras que não carregam consigo marcas históricas de opressão. Isso reflete no sistema judiciário, assim como em todas as instituições da nossa sociedade, que ainda funcionam nesses moldes (FREIRE, 2014; TIBURI, 2020).

O patriarcado pode ser definido como um Dispositivo, tendo em vista que é um sistema complexo, encadeado em uma rede de produções sociais que dita discursos, comportamentos e relações (ZANELLO, 2018). Para combatê-lo, é necessário um "contradispositivo" igualmente complexo, que possa questionar e modificar seus dogmas e leis. O feminismo é este contradispositivo. Suas estratégias que visam não somente equidade, mas reparação histórica, estão presentes em nossa sociedade e se manifestam em diversas esferas, a jurídica sendo uma delas (TIBURI, 2020).

A Lei Maria da Penha de 2006, que criou mecanismos para coibir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher é uma grande conquista e traz, em seu texto, intervenções e punições mais céleres e menos flexíveis aos autores de violência, visando maior proteção e segurança às vítimas (BRASIL, 2006). Entretanto, como vimos na prática, a ideologia patriarcal está tão enraizada em nossa sociedade que mesmo munidos de dispositivos de proteção eficazes, os atores sociais, que deveriam lutar junto para colocar esses dispositivos em prática, trabalham a favor da opressão, ainda que muitas vezes façam parte dos oprimidos, como foi o caso da delegada que atendeu Açucena.

A interseccionalidade entre gênero e geração também foi um impedimento para que a proteção a essas mulheres fosse assegurada. Quando, na Delegacia da Mulher, foi negado atendimento à Açucena por ser idosa, e a mesma foi mandada para a Delegacia da Pessoa Idosa, percebemos que houve um entrelaçamento de opressões, que não só anulou sua identidade enquanto mulher, mas que resultou na perda de seu direito de proteção judiciária, tendo em vista que a Lei Maria da Penha é mais eficaz e célere no enfrentamento de violências domésticas e familiares.

Sobre a FUNATI, por outro lado, há um discurso de afeto que é unânime em todas as colaboradoras em seus momentos de maior emoção durante as entrevistas.

> Citação literal. Eu sou tão feliz aqui (FUNATI). Quando eu desço do ônibus, eu penso: aqui é minha segunda casa (Potira).

> Citação literal. Desde que eu entrei aqui (FUNATI) eu fui acolhida. Acolhida de verdade. Minha ansiedade diminuiu, minha vida mudou, sabe? (Açucena).

> Citação literal. O teatro (ofertado na FUNATI) é minha vida, é minha família, minha segunda família está entendendo? (Iara).

Percebemos nesses discursos que a FUNATI oferece o acolhimento que elas não tiveram em suas famílias e em outras instituições. A socialização com amigos/as, professores/as e todos/as os/as profissionais envolvidos/as é fundamental para que se sintam pertencentes a um grupo. Tendo em vista que o não-lugar das mulheres idosas, tanto em suas famílias quanto na sociedade propicia, como já vimos, a não observância de seus direitos, a ausência de proteção por parte dos dispositivos legais e, consequentemente, alicerça as bases da violência (DAMACENO, et al., 2020).

Além disso, a FUNATI também oferta atendimento psicológico para essas mulheres, atenção à saúde e diversas oficinas e cursos que estimulam a criatividade, como no caso das oficinas de teatro e de dança, e a cognição, como as oficinas da memória, os cursos de idiomas, informática, dentre outros (MANAUS, 2022).

> Citação literal. [...] eu gosto desse espaço (FUNATI), eu gosto das atividades, eu gosto das oficinas que ajudam meu cérebro a melhorar, eu gosto dos amigos, eu gosto de ter o que fazer, de colocar na minha agenda. Isso aqui significa muito para mim. (Inaiê)

O estímulo cognitivo é fundamental, pois além de auxiliar na vida cotidiana, ajudando no planejamento e organização, como exemplificado pela enunciação de Inaiê, também coloca essas mulheres em uma posição de maior domínio e empoderamento de si mesmas. Principalmente quando olhamos para o nível educacional das participantes, onde apenas uma possui o nível superior completo. A dependência financeira e a falta de conhecimento acerca dos próprios direitos são fatores de vulnerabilidade para violências. Com um nível educacional menor, as chances de se encontrar condições de trabalho ruins são maiores, levando a instabilidade financeira, alimentar, laboral e habitacional. Estudar é, portanto, não somente uma estratégia para empoderamento social e de saúde, mas um fator de proteção contra a violência (PEREIRA; BEM; GODINHO, 2020; BREIDING; BASILE; KLEVENS; SMITH, 2017)

Nesta seção vimos que as colaboradoras, embora tenham convivido com a violência ao longo de toda vida, e considerem o fenômeno como inevitável, conseguiram, em determinado momento, pedir por ajuda, recorrendo às delegacias. Suas tentativas, entretanto, foram interditadas, pois ainda que existam dispositivos de proteção legal a seu favor – tais como a Lei Maria da Penha e as delegacias especializadas –, a ideologia

patriarcal e as interseccionalidades formam uma barreira para o acesso aos seus direitos. O acolhimento e as estratégias de proteção não estão ocorrendo na prática e não é uma situação que se limita apenas a esta pesquisa (VAZ, 2015; PEREZ E RIBEIRO, 2020; VASCONCELOS, 2021; SOUZA E CORTEZ, 2014; MELEIRO, et. al, 2021). Assim, elas são duplamente violentadas: em suas casas e nas instituições que deveriam protegê-las e punir seus agressores.

A FUNATI, por outro lado, apareceu em seus discursos como uma instituição de enfrentamento direto da violência, através do acesso a cuidados em saúde na sua policlínica, psicoterapia e orientação com a assistente social. E também no enfrentamento indireto, através das atividades ofertadas, das pesquisas realizadas na instituição e também no seu papel como um espaço de socialização, trocas e acolhimento.

Considerações finais

Ao longo do estudo, vimos que os discursos das colaboradoras, em torno da violência, são diversos, e elas atribuem diferentes sentidos para o fenômeno. Embora haja um fator em comum entre elas: a violência sempre foi uma constante em suas vidas, e por isso, a entendem como algo inevitável. A partir disso, encontram estratégias para conviver com essas violências, ao invés de se afastar das relações abusivas e cortar o vínculo com seus agressores. Se defender (física e verbalmente) e aceitar placidamente são comportamentos que aparecem em seus discursos como estratégias. Assim como a busca por conforto e respostas através da espiritualidade, ainda que a religião, por outro lado, seja reconhecida por elas como fortalecedora de violências.

Concluímos que a forma com que enxergam as violências quando vindas dos filhos é diferente de quando o autor é o companheiro. Quando se trata dos filhos, elas reconhecem muitas vezes que estão sendo maltratadas, sentem medo em determinados momentos, mas não nomeiam o fenômeno como violência. Existe uma discrepância entre suas enunciações (fala) e seus discursos (o que expressam). O padrão da violência sofrida muda de acordo com o autor. Quando é o companheiro, geralmente se mostra em agressões físicas e verbais, abusos sexuais, ameaças e demonstração de possessividade. Enquanto com os filhos, essa violência se dá a partir de distanciamento emocional, exploração financeira e abusos verbais.

Escolhemos a FUNATI pois, ainda que não seja uma instituição especializada em acolhimento em casos de violência, atua como um espaço de socialização, afetos, aprendizados e trocas entre os/as idosos/as, e sabemos que ter uma rede de apoio é fundamental no enfrentamento de violências e que essa instituição provavelmente teria um papel importante na vida dessas mulheres. Entretanto, por ser primordialmente uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, tivemos dificuldades em recrutar colaboradoras, tendo em vista que se trata de um tema delicado. Conseguimos contornar tal limitação a partir de conversas com professores/as e outros/as profissionais que tem um olhar atento e cuidadoso, e estes sugeriram nomes que pudéssemos conversar e apresentar a pesquisa.

É necessário trabalhar para minimizar o descaso das instituições que trabalham com o enfrentamento direto das violências, em especial as delegacias, já que estas são o primeiro contato dessas mulheres após tomarem a decisão de realizar a denúncia. A Lei Maria da Penha, em seu texto, coloca que as delegacias especializadas não devem somente receber denúncias, mas acolher, trabalhar para a proteção imediata e informar sobre os direitos e possibilidades. Para que isso ocorra na prática é necessário treinamento, capacitação e sensibilização dos funcionários para que possam estar preparados não só teoricamente, mas emocionalmente. A contratação de psicólogos/as e assistentes sociais para estarem de plantão nesses espaços é fundamental não só para participarem da acolhida inicial, mas para que o trabalho intersetorial e multidisciplinar aconteça e fortaleça a rede de apoio.

São necessários estudos futuros que considerem a interseccionalidade entre gênero e geração e tenham como plano de fundo o contexto do norte do país. Além de estudos que explorem com profundidade o papel socioemocional que instituições como a FUNATI possuem em seus alunos/as. Dar voz a essas mulheres, que por muito tempo foram silenciadas, é uma estratégia de enfrentamento contra as violências, e um contradispositivo à ideologia patriarcal. Há não muito tempo atrás, as histórias de mulheres eram contadas por homens, portanto, valorizar seus discursos é reconhecer suas lutas e dar visibilidade às suas trajetórias.

Agradecimentos à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020. 152 p.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019. 256 p.

AMARAL, Juliana Bezerra do *et al*. A religiosidade e a espiritualidade como referências para o enfrentamento da violência doméstica contra idosos. **Revista Enfermagem Uerj**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 1-6, 2016.

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe***.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 224 p.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados. Acesso em: 10 jan. 2023.

BREIDING, Matthew J.; BASILE, Kathleen C.; KLEVENS, Joanne; SMITH, Sharon G.. Economic Insecurity and Intimate Partner and Sexual Violence Victimization. **American Journal of Preventive Medicine**, [S.L.], v. 53, n. 4, p. 457-464, out. 2017. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.amepre.2017.03.021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28501239/. Acesso em: 12 jan. 2023.

DAMACENO, Daniela Garcia *et al*. Mulheres idosas vítimas de violência: o protagonismo nas denúncias. **Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos Sobre As Mulheres**, [S.L.], v. 4, n. 41, p. 61-76, 15 jun. 2020. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres - APEM. http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.04.

DARDENGO, Cassia Figueiredo Rossi; MAFRA, Simone Caldas Tavares. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 1-23, jul. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923. Acesso em: 11 jan. 2023

DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade:* a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p.

FREIRE, Sérgio. *Análise de Discurso:* procedimentos metodológicos. Manaus: Instituto Census, 2014. 57 p.

MANAUS. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE. **Quem somos**. 2023. Disponível em: https://funati.am.gov.br/quem-somos/. Acesso em: 21 dez. 2022.

MELEIRO, Maria Luiza de Andrade Picanço et al. **Os desafios da rede de proteção no enfrentamento à violência contra a pessoa idosa em Manaus, Amazonas, Brasil.**

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 132 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hacitec, 2014. 407 p.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador: Devires, 2017. 235 p.

Organização Mundial da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. 2002. Disponível em: https://opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude-1.pdf. Acesso em: 07 jan. 2023.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the Eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. In: African Gender Scholarship: concepts, Methodologies and paradigms. Dakar: Codesria, 2004, p. 1-8.

PEREIRA, Bárbara Caroliny; BEM, Márcia Maria da Silva; GODINHO, Mônica Lá-Salette da Costa. Determinantes sociais da saúde e sua influência na vida de mulheres vítimas de violência doméstica. **Global Academic Nursing Journal**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 1-9, nov. 2020. GN1 Sistemas e Publicações Ltd.. http://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200031.

PEREIRA, Leonellea; TAVARES, Márcia. UMA TRAMA ENTRE GÊNERO E GERAÇÃO: mulheres idosas e a violência doméstica na contemporaneidade. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 41-52, dez. 2018.

PEREZ, Fabíola; RIBEIRO, Joyce. **Mulheres enfrentam truculência e desestímulo em delegacias de SP**. 2020.

SAMPAIO, Paula Faustino, 2015, Florianópolis. **Silêncios e palavras na rede de significados sobre as mulheres indígenas no Brasil.** Florianópolis: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. 12 p. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439861881_ARQUIVO_Silenciosepalavrasmulheresindigenas.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

SILVA, Aline Oliveira; LORETO, Maria das Dores Saraiva de; RAMOS, Rita de Cássia Bhering. A violência contra as mulheres idosas: tipicidade, características e significados. **Archives Of Health**, [S.L.], v. 1, n. 5, p. 243-257, 23 dez. 2020. South Florida Publishing LLC. http://dx.doi.org/10.46919/archv1n5-008.

SILVA, Cirlene Francisca Sales da; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Violência contra idosos: perfil sociodemográfico dos familiares agressores, tipos de violência impetrada e motivações para sua ocorrência. **Gestão e Saúde**, [*s. l*], v. 7, n. 2, p. 563-581, abr. 2016. Disponível em:

https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5555888. Acesso em: 26 dez. 2022.

SOUZA, Lídio de e CORTEZ, Mirian Beccheri. **A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso.** Revista de Administração Pública [online]. 2014, v. 48, n. 3, pp. 621-639. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-76121141>. Epub 10 Jun 2014. ISSN 1982-3134. https://doi.org/10.1590/0034-76121141. Acesso em: 15 jan. 2023.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em Comum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 126 p.

VASCONCELOS, Caê. **Mulher passa seis vezes em delegacias para registrar violência doméstica e segue desprotegida**. 2021. Disponível em: https://ponte.org/mulher-passa-seis-vezes-em-delegacias-para-registrar-violencia-domestica-e-segue-desprotegida/. Acesso em: 15 jan. 2023.

VAZ, Camila. **A ineficiência da Delegacia da Mulher**. 2015. Disponível em: https://camilavazvaz.jusbrasil.com.br/noticias/177730696/a-ineficiencia-da-delegacia-da-mulher. Acesso em: 15 jan. 2023.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos:* cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018. 301 p.

Family violence against elderly women who attend an Open University for the Third Age: analytical understanding of their discourses

Abstract:

The research focused on violence against elderly women within the family. Historically, in old age, violence takes on new interfaces, as two markers are associated: being a woman and being elderly, in addition to other markers that will be explored based on Intersectionality. In this way, we seek to assist in the formulation of new coping mechanisms that can act more quickly, in addition to bringing to light the role of an Open University for the Third Age in directly and indirectly combating this phenomenon. The research is qualitative, descriptive and exploratory in nature, and aimed to understand the speeches of elderly women who suffered family violence and are students at an Open University for the Third Age in Manaus, in light of Zanello's Device Theory (2018) and of Intersectionality, based on Nogueira (2017) and Akotirene (2020). We conclude that the discourses surrounding violence are diverse, and different meanings are attributed to the phenomenon. Although there is one factor in common: violence appears as a constant in women's lives, and therefore, they understand it as inevitable. Thus, they find strategies to live with this violence, instead of ending these abusive relationships.

Keywords: Familiar violence. Gender violence. Violence against elderly women. Gender. Intersectionality.

Elza Beatriz BARROS DE PAIVA

Psicóloga, Mestra em Processos Psicológicos e Saúde pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Gênero e Sexualidade e em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social. Com interesse nos temas: gênero, sexualidade e violência de gênero

E-mail: elzabeatrizbarros@gmail.com

https://orcid.org/0000-0002-2238-5349

Breno DE OLIVEIRA FERREIRA

Professor de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Amazonas. Psicólogo, pedagogo, Doutor em Saúde Coletiva. Com interesse nos temas: saúde coletiva, gênero e sexualidade

E-mail: breno@ufam.edu.br

https://orcid.org/0000-0002-0979-3911

Denise MACHADO DURAN GUTIERREZ

Doutora em Saúde da Mulher e da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira. Professora associada IV da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, com interesse nos temas: cuidados em saúde, gênero e geração.

E-mail: ddgutie@ufam.edu.br

https://orcid.org/0000-0002-0031-3045

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 24/10/2024

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Questões de gênero e desafios enfrentados por mulheres policiais militares no Brasil:

uma revisão integrativa da literatura

Marizangela Lissandra de Oliveira, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*
Renata Adele de Lima Nunes, *Perícia Forense do Ceará (PEFOCE)*
Francisco Thiago Carneiro Sena, *Polícia Militar do Ceará (PMCE)*
Ivanise Freitas da Silva, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*
Raimunda Hermelinda Maia Macena, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Resumo. O objetivo do estudo foi identificar os desafios enfrentados por mulheres policiais militares, pautados na questão de gênero, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Estruturada nas recomendações PRISMA, seguiu os sete passos da Revisão Bibliográfica utilizando a ferramenta *State of the Art through Systematic Review* (StArt). A busca foi realizada em cinco bases de dados, sendo a amostra composta de onze estudos. Os principais achados foram analisados de forma qualitativa, sendo reunidos em categorias temáticas. Dentre os desafios enfrentados por mulheres policiais militares no Brasil estão a tentativa de superar as diferenças físicas; o binarismo de gênero presente numa sociedade patriarcal; e a discriminação e violência de gênero ocorrida dentro da corporação. Os estudos demonstram que há muito a percorrer na seara da igualdade entre os gêneros na Polícia Militar. As dificuldades observadas refletem como a sociedade lida com as conquistas das mulheres, sobretudo na ocupação de espaços antes ocupados apenas por homens.

PALAVRAS-CHAVE: Binarismo de Gênero. Violência de Gênero. Equidade de Gênero. Polícia. Militares.

Introdução

O conceito de gênero diz respeito a construções sociais e culturais acerca das significações sobre papéis de homens e mulheres, evidenciando diferenças que definem e significam os papéis sexuais destinados a cada um deles na sociedade (SANTOS; FACHINETTO; TEIXEIRA, 2012). As atividades existentes na vida social são divididas entre os indivíduos tomando como referência, entre outros aspectos, a diferença sexual, fazendo com que homens e mulheres assumam atividades distintas de acordo com as suas especificidades biológicas, as quais representariam, também, diferenças de qualidades, habilidades e características que ambos carregariam naturalmente em seus corpos. O ingresso de mulheres em profissões, cargos e espaços de trabalho antes ocupados apenas por homens abre a possibilidade de questionamentos sobre a validade de um modelo de divisão sexual do trabalho calcado em habilidades ditas naturais (DANIEL, 2011).

A história da autoconstrução de uma identidade para a Polícia Militar (PM) no Brasil é caracterizada pela construção de uma honra identificadora do militar e da instituição vinculada às virtudes de guerreiros oficiais, reproduzindo um padrão de masculinidade que constitui o ideal institucional. Nesse sentido, a presença do sexo feminino representa o rompimento com a ordem estabelecida pela tradição (SCHACTAE, 2013).

As agências policiais, principalmente as militares, são predominantemente compostas por homens (COSTA; MATTOS; SANTOS, 2012), havendo permanência da construção simbólica de domínio de masculinidade que constitui um indício de reprodução das diferenças de gênero que subordinam o feminino ao masculino e definem os espaços dos homens e das mulheres nas instituições (SCHACTAE, 2013).

No meio policial, a exigência de vigor físico, a exposição ao risco e as jornadas de trabalho nas ruas têm sido socialmente reconhecidas como atividades indicadas para homens (SCHACTAE, 2013). No entanto, as novas situações que se apresentam no mundo contemporâneo têm demandado do trabalho policial novas habilidades que vão para além da força física, como inteligência, capacidade de resolução de conflitos, trabalho em equipe e inovação, fazendo com que a redução de situações potencialmente violentas e conflituosas, assim como o atendimento a coletivos que exigem tratamentos diferenciados, tenham se apresentado

como fatores que levaram a mudanças na estrutura policial brasileira, caracterizada pela abertura à participação feminina (CALAZANS, 2004).

Desse modo, a inserção das mulheres nas instituições policiais tem se dado em um contexto marcado, sobretudo, pela necessidade de instituir uma nova forma de fazer, condizente com uma sociedade democrática que está se estabelecendo, apesar de as discriminações de gênero configurarem como obstáculos à carreira profissional das mulheres nas instituições de segurança pública (SANTOS; FACHINETTO; TEIXEIRA, 2012). Romper com esse modelo discriminatório nas forças policiais faz-se necessário, visto que as condições do ambiente laboral repercutem diretamente na saúde dos trabalhadores da segurança pública, podendo colocar em risco suas próprias vidas ou as de terceiros no desempenho de suas funções (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022).

Ante o exposto, este estudo teve como objetivo identificar os desafios enfrentados por mulheres policiais militares (PMs) no Brasil, pautados na questão de gênero, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

Método

Trata de uma revisão integrativa da literatura estruturada nas recomendações PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015) a respeito dos desafios enfrentados por mulheres PMs, pautados na questão de gênero, evidenciando a vivência e as dificuldades encontradas por aquelas mulheres atuantes em um segmento predominantemente masculino. A revisão integrativa é um tipo de revisão sistemática, visto que segue uma metodologia planejada, sendo realizada por meio de métodos claros e reprodutíveis a partir de sete passos: 1. Formulação da pergunta; 2. Localização dos estudos; 3. Avaliação crítica dos estudos; 4. Coleta de dados; 5. Análise e apresentação dos dados; 6. Interpretação dos dados; 7. Aprimoramento e atualização da revisão (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; ÂNIMA, 2014). Ela permite integrar opiniões, conceitos ou ideias, sintetizando o conhecimento obtido dos resultados de pesquisas anteriores sobre determinada temática (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Com o objetivo de sistematizar a execução das etapas de planejamento, execução e sumarização da revisão, foi utilizada a ferramenta *State of the Art through Systematic Review* (StArt) (LAPES,

2013), que auxilia pesquisadores a conduzirem revisões sistemáticas, melhorando sua qualidade e os mapeamentos sistemáticos conduzidos (UFSCAR, 2022). A pergunta de pesquisa foi estruturada utilizando a estratégia PICo – População (mulheres PMs), Fenômeno de interesse (desafios enfrentados, pautados na questão de gênero) e Contexto (atuação profissional na PM) (BRUN; ZUGE, 2015). Desse modo, a pergunta norteadora deste estudo foi: Quais são os desafios enfrentados por mulheres PMs no Brasil na sua atuação profissional, pautados na questão de gênero, encontrados na literatura?

A busca e identificação dos estudos foi realizada em fevereiro de 2022, sendo captados aqueles disponíveis nas bases de dados científicas da área e portais de busca de artigos, teses, dissertações e periódicos. Foram consultadas as seguintes bases: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Index Psicologia – Periódicos, no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Regional), assim como a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Este processo foi realizado por meio de buscas formadas por palavras-chaves, com a utilização da combinação de descritores e operadores booleanos conforme quadro 1, além da utilização de filtro referente ao intervalo de publicação nos últimos 10 anos. Durante o procedimento de recuperação das informações, foram consideradas as strings encontradas preferencialmente em Títulos, Resumos e Palavras-Chaves.

Quadro 1: Base de dados, estratégia de busca e referências

Base	Estratégia de Busca	Referências recuperadas	Referências duplicadas	Referências rastreadas
Scielo	(Women OR Woman OR Mulheres OR Gênero OR Gender) AND (Police OR Polícia OR Police officers OR Policiais) AND (Military personnel OR Military OR Militares)	24	12	12
MEDLINE	(“Women” OR “Woman” OR “Mulheres” OR “Gênero” OR “Gender”) AND (“Police” OR “Polícia” OR “Police officers” OR “Policiais”) AND (“Military personnel” OR “Military” OR “Militares”)	145	4	141
LILACS		37	4	33
BDENF		6	-	6
Index Psicologia - Periódicos		10	9	1
Total		**222**	**29**	**193**

Fonte: Elaboração própria

Cada busca foi exportada para uma pasta no computador e, posteriormente, importada pela ferramenta StArt. Foram identificados, inicialmente, 222 estudos, dos quais 29 eram duplicados, restando 193 trabalhos rastreados para a fase de seleção.

A seleção dos estudos elegíveis foi realizada pela leitura dos títulos e resumos de cada trabalho, aplicando critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos estudos publicados e disponíveis integralmente, com acesso livre nas bases de dados, do tipo artigo de estudo primário, idiomas inglês/português, abordando algum dos seguintes aspectos: vivências de mulheres PMs; dificuldades encontradas por mulheres PMs no exercício do seu trabalho; saúde/doença de mulheres PMs; questões de gênero na PM e sua repercussão na vida de mulheres policiais; estudos com PMs apontando diferenças de resultados entre homens e mulheres.

Foram excluídos os trabalhos que tratavam de outra temática; estudos com PMs que não abordavam diferenças entre os gêneros; artigos sobre militares das Forças Armadas; artigos de PMs não brasileiros; trabalhos sem disponibilidade de acesso livre na íntegra; documentos diferentes de artigo (teses, dissertações, relatórios, manuais, protocolos etc.); artigos de revisão, de opinião, relatos de experiência e demais artigos que não constituiam estudos primários; documentos em idiomas diferentes daqueles dos critérios de inclusão.

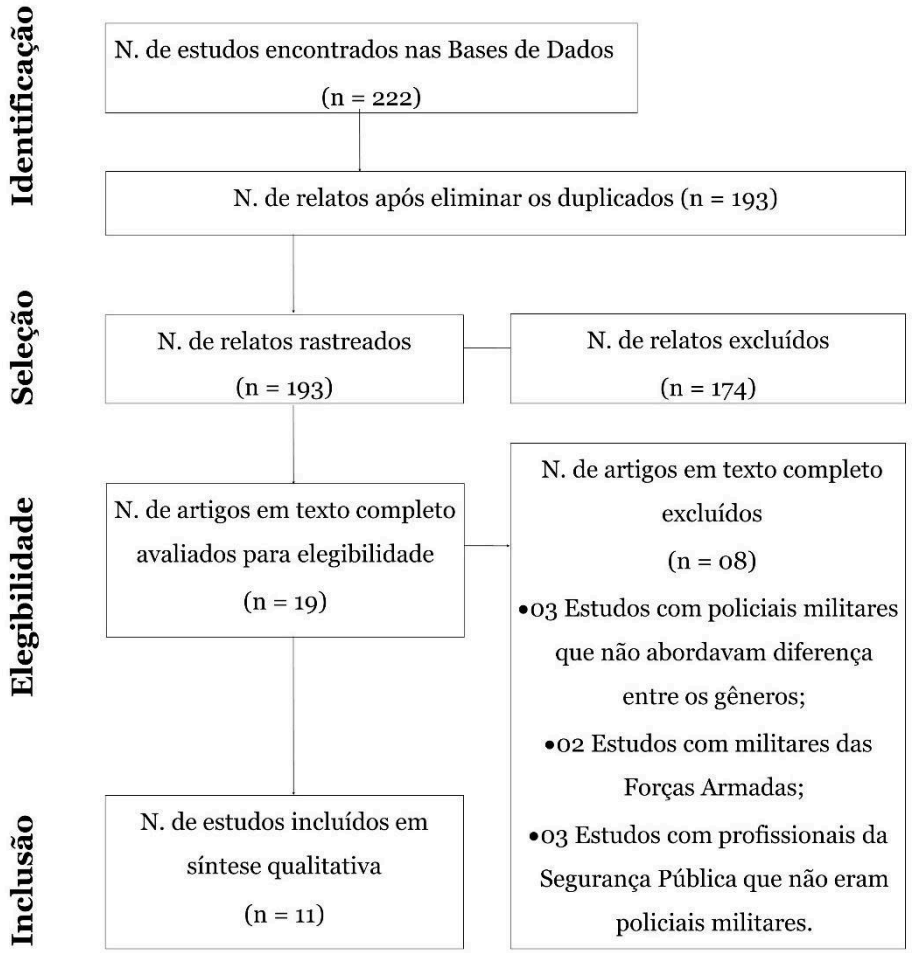
A seleção foi realizada por um dos autores e conferida por um segundo avaliador. As divergências de classificação foram resolvidas por consenso, restando 19 artigos para leitura na íntegra, após a qual foram novamente avaliados com base nos critérios de inclusão e exclusão, sendo definidos onze artigos incluídos na amostra. A extração das informações para caracterização dos estudos e aquelas capazes de responder à pergunta de pesquisa foi realizada por dois revisores, de forma independente, correspondendo a: autor, ano, local de estudo, idioma, objetivo, desenho do estudo, nível de evidência, participantes, temática de recrutamento do estudo, principais achados e conclusões.

O nível de evidência foi baseado na classificação apresentada por Souza, Silva e Carvalho (2010): Nível 1 - meta-análise de múltiplos estudos clínicos controlados e randomizados; Nível 2 - estudos individuais com delineamento experimental; Nível 3 - estudos quase-experimentais; Nível 4 - estudos descritivos (não-experimentais) ou com abordagem qualitativa; Nível 5- relatos de caso ou de experiência; Nível 6 - opiniões de especialistas.

Resultados

A trajetória de identificação, seleção e inclusão dos artigos seguiu as recomendações PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015), esquematizada na figura 1.

Figura 1: Fluxograma elaborado de acordo com as recomendações PRISMA para o processo de identificação, seleção e inclusão dos artigos.



Fonte: Elaboração própria

A amostra desta revisão integrativa totalizou 11 artigos, dos quais seis foram encontrados na SciELO (GRIPP; ZALUAR, 2017; LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; RIBEIRO, 2018; SCHACTAE, 2015; SOUZA, 2020) e cinco na LILACS (BARBOSA; SILVA, 2013; BEZERRA; MINAYO;

CONSTANTINO, 2013; GRISOSKI; SANTIAGO, 2021; JESUS; JESUS, 2012; JESUS; MOTA; JESUS, 2014).

De acordo com as temáticas de recrutamento utilizadas na busca dos estudos, os 11 artigos selecionados foram distribuídos da seguinte forma: três artigos tratavam de diferenças entre homens e mulheres PMs, três abordavam questões de gênero na PM e sua repercussão na vida de mulheres policiais, três relatavam vivência de mulheres PMs, um tratava da saúde / doença de mulheres PMs e um evidenciava dificuldades encontradas por mulheres policiais. Somente um estudo foi publicado na língua inglesa. Quase metade deles (06) teve sua publicação entre os anos de 2017 a 2021. Apenas um estudo foi realizado em nível nacional, três na região Nordeste (Ceará e Bahia), três na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e quatro na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná).

Com relação à abordagem, seis artigos utilizaram a quantitativa, sendo todos transversais, dos quais quatro eram do tipo observacional e duas pesquisas Survey, apresentando nível de evidência 3. Cinco artigos utilizaram abordagem qualitativa, compostos por uma pesquisa etnográfica, duas documentais e duas com análise temática/discurso, apresentando nível de evidência 4 (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). No que diz respeito aos participantes, seis foram realizados com PMs de ambos os sexos, dois com mulheres PMs e três não foram realizados diretamente com participantes, por se tratar de estudos etnográfico e documental.

Os dados extraídos foram consolidados no quadro 2.

Quadro 2: Caracterização das publicações quanto ao autor, ano, título, base de dados, local do estudo, idioma, desenho do estudo, nível de evidência, temática de recrutamento e participantes.

ID	Autor/ano	Título	Base	Local/idioma	Desenho do estudo	Nível de evidência (NE)	Temática de recrutamento	Participantes
1	LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018	Identificação preliminar da síndrome de burnout em policiais militares	SciELO	Maracanaú-CE /Português	Quantitativo, observacional e transversal.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	80 PMs, 25% mulheres e 75% homens, do serviço ativo na corporação, com idades entre 21 e 46 anos, com mais de um ano de vínculo com a companhia.
2	JESUS; MOTA; JESUS, 2014	Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil	LILACS	Feira de Santana-BA / Português	Transversal, quantitativo, observacional.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	316 PMs de Feira de Santana, sendo 79,7% masculino e 20,3% feminino.
3	BARBOSA; SILVA, 2013	Prevalência de fatores de risco cardiovascular em policiais militares	LILACS	04 municípios do RS / Português	Quantitativo, analítico do tipo observacional transversal.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	112 PMs de ambos os sexos, 87,50% masculino e 12,50% feminino, faixa etária entre 20-54 anos.
4	JESUS; JESUS, 2012	Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares	LILACS	Feira de Santana-BA / Português	Estudo de corte transversal. Quantitativo, observacional.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	316 PMs de ambos os sexos, 79,7% masculino e 20,3% feminino. Média de idade 36,2 anos.
5	RIBEIRO, 2018	Polícia Militar é lugar de mulher?	SciELO	Brasil / Português	Pesquisa de survey on-line, quantitativa.	3	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	5.732 PMs de todo o Brasil, 87,7% masculino e 12,3% feminino.
6	BEZERRA; MINAYO;	Estresse ocupacional em mulheres policiais	LILACS	Estado do Rio de	Estudo qualitativo utilizando grupo	4	Saúde / doença de mulheres PMs	42 mulheres PMs do Rio de Janeiro, sendo 17 oficiais e 25 praças.

	CONSTANTINO, 2013			Janeiro / Português	focal, entrevista, observação e análise temática.			
7	SCHACTAE, 2015	A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000)	SciELO	Estado do Paraná / Português	Pesquisa qualitativa documental.	4	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	Legislação que define as transgressões, Boletins Gerais da PM do Paraná (1977-2000), Regulamento Disciplinar do Exército e da Polícia Feminina de São Paulo.
8	LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021	Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses	SciELO	Estado do Paraná / Português	Pesquisa Survey, transversal, quantitativa.	3	Dificuldades encontradas por mulheres policiais	600 PMs, de ambos os sexos, da PM do Paraná
9	GRISOSKI; SANTIAGO, 2021	Produção de subjetividade de mulheres policiais de um batalhão da polícia militar do Paraná	LILACS	Estado do Paraná / Português	Pesquisa qualitativa, utilizando entrevista semi-dirigida e análise do discurso.	4	Vivência de mulheres PMs	06 mulheres policiais da PM do Paraná.
10	GRIPP; ZALUAR, 2017	Police and gendered labor performances: hypermasculinity and policing as a masculine function	SciELO	Estado do Rio de Janeiro / Inglês	Estudo qualitativo etnográfico.	4	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro.
11	SOUZA, 2020	"Anjos anônimos, feitos de ternura": mulheres policiais em São Paulo durante a ditadura militar (1964-1985)	SciELO	São Paulo / Português	Estudo qualitativo documental.	4	Vivências de mulheres PMs	Registros jornalísticos, artigos, imagens e relatórios de serviço da atuação do efetivo feminino.

Fonte: Elaboração própria

O conteúdo dos artigos pôde ser agrupado em três categorias. A primeira delas trata das diferenças nas condições de saúde e autocuidado entre homens e mulheres policiais, sendo tema de três estudos (BARBOSA; SILVA, 2013; JESUS; MOTA; JESUS, 2014; LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018).

Lima; Lima; Oliveira; Ferreira *et al.* (2018), em estudo que visava identificar a Síndrome de *Burnout* (BO) em policiais militares e sua relação com a prática de exercício físico, evidenciou que as mulheres tinham mais BO que os homens, embora em menor gravidade, e praticavam mais exercício físico de forma regular (entre 2 e 5 vezes por semana), concluindo que a melhora psicológica proporcionada pela prática do exercício físico, apesar de não evitar o aparecimento de BO, pode cooperar para o seu não agravamento.

Jesus; Mota; Jesus (2014) buscaram estimar a prevalência e os fatores associados ao risco cardiovascular elevado (RCE) de PMs, por meio do indicador antropométrico de obesidade abdominal e circunferência abdominal (CC). Eles identificaram que a RCE era mais prevalente nos homens, sendo maior do que o dobro do percentual de mulheres com RCE. Além disso, mulheres exibiram menor inadequação da circunferência da cintura do que os homens, embora sem significância estatística. No entanto, eles concluíram que a maior prevalência de obesidade abdominal entre os homens estava associada à inatividade física, não ao gênero.

No terceiro estudo da categoria, Barbosa & Silva (2013) objetivaram identificar a prevalência de fatores de risco cardiovascular modificáveis e não modificáveis, estratificados por sexo, em PMs, sendo observado predomínio de homens etilistas, insuficientemente ativos, na faixa de sobrepeso e dislipidêmicos. Entre as mulheres, prevaleceram as inativas e frequentemente estressadas.

Os resultados dos estudos dessa categoria evidenciaram que as mulheres possuem melhores práticas de autocuidado com o corpo, quando comparadas aos homens, o que as leva a possuírem melhores condições de saúde física, apesar de serem mais afetadas na sua saúde mental. Tal fato pode ser uma tentativa das mulheres de fortalecer o seu "corpo frágil", de modo a minimizar as diferenças físicas com relação aos homens.

A segunda categoria, composta por cinco artigos (GRIPP; ZALUAR, 2017; GRISOSKI; SANTIAGO, 2021; JESUS; JESUS, 2012; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; SOUZA, 2020), diz respeito às

dificuldades enfrentadas decorrentes da divisão de papéis pautada no binarismo de gênero em uma sociedade patriarcal.

Os estudos de Souza (2020) e de Grisoski & Santiago (2021) abordaram a divisão sexual do trabalho baseada na questão de gênero, tendo em vista o papel social exercido por homens e mulheres. Souza (2020), ao desenvolver uma análise histórica das alterações observadas no papel feminino na PM de São Paulo durante os governos militares pós-golpe de 1964, observou que quando as mulheres, antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, passaram a desempenhar atividades que eram exclusivas dos PMs masculinos, sua presença foi percebida como ameaçadora na corporação, fazendo com que a ampliação dos espaços possíveis ao público feminino não representassem o fim das restrições reservadas às mulheres na PM. Grisoski & Santiago (2021), ao problematizarem a produção de subjetividade de mulheres PMs a partir de suas experiências no cotidiano de trabalho, identificaram que as mulheres policiais têm seus cotidianos voltados à existência de um binarismo de gênero, posto que precisam se adequar à instituição masculinizada e, ao mesmo tempo, manter os comportamentos naturalizados como femininos.

Esses autores evidenciaram a permanência das mulheres no desempenho de funções assistenciais e de prevenção, contrapondo-se à predominância dos homens no serviço operacional de atendimento às ocorrências nas ruas, tarefas consideradas próprias da atividade policial. Tal fato sugere que as mulheres ocupam funções auxiliares às dos homens dentro da PM.

Gripp & Zaluar (2017) e Lopes; Ribeiro; Souza (2021) discorrem sobre a influência das diferenças físicas entre homens e mulheres na divisão de papéis dentro da PM. Os primeiros autores exploraram os desafios para o sucesso das iniciativas de policiamento comunitário colocadas pelas relações de gênero e seus resultados de distribuição desigual de poder, evidenciando que a inclusão de mulheres no policiamento comunitário foi uma tentativa de promover uma imagem dos policiais como fisicamente fortes e habilidosos, mas também como bons comunicadores, honrados, cooperativos e confiáveis, cuidando e protegendo os indivíduos. No entanto, os homens resistiam à integração das mulheres nas atividades operacionais a partir de uma definição do trabalho policial marcado pelo perigo, risco, força física, habilidades de autoridade e liderança, fazendo com que as mulheres permanecessem confinadas a tarefas de escritório ou ao trabalho de relações com a comunidade. Desse modo, as relações de trabalho baseadas em

entendimentos tradicionais dos papéis de gênero eram reforçadas, favorecendo a reprodução de formas violentas e punitivas de policiamento ostensivo ao passo que impediam o potencial das mulheres de prosperar como policiais.

Complementando essa questão, Lopes; Ribeiro; Souza (2021) buscaram contribuir para o entendimento da integração feminina na PM, suas representações e obstáculos. Eles identificaram que a participação das mulheres em atividades que envolvem cuidado e assistência está consolidada dentro da corporação e que os homens tendem a desaprovar a participação das mulheres em atividades operacionais arriscadas. Além disso, as mulheres aceitam a visão masculina do policiamento como uma atividade que depende de força física e coragem e procuram se afirmar como iguais dentro de um contexto social permeado por valores masculinos, reproduzindo visões tradicionais sobre as atividades policiais.

Jesus & Jesus (2012) identificaram barreiras à prática de atividade física entre PMs, predominando as de cunho pessoal, influenciadas pela falta de tempo, sendo os compromissos familiares e as tarefas domésticas as barreiras significantemente mais frequentes entre as mulheres. Desse modo, os autores evidenciam como a divisão de papéis pode impactar a saúde das mulheres pela sobrecarga da dupla jornada de trabalho, tendo em vista a cumprir o seu papel profissional sem deixar de exercer o seu papel de mulher socialmente determinado.

A terceira categoria trata, em dois artigos (RIBEIRO, 2018; SCHACTAE, 2015), da discriminação e violência de gênero na PM. O estudo de Ribeiro (2018), ao tentar compreender as interações de homens e mulheres dentro das Polícias Militares brasileiras pela utilização da categoria gênero, aborda a naturalização do assédio moral e sexual que ocorre dentro da corporação desde o momento da seleção, o que se constitui em verdadeira violência institucional, na medida em que a estrutura rígida baseada em hierarquia dificulta a punição dos assediadores, geralmente em posição superior à assediada. Evidencia, ainda, que a violência de gênero não é praticada apenas pelos homens contra as mulheres, mas também por outras mulheres, dentro da corporação. O artigo de Schactae (2015) enfatiza que a violência de gênero ocorre desde que a mulher foi inserida na PM, iniciando pela criação de uma legislação disciplinar para normatizar um padrão de comportamento feminino e estabelecer transgressões disciplinares específicas para mulheres policiais, reafirmando as diferenças de gênero

e o poder dos homens sobre as mulheres, já que, a elas, existia uma série de restrições de condutas diferenciadas daquelas impostas a eles.

O texto de Bezerra; Minayo; Constantino (2013) perpassa pelas três categorias, evidenciando que as diferenças físicas; a divisão sexual do trabalho, com inferiorização e sobrecarga da mulher; além da violência de gênero impactam na sua saúde mental, tornando essa população vulnerável ao sofrimento psíquico. Eles evidenciaram a forma como mulheres policiais compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências no trabalho e na vida doméstica, que incluem desafios que perpassam por aspectos físicos - como exigência de força para carregar o armamento pesado; desconforto físico e condições adversas do trabalho na rua, principalmente no período menstrual; psíquicos - dificuldade de desligar-se dos problemas do serviço quando estão em casa; preocupação com a segurança da família; estresse pelo risco de morte ou de outros agravos; e sociais - problemas com a hierarquia; preconceito de gênero; falta de autonomia; falta de reconhecimento de estarem em posto de oficial por mérito próprio; assédio sexual, por estarem em patentes inferiores.

Essas três categorias serão discutidas de forma narrativa individualmente adiante.

Discussão

Tentando superar as diferenças físicas

A diferenciação entre os corpos de homens e mulheres constitui um dos pilares para a construção da desigualdade de gênero, ainda presente na atualidade. Até o século XVIII, existia a visão de que os corpos masculino e feminino eram versões hierárquicas de um único sexo que evoluía para uma forma superior até tornar-se um macho, enquanto aqueles que não conseguiam se desenvolver eram considerados inferiores, dando origem à fêmea. Com a criação da bissexualidade, no final do século XVIII, e a separação em dois sexos, o corpo feminino passou a ser associado a imperfeições e patologias, sendo proposta a partir de então uma “anatomia política”. Esse pressuposto, apoiado pelo essencialismo, naturalismo e biologismo predominantes à época, referendava a suposição de que as características biológicas femininas atribuíam às mulheres determinados papeis e comportamentos, cabendo à sociedade respeitar e promover sua adequação (FERNANDES, 2009).

A estrutura física é um dos critérios considerados na execução de diversas tarefas, principalmente nas atividades tidas como masculinas, como a atividade policial. Desse modo, a sobredeterminação militar e o fato de a polícia ser uma instituição predominantemente masculina fazem com que os homens sejam o modelo de qualificação do desempenho profissional. Presencia-se um conflito entre as novas exigências sociais de inclusão do feminino e a resistência em perder seus vínculos com a cultura do militarismo (CALAZANS, 2004).

Sendo assim, o esforço demandado na tentativa de superar as diferenças, principalmente referentes ao padrão físico, entre homens e mulheres tem se apresentado como um dos desafios enfrentados pelas mulheres policiais. Os artigos selecionados neste estudo evidenciaram que as policiais são mais cuidadosas com o corpo por meio da realização de atividades físicas e hábitos de vida saudáveis, o que as fazem atingir, por consequência, melhores padrões de saúde física quando comparado aos homens policiais. Tal fato pode se dar como uma tentativa de minimizar as diferenças com a tropa masculina, principalmente porque o corpo feminino tem sido constantemente citado como um impedidor ao alcance do bom desempenho profissional pelas policiais.

No entanto, algumas especificidades femininas não podem ser desconsideradas, o que representam desafios extras à igualdade de gênero dentro da corporação militar. Aspectos relacionados ao ciclo reprodutivo feminino, como período menstrual, gravidez e lactação, não podem nem devem ser ignorados, visto que causam alterações psicofisiológicas nas mulheres e demandam cuidados especiais. Nesse contexto, as mulheres vivem em um paradoxo estabelecido entre a luta pela igualdade e a necessidade de respeito às especificidades femininas. A visão das mulheres policiais encontra-se dividida entre o desejo de se afirmar como policial, executando trabalhos operacionais junto aos policiais homens, e a oportunidade de conciliar as particularidades femininas ao trabalho policial, para isso assumindo mais as posições de cuidado e relações públicas dentro da corporação (LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021).

Não obstante a preocupação das policiais femininas com o corpo e o aspecto físico para fazer frente às demandas do ambiente de trabalho predominantemente masculino, estas são mais afetadas por depressão (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022) e estresse (JESUS; MOTA; JESUS, 2014) que os homens policiais, o que pode ter como contribuinte a exposição a situações discriminatórias, além da dupla jornada de trabalho (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013), a qual, muitas

vezes, se apresenta como barreira à prática de atividade física devido às demandas familiares e domésticas. Este último achado ilustra aspectos relacionados ao papel ainda predominante da mulher enquanto executora de tarefas domésticas e cuidadora do lar, reforçando o estereótipo consagrado da divisão sexual do trabalho (JESUS & JESUS, 2012).

Binarismo de gênero em uma sociedade patriarcal

O processo de constituição da sociedade capitalista atual é representado por uma sociedade economicamente dependente, classista, racista e patriarcal, marcada pela dominação-exploração dos homens sobre as mulheres (JULIÃO & DUTRA, 2020). A divisão sexual do trabalho criou uma relação assimétrica entre homens e mulheres, que reproduz as desigualdades de papéis e funções de cada um na sociedade (SOUSA & GUEDES, 2016).

A questão do gênero diz respeito aos papéis socialmente estabelecidos e hierarquizados assumidos por homens e mulheres, constituindo categorias culturalmente construídas e impostas aos seres humanos cujas desigualdades influenciam sobremaneira a rotina das mulheres que atuam na segurança pública (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho destaca a hierarquia do trabalho masculino sobre o feminino e faz a distinção entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho da mulher, de modo a naturalizar valores, comportamentos e a expectativa que se tem de cada sexo (JULIÃO & DUTRA, 2020).

Sendo assim, a ideia de complementaridade entre os sexos é estendida à de complementaridade de papéis, levando a uma divisão do trabalho profissional e doméstico entre homens e mulheres, e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuados (HIRATA & KERGOAT, 2007). Com base nisso, histórica e culturalmente, foi atribuída aos homens a produção material, o que lhe conferiu poder dentro da sociedade, enquanto às mulheres foi conferida a responsabilidade de cuidar da casa e da família (SOUSA & GUEDES, 2016).

As atividades ligadas ao cuidado limitaram o feminino ao espaço doméstico e, posteriormente, com as transformações da sociedade, marcaram desvantagens com relação aos homens nas esferas econômica e social (SOUSA & GUEDES, 2016), posto que a inserção feminina no mercado não eliminou totalmente sua responsabilidade com as tarefas

domésticas, nem representou a divisão daquelas atividades com os homens (HIGA, 2016). Ao contrário, a "conquista da igualdade" reforçou as desvantagens das mulheres, que passaram a compartilhar com os homens a provisão financeira e continuaram sendo as responsáveis pela esfera reprodutiva, resultando em uma sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho (SOUSA & GUEDES, 2016).

Apesar de a oposição entre o masculino e o feminino vir sendo colocada em xeque pela maior presença de mulheres nas funções historicamente masculinas no mercado de trabalho e na vida pública, a essência da divisão social do trabalho não foi alterada, pois ainda há hierarquização do valor do trabalho masculino sobre o trabalho feminino (SOUSA & GUEDES, 2016). A exemplo disso, estão os espaços militares, cuja divisão de papéis, por muito tempo, conferiu aos homens as funções de maior responsabilidade, como as que envolvem decisões estratégicas, enquanto as mulheres desempenhavam atividades de relações públicas e trabalhos educativos com crianças (CAPPELLE & MELO, 2010).

Persiste, portanto, a divisão sexual do trabalho, segundo a qual, além de trabalhar fora, a mulher segue, muitas vezes, responsável pelo cuidado dos filhos, da casa, do marido e tudo mais que remete ao âmbito privado e doméstico, permanecendo a hierarquização de gênero influenciada pela divisão sociossexual do trabalho também na organização familiar (CAPPELLE & MELO, 2010; NOGUEIRA, 2006).

A área de segurança pública tem como princípios norteadores a hierarquia e a disciplina, constituindo um processo de dominação simbólica caracterizado pelos atributos de dominação e subordinação representados pelo poder de alguns indivíduos sobre os demais (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017). Alguns policiais homens apresentam dificuldade, mesmo de forma velada, de aceitação da presença das mulheres no meio policial, principalmente quando ocorre inversão da hierarquia social, nos casos em que as mulheres estão em patentes superiores a eles (CAPPELLE & MELO, 2010). Dentro dessa lógica, romper o modelo hierarquizado baseado no sexo tem se apresentado como um desafio às mulheres nos espaços militares.

Discriminação e violência de gênero na PM

A violência de gênero é motivada por expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, sendo marcada pelas dissimetrias de poder que, no geral, ocorrem entre homens e mulheres com algum vínculo (BANDEIRA, 2014). Ela começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas

(BANDEIRA, 2014), sendo a instauração do medo e a inibição do outro meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos (CALAZANS, 2004).

O domínio do masculino sobre o feminino existente na vida civil é reproduzido no meio militar. Ocorre desde a inserção da mulher na corporação, quando foi criada uma legislação disciplinar específica para normatizar suas condutas e transgressões disciplinares. Tal legislação representava o domínio da corporação sobre as atividades das mulheres policiais, instituindo uma rede de vigilância e controle sobre a aparência física, comportamento, relações sociais, matrimoniais e sexualidade das PMs, dentro e fora do trabalho (SCHACTAE, 2015), já que o controle sobre a mulher constitui uma forma de reafirmar a honra e o poder masculinos.

A violência de gênero pode surgir como resposta à tentativa de ruptura do binarismo de gênero. A configuração das mulheres no mercado de trabalho demonstra que, muitas vezes, elas não são totalmente aceitas no ambiente laboral, visto que a independência econômica obtida pelo exercício de uma atividade produtiva desestrutura seu estado de sujeição aos homens. Além disso, as mulheres têm invadido um setor que antes era exclusivo ao grupo masculino, tendo, também, competido por posições de maior destaque, o que favorece a configuração de ambientes de trabalho hostis e ofensivos, nos quais ocorre a rejeição à presença feminina (HIGA, 2016).

As ações violentas relacionadas ao gênero são produzidas em contextos e espaços relacionais com cenários sociais não uniformes, incidindo sobre a mulher sob várias formas, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos (BANDEIRA, 2014). As violências verbal, psicológica e moral, manifestadas por atitudes de humilhações e desrespeito, são as mais frequentes e veladas, sendo, por vezes, não concebidas como manifestação de violência pelas vítimas ou pelos agressores (CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017).

As violências moral e sexual relacionadas ao gênero entre policiais militares foram encontradas em estudo de Cappelle & Mello (2010). Nele, foi identificado que mulheres constantemente eram alvo de piadas que desqualificavam o seu trabalho; algumas sofreram punições por não cederem ao assédio de seus superiores e eram estereotipadas como prostitutas quando possuíam amizade com colegas homens.

Desse modo, o ambiente de trabalho tem sido apontado como o principal *locus* da violência psicológica de gênero, tendo sido observada não apenas nas profissões consideradas masculinizadas, mas também

naquelas predominantemente femininas, sendo cometida, majoritariamente, por colegas de trabalho e chefias (OLIVEIRA & D'OLIVEIRA, 2008). A inserção da mulher no mercado perturbou as relações de poder entre os sexos e implicou a transgressão de paradigmas culturais que davam somente ao homem o direito de participar das relações sociopolíticas. A ameaça à soberania masculina leva à repulsa dos homens à companhia feminina no ambiente de trabalho, manifestada por meio da criação de uma atmosfera de hostilidade e intimidação, culminando com o assédio sexual (HIGA, 2016).

Sendo assim, a socialização baseada na cultura machista constitui uma das motivações para a violência de gênero (CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017). É nesse contexto que algumas formas de violência na sociedade são consensuadas e, por isso, toleradas, como aquelas relacionadas a brigas domésticas e conjugais (ESCORSIM, 2014), evidenciando que ainda não há ruptura significativa das antigas estruturas que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar, fazendo com que as disputas simbólicas e materiais que ocorrem no interior dos espaços domésticos sejam projetadas para os espaços institucionais (BANDEIRA, 2014).

Práticas discriminatórias relacionadas ao gênero são reproduzidas em organizações militares. As mulheres são discriminadas por não estarem ocupando funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino ou por não serem esteticamente proporcionais, sendo o critério de beleza física utilizado para alocação das policiais em funções mais próximas ao comando geral (CAPPELLE & MELO, 2010). Cappelle & Melo (2010) também identificaram a estereotipagem da mulher como protegida pela corporação quando trabalham somente em cargos administrativos e relacionados à chefia, e sendo estereotipadas como homossexuais quando trabalham nas ruas, evidenciando que a discriminação ocorre onde quer que ela esteja atuando.

Dessa forma, as relações de gênero historicamente desiguais permanecem colocando a mulher em posições subalternas ou as fazem silenciar à violência de que são vítimas, mesmo no ambiente de trabalho da PM.

Considerações finais

Os estudos demonstram que ainda há muito a percorrer na seara da igualdade entre os gêneros na PM. As dificuldades observadas a partir das diferenças físicas, do binarismo de gênero, e da discriminação e violência de gênero refletem como a sociedade vem lidando com as conquistas das mulheres, sobretudo na ocupação de espaços antes ocupados apenas por homens.

Percebe-se que ainda é incipiente a literatura a respeito dos desafios enfrentados por mulheres PMs relacionados a questões de gênero, apesar de a falta de busca incansável em outras fontes e da exploração da literatura cinzenta se apresentarem como limitações deste estudo. Entretanto, o objetivo não foi esgotar a temática, mas sim permitir a reflexão sobre como questões de gênero no ambiente de trabalho podem influenciar negativamente a vida de mulheres PMs, podendo comprometer sua qualidade de vida em diversos âmbitos.

Os múltiplos papéis sociais femininos, nas esferas doméstica e profissional, podem coexistir com êxito, cabendo às polícias militares o dever de acolher com justiça e equidade o efetivo policial feminino, com suas singularidades e potencialidades. Só assim, o ambiente de trabalho, ao invés de se apresentar insalubre e hostil, contribuirá para elevar a qualidade de vida das mulheres PMs, refletindo no desempenho do seu trabalho na segurança pública.

Referências

ÂNIMA. Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. 63 p. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistematica-. Acesso em: 15 fev. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/. Acesso em: 27 dez. 2022.

BARBOSA, Robson Ourives; SILVA, Eveline Fronza da. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em policiais militares. Rev. Bras. Cardiol. (Impr.), [s. l], v. 26, n. 1, p. 45-53, 2013.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. Ciência & Saúde Coletiva, [s. l], v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2013.v18n3/657-666/#ModalArticles. Acesso em: 03 mar. 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, [S.L.], v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291048347_O_metodo_da_revisao_integrativa_nos_estudos_organ. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRUN, C. N.; ZUGE, S. S.. Revisão sistemática da literatura: desenvolvimento e contribuição para uma prática baseada em evidências na enfermagem. In: LACERDA, M. R.; COSTERNARO, R G. Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde. Porto Alegre: Moriá, 2015. p. 77-98.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. São Paulo em Perspectiva, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 142-150, mar. 2004. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000100017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/NYCNt3yvSTqTwMsVwNPRRbD/. Acesso em: 03 mar. 2022.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. Ram. Revista de Administração Mackenzie, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COSTA, Arthur Trindade M.; MATTOS, Márcio Júlio S.; SANTOS, Layla Maria dos. Os Novos Padrões de Seleção na Polícia Militar do Distrito

Federal. Desigualdade &Amp;amp; Diversidade – Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio, [s. l], v. 11, p. 115-132, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311707143_Os_Novos_Padroes_de_Selecao_na_Policia_Militar_do_Distrito_Federal. Acesso em: 05 mar. 2022.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. Violência de Gênero e seus Autores: representações dos profissionais de saúde. Psico-Usf, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 555-567, 2017. Disponível em: https://www.mendeley.com/catalogue/352c21c2-f1ae-3874-9f74-d812c46d4907/. Acesso em: 29 dez. 2022.

DANIEL, Camila. Trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. O Social em Questão, [s. l], v. , n. 25/26, p. 323-344, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

ESCORSIM, Silvana Maria. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. Revista Katálysis, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 235-241, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/FZWbJsKcy7VPTvZby6p7fZz/. Acesso em: 29 dez. 2022.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. Physis: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 1051-1065, 2009. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312009000400008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVyvMwKjphVxxh3HT9crmf/. Acesso em: 30 dez. 2022.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: a recomendação prisma. Epidemiologia e Serviços de Saúde, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. Tradução. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF/?lang=pt. Acesso em: 12 fev. 2022.

GRIPP, Camila A.; ZALUAR, Alba M.. POLICE AND GENDERED LABOR PERFORMANCES: hypermasculinity and policing as a masculine function. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vb/a/Y5st6gdhtB6tHX9wcNcgdfC/?format=html. Acesso em: 10 fev. 2022.

GRISOSKI, Daniela Cecilia; SANTIAGO, Eneida. Produção de subjetividade de mulheres policiais de um batalhão da polícia militar do Paraná / Production of subjectivity of police women from a battle of the military police of Paraná. Revista de Psicologia, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 99-111, 2020. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/43562. Acesso em: 13 fev. 2022.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. Revista Direito Gv, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdgv/a/8GDj4ypKNzxVVpqJKLrzFjP/. Acesso em: 30 dez. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquis, 2007, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/wp-content/uploads/2019/01/Hirata.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

JESUS, Gilmar Mercês de; JESUS, Éric Fernando Almeida de. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 433-448, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/TJPG6vK6VfNQdCVkSgFmmtK/. Acesso em: 13 fev. 2022.

JESUS, Gilmar Mercês de; MOTA, Nayara Melo; JESUS, Éric Fernando Almeida de. Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, [S.L.], v. 36, n. 3, p. 692-699, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/6GSkGLHgMcdyPndjqbPWTvN/. Acesso em: 13 fev. 2022.

JULIÃO, Helena Vicentini; DUTRA, Nayara Hakime. Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado. Temporalis, [s. l], v. 20, n. 40, p. 201-214, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31523. Acesso em: 02 jan. 2023.

LIMA, Francisco Ricardo Bezerra de et al. Identificação preliminar da Síndrome de Burnout em policiais militares. Motricidade, [s. l], v. 14, n. 1, p. 150-156, 2018. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/dccf16be2e1add96dba7b0773b314a75/1?pq-origsite=gscholar&cbl=616555. Acesso em: 15 fev. 2022.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; SOUZA, Marcos Aparecido de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. Opinião Pública, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 298-322, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/op/a/FzWCjX8YjFN4w65MgxPqnnQ/. Acesso em: 15 fev. 2022.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 4, p. 207.

OLIVEIRA, Ane R; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P L. Violência de gênero contra trabalhadoras de enfermagem em hospital geral de São Paulo (SP). Revista de Saúde Pública, [S.L.], v. 42, n. 5, p. 868-876, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/5v8hwwhKJyvkhPXKWnm36Ch/. Acesso em: 30 dez. 2022.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? Revista Estudos Feministas, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/. Acesso em: 18 fev. 2022.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; TEIXEIRA, Alex Niche; RUDNICKI, Dani. Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 312-335, 2012. Disponível em:

https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/123. Acesso em: 03 fev. 2022.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para polícia feminina no paraná (1977-2000). Tempo, [S.L.], v. 21, n. 37, p. 1-21, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/x3QPPLVnWZ7JZGtrmKmHCjc/. Acesso em: 05 fev. 2022.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. "A gloriosa Polícia Militar do Paraná": masculinidade e identidade institucional (século xx). Opsis, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 36-57, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272854832_A_gloriosa_Policia_Militar_do_Parana_Masculinidade_e_identidade_institucional_seculo_XX. Acesso em: 03 fev. 2022.

SCHNEIDER, Daniele; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 3003-3011, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mF4fWZ67QkpNfdM757BjQhS/?format=pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados, [S.L.], v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870008. Disponível em: https://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/119119. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. Saúde e Sociedade, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2022.v31n2/e201008pt/. Acesso em: 02 jan. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? how to do it? Einstein (São Paulo), [S.L.], v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en. Acesso em: 06 fev. 2022.

SOUZA, Marcos Santana de. “Anjos anônimos, feitos de ternura”: mulheres policiais em são paulo durante a ditadura militar (1964-1985). Revista de História, São Paulo, n. 179, p. 1-36, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/153677/161256. Acesso em: 02 abr. 2022.

UFSCAR. StArt (State of the Art through Systematic Review). 2022. São Carlos/SP. Disponível em: https://www.inovacao.ufscar.br/pt-br/news/patentes/1202-start-state-of-the-art-through-systematic-review. Acesso em: 15 fev. 2022.

Gender issues and challenges faced by women military police: an integrative literature review

ABSTRACT:

The objective of the study was to identify the challenges faced by women military police, based on the issue of gender, through an integrative literature review. Structured in the PRISMA recommendations, it followed the seven steps of the Bibliographic Review using the State of the Art through Systematic Review (StArt) tool. The search was carried out in five databases, with the sample comprising eleven studies. The main findings were analyzed qualitatively, being grouped into thematic categories. Among the challenges faced by female military police officers are the attempt to overcome physical differences; the gender binary present in a patriarchal society; and gender discrimination and violence within the corporation. Studies show that there is still a long way to go in terms of gender equality in the Military Police. The difficulties observed reflect how society deals with the women's achievements, especially in the occupation of spaces previously occupied only by men.

KEYWORDS: Gender Binarism. Gender-Based Violence. Gender Equity. Police. Military Personnel.

Marizangela Lissandra de OLIVEIRA

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (2002). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (2016). Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Cirurgiã-Dentista da Estratégia Saúde da Família em Quixeré-Ceará. Experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública.

https://orcid.org/0000-0003-2397-0221

Renata Adele de Lima NUNES

Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (2002). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Medicina de Família e Comunidade. Médica

perito-legista da Perícia Forense do Ceará (PEFOCE). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina Legal e Saúde da Família e Comunidade.

https://orcid.org/0000-0002-2031-167X

Francisco Thiago Carneiro SENA

Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2012) e em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (2021). Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará e Sgt - Polícia Militar do Ceará.

https://orcid.org/0000-0002-7571-7677

Ivanise Freitas da SILVA

Enfermeira – UNIVS. Mestre em Transplante de Órgãos – UECE. Doutouranda em Saúde Pública – UFC. Especialista em Gestão em Saúde de Residências - Sírio Libanês, Saúde da Família – UV, Enfermagem do Trabalho – FATAP. Expertise em Gestão da Qualidade.

https://orcid.org/0000-0001-8129-6891

Raimunda Hermelinda Maia MACENA

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (1995). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (2001). Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará (2009). Professor associado IV da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública.

https://orcid.org/0000-0002-3320-8380

Recebido em: 31/05/2024

Aprovado em: 17/03/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

A violência de gênero contra mulheres negras no período pós Lei Maria da Penha

Uma revisão Integrativa

Ana Julia Fontes Evangelista, *Universidade Federal do Paraná (UFPR)*
Roberta Sant'Anna Kafrouni, *Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Resumo: Este artigo apresenta o relatório de uma pesquisa cujos objetivos foram: identificar o uso de abordagem interseccional nos artigos sobre a violência contra a mulher negra; identificar nos artigos coletados, se a Lei Maria da Penha é abordada e se é considerada a perspectiva interseccional. O método adotado foi a revisão integrativa de publicações da base de Periódicos CAPES encontradas utilizando os descritores em português: "violência de gênero" AND "mulheres negras" AND "Lei Maria da Penha". A discussão foi feita a partir de dezesseis artigos publicados entre os anos de 2010 e 2022. A maioria dos artigos foi escrita por mulheres, sendo trinta e sete autoras e apenas três autores. A análise dos artigos apontou uma escassez no aprofundamento dos eixos de subordinação "gênero" e "raça". No entanto, a maioria das pesquisas reforçou a necessidade do enfoque interseccional nas análises realizadas na temática da violência contra a mulher. Constatou-se que o maior número de vítimas da violência contra a mulher são as mulheres negras — por sofrerem duplamente com o racismo e o machismo —, evidenciando que a Lei Maria da Penha não é efetiva para os diferentes corpos e vivências femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero. Mulheres negras. Racismo. Interseccionalidade. Lei Maria da Penha.

Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno social que tem recebido visibilidade nos últimos anos por conta de sua elevada frequência, recorrência e severidade (ALMEIDA; SILVA; MACHADO, 2014). Suas consequências para a saúde fizeram com que esse problema fosse reconhecido mundialmente como uma grave questão de saúde pública (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 1993). A desigualdade de gênero é um fator de vulnerabilidade para as mulheres, por ser marcada por casos de violência com consequências como sofrimento psíquico, doenças e mortes (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010).

De acordo com o Atlas de Violência (2020), 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil em 2018, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. Nesse sentido, a taxa de assassinatos de mulheres apresentou uma queda de 9,3% entre 2017 e 2018. No entanto, apesar dessa tendência de redução da violência letal em comparação com os anos mais recentes, em 2018 o Brasil apresentou um aumento de 4,2% nos índices de feminicídio comparado a 2008.

Para o entendimento dessas violências, consideramos que a questão do gênero não pode ser analisada sem fazer intervir outros eixos de subjetivação, destacando para a análise dos artigos objetos de reflexão neste trabalho, a questão da raça. Gênero entendido aqui, não como um substituto ao termo ‘mulheres’ ou até mesmo na diferença entre os sexos, ou seja, partindo de uma concepção binária do masculino e feminino, mas numa perspetiva atrelada à concepção e construção de poder, portanto, destituindo-se de categorias binárias e atribuindo um caráter mais amplo, baseando-se nas relações de poder. Uma abordagem que vai na linha da Joan Scott (2017, p. 88), para quem o género “é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

Ainda, considerando o gênero como categoria analítica e histórica, adotamos a nomenclatura ‘violência de gênero’ compreendendo que esta produz-se e reproduz-se nas relações de poder, as quais se entrelaçam gênero, raça e classe. Nesse sentido, a violência de gênero não se limita a violências entre homens e mulheres, mas a qualquer violência que se baseia na identidade de gênero. Apesar da natureza desse fenômeno, é importante observar que a centralidade na violência de gênero é colocada na mulher dados historicamente há uma

expressiva recorrência de violência contra este grupo, tanto em espaço privado quanto público (BANDEIRA, 2014).

Outro recorte é de especial relevância: o subgrupo das mulheres negras, que é duplamente afetado nas estatísticas de violência (GLASER; CARRARO, 2018). Em outras palavras, esse subgrupo é afetado tanto pelos ataques de gênero, quanto pelo racismo, que é um fenômeno histórico e social de opressão de um grupo por outro (FILHO, 2017). A variável racial produz gêneros subalternizados, colocando um grupo como racialmente dominante (das mulheres brancas) e um grupo como estigmatizado (das mulheres negras). Portanto, o racismo privilegia os gêneros racialmente dominantes através da exploração e exclusão de gêneros subalternos (CARNEIRO, 2003).

Segundo Domenach (1981, p. 37, apud Minayo, 2006, p.16), "a violência está inscrita e arraigada nas relações sociais, mas, principalmente, que é construída no interior das consciências e das subjetividades". A autora afirma que a violência não deve ser analisada sem considerar a sociedade e o contexto histórico em que ela é produzida. O Brasil é marcado — desde sua colonização até seu desenvolvimento — por violência e dominação. Não obstante, a miscigenação do país se deu, em boa parte, pelo nascimento de filhos de colonizadores frutos da violência dos estupros de mulheres indígenas e negras.

Assim, a violência contra as mulheres negras esteve historicamente presente em patamares superiores em relação às não negras, demonstrando que a violência contra a mulher, em especial a mulher negra, expressou — e ainda expressa — relações desiguais de poder, por exemplo, entre homens e mulheres (CARNEIRO, 2003). Além disso, questões como o machismo e o patriarcado são fatores que determinam essas relações, associando-se à opressões de raça, classe social, identidade de gênero e demais intolerâncias. Crenshaw (2002, p. 178) ressalta que a violência baseada na raça "pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violações refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero".

Ademais, as mulheres negras sofrem mais devido às suas condições socio-econômicas (GLASER; CARRARO, 2018). De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2019), em 2015, o número de mulheres negras (pretas e pardas) que recebiam até um salário mínimo era de 49,7%, enquanto 71% das mulheres brancas

recebiam pelo menos dois salários mínimos. Diante disso, evidencia-se que a vulnerabilidade econômica, atrelada ao racismo estrutural, são fatores que influenciam diretamente a maior vulnerabilidade de mulheres negras no que se refere à violência doméstica e de gênero (GLASER; CARRARO, 2018).

De acordo com o Atlas da Violência (2020), entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, enquanto a taxa entre mulheres negras aumentou 12,4%. Ainda, em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Nesse mesmo ano, a taxa de mortalidade por homicídios entre as negras (5,2 por 100 mil) foi praticamente o dobro das não negras (2,8 por 100 mil). É notório que mulheres negras constituem a parcela mais vulnerável à violência dentre a população, devido aos marcadores sociais de raça e gênero, que são determinantes na compreensão da desigualdade social e da violência no Brasil (ATLAS DE VIOLÊNCIA, 2020).

Diante disso, a violência de gênero contra a mulher negra é atravessada pelos diferentes marcadores sociais da desigualdade, dos quais para o efeito deste trabalho, se destaca gênero, raça e classe. A interseccionalidade, mais do que um conceito é aqui uma abordagem onde se cruzam os vários marcadores. Este é um instrumento teórico que possibilita a análise de como essas categorias se articulam e refletem na vida da mulher negra, a partir do entendimento de que o patriarcado, o racismo e a opressão de classe são processos discriminatórios que produzem desigualdades sociais (CRENSHAW, 2002). Além disso, "a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação" (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Para Saffioti (2009), os marcadores sociais são expressos através de uma relação de dominação-exploração que coloca a mulher no lugar de subordinação. Assim, a questão da violência contra a mulher negra é de ordem coletiva, devido aos impactos do racismo e da subordinação econômica e social nas desigualdades de gênero (SILVEIRA; NARDI, 2014). Logo, a problemática da violência de gênero afeta diferentemente mulheres brancas e negras (BERNARDES, 2020). Dessa forma, “algumas mulheres enfrentam desafios desproporcionais para superar o problema, e a falta de reconhecimento dessa circunstância acarreta o silenciamento de mulheres subalternizadas” (BERNARDES, 2020, p. 13).

Assim, a violência contra a mulher permanece como uma relevante fonte de exclusão social (NOTHAFT & LISBOA, 2021). Até pouco mais de uma década, grande parte dos países tendiam a

negligenciar esse problema. No entanto, hoje existe, no Brasil, tratamento legal, que facilita a criação de políticas públicas e a intervenção do Estado e sociedade civil nesses casos. No contexto brasileiro, existem eixos estruturantes nos quais se baseia a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011): a prevenção, que envolve ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas; o combate, com ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; a assistência, por meio de uma rede de atendimento e capacitação de agentes públicos; e a garantia de direitos a partir do cumprimento da legislação nacional e internacional, e de iniciativas para o empoderamento das mulheres.

A legislação é responsável pela garantia dos direitos individuais e coletivos perante o Estado, os indivíduos e as instituições, e regula as relações e processos sociais (BARRETO, 2010). Para isso, é necessário um ordenamento jurídico adequado às demandas sociais, aplicado a todos os membros da sociedade, e que além da vigência jurídica, tenha também vigência social (PINAFI, 2007). Em relação à legislação brasileira, em 7 de agosto de 2006 foi promulgada a Lei nº 11.340, a Lei Maria da Penha, cujo artigo 5º define a violência doméstica e familiar contra a mulher como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". É importante destacar que a Lei não define o gênero do autor da violência, determinando qualquer pessoa do âmbito doméstico, familiar e afetivo (DUARTE; PINHEIRO; MUNIZ; BRUN, 2009).

Nesse sentido, o impacto social da Lei Maria da Penha, de acordo com o relatório da Géledes Instituto da Mulher Negra:

> "Representou enorme avanço na exigibilidade de atuação pública no enfrentamento à violência contra a mulher, pois além de tipificar, definir e estabelecer as formas da violência doméstica contra a mulher, determinando a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência cível e criminal, estabeleceu medidas de assistência e proteção e atendimento humanizado às mulheres e criou mecanismos para coibir a violência e proteger as vítimas. A Lei determinou que o poder público desenvolvesse políticas para garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (CARNEIRO, 2017, p. 33)

Portanto, considerando a relevância da Lei no combate à violência contra mulher, mesmo restringindo-se apenas a violência doméstica e familiar,

a
presente pesquisa adotou-a como marco temporal da análise e, também, como ponto possível de discussão. Diante disso, a análise da literatura se faz necessária para que os aparatos legais de proteção à mulher considerem e compreendam a interferência de questões de gênero, classe, raça, renda, entre outros, nas experiências e vivências das mulheres.

Com base nisso, essa pesquisa tem como objetivo contribuir para a compreensão da influência dos fatores "gênero" e "raça" na violência contra a mulher negra perante a necessidade da formulação de novas políticas públicas, ações sociais e intervenções na área da saúde e educação. Para tanto, foi feita uma revisão integrativa, por ser um "método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática" (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Os dados empíricos obtidos de outras pesquisas, ou seja, da produção teórica, possibilitam a análise crítica e interpretativa da literatura (HALL, 2012). Por fim, a revisão integrativa possibilita a prática baseada em evidências científicas, pois sintetiza as pesquisas sobre determinada prática, proporcionando seu direcionamento (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Nessa perspectiva, o presente trabalho utiliza "métodos explícitos e sistemáticos para analisar tendências, sintetizar resultados, identificar, selecionar e avaliar não só estudos primários (pesquisas), como revisões teóricas, relatos, e outros tipos de estudos" (MARTINS, 2018, p.14). Dessa forma, busca avaliar criticamente e sintetizar o conhecimento, combinando dados da literatura teórica e empírica.

A pesquisa dos artigos foi dividida em quatro fases: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na fase de identificação, foram selecionados 104 artigos das bases de dados Periódicos CAPES. Para a seleção foram realizadas três buscas, utilizando, respectivamente, as seguintes palavras-chaves: 1) "violência de gênero", "mulheres negras" e "Lei Maria da Penha"; 2) "violência de gênero" e "mulheres negras"; 3) "mulheres negras" e "Lei Maria da Penha". Os artigos retornados foram refinados pelo idioma (português) e pelo ano de publicação, optando-se pelo período entre 2006 e 2022, sendo a data de início correspondente à promulgação da Lei Maria da Penha.

Na fase seguinte, foi realizada uma triagem para remover duplicatas, restando 78 artigos, dos quais os títulos e resumos foram revisados. Para selecionar os textos abrangidos por esse estudo, foram adotados os seguintes critérios de inclusão foram adotados: 1) Redação

em português; 2) Referência a, pelo menos, dois dos descritores ("violência de gênero" e "Lei Maria da Penha"; ou "violência de gênero" e "mulheres negras"; ou "mulheres negras" e "Lei Maria da Penha"); 3) Referência à violência de gênero no Brasil; 4) Artigos revisados por pares; 5) Artigos com textos completos disponíveis online e gratuitamente.

Na fase de elegibilidade, os 18 artigos selecionados foram lidos integralmente e foram escolhidos aqueles que abordavam o tema proposto. Foram excluídos aqueles nos quais os critérios de exclusão não eram identificáveis somente por por seus títulos e resumos. Nessa leitura, a análise se baseou nos critérios de exclusão: 1) Idiomas que não fossem o português; 2) Artigos indisponíveis online; 3) Artigos que não fizessem referência à violência de gênero no Brasil. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 16 artigos, que foram incluídos na análise qualitativa do presente estudo.

Caracterização dos artigos

No intuito de simplificar a apresentação dos artigos selecionados, estes serão expostos na Tabela 1. Cada artigo foi codificado como "An", sendo "n" o número representativo da ordem do artigo na tabela. Ao longo do texto, os artigos foram identificados e mencionados desta maneira. A tabela é constituída pelo nome dos autores, título, ano de publicação e tipo de pesquisa.

Os dezesseis artigos incluídos compreenderam os anos de 2010 a 2022. Os anos de 2020 e 2021 incluíram 4 artigos, 2018, 3 artigos, 2022, 2 artigos, e os anos de 2010, 2014 e 2016, apenas 1 artigo cada. Com relação ao tipo de pesquisa, foram encontrados artigos teóricos (6), pesquisas qualitativas (8) e quanti-qualitativas (2). Os relatos de pesquisa se dividiram da seguinte forma: pesquisa bibliográfica (1), pesquisa de campo (4), pesquisa participante (1), pesquisa documental (1), pesquisa etnográfica (1), pesquisa interferência (1) e pesquisa intervenção (1). Os trabalhos foram publicados nas seguintes revistas: Saúde e Sociedade (2); Ciência e Saúde Coletiva (2); Psicologia e Sociedade (1); Saúde em Debate (1); Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda (1); Mediações - Revista de Ciências Sociais (1); Revista Katálysis (1); Revista Estudos Feministas (2); Cadernos de Gênero e Diversidade (1); Revista de Direito (2); Cadernos de Saúde Pública (1); Revista Direitos Culturais (1).

Quanto ao escopo das revistas e formação dos autores, várias áreas do conhecimento foram envolvidas, como Psicologia (7), Medicina (6), Ciências Biológicas (1), História (3), Ciências Sociais (2), Direito (7), Enfermagem (4), Serviço Social (2), Terapia Ocupacional (4), Filosofia (1), Fisioterapia (1), Meteorologia (1) e Desenho Industrial (1). Observa-se uma lacuna existente na área da Psicologia frente a esse tema, pois apenas 7 autoras são formadas nessa área. Há 40 autores no total, visto que alguns artigos foram escritos por mais de uma pessoa. Quanto ao gênero dos autores, categorizado em feminino ou masculino, foi possível observar que 37 são do gênero feminino e 3 do gênero masculino. No que se refere à divisão dentro das pesquisas, 13 artigos foram escritos exclusivamente por pessoas do gênero feminino, nenhum somente por pessoas do gênero masculino e outros 3 por pessoas de ambos os gêneros. Por meio desses dados, reforça-se o maior interesse de pessoas do gênero feminino por essas temáticas.

Quanto aos objetivos dos estudos, todos abordam a temática da violência de gênero contra as mulheres negras; no entanto, nenhum deles teve como foco a análise interseccional dessa questão no âmbito de políticas públicas específicas, como a Lei Maria da Penha. Essa ausência reflete uma lacuna importante, considerando que o não reconhecimento dos marcadores sociais no desenvolvimento e na aplicação de políticas públicas de combate à violência de gênero resulta no comprometimento da análise com perdas significativas (CRENSHAW, 2002).

Quadro 1: Caracterização dos artigos

ºo	**utores**	**ítulo**	**no de ublicação**	**ipo de esquisa**

1	orge Luís de ouza Riscado, Iaria Aparecida atista de liveira e Ângela Iaria Benedita ahia de Brito.	ivenciando o racismo a violência: um estudo bre as ulnerabilidades da ulher negra e a busca e prevenção do IV/aids em munidades manescentes de uilombos, em Alagoas	010	esquisa ualitativa do po pesquisa e campo
2	aquel da Silva ilveira e lenrique aetano Nardi	nterseccionalidade ênero, raça e etnia e a i Maria da Penha	014	esquisa uanti-qualitat va do tipo esquisa de ampo
3	atyane uimarães liveira	ual a classe, a cor e o ênero da justiça? eflexões sobre as m)possibilidades de mbate à violência méstica e familiar ntra as mulheres egras pelo poder diciário brasileiro	016	rtigo Teórico
4	anielle Mendes Iuniz e Tânia egina immermann	a injúria racial à iolência institucional: nterseccionalidade da iolência de gênero sob perspectiva da mulher egra	018	esquisa ualitativa do po ibliográfica

5	na Paula Iedeiros eixeira dos antos e Iarinês Ribeiro os Santos	eração Tombamento e frofuturismo: a moda omo estratégia de esistência às violências e gênero e de raça no rasil	018	rtigo Teórico
6	átima Lima	aça, nterseccionalidade e iolência: corpos e rocessos de ubjetivação em ulheres negras e sbicas	018	rtigo Teórico
7	Iárcia Nina ernardes	uestões de raça na ta contra a violência e gênero: processos de ubalternização em orno da Lei Maria da enha	020	rtigo Teórico
8	inthia de assia Catoia, abiana Cristina everi e Inara lora Cipriano irmino	aso “Alyne Pimentel”: iolência de Gênero e nterseccionalidades	020	esquisa ualitativa do po ocumental

9	hristiane arrijo e Paloma fonso Martins	violência doméstica e acismo contra ulheres negras	020	esquisa ualitativa do po pesquisa e campo
10	arolina Silveira a Conceição e laudia Iercedes Mora	Respeito é bom e eu osto": trajetórias de ida de mulheres negras ssistidas por um entro Especializado de tendimento à Mulher m Situação de iolência na Baixada luminense, Rio de aneiro, Brasil	020	esquisa ualitativa do po nográfica
11	anne Galvão	Iapa da violência ontra mulheres negras	021	rtigo Teórico
12	elly Diogo de ima, Camila imentel e ereza Maciel yra	isparidades raciais: ma análise da iolência obstétrica em ulheres negras	021	esquisa ualitativa do po pesquisa e campo
13	Iilena Duas orrêa, Ludmila e Moura, uciane Pinho e Almeida e ze Zirbel	s vivências nterseccionais da iolência em um erritório vulnerável e eriférico	021	esquisa ualitativa do po articipante

14	achel Gouveia assos	O lixo vai falar, e numa oa!”	021	rtigo teórico
15	ernanda Felício e Lima, Sabrina Helena Ferigato, arla Regina ilva e Ana Luiza e Oliveira e liveira	ercepções e xperiências de ulheres atuantes no ampo da saúde sobre iolências de gênero	022	esquisa uanti-qualitat va do tipo esquisa-interv nção
16	lzira de liveira Jorge, Ionica Garcia ontes, Adriana ernandes arajá, Gabriela Iaciel dos Reis, uciana de ouza Braga, Iarcelo Grossi raújo, Sonia ansky e Laura amargo Macruz euerwerker	as amas de leite às ães órfãs: reflexões obre o direito à aternidade no Brasil	022	esquisa ualitativa do po nterferência

Fonte: Elaborada por Evangelista, A. J. F. e Kafrouni, R., 2023.

Violência de gênero contra as mulheres negras: uma análise interseccional

A análise dos estudos incluídos foi organizada a partir dos conceitos significativos utilizados nesta pesquisa, sendo eles: "interseccionalidade", "gênero" e "raça". Ainda, foram analisados os assuntos e temas principais discutidos em cada artigo, como violência de gênero, racismo e a Lei Maria da Penha.

Para a discussão, a primeira análise foi realizada em relação ao conceito de interseccionalidade entre gênero e raça, na busca de convergências e divergências de aprofundamentos utilizados pelos autores nos estudos. Na presente pesquisa, o conceito de interseccionalidade partiu da concepção de Kimberlé Crenshaw (2002), defensora dos direitos civis norte-americana e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça.

Para isso, uma busca foi realizada para verificar os artigos que citaram esse conceito ou Crenshaw (2002). Dentre os 16 artigos, 9 citaram a interseccionalidade, sendo que os artigos A2, A4, A6, A7, A8, A9, A10, A12 e A13 utilizaram a concepção de Crenshaw, enquanto A15 utilizou Yamanaka e Almeida (2019), pesquisadores que utilizam a mesma definição atribuída a Crenshaw (2022). Portanto, a maioria dos artigos corrobora com a noção de interseccionalidade construída no intuito de explicar como os eixos de opressão de raça, gênero e classe interagem entre si e afetam de maneira específica sobre cada indivíduo (CRENSHAW, 2022).

Isto é, o conceito supracitado se refere a associação de sistemas múltiplos de subordinação, portanto:

> "Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento." (CRENSHAW, 2002, p. 177)

As barreiras construídas pelo racismo fazem com que as mulheres negras estejam expostas às diversas formas de violência (Glaser & Carraro, 2018). Essas violências são uma forma de sustentar as organizações hierárquicas de poder (Catoia, Severi & Firmino, 2020).

Em relação ao termo “gênero”, a maioria dos artigos não o define, mas o utiliza sem aprofundar-se em seu significado. Apenas A1, A2, A3 e A4, os textos mais antigos da pesquisa — cujas bases teóricas são, em sua maioria, as obras de Joan Scott —, definiram esse conceito. Segundo Scott (2017), gênero pode ser um substituto do termo “mulheres”, além de “designar as relações sociais entre os sexos” (p.75). Oliveira (2016) reitera que para Joan Scott essas relações sociais baseadas em diferenças entre os sexos estruturam as relações de poder.

Ainda, Zimmermann e Muniz (2018) (A4) consideram o entendimento de “gênero” de Saffioti (2004, p. 45) como “categoria analítica e histórica, reguladora das relações entre homens-mulheres, mulheres-mulheres, homens-homens”. Em contrapartida, Riscado, Oliveira e Brito (2010) (A1) abordam a ideia de “gênero” como uma categoria construída historicamente, sendo um termo usado não apenas para as diferenças sexuais, mas que vincula essas diferenças ao processo cultural que atribui papéis sociais masculinos e femininos a serem exercidos por homens e mulheres.

O conceito de gênero foi e é amplamente discutido nos estudos feministas. Em 1975, Gayle Rubin, teórica feminista, em seu texto “Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, formulou um dos primeiros conceitos acerca de gênero. A autora define este como “uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (RUBIN, 1975, p. 3). Ela parte da ideia de que o masculino e o feminino são construções subjetivas da sociedade (SIQUEIRA, 2008). O trabalho de Rubin é um dos precursores dos estudos de gênero e serviu de referência para outros, assim como para Joan Scott que ampliou a visão sobre a temática. Para Scott, o gênero é construído socialmente de forma desigual entre homens e mulheres, e se constitui nas relações de poder, privilegiando os homens.

Em Oliveira (2016) (A3), a autora critica a visão binária de gênero (homem/mulher), frequentemente tratada como natural e fixa, reiterando que essas identidades são construídas socialmente, além de que excluem outras identidades de gênero e reforçam as desigualdades. Além disso, aponta um paradoxo: ao mesmo tempo que essas categorias são usadas para oprimir, elas também servem como base para reivindicar direitos.

Assim, Zimmermann e Muniz (2018) (a4) abordam gênero como categoria de análise que se agrega às análises como uma forma de contribuir para o conhecimento da história, além de “criar mecanismos

políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres" (SAFFIOTI, 1999b, p. 160). Assim, Guimarães e Pedroza (2015, p. 259) ressaltam:

> "Dessa maneira, é fundamental compreender como as dimensões de gênero são estruturantes na constituição subjetiva de homens e mulheres e na organização das relações sociais estabelecidas a partir de desigualdades de poder entre eles. Estas desigualdades se conectam, por sua vez, ao fenômeno das violências cometidas contra as mulheres. Logo, a abordagem do conceito de gênero é essencial para compreendermos acerca dessas violências, ainda que não limite em si toda a complexidade do fenômeno."

Dessa maneira, na ideia de construção cultural, fazia-se uma distinção de sexo e gênero, referindo-se à biologia e à cultura, respectivamente. Silveira e Nardi (2014) (A2) destacam algumas autoras como Judith Butler e Donna Haraway que criticam essa distinção afirmando que se gênero era construído culturalmente, o mesmo poderia ocorrer com as noções biológicas de sexo (Scott, 2021). Butler (2018, p. 22) ressalta que "se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero".

Notou-se a ausência, nos atigos analisados, de gênero atribuído a performatividade. Butler (2018) argumenta que gênero é performativo, ou seja, não é fixo, mas sim um efeito de reproduções de práticas sociais que sustentam as normas de feminilidade e masculinidade. Para a autora, a identidade de gênero é um processo contínuo de construção discursiva, regulado por normas heteronormativas, mas também passível de subversão. Butler traz que em relação aos problemas sociais, é necessário "problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória" (2018, p. 8).

No que se refere ao conceito de raça, todos os artigos trazem a terminologia; apenas dois, no entanto, discorrem sobre sua origem. O termo é utilizado, na maioria das vezes, na designação dos marcadores sociais relacionados à interseccionalidade, assumindo relevância na análise da violência de gênero contra mulheres negras. Assim, evidencia-se uma falta no aprofundamento do conceito relacionado a raça, de extrema importância para a contextualização da temática quando se discute questões de racismo.

O artigo de Silveira e Nardi (2014) (A2) reitera que raça é um termo utilizado para jogos de poder. Os autores declaram que o conceito de raça culminou no racismo científico, pois posicionava a raça branca

como
superior às demais raças humanas, sendo a raça negra a última dessa hierarquização biológica. Apesar do termo já ter sido desconstruído do ponto de vista biológico, os autores afirmam que o uso do conceito é relevante para a análise das relações, "principalmente porque não se pode falar de diferenças culturais entre os grupos, e sim de relações de exploração, de dominação, de discriminação e de privilégios das pessoas brancas com relação às pessoas negras" (SILVEIRA; NARDI, 2014, p. 17).

Já no artigo de Oliveira (2016) (A3), o termo é visto como fundamental para a compreensão da violência doméstica e para reflexões no campo judiciário. Além disso, a autora ressalta a inexistência do termo "raça" do ponto de vista biológico, mas traz a importância de sua utilização frente à luta contra o racismo e à intersecção de raça e gênero que atinge mulheres negras.

Iniciando as discussões sobre os temas principais, tem-se a violência de gênero e o racismo. Os assuntos tratados em relação a essas temáticas envolveram: a violência contra mulheres negras quilombolas; os discursos jurídicos sobre mulheres que acessam a justiça; as impossibilidades do Poder Judiciário; a injúria racial com foco na violência contra as mulheres negras; a moda como estratégia de resistência; a violência contra mulheres negras lésbicas; a relação da violência de gênero com a Lei Maria da Penha; os efeitos da discriminação racial na violência de gênero e na saúde reprodutiva de mulheres negras; as vivências de mulheres negras; os dados da violência contra mulheres negras no Brasil; a violência obstétrica; as formas de violência em território vulnerável e periférico; o sofrimento na maternidade de mulheres negras; e as percepções de mulheres que trabalham no campo da saúde coletiva.

Nas situações discutidas nos artigos, evidenciam-se diversas formas da violência de gênero e do racismo, ou seja, reforça-se a ideia de que a violência é complexa e múltipla (MINAYO, 2006). Os estudos de Carrijo e Martins (2020) e de Riscado, Oliveira e Brito (2010) evidenciaram as vivências de mulheres negras marcadas pela presença do racismo e da violência, condições que afetam intensamente a sua dignidade através da dupla violação de saúde pública e dos direitos humanos. Os dados e relatos obtidos sobre a violência e as implicações para a saúde da mulher demonstraram a vulnerabilidade desse grupo social. Podemos frisar também que são inúmeras as variáveis relacionadas à violência contra a mulher, além dos marcadores de gênero

e raça, como a classe social, a orientação sexual e o território. Ademais, 8 artigos abordaram o tema e trazem análises das múltiplas relações do sistema judiciário com essa problemática.

Os resultados da pesquisa de Riscado, Oliveira & Brito (2010) (A1) apontam que mulheres quilombolas sofrem os cinco tipos de violência de gênero: física, sexual, moral, psicológica e patrimonial. Além disso, elas sofrem com o racismo em vários dos espaços que frequentam, como na rua, na escola, em festas e até mesmo nos atendimentos em postos de saúde, onde são muitas vezes subestimadas e humilhadas. Silveira & Nardi (2014) (A2) destacam a necessidade de acrescentar a ideia da interseccionalidade na Constituição, visto que ela é fundamental para o acesso aos equipamentos da saúde, bem como para as práticas jurídicas e psicológicas. Isso porque, em seus estudos, notaram que a incidência de mulheres negras vítimas de violência era superior à das mulheres brancas, mas que o número de processos judiciais envolvendo mulheres negras a que se dava continuidade era somente metade do total de processos que eram iniciados.

Segundo Oliveira (2016) (A3), deve-se atentar para a falta de representatividade no Poder Judiciário — composto em sua grande parte por homens brancos —, pois o modo preconceituoso como ele lida com as denúncias de racismo e de violência contra as mulheres faz parte do processo histórico e político do Estado brasileiro. Diante da hipótese de que a falta de representatividade implica em decisões injustas, é fundamental que tenhamos representatividade, "enquanto democratização do Sistema de Justiça e uma atuação efetiva no campo da defesa dos direitos humanos" (p. 119).

A falta de visibilidade para questões raciais resulta na ausência de fontes e aportes literários e, consequentemente, na carência de análises sobre o racismo no sistema judiciário. Zimmermann e Muniz (2018) (A4) também ressaltaram a dificuldade de combater o machismo e o racismo diante de um sistema predominante masculino e branco. Portanto, nota-se uma convergência entre as autoras sobre o empobrecimento de análises dos casos de violência a partir de uma perspectiva interseccional que considere a questão racial, devido ao fato de que a maior parte dos agentes do sistema judiciário são homens brancos.

Em relação ao racismo, Bernardes (2020) (A7) coloca que a população negra e pobre enfrenta dificuldades e resistências no acesso e na busca do judiciário para resolução de seus problemas. Dentre os motivos de resistência para registrar o boletim de ocorrência estão:

"atendimento hostil nas delegacias, falta de informação quanto às suas possibilidades jurídicas, confusão de emoções com relação ao agressor e pai de seus filhos, medo de que eles percam o emprego ou de que revidem, entre outros" (p. 15). Isso foi evidente no caso de Alyne Pimentel — mulher negra de 28 anos que faleceu devido à negligência de atendimento hospitalar diante de complicações de sua gravidez —, em que o Comitê CEDAW (Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) determinou que o Estado brasileiro não cumpriu com as obrigações de acesso à saúde e justiça, pois não adotou o enfoque interseccional no atendimento, além de não cumprir com as obrigações judiciais (CATOIA; SEVERI; FIRMINO, 2020) (A3).

Violência de gênero contra as mulheres negras: uma articulação com a Lei Maria da Penha

Notou-se que a Lei Maria da Penha é mencionada em metade dos artigos selecionados, sendo que apenas 2 aprofundam-se no tema, demonstrando a falta de articulação no que se refere a pesquisas sobre a Lei, principalmente quando se trata de vítimas negras. No artigo de Silveira e Nardi (2014) (A2), é salientado o distanciamento entre a perspectiva interseccional e a violação de direitos, e a qualidade dos espaços de escuta e de acolhimento no campo da saúde, sobre os quais os autores afirmam que nem todos os profissionais compreendem os impactos na saúde do indivíduo diante da violação de direitos. Esses estudos contaram com pesquisas em espaços judiciários, nas quais foi constatada uma negação por parte dos juízes — todos brancos — de que a questão racial é uma variável que pode interferir nos casos de violência de gênero.

Diante disso, tem-se que as mulheres brancas são melhores atendidas, em relação a denúncias e à Lei Maria da Penha, o que resulta numa diminuição na taxa de violência contra mulheres brancas, enquanto contra as mulheres negras há um aumento, isto é, há uma segregação e seletividade da violência (Carrijo & Martins, 2020). Logo, as mulheres negras não possuem o apoio efetivo do Estado (Carneiro, 2017). Por isso, feministas negras norte-americanas propuseram que as discriminações de gênero fossem analisadas a partir da perspectiva interseccional (Silveira, Nardi & Spindler, 2014). "A luta contra a violação de direitos deve, nessa perspectiva, levar em consideração a complexidade das vulnerabilidades a que as mulheres estão expostas, pois as desigualdades de gênero, raça e classe se entrecruzam e se

potencializam" (Crenshaw, 2002, citado em Silveira, Nardi & Spindler, 2014, p. 326).

Crenshaw (2002, p. 174) concorda que o problema da violência é "absorvido pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância". Por conseguinte, as políticas públicas voltadas para a questão da violência de gênero acabam não sendo eficientes como deveriam por não considerarem as especificidades do problema, como a questão do racismo (BERNARDES, 2020). Em especial, na implementação da Lei Maria da Penha, ocorreram distintas sobreinclusões das mulheres negras, mascarando fatores importantes de suas experiências com a violência doméstica (BERNARDES, 2020). Diante disso, a análise da literatura se faz necessária para que os aparatos legais de proteção à mulher considerem e compreendam a interferência de questões de gênero, classe, raça, renda, entre outros, nas experiências e vivências das mulheres.

Além disso, a Lei Maria da Penha busca atuar no âmbito jurídico por meio da formulação de políticas públicas relacionadas a gênero, promovendo assim mudanças jurídicas, políticas e culturais no que diz respeito aos direitos humanos das mulheres (PASINATO, 2010). Assim, pode-se demarcar que a lei rompe "formas cristalizadas de dominação masculina, pois afirma que qualquer ato violento contra a mulher é crime e violação dos Direitos Humanos" (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014).

No entanto, o recorte de gênero se mostra insuficiente para abranger toda a dimensão da problemática da violência de gênero, sendo necessária a inserção das questões relativas à raça (PEREIRA, 2013). Em 2016, de acordo com dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), 60,53% das denúncias realizadas por meio do Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) foram feitas por mulheres negras (CARRIJO; MARTINS, 2020). Ainda, segundo o Instituto Patrícia Galvão, em 2020, esse grupo representou a maioria dos registros de homicídio e feminicídio. Ou seja, existe uma política nacional que reconhece que as mulheres negras são as principais vítimas de violência, no entanto, as políticas públicas não correspondem à realidade dessas vítimas (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, n.d.).

Além disso, destaca-se que a denominação "violência doméstica" exclui questões relativas às outras violências. Por isso, optamos por utilizar o termo "violência de gênero" de modo a abranger todas as formas de violência sofridas por mulheres negras, compreendendo que

“o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2003, p. 20). Segundo o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015), 67,2% das vítimas de violência atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS) foram agredidas por familiares e parceiros, indicando ocorrência de violência doméstica, enquanto os demais 32,8% se referem às demais violências cometidas por outros autores, como desconhecidos, chefes ou agentes da lei. As mulheres negras estão mais expostas à violência do tráfico e à repressão policial, ou seja, estão sujeitas a contextos que marcam de maneira violenta seus corpos e suas vidas (BERNARDES, 2020).

Segundo Bernardes (2020) (A7), a Lei Maria da Penha é importante não apenas para a repressão, mas também para a prevenção, de forma que o Estado responda mais efetivamente aos casos de agressão, além de proteger as vítimas. A lei foi necessária para que o debate fosse levado para a esfera pública, reforçando que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos e incentivando a denúncia. No âmbito prático, a autora afirma que a efetividade da lei é desigual em diferentes corpos femininos e desuniforme no país, devido à presença ou não de serviços de atendimento à mulher vítima de agressão. Ainda, o Mapa de Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015) apresenta que a violência contra as mulheres brancas diminuiu 9,8%, no período de 2003 a 2013, enquanto a violência contra as mulheres negras aumentou 54,2%. Assim, o combate à violência contra a mulher não considera que as mulheres negras estão em maior risco em comparação às brancas. Por fim, Waiselfisz aponta que, apesar da lei não tratar diretamente do feminicídio, uma consequência dela foi a diminuição de homicídios ocasionados por questões de gênero.

Em suma, é possível verificar que, no processo de implementação da lei ocorreu a invisibilização de diversos aspectos significativos da violência de gênero. Nas palavras de Bernardes (2020) “O Estado ignorou aspectos econômicos e materiais essenciais da situação de violência a que essas mulheres estão submetidas” (p. 19) (A7). Consequentemente, não são reconhecidas as experiências de mulheres negras vítimas de violência, como por exemplo as ofensas racistas que sofrem dentro do contexto da lei, ou seja, elas ficam sem assistência no âmbito jurídico. Ou seja, certos corpos são excluídos das proteções estatais. Portanto, a Lei Maria da Penha não desempenha sua função de prevenção e proteção de mulheres negras vítimas de violência de gênero.

Assim, Gregori (2021, p. 70) salienta que:

> "A questão da desigualdade de poder implicada nas diferenças marcadas pelo gênero, ainda que esteja sugerida na Constituição e no delineamento dessa lei, encontra imensas resistências nas práticas e nos saberes que compõem o campo da aplicação e da efetividade das leis."

Quando um problema social é analisado apenas pela perspectiva de gênero, ou seja, um problema de superinclusão, análises significativas são perdidas, como os produtos da subordinação de raça. Um exemplo disso é o tráfico de mulheres — tratado a partir da perspectiva de gênero. Quando o problema é analisado considerando a raça, nota-se que algumas mulheres possuem uma maior probabilidade de sofrerem tais abusos (CRENSHAW, 2002). Em consequência disso, "os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão anêmicos quanto a compreensão na qual se apoia a intervenção" (CRENSHAW, 2002, p. 175). A subinclusão de realidades na discussão de "gênero" configura-se quando uma questão social não é considerada como problema de gênero por não afetar as mulheres de grupos dominantes.

A Lei 11.340 de 2006 cita que "toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião" — conforme o disposto em seu art. 2º. Nisso, é possível notar uma superinclusão, posto que a violência de gênero afeta desproporcionalmente o subgrupo de mulheres negras, como comprovam os dados do Atlas da Violência de 2020.

Novamente, é relevante notar que há, na Lei, uma universalidade na representatividade do sujeito, nesse caso, da categoria mulher (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014). Essa problemática precisa ser analisada, pois pode induzir a "imposição de um universalismo sustentado na figura abstrata do sujeito jurídico que, ao utilizar um modelo único, produz uma invisibilidade 'oficial' das diferenças" (NARDI, 2008, p. 13). Portanto, evidencia-se a necessidade da problematização das questões de raça no entrecruzamento das discussões sobre violência de gênero, visto que "a maneira como as vulnerabilidades são vividas pelas mulheres variam fortemente de acordo com suas experiências singulares de vida e seus marcadores sociais" (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014, p. 325-326).

Por fim, todos os artigos apontam que a pauta da luta contra a violência de gênero exclui as questões relativas à raça e a outras variáveis como classe social, questões econômicas e território. Além disso, observa-se uma falta de aprofundamento sobre a formulação e implementação da Lei Maria da Penha, visto que apenas um dos artigos preocupou-se em analisar como esta refletiu na sociedade brasileira.

Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo identificar o uso de abordagem interseccional nos artigos sobre violência contra a mulher negra no período pós promulgação da Lei Maria da Penha e, por meio da análise de artigos, investigar como a literatura brasileira tem tratado o tema. A partir da seleção dos textos apresentados neste trabalho, foi possível constatar diversas lacunas no que se refere a investigações sobre a violência de gênero em intersecção com o racismo. Por meio da revisão integrativa, verificou-se que existe a discussão da temática de forma eclética, contando com diversas áreas do conhecimento.

Na literatura analisada, observou-se que apenas os estudos mais antigos, dos anos de 2010, 2014, 2016 e 2018, apresentaram os conceitos de "gênero" e "raça" — primordiais para a compreensão da violência contra a mulher negra —, além de poucos terem contextualizado historicamente a origem dos termos e como a opressão das mulheres negras se deu na história brasileira. Ou seja, nota-se que há uma falta de aprofundamento para um melhor embasamento de como essa violência repercute no Brasil.

Apesar disso, há uma convergência dos estudos em relação ao fato de que a violência contra a mulher é atravessada por variáveis (como a raça, a classe, o território) que, quando interagem entre si, resultam em um acréscimo de opressões vividas por essas mulheres. Assim, a maioria das pesquisas reforça a necessidade do enfoque interseccional nas análises realizadas dentro da temática de violência de gênero. Ainda, estudos como o de Silveira e Nardi (2014) (A2), Bernardes (2020) (A7) e de Catoia, Severi e Firmino (2020) (A3) destacam que as mulheres negras não são bem atendidas quando procuram atendimento de saúde ou jurídico; isso se deve à negação da questão racial como um agravante nas situações de violência, além de, no âmbito jurídico, a maioria dos profissionais que lidam com essa problemática ser homens brancos. Ademais, confirmou-se que o maior número de vítimas desse tipo de

violência são as mulheres negras, por sofrerem duplamente com o racismo e o machismo.

Por fim, sugere-se que novos estudos investiguem a violência contra a mulher a partir da perspectiva interseccional entre os marcadores sociais como raça e gênero como forma de expandir a discussão sobre o assunto e incentivar a promoção de políticas públicas que atendam as necessidades das mulheres negras por meio de um combate realmente efetivo. Para além, ressalta-se a importância da realização de estudos de cunho empírico do tipo exploratório para verificar como essas políticas e leis, como a Lei Maria da Penha, estabeleceram-se de fato e, consequentemente, propiciar a análise de suas efetividades.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer ao Centro de Assessoria de Publicação Acadêmica (CAPA) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela revisão de língua portuguesa.

Referências

ALMEIDA, Luana Rodrigues de; SILVA, Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da; MACHADO, Liliane dos Santos. O objeto, a finalidade e os instrumentos do processo de trabalho em saúde na atenção à violência de gênero em um serviço de atenção básica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 18, n. 48, p. 47-60, 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.0560.

BANDEIRA. Lourdes, M. Violência de gênero a construção de um campo teórico de investigação. **Revista Sociedade e Estado**. V. 29. n. 02. 2014, p. 449-469.

BARRETO, A. C. T. Carta de 1988 é um marco contra discriminação. Revista **Consultor Jurídico**, 2010. http://www.conjur.com.br/2010-nov-05/constituicao-1988-marco-discriminacao-familia-contemporanea.

BERNARDES, Márcia Nina. Questões de raça na luta contra a violência de gênero: processos de subalternização em torno da lei maria da penha.

Revista Direito Gv, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 1-28, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201968.
BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2006b. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm**
. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (2017). Balanço Anual de 2016. https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2016.pdf

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira,** 2003.
BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2018. https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf.
CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948
CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números.** São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.
CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 1-14, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721.
CATOIA, Cinthia de Cassia; SEVERI, Fabiana Cristina; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Caso “Alyne Pimentel”: violência de gênero e

interseccionalidades. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 1-11, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160361.

CONCEIÇÃO, Carolina Silveira da; MORA, Claudia Mercedes. "Respeito é bom e eu gosto": trajetórias de vida de mulheres negras assistidas por um centro especializado de atendimento à mulher em situação de violência na baixada fluminense, rio de janeiro, brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 7, p. 1-12, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00180019.

CORRÊA, Milena Dias; MOURA, Ludmila de; ALMEIDA, Luciane Pinho de; ZIRBEL, Ilze. As vivências interseccionais da violência em um território vulnerável e periférico. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 1-11, 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902021210001.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011.

Daniel Cerqueira (comp.). **Atlas da Violência 2020**. **Relatório Institucional**, [S.L.], p. 1-104, 31 ago. 2021. Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA. http://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020.

DUARTE, Jozi Rubia Ingnácio; PINHEIRO, Ana Claudia Duarte; MUNIZ, Deborah Lídia Lobo; BRUN, Simone. Violência contra a mulher e a Lei Maria da Penha. **Revista do Direito Público**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 236, 15 jul. 2009. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/1980-511x.2009v4n1p236.

FILHO, José Moura Gonçalves. A dominação racista: O passado presente. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

GALVÃO, Ianne. Mapa da violência contra mulheres negras. **Revista de Direito**, [S.L.], v. 13, n. 02, p. 01-17, 1 jun. 2021. Revista de Direito. http://dx.doi.org/10.32361/2021130211520.

GLASER, Nicolas, CARRARO, Lisiana. Violência contra a mulher negra: análise comparativa sobre dados de violência de gênero racial. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 3, 14 fev. 2020. https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/86885

HALL,
Stuart. Avtar Brah's cartographies: moment, method, meaning. **Feminist Review**, v. 100, p. 27-38, 2012.
IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil, 2019. https://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html
Instituto Patrícia Galvão. **Mulheres pretas e pardas são as maiores vítimas de violência física**, n.d., Rio de Janeiro. https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/rj-mulheres-pretas-e-pardas-sao-as-maiores-vitimas-de-violencia-fisica/
JORGE, Alzira de Oliveira; PONTES, Monica Garcia; CARAJÁ, Adriana Fernandes; REIS, Gabriela Maciel dos; BRAGA, Luciana de Souza; ARAÚJO, Marcelo Grossi; LANSKY, Sonia; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 515-524, fev. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022272.36062020.
LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 66-82, 12 jun. 2018. Universidade Federal da Bahia. http://dx.doi.org/10.9771/cgd.v4i2.26646
LIMA, Fernanda Felício de; FERIGATO, Sabrina Helena; SILVA, Carla Regina; OLIVEIRA, Ana Luiza de Oliveira e. Percepções e experiências de mulheres atuantes no campo da saúde sobre violências de gênero. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 46, n. 132, p. 76-92, mar. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104202213205.
LIMA, Kelly Diogo de; PIMENTEL, Camila; LYRA, Tereza Maciel. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 4909-4918, out. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019.
MARTINS, Maria de Fátima Moreira. Estudos de revisão de literatura. Rio de Janeiro: **FIOCRUZ/ICICT**, 2018. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29213.
MELO, Victor Hugo de; MELO, Elza Machado de. **Para Elas**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2016.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Editora FIOCRUZ, 2006. http://dx.doi.org/10.7476/9788575413807.

NARDI, Henrique Caetano. O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 20,, p. 12-23, 2008. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822008000400004.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1-5, 1996. http://www.ead.fea.usp.br/Cad--pesq/arquivos/C03--art06.pdf

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; LISBOA, Teresa Kleba. As intervenções com autores de violência doméstica e familiar no Brasil e suas relações com a Lei Maria da Penha. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 61, p. 1-16, 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100610019.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Qual a classe, a cor e o gênero da justiça? Reflexões sobre as (im)possibilidades de combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres negras pelo poder judiciário brasileiro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 103-123, 19 jun. 2016. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p103.

Organización Panamericana de la Salud. **Resolución XIX: Violencia y Salud**, 1993.

PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 216-232, 18 nov. 2010. EDIPUCRS. http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2010.2.6484.

PASSOS, Rachel Gouveia. "O lixo vai falar, e numa boa!". **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 301-309, ago. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77194.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras. **Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília**, Brasília, 2013.

PINAFI, T. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. v. 21, 2007 http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao021/materia03/texto03.pdf

RISCADO, Jorge Luís de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de; BRITO, Ângela Maria Benedita Bahia de. Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a

busca
de prevenção do hiv/aids em comunidades remanescentes de quilombos, em alagoas. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 96-108, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902010000600010.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo**. Tradução de Christine Dabat, 1975. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1740519/mod_resource/content/1/Gayle%20Rubin_trafico_texto%20traduzido%20%286%29.pdf

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999b. https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, 2009. http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. **Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo**, 2004.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira dos; SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Geração Tombamento e Afrofuturismo: a moda como estratégia de resistência às violências de gênero e de raça no brasil. **Dobra[S] – Revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S.L.], v. 11, n. 23, p. 157-181, 22 maio 2018. Dobras. http://dx.doi.org/10.26563/dobras.v11i23.716.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Publicado originalmente em 1995. https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: ainda é uma categoria útil de análise? Tradução de Graziela Schneider Urso. **Revista de História**, v. 13, n. 26, p. 177-186, 2021. https://desafioonline.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/14704/9901

SIGNORELLI, Marcos Claudio; AUAD, Daniela; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Violência doméstica contra mulheres e a atuação profissional na atenção primária à saúde: um estudo etnográfico em matinhos, paraná, brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 29, n. 6, p. 1230-1240, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2013000600019.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. , p. 14-24, 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000500003.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 323-334, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000200009.

SIQUEIRA, Tânia Lúcia. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Ártemis**, v. 8, p. 110-117, 2008. https://repositorio.ufba.br/handle/ri/2857.

SOUZA, Celso Jerônimo; CARVALHO, Ricardo Coelho e EVANGELISTA, Samoel Martins. Violência Doméstica e a natureza Jurídica da Ação Penal. **Revista Jurídica Consulex**, v. 11, n. 257. p. 62, set. 2009.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? how to do it?. **Einstein (São Paulo)**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134

WAISELFISZ, J. J. (2015). Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil. http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

YAMANAKA, Juliana Harumi Chinatti. ALMEIDA, S. Racismo estrutural. [Structural Racism] São Paulo: pólen, 2019. 264 p. isbn 978-85-98349-75-6.. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 187-194, set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/2176-457349790.

ZIMMERMANN, Tânia Regina; MUNIZ, Danielle Mendes. DA INJÚRIA RACIAL À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL: interseccionalidade da violência de gênero sob a perspectiva da mulher negra. **Revista Direitos Culturais**, [S.L.], v. 13, n. 29, p. 125-142, 1 maio 2018. http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v13i29.2598.

Gender violence against black women in the period after the Maria da Penha Law: an integrative review

ABSTRACT: This article presents the report of a study whose objectives were: to identify the use of an intersectional approach in articles on violence against black women; and identify in the collected articles whether the Maria da Penha Law is addressed and whether the intersectional perspective is considered. The employed method was an integrative review of published works in the CAPES periodical database, found using the descriptors: "violência de gênero" AND "mulheres negras" AND "Lei Maria da Penha".

Sixteen articles were included for discussion, published between 2010 and 2022. Most of the articles were written by women: thirty-seven female authors and only three male authors. The analysis of the articles pointed out a scarcity in the deepening of the gender and race subordination axis. However, most of the works reinforced the need for intersectional focus in the analyses carried out on the theme of violence against women. The results pointed out that the largest number of victims of violence are black women because they suffer doubly from racism and sexism, showing that the Maria da Penha Law is not equally effective for the different bodies and experiences of women.

KEYWORDS: Gender violence. Black Women. Racism. Intersectionality. Maria da Penha Law.

Ana Julia FONTES EVANGELISTA
Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná (2024). Pós-Graduanda em Gênero e Sexualidade pelo CENAT, em parceria com a Faculdade Censupeg. Atua como Psicóloga Clínica com base na abordagem Histórico-Cultural e possui formação em Terapia de Exposição Narrativa (NET). Seus temas de interesse são: subjetividade, gênero, raça, classe, sexualidade, violências, saúde coletiva e saúde pública.

Roberta SANT'ANNA KAFROUNI, *Universidade Federal do Paraná, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (2002). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. Suas pesquisas concentram-se nas seguintes áreas: Psicologia da Educação, Psicologia Histórico-cultural, Psicologia Comunitária. Seus temas de interesse são: subjetividade, deficiência, dificuldades acadêmicas no ensino superior e análise das práticas. https://orcid.org/0000-0001-6975-2313*

Recebido em: 07/07/2023
Aprovado em: 28/12/2024

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

A judicialização do cuidado de pessoas idosas no Brasil e suas interfaces com as categorias de raça e gênero

Taciana Machado Aquino Ferreira, *Universidade Federal de Viçosa (UFV)*.
Virgínia Alves Carrara, *Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)*
Maria das Dores Saraiva de Loreto, *Universidade Federal de Viçosa (UFV)*.

Resumo. No Brasil, nas últimas décadas, a temática da judicialização tornou-se frequente, especialmente a judicialização do cuidado de pessoas idosas. O presente artigo buscou analisar, por meio da pesquisa integrativa, se o perfil do poder judiciário pode influenciar as decisões jurisdicionais, na garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas, que têm o seu cuidado judicializado. Recorreu-se a pesquisa bibliográfica, documental de domínio público e a obtenção de dados junto ao Conselho Nacional de Justiça. As buscas foram realizadas no Google Acadêmico, Scielo, Scopus, Web of Science e Index Law Journals, utilizados como descritores na combinação das palavras *judicialização do cuidado*, *idosos, raça e gênero*. Os materiais utilizados estão inscritos no período de 1994 a 2024, visto que a temática da judicialização passou a configurar na cena política, especialmente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Identificou-se que o perfil do poder judiciário brasileiro, majoritariamente, masculino e branco, é delimitado pela divisão sexual do trabalho, onde o racismo estrutural e o pacto narcísico da branquitude podem estruturar a legitimação das decisões. Dessa forma, nos limites desse estudo, questiona-se se a mão do Poder Judiciário que afaga, quiçá, não esteja eivada de resistências e limitações na garantia de direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa idosa. Cuidado. Judicialização. Raça. Gênero.

Introdução

Refletir sobre a judicialização do cuidado de pessoas idosas e sobre o véu (in)visível da raça e do gênero[1] de quem os julga, é importante e desafiador quando se reconhece em nosso país o racismo institucional e estrutural que conecta-se diretamente com a ineficácia histórica da legislação em garantir a proteção devida. Pesquisas sobre esta temática tornam-se, por sua vez, mais necessárias para produzir conhecimento a fim de fomentar a construção de estratégias no enfrentamento das desigualdades e injustiças.

É no movimento da história com sua medular contradição do sistema capitalista é que vamos encontrar, por um lado a omissão estatal e a consequente desproteção na garantia de direitos, e por outro lado a busca em acessá-los fomentando a emergência de uma agenda política focada na garantia dos direitos da pessoa idosa, impulsionando essa busca pelo judiciário como via para a efetivação de direitos.

A judicialização, nesse sentido, não é apenas um sintoma das desigualdades, mas uma ferramenta crucial diante da negligência histórica e da insuficiência das políticas públicas em assegurar o cuidado e a dignidade (Fávero, 2020). A complexidade desse fenômeno, que envolve dimensões legais, sociais e éticas, é reiterada por estudos como o de Aquino Ferreira e Loreto (2024), que sublinham a importância de abordagens multifacetadas para enfrentar os desafios da proteção integral à pessoa idosa e promover a justiça social frente a um legado de invisibilidade e desamparo legal.

Nesse sentido, o presente estudo verificou se o Poder Judiciário, na figura do Estado-Juiz, pode apresentar resistências e limites na garantia de uma prestação jurisdicional adequada, pautada no respeito e na efetivação dos direitos humanos fundamentais, que estão previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

---

[1]Mirla Cisne utiliza a categoria *relações sociais de sexo,* conceito feministra francófono, e não o conceito de *gênero*. Segundo a autora, o conceito feminista francófono corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que envolve a questão. De acordo com a autora: *"a relação social de sexo nomeia os sujeitos, uma vez que designa a confrontação entre as consideradas categorias de homens e mulheres, que envolvem conflitos e antagonismo de ordem estrutural, ainda que também reflitam nas relações (relations) pessoais. [...] Já com relação ao conceito de gênero, não podemos afirmar a mesma coisa, uma vez que, por vezes, sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e das de outras desigualdades estruturantes, como as de classe, inaugurando um outro contexto ou mesmo uma nova conotação teórico-política para o feminismo, bem menos confrontante e mais institucionalizada" (*CISNE, M. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2015. p. 53-54).

Entende-se a pertinência desta reflexão, porque, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário Brasileiro, em especial os integrantes da carreira da magistratura, são sujeitos que pertencem a raças e gêneros bem definidos (Brasil, 2019, p. 8-9). Os juízes que compõem o Poder Judiciário e que são investidos de jurisdição, são, majoritariamente, homens brancos, e são eles que julgam e decidem as questões relacionadas à judicialização do cuidado das pessoas idosas.

Dessa forma, intenciona-se perquirir se os aspectos estruturais do Poder Judiciário Brasileiro, em sua composição de gênero e raça definidos, são capazes de reafirmar o racismo e a divisão sexual do trabalho, bem como se essas características poderiam ser impeditivas para o respeito e a garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas que têm o seu cuidado judicializado.

Procedimentos Metodológicos

Para o desenvolvimento do presente estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica, do tipo documental e exploratória. De acordo com Gil (2018) uma pesquisa bibliográfica do tipo documental e exploratória caracteriza-se por utilizar fontes secundárias, como livros e artigos científicos, aliada à análise de documentos originais não tratados analiticamente, como leis, relatórios e registros institucionais. Essa combinação visa proporcionar maior familiaridade com o tema, especialmente quando este é pouco explorado, permitindo ao pesquisador delimitar o problema e levantar hipóteses iniciais, enquanto a pesquisa exploratória busca tornar o problema mais explícito, servindo de base para estudos mais aprofundados.

Para o levantamento dos artigos na literatura especializada e obtenção dos dados, realizou-se buscas no Google Acadêmico, Scielo, Scopus, Web of Science e Index Law Journals**,** utilizados como descritores a combinação das palavras *judicialização do cuidado*,

idosos[2]*, raça e gênero*. Os resultados da pesquisa identificaram 11 artigos, 2 dissertações de mestrado e 2 teses de doutoramento. Ademais, como forma de complementar o estudo, foi feito uso de 9 livros referentes à temática pesquisada. Os materiais utilizados estão inscritos no período de 1994 a 2024, visto que a temática da judicialização passou a configurar na cena política, especialmente, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal.Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos qualitativos; com idioma em português e inglês; nas áreas temáticas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Após a seleção, procedeu-se com a leitura na íntegra das respectivas publicações para atingir o objetivo da pesquisa.

Trajetórias da Proteção Jurídica ao Idoso no Brasil: Do Código Penal à Judicialização Compulsória:

O Código Penal do Brasil, desde 1941, já previa no artigo 244 que os filhos que negligenciassem o cuidado de seus pais inválidos ou debilitados, deixando-os em situação de abandono material, poderiam ser punidos com multa e detenção. Contudo, para Lemos (2010), é improvável que, no que se refere aos pais idosos, essa legislação tenha saído do campo da letra morta para se tornar efetiva e garantista, pois, naquele momento, a preocupação do legislador estava voltada para a prole nascida da união legal e para a subsistência do cônjuge.

Para o referido autor, o foco da legislação, naquele contexto sociotemporal do país, estava direcionado à família nuclear e não à família de origem. Ou seja, os ascendentes eram protegidos apenas de forma secundária, já que a agenda política não estava, de fato, voltada para a garantia de seus direitos.

Conforme apontam Fávero et al. (2020), o Brasil, naquele período, era predominantemente jovem do ponto de vista demográfico e também se enxergava assim. A velhice ainda não havia sido reconhecida como uma questão social relevante, nem conquistado visibilidade pública

[2] Em 2023, o Estatuto do Idoso foi alterado pela Lei nº 14.423/2022, que modificou sua nomenclatura oficial para "Estatuto da Pessoa Idosa", com o objetivo de colocar o ser humano em primeiro lugar, reconhecendo que, antes da idade ou de qualquer condição, trata-se de uma pessoa, com dignidade, direitos e história. Por esse motivo, ao longo do texto, utiliza-se o termo "pessoa idosa" em vez de "idoso(a)". **BRASIL.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Atualizada pela Lei nº 14.423, de 2022.

suficiente para impulsionar a aplicação das leis voltadas a essa população. Dessa forma, o cuidado com pessoas idosas era compreendido como uma incumbência restrita ao âmbito privado, recaindo majoritariamente sobre a família (Lemos, 2010).

Nos marcos da Constituição Federal de 1988, o Brasil do século XXI, promulga a Lei 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso. Ela constitui um importante marco legislativo ao evidenciar a preocupação com os vínculos intergeracionais, especialmente entre ascendentes e familiares (Sorj, 2020). No entanto, como analisado de forma precisa por Lemos (2010), há uma distinção significativa entre os contextos que antecedem e sucedem sua promulgação.

Para o autor, sobretudo a partir da vigência do Estatuto, as questões relativas ao envelhecimento passaram a ser reconhecidas como legítimas, sendo incorporadas à agenda política tanto do Estado quanto da sociedade civil. Em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto contribui para ampliar a compreensão do envelhecimento, que deixa de ser interpretado apenas sob uma perspectiva material, passando a contemplar também dimensões morais e afetivas.

Nesse contexto, conforme aponta Sorj (2000), o conceito de judicialização pode assumir diferentes interpretações, variando conforme o contexto e os interesses institucionais de quem o emprega. No entanto, no âmbito das ciências sociais, o autor — assim como outros estudiosos, a exemplo de Aquino Ferreira (2024) e Sant'Ana (2018) — utiliza o termo para se referir à crescente presença e influência do poder judiciário nas dinâmicas da sociedade contemporânea.

Aquino Ferreira (2024) argumenta que a judicialização emerge, fundamentalmente, como resposta às diversas formas de exclusão social ainda persistentes na sociedade brasileira. A mobilização frente a essas desigualdades, historicamente estruturadas, configura-se como um movimento de afirmação da cidadania e de fortalecimento do regime democrático — sobretudo no cenário pós-Constituição de 1988, que instituiu um marco normativo orientado pela inclusão e pelos direitos sociais, em contraste com a lógica excludente anterior.

Sant'Ana (2018) interpreta a judicialização do cuidado como um instrumento de preservação dos princípios democráticos, especialmente em contextos nos quais barreiras estruturais comprometem o pleno exercício da cidadania. Segundo o autor, essa modalidade de

judicialização está intrinsecamente ligada à judicialização de políticas públicas, transcendendo os limites do setor da saúde para alcançar outras áreas como a educação e a assistência social.

Ainda assim, Sant'Ana (2018) enfatiza que é no campo do cuidado que essa dinâmica se evidencia com maior força, tanto pelo impacto social que gera quanto pela relativa receptividade do Poder Judiciário em acolher tais demandas.

Por outro viés, Fávero et al. (2020) compreendem a judicialização do cuidado como a judicialização das diversas "expressões da questão social"[3] que incidem diretamente sobre as famílias. Tal processo pode se dar tanto com a finalidade de atribuir responsabilidade a determinadas condutas, omissões ou práticas, quanto com o propósito de garantir o acesso a direitos legalmente assegurados.

Ainda conforme os autores, o avanço da judicialização das relações sociofamiliares pode ser interpretado como sintoma da ausência, fragilidade ou ineficácia das políticas públicas, assim como da dificuldade de indivíduos, grupos e instituições em lidar com decisões no campo da vida privada — ou, em muitos casos, com a própria impossibilidade de escolha, resultante das profundas desigualdades sociais que limitam o exercício da autonomia individual.

Nesse contexto, Aquino Ferreira (2024) observa uma ampla aceitação social da atuação do Poder Judiciário em situações familiares marcadas por conflito, negligência ou omissão, seja para impor sanções, seja para atribuir responsabilidades.

Fávero et al. (2020) apontam que a judicialização também tem sido utilizada como uma estratégia de acesso a direitos fundamentais que, embora formalmente assegurados pela Constituição, permanecem frequentemente inefetivos diante da fragilidade das políticas públicas.

---

[3] Segundo a literatura da área do Serviço Social é em Iamamoto (2007, p. 155-156) que vamos encontrar o seu significado: " a *questão social* é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. A gênese da *questão social* na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É inseparável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. Assim, a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história."

Nesse sentido, Aquino Ferreira (2024) observa que a judicialização vem se consolidando como um recurso recorrente, especialmente frente à incapacidade de muitas famílias de corresponder às expectativas sociais relacionadas à garantia do bem-estar. Tal dinâmica tem contribuído para a transferência tanto das relações quanto das manifestações da questão social para o campo jurídico.

A transposição das relações e manifestações da questão social para a esfera judicial configura um fenômeno ao que denominamos de judicialização compulsória. Tal conceito alude a um mecanismo de natureza impositiva, mas também de resistência e luta, engendrado no bojo do sistema neoliberal, que ao ser adotado pelo Estado Brasileiro, restringiu políticas sociais universalistas.O escopo primordial reside em assegurar à população idosa o acesso a direitos fundamentais. Referidos direitos, não obstante sua previsão constitucional, amiúde carecem de universalidade em sua efetivação.

O direito ao cuidado emerge como uma expressão dessa categoria de prerrogativas. Conquanto não explicitamente positivado no texto da Constituição Federal de 1988, infere-se sua presença implícita, tendo como alicerce axiológico do dever de cuidado o princípio da dignidade da pessoa humana. Em consonância com o magistério de Nader (2003), o ser humano, independentemente das circunstâncias fáticas, deve se constituir como o fulcro da tutela emanada do ordenamento jurídico.

Entretanto, a materialização do direito ao cuidado pela pessoa idosa frequentemente impõe a provocação da jurisdição estatal. Ao demandar a intervenção do Estado-Juiz, o jurisdicionado idoso pode se deparar com óbices decorrentes do racismo institucional e estrutural, bem como da divisão sexual do trabalho. Nesse cenário, a propalada imparcialidade inerente à função jurisdicional é desvelada, expondo um aparato judicial permeado por clivagens de raça e gênero.

Sob o Véu da Imparcialidade: Racismo, Gênero e a Judicialização do Cuidado no Brasil

Discute Almeida (2019), que o racismo deve ser compreendido como um componente estrutural da sociedade, pois está incorporado às suas formas de organização política, ideológica, econômica e jurídica, imbricado com a formação sócio-histórica do Brasil. Trata-se de um

fenômeno que não se apresenta como uma anomalia ou desvio, mas como parte ordinária do funcionamento social.

Para o referido autor, o racismo não é um acidente do sistema, mas sim uma consequência direta da forma como as relações sociais são historicamente constituídas — em uma sociedade em que a desigualdade racial é norma, e não exceção. Ele se manifesta de maneira concreta por meio de disparidades políticas, econômicas e legais. Enquanto processo histórico e político, o racismo estabelece condições que favorecem, de maneira sistemática, a exclusão e a marginalização de grupos racializados.

Assim, a sociedade opera como um mecanismo contínuo de reprodução das desigualdades raciais e opressões, sob a luz lançada a partir do Manifesto Combahee River[4] (1977). É sob os avanços promovidos pela luta antirracista e antissexista das mulheres negras nos EUA (mas lembramos que nossas teóricas-militantes negras brasileiras trouxeram ineditismo a este debate como Lélia Gonzalez), a classe social se entrelaça das expressões das multiplas opressões vivenciadas, especialmente pela população empobrecida e negra. Na contemporaneidade, a interseccionalidade - raça, gênero, classe social - não pode ser compreendida dissociada do território. Entendendo território muito além das características geográficas, mas manifestação das relações sociais, espaço onde se expressam as condições de vida e das desigualdades sociais, especialmente da população afro-indígena, em suas diversas formas: violências, exclusão social, racismo ambiental. Estes sistemas de opressão interligados - raça, classe social, sexual, heterosexual e também territorial - criam as condições de vida.

Assim, refletir sobre a judicialização do cuidado de pessoas idosas e sobre o véu (in)visível da raça e do gênero de quem os julga é, portanto, uma investigação que exige atenção crítica às estruturas de poder que atravessam o sistema de justiça. Nesse sentido, torna-se indispensável compreender como marcadores sociais como raça e gênero operam de forma "silenciosa" - reafirmando opressões e violências - mas determinante, nas práticas judiciais, nas decisões proferidas e nas desigualdades que se perpetuam mesmo sob o manto da legalidade e da neutralidade institucional.

[4] O Coletivo Combahee River foi uma organização feminista negra e lésbica ativa em Boston, entre 1974 e 1980.

Nesse sentido, questiona-se: se o Estado-Juiz se apresenta, predominantemente, homem e branco, a prestação jurisdicional é ofertada com o mesmo esmero quando a pessoa idosa, que tem o seu cuidado judicializado, é um sujeito do sexo feminino e negro? Ou seja, os direitos fundamentais das pessoas idosas são respeitados com o mesmo rigor, quando os Juízes se deparam com sujeitos de raça e gênero diversos dos seus?

Pressupõe-se que pode existir uma problemática na efetivação dos direitos fundamentais das pessoas idosas, que têm o seu cuidado judicializado, especialmente, quando elas pertencem a um grupo racial e ao gênero diverso de quem as julga. Pelas pesquisas desenvolvidas, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário Brasileiro, em especial os integrantes da carreira da magistratura, são, majoritariamente, homens brancos (Brasil, 2019, p. 8-9). Pressupõe-se que o esmero, a diligência e a meticulosidade nas decisões judiciais podem ser, sobremaneira, maiores, quando a judicialização do cuidado afeta ao grupo racial e ao gênero ao qual os julgadores pertencem, sendo uma expressão do racismo estrutural (Almeida, 2019).

Assim, os resultados apresentados tiveram como foco de análise entender se o Poder Judiciário, quando determina a judicialização do cuidado da pessoa idosa, respeita os direitos fundamentais desses sujeitos, com vistas à compreensão crítica acerca da influência das questões de raça e de gênero nas decisões judiciais.

Conceituando a judicialização do cuidado e a pessoa idosa no Brasil

Na definição clássica de Torbjörn Vallinder, judicialização significa "*tratar judicialmente, chegar a um julgamento ou a uma decisão sobre alguma coisa*" (1994, p. 1). De acordo Viaro (2015, p. 4), existem dois principais sentidos para o termo judicialização: "*o primeiro é tratar uma questão por meio de um julgamento; o segundo, é tratar algo seguindo o método de um juiz, com conhecimento e técnicas judiciais*".

Assim, a judicialização é um fenômeno desencadeado por situações externas de conflito, que, para que ocorra a sua resolução, as tratativas que acontecem apenas entre as partes envolvidas podem ser insuficientes e incapazes de solucionar a demanda (Viaro, 2015). Deste

modo, surge a necessidade de tratar a questão judicialmente, em busca de uma solução, que se alcançará por meio de uma decisão judicial; ou seja, surge a necessidade de judicialização.

Em contrapartida, Lemos (2010), ao abordar o conceito de judicialização, esclarece que há um crescimento sem precedentes da influência do direito positivo sobre a vida política e social, manifestando-se tanto nas disputas entre os poderes da República quanto nas questões cotidianas das interações sociais. Nesse cenário, o Judiciário passa a se consolidar como o espaço privilegiado para a resolução de demandas e conflitos sociais, ao que, segundo o referido autor, é possível chamar de judicialização.

Prosseguindo na análise do referido autor, o direito vem alcançando a regulação das práticas sociais, adentrando, inclusive, naquelas consideradas de natureza estritamente privada e, portanto, insusceptíveis à intervenção estatal, o que faz com que as sociedades contemporâneas se encontrem, de maneira crescente, imersas na semântica da justiça. A essa ampliação da presença do direito na organização da vida social atribui-se, enfim, o nome de judicialização das relações sociais (Lemos, 2007).

Compreendido o conceito de judicialização, o entendimento sobre o que seria a judicialização do cuidado da pessoa idosa começa a se apresentar com mais nitidez. Inicialmente, destaca-se que a judicialização do cuidado da pessoa idosa pode se estabelecer em duas oportunidades: a primeira, com a institucionalização da pessoa idosa em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) e, a segunda, por meio do instituto jurídico da curatela civil (Wacheleski, 2007).

A institucionalização ocorre quando a pessoa idosa é identificada em situações de riscos eminentes, que violem os seus direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana (Brasil, 2003). Quando a violação desses direitos são identificados, o Poder Judiciário determina a entrada da pessoa idosa em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI). Já o instituto jurídico da curatela civil consiste em uma medida de amparo ao maior de 18 anos que, por causa transitória ou permanente, precisa do apoio de outra pessoa para praticar atos patrimoniais e, em alguns casos, de cuidados pessoais, em razão de impedimento grave (Brasil, 2002).

O Código Civil Brasileiro (2002), em seu art. 1.767, inciso I, define o perfil da pessoa idosa que está sujeita à curatela; o art. o art. 1.775,

caput, § 1º e 2º, explicita quais pessoas possuem o direito legal de serem curadoras, enquanto o § 3º, do mesmo artigo, esclarece que cabe ao Juiz escolher quem será o curador, na falta de pessoas que possuem o direito legal de serem curadoras, como reportado:

> Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:
>
> I - aqueles que, por *causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade* [...]
>
> Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.
>
> §1 ºNa falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.
>
> § 2 º Entre os descendentes, os mais próximos precedem aos mais remotos.
>
> § 3 ºNa falta das pessoas mencionadas neste artigo, *compete ao juiz a escolha do curador*. [...]

Tanto na institucionalização da pessoa idosa em uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) como na curatela civil, o cuidado da pessoa idosa é judicializado; ou seja, por meio de uma decisão judicial é estabelecido por quem e de que forma a pessoa idosa deve ser cuidada (Vallinder, 1994; Viaro, 2015).

Após essas considerações sintéticas, entendeu-se ser importante esclarecer, neste estudo, o conceito de pessoa idosa no Brasil e quais são as características desse sujeito. Assim, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015), pessoa idosa é todo indivíduo com 60 anos ou mais, o mesmo entendimento está presente na Política Nacional da Pessoa Idosa (instituída pela lei federal 8.842), de 1994 (Brasil, 1994), e no Estatuto da Pessoa Idosa (lei 10.741), de 2003 (Brasil, 2003).

A Política Nacional da Pessoa Idosa, conforme dispõe o art, 1º, da Lei 8.842/1994, esclarece que: "*A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade*" [...] (Brasil, 1994, p. 1). Deste modo, percebe-se que o Estado intencionou assegurar a condição de cidadão da pessoa idosa, defendendo o seu bem-estar e a sua dignidade, buscando evitar e coibir qualquer ameaça de lesão ou qualquer tipo de omissão que se apresente discriminatória (Rodrigues; Mafra, 2022).

O Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003), estabeleceu o princípio da proteção integral à pessoa idosa e se tornou referência na temática do envelhecimento (Rodrigues; Mafra, 2022). O Estatuto tratou dos direitos

sociais e estabeleceu como sendo dever da família, sociedade e Poder Público, assegurar prioritariamente à pessoa idosa brasileira: "a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária" [...] (Brasil, 2003, p. 1).

Assim, com os conceitos de judicialização do cuidado e da pessoa idosa no Brasil bem definidos, procurou-se, em seguida, esclarecer sobre os direitos fundamentais que as pessoas idosas precisam ter preservados, quando a judicialização do cuidado se instaura em suas vidas.

Direitos Fundamentais

Para compreensão do tema proposto, considera-se necessário contextualizá-lo sob o referencial dos direitos fundamentais, tendo em vista que são esses direitos, ligados à categoria do "ser", que este estudo também se propõe a investigar. O objetivo é analisar se os direitos fundamentais são realmente respeitados, quando ocorre a judicialização do cuidado na vida das pessoas idosas.

Os direitos fundamentais são direitos essenciais, sem os quais a personalidade não se realizaria e ficaria sem valor concreto, tornando os demais direitos subjetivos sem valor para o indivíduo (Cupis, 2004). Inclusive, o ordenamento jurídico também reconhece o valor da pessoa idosa - primeiro, porque são seres humanos e, por isso, dignos de respeito e, segundo - em função das suas necessidades peculiares decorrentes da idade (Keinert et al, 2009).

Os direitos e garantias fundamentais conferidos à pessoa idosa e a todas as pessoas humanas, devem ser compreendidos para que se efetive o respeito à vida, tendo em vista que vida, em sua plenitude, só será verdadeiramente respeitada, se houver garantia da dignidade (Keinert, et al 2009). Conforme expresso na Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 1º, III, (Brasil, 1988), a dignidade da pessoa é um dos alicerces fundamentais da sociedade brasileira.

Ao abordar o conceito de dignidade da pessoa humana, Sarlet (2006) destaca que ela se torna inviável em contextos nos quais a vida e a integridade física não são respeitadas, as condições mínimas para uma existência digna não são asseguradas, a intimidade e a identidade do

indivíduo sofrem ingerências indevidas, a igualdade em relação aos demais não é garantida e a limitação do poder não é efetivada, tornando a dignidade mera vítima de arbitrariedades e injustiças.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, previu, em seu art. 5º, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O que pode traduzir-se no fato de que a pessoa idosa não pode ser objeto de discriminação e terá garantida a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à dignidade e à propriedade (Miranda, et al, 2016).

Groff (2008) explica que a Constituição contempla as três gerações de direitos fundamentais, conforme reconhecido pela doutrina moderna: os direitos de primeira, segunda e terceira geração. Essa classificação se dá de maneira cumulativa, respeitando a ordem cronológica em que tais direitos foram incorporados ao texto constitucional. Os direitos de primeira geração correspondem às liberdades civis, políticas e individuais, surgidas no final do século XVII; os de segunda geração referem-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, que ganharam destaque na primeira metade do século XX; já os direitos de terceira geração abrangem valores coletivos e difusos.

Considerando os conceitos sobre direitos fundamentais, descritos acima, estamos, a bem da verdade, falando de direitos que estão ligados à educação, à saúde, ao trabalho, à previdência social, ao lazer, à segurança, à alimentação, à moradia, ao transporte, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 6º (Brasil, 1988).

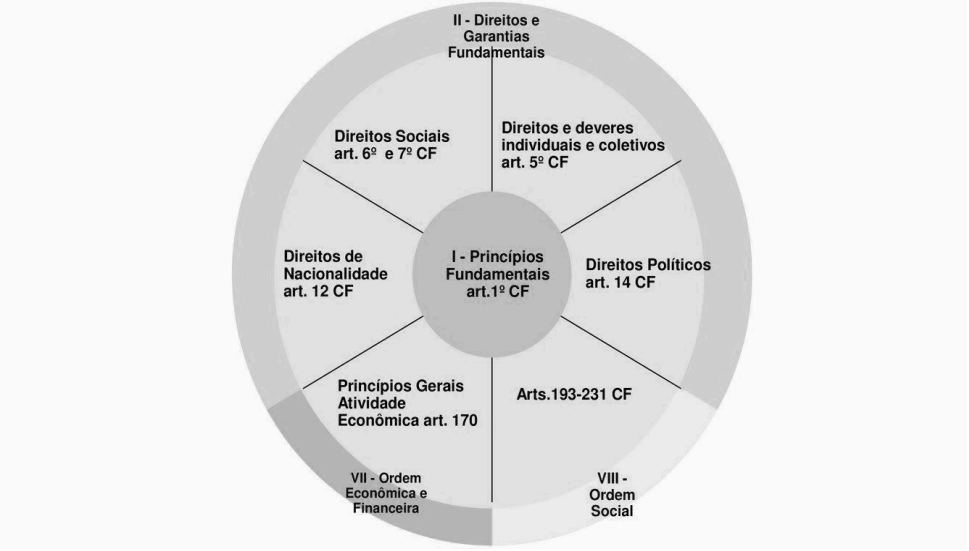
Assim, no afã de resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana, a lei maior estabeleceu inúmeros direitos e garantias fundamentais ao longo do seu texto. Todavia, observa-se que todas essas garantias e todos esses direitos se desenvolvem a partir de um eixo central que o constituinte pretendeu resguardar, que é o eixo da dignidade da pessoa humana.

Todos os direitos e garantias fundamentais podem ser entendidos como camadas do direito fundamental da dignidade da pessoa humana; ou seja, a dignidade da pessoa humana é um direito que deu à luz a todos os outros que dele advieram. A Figura 1, a seguir apresentada, possibilita uma maior compreensão sobre como o princípio da dignidade da pessoa

humana é o eixo central de todos os direitos fundamentais que o constituinte pretendeu resguardar.

Considerando as reflexões apreendidas, compreende-se que os direitos fundamentais da pessoa idosa, que tem o seu cuidado judicializado, são extensos e abarcam todas as categorias do ser. Além disso, toda e qualquer ação ou omissão que desprestigie a dignidade desse sujeito, pode ser entendida como desapreço e violação aos seus direitos fundamentais, em termos da sua dignidade, como pessoa humana, independente da raça e gênero.

Figura 1: Dignidade da Pessoa Humana como eixo central de todos os direitos fundamentais



Fonte: Pelicioli (2021)

Como exposto na introdução, buscamos verificar junto ao Conselho Nacional de Justiça dados referentes ao ano de 2019, especificamente informações sobre a composição racial e de gênero da magistratura brasileira (Brasil, 2019, p. 8-9), a fim de perquirir se os aspectos estruturais do Poder Judiciário, notadamente seu perfil sociodemográfico predominantemente masculino e branco, são capazes de reafirmar o racismo e a divisão sexual do trabalho nas decisões sobre a judicialização do cuidado de pessoas idosas.

Intenciona-se, com isso, analisar se tais características poderiam constituir óbices ao respeito e à garantia dos direitos fundamentais das pessoas idosas envolvidas nesses processos. Para tanto, na seção

seguinte, apresentaremos a análise e a discussão dos dados encontrados à luz do referencial teórico adotado.

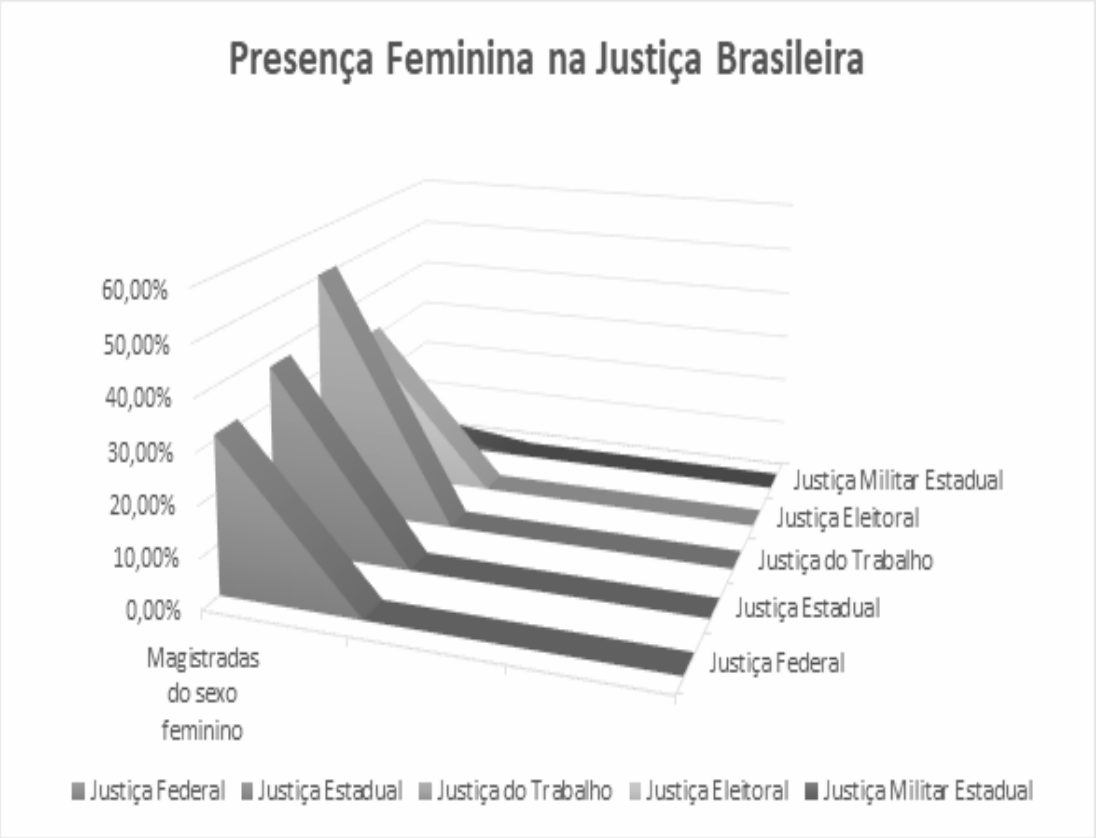
Discussão dos Resultados

A Raça e o Gênero, no contexto da Justiça Brasileira

De acordo com pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça em 2019, o Poder Judiciário Brasileiro é composto, majoritariamente, por magistrados do sexo masculino, com apenas 38,8% de magistradas mulheres em atividade. Segundo dados da pesquisa, a Justiça Federal apresenta 31,2% de juízas mulheres e a Justiça Estadual apresenta 37,4%; enquanto, a Justiça do Trabalho apresenta 50,5%, a Justiça Eleitoral apresenta 31,3% e a Justiça Militar Estadual apresenta apenas 3,7% de magistradas do sexo feminino (BRASIL, 2019).

Conforme dados do Gráfico 1, abaixo apresentado, que apresenta um panorama da presença feminina na Justiça Brasileira, é possível extrair dos dados apresentados pelas pesquisas realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, que, apenas na Justiça do Trabalho, a presença feminina é superior a 50%; enquanto, na Justiça Estadual, que é a Justiça responsável por judicializar o cuidado da pessoa idosa, a presença feminina é de apenas 37,4%.

Figura 2: Presença Feminina na Justiça Brasileira

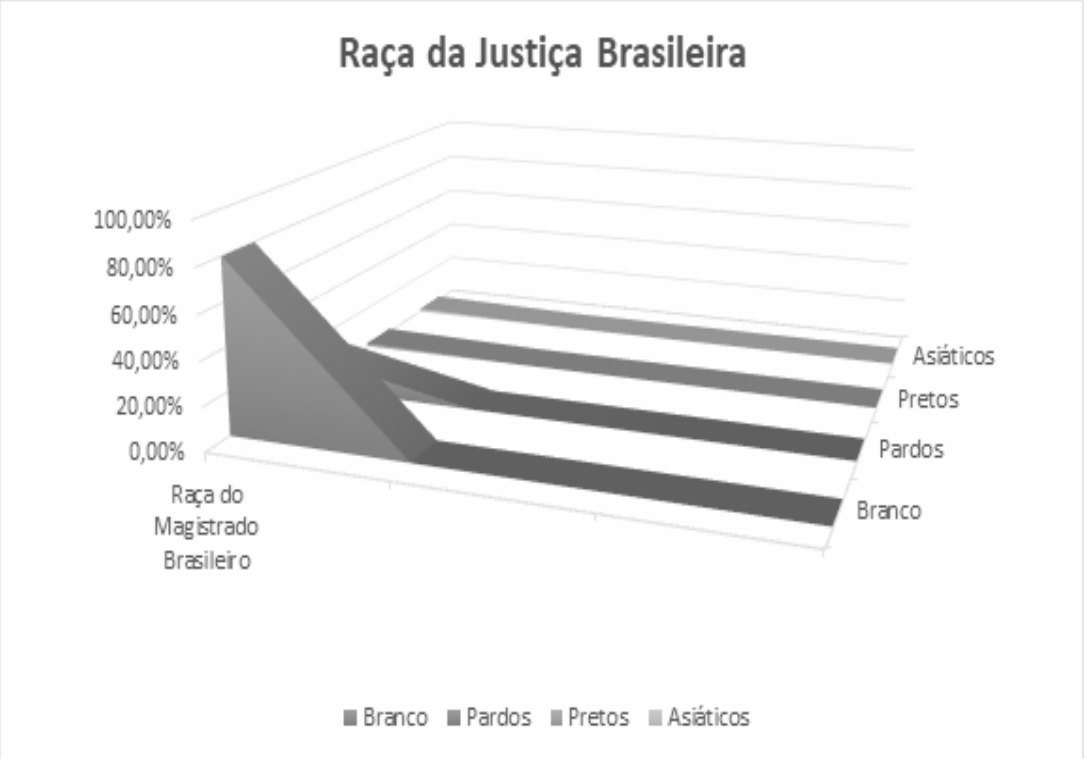


Fonte: Elaboração própria, 2022.

No que toca a raça dos magistrados brasileiros, o Conselho Nacional de Justiça elaborou, em 2018, um relatório referente ao Perfil Social Demográfico dos magistrados, constatando que 80,3% se autodeclararam branca, sendo apenas 18% negra (16,5% pardas e 1,6% pretas) e 1,6% de origem asiática (Brasil, 2018).

O Gráfico 2, abaixo apresentado, apresenta a imensa diferença racial dentro do Poder Judiciário Brasileiro, onde há predominância de juízes brancos, enquanto o percentual de magistrados pretos corresponde a apenas 1,6%; enquanto o índice de negros, que corresponde aos pardos e pretos, se limita a 18% dos magistrados entrevistados (Brasil, 2018). Constata-se, portanto, que o Poder Judiciário Brasileiro possui gênero e raça definidos, podendo ser caracterizado como um poder masculino e branco.

Figura 3: A raça no contexto da Justiça Brasileira



Fonte: Elaboração própria, 2022.

O fato de a presença feminina na magistratura brasileira ser inferior ao de magistrados homens, encontra as suas raízes fincadas nas questões de divisão sexual do trabalho, como reportado por Danièle Kergoat (2009, p. 67), afirmando:

> [...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada historicamente e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)

Cisne (2015) analisa a divisão sexual do trabalho, ressaltando que a separação entre as esferas produtiva e reprodutiva reforçou a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. Enquanto a esfera produtiva, associada à produção de riqueza e valorizada socialmente, é predominantemente masculina, a esfera reprodutiva — que envolve atividades essenciais para a manutenção da força de trabalho — é

atribuída às mulheres. Para a autora, essa divisão constitui a base estrutural da exploração e da opressão feminina, sendo uma construção histórica e, portanto, suscetível a transformações.

Através das reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, é possível perquirir os motivos para que o Poder Judiciário não possa ser caracterizado como um poder feminino, tendo em vista que as mulheres, historicamente, estão menos concentradas nas esferas produtivas, que representam a produção de riqueza e valorização. Ou seja, as mulheres, majoritariamente, podem ser encontradas nas funções de reprodução, que são atividades que garantem a manutenção, mas não a produção da riqueza, sendo este espaço, o de não valorização, considerado um espaço feminino (Cisne, 2015).

Assim, como pontua Lobo (2021), negar a dimensão sexual no trabalho é negar a realidade do próprio Poder Judiciário no Brasil, tendo em vista que o mesmo reproduz a divisão sexual do trabalho, bastando considerar que a presença feminina é inferior à presença masculina na magistratura brasileira, que é tida como um lugar de prestígio, autoridade e importância.

No que toca à raça dos magistrados, considerando o racismo estrutural, entende-se que a questão racial estrutura o funcionamento do processo de legitimação das decisões. A raça funciona como um fator legitimador dos problemas sociais e das desigualdades, sendo um elemento normatizador das relações, fazendo com que o Poder Judiciário funcione a partir desse lugar que reproduz as desigualdades raciais (Almeida, 2019).

Para além da divisão sexual do trabalho e do racismo estrutural, importa refletir sobre o que a estudiosa do assunto, Maria Aparecida da Silva Bento ou Cida Bento, eleita, em 2015, por The Economist, como uma das cinquenta pessoas mais influentes do mundo no campo da diversidade, chamou de pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022).

Bento (2022) argumenta que a branquitude se perpetua através de um pacto tácito de cumplicidade entre pessoas brancas, que, de maneira consciente ou inconsciente, buscam preservar seus privilégios e excluir a população negra. Embora não existam articulações formais para esse objetivo, as práticas de exclusão e manutenção de privilégios se repetem em diferentes instituições e são frequentemente negadas ou silenciadas.

A autora associa esse comportamento a uma dinâmica narcísica de autopreservação, na qual o diferente é percebido como uma ameaça

àquilo que é considerado normal ou universal, reforçando, assim, as estruturas de preconceito e a necessidade urgente de enfrentar as relações de dominação racial e de gênero nas organizações.

O Poder Judiciário é majoritariamente masculino e branco, o que não o faz uma instituição homogênea, pois funciona a partir da perspectiva de quem o lidera. Cada um dos juízes "pode ser muito racista, ou nada racista, mas a manutenção dos privilégios para assegurar a sua perspectiva de mundo está colocada" (Bento, 2002, p. 169). Como afirma o referido autor, o pacto da branquitude narcísica garante privilégios para o branco à medida que reserva os espaços institucionais privilegiados para ele, independente da intencionalidade.

Vidigal et al. (2022) argumentam que o racismo não é apenas um fenômeno individual, mas um elemento profundamente enraizado e estruturante da sociedade brasileira, permeando diversas esferas, incluindo o Judiciário. Os autores destacam que cada indivíduo se posiciona a partir de um lugar social determinado, o que implica que o próprio sistema judiciário está imerso em práticas e estruturas racistas, muitas vezes inconscientes, que moldam decisões e interpretações.

Nesse sentido, a crítica vai além da responsabilização de ações individuais, direcionando-se à necessidade de uma revisão profunda da estrutura institucional, com ações que rompam com a perpetuação do racismo sistêmico. A solução, portanto, reside não em atitudes pontuais, mas em uma transformação estrutural que possa efetivamente promover a igualdade racial, enfrentando a natureza sistêmica da discriminação que atravessa a magistratura.

Com essas reflexões acerca da questão de gênero e raça predominantes na justiça brasileira, reconhece-se na divisão sexual do trabalho um eixo reflexivo, capaz de nortear o intelecto para justificar porque as mulheres ainda se apresentam em número inferior aos homens na composição da carreira da magistratura. Por outro lado, no que se refere à questão racial, o eixo norteador pode ser encontrado no racismo estrutural, no pacto narcísico e no pacto da branquitude; conceitos que são capazes de indicar os porquês da justiça brasileira se apresentar, majoritariamente, masculina e branca, com possibilidades de estruturar o processo de legitimação das decisões, em termos da efetivação dos direitos fundamentais.

Jurisprudência sobre a Judicialização do Cuidado de Pessoas Idosas: Caso Emblemático

No ano de 2019 o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), determinou a interdição de uma pessoa idosa sem que a mesma fosse submetida a perícia judicial ou ao interrogatório com o Juiz, na mais absoluta inobservância aos direitos fundamentais da pessoa idosa na forma da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 6º (Brasil, 1988).

De acordo com este processo, que tramitou em segredo de justiça, o irmão desta pessoa idosa, diagnosticada com alzheimer, ajuizou o pedido de interdição, sem que, contudo, a pessoa idosa, supostamente inapta para os atos da sua vida civil, fosse submetida a perícia ou interrogatório com o Juiz, para que, de fato, fosse aferida a ausência ou não de sua incapacidade para que o pedido de curatela fosse legítimo (Conjur, 2019)

A Defensora Pública atuou no caso como curadora especial e apontou que a falta de interrogatório ou de perícia configurava nulidade processual, o que violava o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Após a interposição de recurso pela Defensoria Pública, a 5ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou a sentença que determinou a interdição da pessoa idosa sem submetê-la aos procedimentos previstos na legislação.

Para os Desembargadores, que anularam a equivocada sentença proferida pelo juízo de primeiro grau:

> *"é de suma importância o contato pessoal com o magistrado, através do interrogatório, sendo, então, de rigor, a concessão de oportunidade ao interditando para comprovar que possui condições de gerir a sua vida e administrar seus bens".*

Como aponta a introdução deste estudo, o perfil majoritário de juízes homens e brancos (Brasil, 2018) pode influenciar a maneira como decisões sobre a judicialização do cuidado são tomadas, especialmente quando as pessoas idosas envolvidas são de grupos raciais e de gênero diferentes.

O fato de um juiz branco, homem, tomar decisões sobre a vida de uma pessoa idosa, muitas vezes mulher e negra, pode implicar em uma visão parcial que não leva em consideração as especificidades culturais e

sociais desses sujeitos, refletindo, muitas vezes, em decisões que desconsideram a autonomia e a dignidade das pessoas idosas. Este contexto exige uma reflexão crítica sobre a capacidade do sistema judiciário em garantir os direitos das pessoas idosas de maneira equânime, sem que sua raça ou gênero influenciem na qualidade da prestação jurisdicional.

As decisões judiciais não deixam claro qual é a raça tanto de quem exerce a jurisdição (juízes) quanto dos jurisdicionados. Percebe-se, assim, uma tentativa de silenciar dados quantitativos sobre raça no âmbito do Poder Judiciário, o que, a nosso ver — e não por acaso —, dificulta a mitigação dos problemas decorrentes do racismo estrutural e institucional.

Entendemos que uma medida propositiva que poderia contribuir para a superação desse problema seria a criação de protocolos específicos para as ações que envolvem a judicialização do cuidado com a pessoa idosa. Esses protocolos deveriam tornar obrigatória a inclusão do marcador social da raça nas decisões judiciais, permitindo que tanto o Estado-juiz quanto os jurisdicionados fossem visibilizados sob essa perspectiva.

Com dados públicos e acessíveis sobre raça — e não silenciados pelo Poder Judiciário —, seria possível elaborar políticas públicas mais eficazes no enfrentamento do racismo estrutural e institucional que ainda permeia esse poder.

Considerações Finais

O estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, procurou, inicialmente, perquirir conceitos sobre a judicialização do cuidado e sobre a delimitação das pessoas classificadas como idosas no cenário brasileiro. Entendeu-se que não seria possível caminhar, perquirir reflexões e incentivar provocações, caso esses conceitos não fossem bem compreendidos, antes de adentrar, propriamente, nos conceitos estruturais de raça e gênero, inerentes ao Poder Judiciário Brasileiro, principalmente, naqueles casos em que há um protagonista que teve o seu cuidado, direito fundamental, judicializado. Não seria possível desenvolver este estudo sem que esse sujeito, e, não menos importante, a própria judicialização, se apresentasse com nitidez.

Procurou-se, para tanto, esclarecer quais são os direitos fundamentais, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que os protagonistas da judicialização do cuidado devem ter assegurados pelo Poder Judiciário. Com o avanço das reflexões acerca dos direitos fundamentais constitucionais, ficou compreendido que a dignidade da pessoa humana é o eixo garantidor de todos os direitos da pessoa idosa e de qualquer ser humano, e que qualquer decisão judicial que viole ou ameace a dignidade da pessoa humana merece ser repreendida.

Indo além, o estudo se propôs a averiguar, de forma quantitativa, o Perfil Social Demográfico do Poder Judiciário, em especial, dos magistrados em atividade. Os resultados identificaram, especialmente, no que toca aos dados de raça da magistratura brasileira, que 80,3% era branca, sendo apenas 18% negra (16,5% pardas e 1,6% pretas) e 1,6% de origem asiática. Já no que toca à presença feminina, o Poder Judiciário Brasileiro é composto por apenas 38,8% de magistradas mulheres em atividade. Pode-se concluir, portanto, que estamos diante de uma Justiça ou justiça - com a primeira letra maiúscula ou minúscula - masculina e branca. As razões para que o Poder Judiciário Brasileiro se apresentasse, majoritariamente, masculino e branco, foram delimitadas por meio dos conceitos da divisão sexual do trabalho, do racismo estrutural e do pacto narcísico da branquitude.

Nesse contexto, nuances paradoxais se desvelaram: o judiciário é uma instituição hegemônica; o judiciário é homem e é branco; de que forma a instituição, ao judicializar o cuidado de uma pessoa idosa, trata os direitos fundamentais desse sujeito? O esmero, a diligência e a meticulosidade das decisões judiciais seriam as mesmas quando o protagonista da judicialização fosse uma mulher negra, por exemplo? Se a branquitude se salvaguarda e preserva, de forma consciente ou mesmo inconsciente os seus semelhantes de forma narcísica, o Estado-Juiz, homem branco, poderia assegurar aos jurisdicionados, quando mulheres e/ou negras, que os seus direitos fundamentais seriam respeitados?

A reflexão sobre as dinâmicas sociais também revelou que a classe social se encontra intrinsecamente entrelaçada às múltiplas expressões da imparcialidade elástica, de forma particularmente acentuada para a população empobrecida e negra. Nesse contexto, a abordagem interseccional, que articula raça, gênero e classe social, demonstra-se indissociável e interligada ao sistema de opressão que, em conjunto, cria,

perpetua e aprofunda as condições de vulnerabilidade e existência desses grupos subalternizados.

A finalidade deste estudo não foi a de encontrar verdades absolutas; mas, de encontrar verdades. E as verdades, que foram encontradas neste estudo revelam ser capazes de retirar o véu da estrutura judicial, que se consolida masculina e branca e que perpetua a divisão sexual do trabalho, o racismo estrutural e o pacto narcísico da branquitude dos sujeitos que compõem o Poder Judiciário, com reflexos sobre as decisões judiciais que esses sujeitos proferem.

As evidências empíricas mostram que a magistratura brasileira é, predominantemente, masculina e branca e, tendo em vista que a raça e o gênero articulam o Poder Judiciário, seria possível pressupor o pacto narcísico e a divisão sexual do trabalho do sistema de (in) justiças, que é a crítica proposta pelo estudo em questão, questionando se a mão do Poder Judiciário que afaga, quiçá, não estaria eivada de resistências e limitações.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

FERREIRA, Taciana Machado Aquino. *Os direitos humanos diante da judicialização do cuidado da pessoa idosa*. Viçosa, MG: 2024, 27f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_9a49d9f9375ca789af951ef7a8cd56d0. Acesso em: 01 de mai. 2025.

FERREIRA, Taciana Machado Aquino; LORETO, Maria das Dôres Saraiva de. JUDICIALIZAÇÃO DO CUIDADO DA PESSOA IDOSA E IMPLICAÇÕES NAS SUAS REDES SOCIAIS: REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE. *Boletim de Conjuntura (BOCA),* Boa Vista, v. 18, n. 53, p. 01–18, 2024. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/4247. Acesso em: 13 maio 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria A. S. *Pactos narcísicos no racismo*: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo, SP: 2002, 11-12f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Universidade de São Paulo (USP).

BRASIL. *Código Civil Brasileiro de 2002*. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. >Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. *Conselho Nacional de Justiça*. Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário. Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2019/05/cae277dd017bb4d4457755febf5eed9f.pdf>. Acesso em 27 nov. 2022.

BRASIL. *Conselho Nacional de Justiça*. Perfil Sociodemográfico dos Magistrados Brasileiros 2018. Diário da Justiça do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/49b47a6cf9185359256c22766d5076eb.pdf>.Acesso em 27 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estatuto do idoso (2003)*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/estatuto_idoso2edicao.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Brasília: DF, 1994. Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL**.** Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Atualizada pela Lei nº 14.423, de 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

CONJUR. TJ-SP anula interdição de idoso determinada sem perícia judicial. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 15 jul. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-jul-15/tj-sp-anula-interdicao-idoso-determinada-pericia-judicial. Acesso em: 28 abr. 2025.

CUPIS, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Campinas: Romana Jurídica, 2004.

FÁVERO, E. T. (Org.). Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 188, 2020. Disponível em:file:///C:/Users/Usuario/Downloads/LIVRO%202020_familias_na_cena_contemporanea_coletanea%20(1).pdf. Acesso em: 01 de mai. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 03 de mai. 2025.

GROFF, Paulo. Direitos fundamentais nas constituições brasileiras. Brasília, v. 45, n.178, p. 105-129, abril./jun. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ril_v45_n178_p105.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

KEINERT, Tânia; ROSA, Tereza. Direitos Humanos, envelhecimento ativo e saúde da pessoa idosa: marco legal e institucional, São Paulo, v. 47, p.4-8, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/33812-Texto%20do%20artigo-1592-32817-10-20200728.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; HÉLÈNE, Le Doaré. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, p.67, 2009.

LEMOS, Carlos Eugênio Soares. A solidão judicializada e a solidariedade intergeracional. *Revista Vértices*, v. 12, n. 2, p. 29-54, 2010. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20100011/302. Acesso em: 27 abr. 2025.

LEMOS, Carlos Eugênio Soares. *Solidão Judicializada:* a criminalização do abandono de idosos na cidade de Campos dos Goytacazes/ Rio de Janeiro – 2003/2007. Rio de Janeiro, RJ: 2007, 198-199f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MIRANDA, Emílio; RIVA, Léia. O direito dos idosos: Constituição Federal de 1988 e Estatuto do Idoso. *Sciencult*. Mato Grosso do Sul, v. 5, n.2, p.125–138. 2016. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3417>. Acesso em: 26 nov. 2022.

NADER, Paulo. Filosofia do Direito. 14º edição. Rio de janeiro: **Forense**, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. 2015. Disponível em:< https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

PELICIOLI, Claudete. Atos do Governo em Tempos de Pandemia (COVID 19) à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, v. 43, p.69-85. 2021. Disponível em: <https://www.pelicioliadvogados.com.br/atos-do-governo-em-tempos-de-pandemia-covid-19-a-luz-da-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-de-1988>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simões. Traduzido Manifesto do Coletivo Combahee River. *PLURAL: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 197–207, 2019.

RODRIGUES, Patrícia; MAFRA, Simone. O Direito da pessoa idosa à educação formal no Brasil: um caminho para o exercício da cidadania. *Longeviver*. São Paulo, v. 15, p.12-20, 2022. Disponível em: <https://www.revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/viewFile/968/1029>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SANT'ANA, R. N. Saúde, desigualdade e judicialização: vamos ou não vamos dar instrumentos para a insurgência dos excluídos. Santos AO, Lopes LT, organizadores. Coletânea direito à saúde: dilemas do fenômeno da judicialização da saúde. Brasília: CONASS, p. 76-85, 2018. Disponível em: https://www.ceapetce.org.br/uploads/documentos/5e8c8f60cbd576.32070875.pdf#page=77. Acesso em: 01 de mai. 2025.

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VALLINDER, Torbjörn. The judicialization of politics*:* a world-wide phenomenon. *Sage Journals*. Estados Unidos, v. 15, p.91-99, 1994. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/019251219401500201>. Acesso em: 24 nov. 2022.

VIARO, Felipe. Judicialização, Ativismo Judicial e Interpretação Constitucional. *Obras Jurídicas*. São Paulo, v. 9, n., p.231-253, 2015. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/download/EPM/Publicacoes/ObrasJuridicas/ic9.pdf?d=63667694064686945>. Acesso em: 24 nov. 2022.

VIDIGAL, Viviane; ALBUQUERQUE, Fabiane. Quem julga aqueles que julgam: O Pacto Narcísico do Judiciário Brasileiro e a manutenção dos privilégios da branquitude. *Direito.UnB*. Brasília, v. 5, n., p.183–210.

2021. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/36131>. Acesso em: 27 nov. 2022.

WACHELESKI, M. P. *A judicialização das relações sociais e políticas:* uma análise a partir do pensamento de Hannah Arendt. Santa Catarina, SC: 2007, 119-120. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Jurídica. Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

The judicialization of the care of the elderly in Brazil and their interfaces with the categories of race and gender

ABSTRACT:

In Brazil, in recent decades, the theme of judicialization has become frequent, especially the judicialization of the care of elderly people. This article aimed to analyze, through integrative research, whether the profile of the judiciary can influence jurisdictional decisions in guaranteeing the fundamental rights of elderly individuals whose care is judicialized. Bibliographic and documentary research from public domain sources was conducted, along with data collection from the National Justice Council. Searches were performed on Google Scholar, Scielo, Scopus, Web of Science, and Index Law Journals, using descriptors in the combination of the words 'judicialization of care,' 'elderly,' 'race,' and 'gender.'The materials used are registered from 1994 to 2024, as the theme of judicialization began to shape the political scene, especially from 1988, with the promulgation of the Federal Constitution. It was identified that the profile of the Brazilian judiciary, predominantly male and white, is shaped by the sexual division of labor, where structural racism and the narcissistic pact of whiteness may underlie the legitimization of decisions. Thus, within the limits of this study, it is questioned whether the hand of the Judiciary that caresses may, perhaps, be fraught with resistances and limitations in the guarantee of fundamental rights.

KEYWORDS: Elderly. Careful. Judicialization. Race. Gender.

Taciana MACHADO AQUINO FERREIRA

Advogada consultiva, preventiva e contenciosa, com foco de atuação nas áreas de Direito do Trabalho, Previdenciário e Terceiro Setor - Organização da Sociedade Civil (OSC). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV/MG. Linha de pesquisa: judicialização, políticas públicas, desenvolvimento humano e social.

Virgínia ALVES CARRARA

Professora da Universidade Federal de Ouro Preto/MG e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Viçosa/MG, Pós-doutorado em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga - Coimbra/Portugal. Membra das Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP. Pesquisas: Fundamentos do Serviço Social, Internacionalização da Educação Superior, Gênero.

Maria das Dores SARAIVA DE LORETO

Professora da Universidade Federal de Viçosa/MG, Pós-doutorado em Família e Meio Ambiente pela University of Guelph-Canadá. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Estudos e Avaliação de Políticas Públicas, Família, Espaço e Sociedade; Redes Sociais; Trabalho, Questão Social e Política Social; Relações de Gênero, Mulher, Crianças/Adolescentes e Idosos.

Recebido em: 28/03/2023

Aprovado em: 06/04/2025

ISSN 2525-6904

SEÇÃO TEMÁTICA

Interfaces entre Violência de Gênero Contra Mulheres e a Saúde Mental: Uma Revisão Integrativa da Literatura

Meyrielle Belotti, *Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*

Sabrina Helena Ferigato, *Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

Resumo. Trata-se de uma revisão integrativa que objetivou analisar as interfaces existentes entre o fenômeno da violência de gênero contra mulheres e o campo da saúde mental. Utilizou-se as bases de dados LILACS e SCIELO. A busca ocorreu nos meses de abril a maio de 2024, com a utilização dos seguintes descritores: “saúde mental”, “violência de gênero”, “violência doméstica” e “violência contra a mulher”. Após aplicação de critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 17 artigos. Os resultados foram organizados em duas categorias temáticas: 1) Violência de gênero contra mulheres e suas implicações na saúde mental; 2) Cuidado em saúde mental da mulher em situação de violência de gênero. Verificou-se que violência de gênero contra as mulheres pode ocasionar sofrimento psíquico de diferentes ordens. Os resultados também revelam a “invisibilidade” do fenômeno nos serviços de saúde, com o desenvolvimento de ações de cuidado voltadas para as consequências do ato. Pontua-se a necessidade da efetivação da rede de atenção e proteção, com o desenvolvimento de estratégias intersetoriais assertivas de enfrentamento, prevenção, promoção à saúde e cuidado integral. Destaca-se a necessidade da qualificação dos profissionais de saúde, por meio das práticas de prevenção e educação permanente.

Palavras-Chave: Violência de Gênero; Saúde Mental; Saúde da Mulher; Políticas Públicas; Gênero.

Introdução

O conceito 'violência de gênero' engloba diferentes formas de desigualdade de gênero e poder, podendo ser manifestada por pessoas de gêneros opostos ou de mesmo gênero. A introdução do termo 'gênero' torna-se imprescindível para melhor compreensão das desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres na sociedade e da violência contra a mulher. Assim, a violência contra a mulher é caracterizada como uma questão de gênero, uma vez que ocorre baseada na sobreposição masculina sobre a mulher, expressa por meio do patriarcado (Bandeira, 2014).

Sendo uma das principais formas de violência de gênero, a violência contra a mulher pode ser compreendida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, patrimonial ou psicológico à mulher, coação ou a privação arbitrária de liberdade, tanto na esfera pública como na esfera privada (Krug *et al*, 2002). É considerada a manifestação de desigualdade de gênero mais perversa e, por isso, configura-se como uma temática de suma relevância para a políticas públicas sociais em decorrência de sua alta magnitude em todo o mundo (Balestero; Gomes, 2015).

Apesar da violência de gênero contra as mulheres ser um fenômeno universal, que ocorre de forma generalizada, é importante ressaltar que essa "universalidade" se manifesta de maneiras diferentes a depender da classe social, da cultura, da raça/etnia, dentre outros fatores/contexto a qual a mulher está inserida, tendo consequências mais graves sobre grupos socialmente vulneráveis, principalmente sobre mulheres negras e pobres (Agostini, 2015).

É importante destacar que a violência de gênero contra mulheres foi e permanece sendo pauta de movimentos feministas, os quais foram se configurando como movimentos libertários, não só buscando um lugar para as mulheres "no trabalho, na vida pública, na educação – mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo" (Pinto, 2010, p. 16). No Brasil, o movimento feminista se consolidou no final dos anos 1970, concomitantemente, com a redemocratização do país e o fortalecimento dos movimentos sociais. Diante desta mobilização social e política, o país passou a ser signatário

de diversos acordos, tratados nacionais e internacionais, assumindo o compromisso de erradicar a discriminação, os estereótipos de gênero e a violência baseada em gênero (Narvaz, 2009).

Atualmente, a Política Nacional para as Mulheres orienta-se pelos princípios propostos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Vigente desde 2013, o referido plano contribui para o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres, aprovada a partir de 2004 e referendada em 2007 e em 2011.Sua aprovação possibilitou melhorias de políticas anteriores com a inclusão de ações voltadas para a promoção da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; educação para igualdade e cidadania; saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; cultura, esporte, comunicação e mídia; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, dentre outras (Brasil, 2013). Importa destacar que, no âmbito das políticas públicas direcionadas às mulheres, desde 2004, nota-se que já existe um reconhecimento das interfaces da saúde da mulher e as suas condições de vulnerabilidade às diferentes formas de violência gênero a que são submetidas em sua vida cotidiana (Brasil, 2004).

Paralelamente aos avanços dos direitos das mulheres e também mobilizados ao pelo processo de redemocratização do país, surgia, em 1978, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, posteriormente, denominado por Movimento pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, que realizava uma crítica ao modelo psiquiátrico clássico e lutava pela implantação de uma rede de cuidado de base territorial, orientada pelos princípios da atenção psicossocial (Figueiredo, 2019). A reforma trouxe avanços significativos para o campo da saúde mental, como a promulgação a Lei 10.216/2001, conhecida como "Lei da Reforma Psiquiátrica", que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental (Brasil, 2001).

Contudo, Medeiros e Zanello (2018), ressaltam a necessidade de ampliar a discussão sobre alguns pontos no campo da saúde mental, dentre eles, a invisibilidade do gênero. Tal realidade, impossibilita a criação de políticas públicas que levam em consideração as

especificidades de ser homem ou mulher em nossa sociedade, bem como retifica e biologiza o sofrimento psíquico, separando-o de questões sociais. As referidas autoras também destacam que, o não reconhecimento das questões de gênero produz efeitos na rede de atenção e proteção das mulheres em situação de violência, dificultando a realização de um cuidado integral e resolutivo em torno do sofrimento psíquico.

Soma-se a esse cenário o fato de o Brasil ainda ser um país extremamente machista (IPEA, 2014), com alta incidência de casos de violência de gênero contra mulheres (Instituto Avon, 2014). De acordo com o estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019, 27,4% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido algum tipo de violência, sendo que apenas 22,3% dessas mulheres procuraram algum órgão oficial. Em muitos dos casos, as vítimas passam por diferentes tipos de violência até um desfecho fatal (Cerqueira *et al.*, 2018), tais como a violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, conforme especifica a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Segundo Schraiber *et al.* (2002), a violência de gênero contra mulher produz diversas repercussões na vida e saúde das mesmas, com sérios impactos sociais, econômicos, epidemiológicos e organizativos da rede de atenção à saúde, sendo um importante desafio para a saúde coletiva. No contexto dos serviços de saúde, esse tipo de violência tem sido associado a queixas vaga, cefaleia, distúrbios gastrointestinais, traumas corporais, dores crônicas, infecções sexualmente transmissíveis, disfunções sexuais e reprodutivas, gravidez indesejada, assim como comprometimentos da saúde mental (Oliveira; Ferigato, 2019).

Diante da compreensão de que violência de gênero produz efeitos no processo saúde-doença das mulheres, pondera-se que o setor saúde é um lócus privilegiado para o desenvolvimento de medidas preventivas, de enfrentamento e de cuidado às vítimas, de forma a reduzir os impactos negativos na qualidade de vida e na saúde mental das mulheres em situação de violência de gênero. A partir de tais considerações, objetivou-se analisar as interfaces existentes entre o fenômeno da violência de gênero contra mulheres e o campo da saúde mental a partir das produções científicas brasileiras existentes sobre a temática.

Neste estudo, compreende-se a mulher como um sujeito histórico e social, submetido a relações de poder desiguais e construído culturalmente. A categoria 'mulher' é, portanto, plural e interseccional,

abrangendo diversas experiências de gênero, incluindo as mulheres trans (Scott, 2004). Ao adotar essa perspectiva, buscou-se analisar como a produção científica sobre violência de gênero tem dado visibilidade às diferentes realidades das mulheres, especialmente aquelas que se encontram em posições mais vulnerabilizadas.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com abordagem qualitativa. Esse método de pesquisa objetiva traçar uma síntese e uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema, permitindo a geração de novos conhecimentos além de apontar lacunas que podem ser preenchidas em novos estudos (Botelho; Cunha e Macedo, 2011).

Para a elaboração da revisão integrativa, optou-se pelo modelo de Botelho, Cunha e Macedo (2011), baseado em seis fases que são: 1ª Fase: Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, 2ª Fase: estabilização dos critérios de inclusão e exclusão, 3ª Fase: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, 4ª Fase: categorização dos estudos selecionados, 5ª Fase: análise e interpretação dos resultados, 6ª Fase: apresentação da revisão/ síntese do conhecimento.

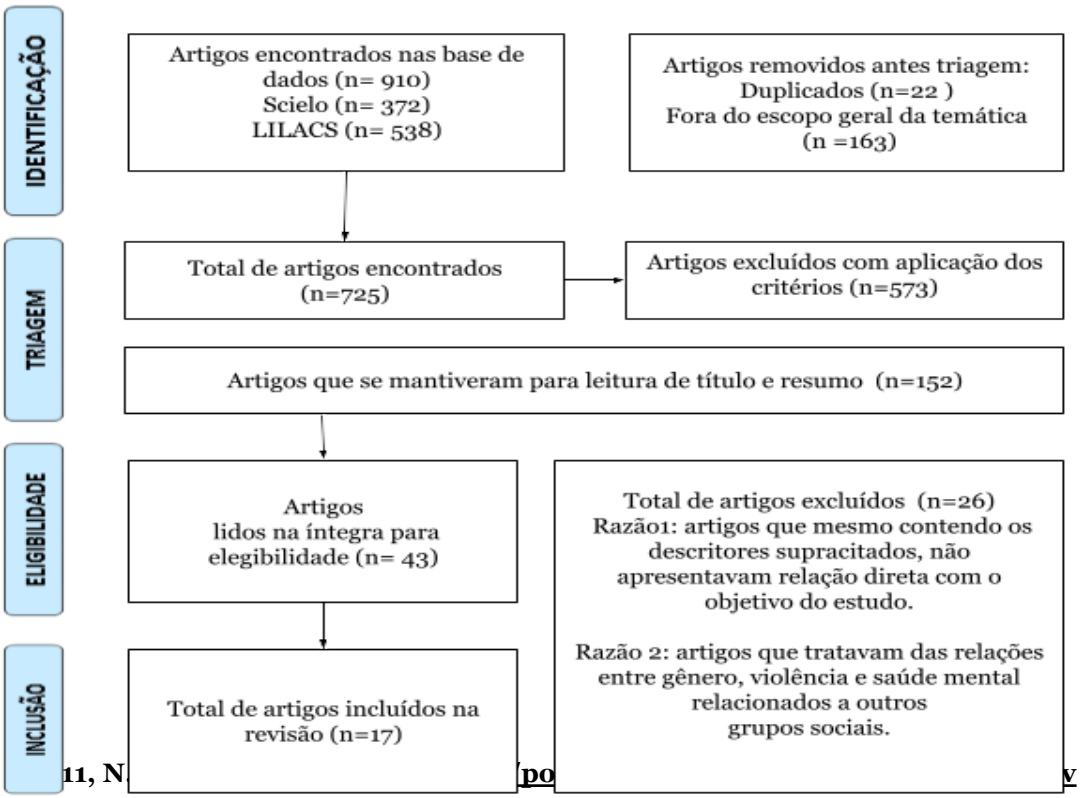
A primeira etapa do estudo trata-se de identificar e esclarecer o conteúdo a ser pesquisado. Para tanto foi elaborada a seguinte questão norteadora: Quais as interfaces entre a violência de gênero contra mulheres e o campo da saúde mental? Na fase segunda etapa, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos originais, escritos em língua portuguesa, com disponibilidade on-line do texto completo, publicados nos últimos cinco anos (2019 a 2024) e que abordavam a temática da violência gênero e suas interfaces no campo da saúde mental. Já os critérios de exclusão foram textos em formato de dissertação, ensaios, monografias, carta, cartilha, revisão bibliográfica, estudo de caso; artigos escritos em língua estrangeira; duplicados; que não possuíam texto completo disponível e trabalhos que mesmo contendo os descritores supracitados não se mostraram relevantes para a proposta, por não abarcar o foco na temática.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas as bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online), uma vez que estas contemplam uma significativa quantidade de periódicos brasileiros, com acesso gratuito. As buscas foram realizadas nas bases de dados nos meses de abril a maio de 2024, com a utilização dos descritores sugeridos pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), combinados com operadores booleanos AND e OR: “saúde mental”, “violência de gênero”, “violência doméstica” e “violência contra a mulher”.

Quanto à análise de dados, destaca-se que foi viável contemplar categorias no momento de extração de dados dos artigos selecionados, auxiliando na visualização mais geral dos mesmos, possibilitando organização, comparação e avaliação. A síntese e interpretação dos dados incluíram delineamentos qualitativos, com categorização lógica, explorando similaridades e diferenças, como relatam Koller, Couto e Hohendorff (2014). Logo, a organização dessa análise envolveu categorias temáticas.

O processo de mapeamento dos dados é apresentado no fluxograma (Figura 1) elaborado com base no modelo do Prisma Flow Diagram.

Figura 1: Fluxograma de busca. Fonte: MOHER et al. (2009).



Fonte: elaboração própria

Resultados e discussão

A aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou na classificação de 17 (dezessete) artigos. A tabela 1 explicita tais artigos por autoria/ano de publicação, título, periódico e base de dados.

Quadro 1 - Distribuição dos artigos selecionados contemplando autoria/ano, título, ano de publicação, periódico e base de dados.

Autoria/Ano	Título	Periódico	Base de dados
Parentes *et al.* (2019)	Fatores relacionados ao comportamento suicidário em mulheres	Rev Enferm UFPI.	Lilacs
Santos; Irineu (2019)	Violência contra mulheres e promoção de saúde mental na comunidade	Rev. NUFEN	Scielo
Frazão *et al.* (2019)	Violência em mulheres com diagnóstico de depressão	REME – Rev Min Enferm.	Lilacs
Furtado *et al.* (2019)	Transtornos mentais comuns em mulheres de cidades rurais: prevalência e variáveis correlatas	Saúde e Pesqui.	Lilacs
Brito; Eulálio e Silva Júnior (2020)	A Presença de Transtorno Mental Comum em Mulheres em Situação de Violência Doméstica	Contextos Clínicos	Scielo

Campos; Magalhães e Angulo-Tuesta (2020)	Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial	Rev. Nufen: Phenom. Interd.	Scielo
Silva Júnior *et al.* (2021)	Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo.	Rev enferm UERJ,	Lilacs
Teixeira; Paiva (2021)	Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial	Physis: Revista de Saúde Coletiva,	Scielo
Gomes *et al.* (2021)	Violência doméstica e sofrimento ético-político: redes de cuidados informais de usuárias do centro de atenção psicossocial e do centro de referência em assistência social no contexto brasileiro	Psicol. Latinoam	Lilacs
Assis *et al.* (2021)	Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica.	Psicologia Argumento	Lilacs
Santos e Dias (2022)	Os efeitos do racismo na saúde mental das militantes negras do MMNDS.	Psicologia: Ciência e Profissão	Lilacs
Pinheiro *et al.* (2022)	"Eu me sentia um nada": história oral de mulheres em sofrimento psíquico na Atenção Básica sob uma perspectiva de gênero e a repercussão de práticas integrativas e complementares	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Scielo
Brito; Silva Júnior e Eulálio (2022)	Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica	Rev. Bras. Psicoter.	Lilacs

Cunha *et al* (2022)	Violência e qualidade de vida de mulheres isoladas socialmente por COVID-19: estudo transversal	Online Braz J Nurs.	Lilacs
Lira e Castro, (2022)	Percepções de profissionais da saúde sobre violência contra as mulheres	Revista Psicologia e Saúde	Scielo
Dantas *et al.* (2023)	Suicídio de mulheres no Brasil: necessária discussão sob a perspectiva de gênero	Ciência & Saúde Coletiva,	Scielo
Borgert *et al.* (2023)	"A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil	Physis: Revista de Saúde Coletiva	Lilacs

Fonte: Elaboração própria

A análise da produção científica evidenciou uma heterogeneidade na composição das autorias, com um número de autores por artigo variando entre dois e cinco. A presença de autores como Brito, Eulálio e Silva Júnior em múltiplos trabalhos sinaliza a existência de redes de colaboração científica consolidadas na área. Os periódicos que publicaram os artigos demonstram um alinhamento com as temáticas abordadas, concentrando-se nas áreas da saúde e das humanidades. Quanto à formação dos autores, a predominância é de profissionais da saúde, especialmente da categoria de psicólogos e de enfermagem.

A análise de gênero revelou um notável protagonismo feminino nas publicações, com 12 artigos assinados exclusivamente por mulheres e a primeira autoria em 16 dos 17 estudos. Esses dados indicam uma crescente participação das mulheres nas pesquisas sobre a temática da violência de gênero, demonstrando uma realidade diferenciada em relação às tradicionais desigualdades de gênero na produção científica. Acredita-se que a crescente participação feminina nas pesquisas sobre violência de gênero reflete, em grande medida, a experiência direta das mulheres com essa problemática. Assim, a vivência da violência ou a proximidade com vítimas podem despertar um forte interesse em investigar as causas, consequências e formas de enfrentamento desse fenômeno.

De modo geral, a maioria dos artigos encontrados no estudo (n. 16) destacam a violência de gênero contra a mulher sem refletir sobre a interseccionalidade existente em torno da temática. Somente um artigo problematiza a relação entre gênero e raça e seus efeitos na saúde mental das mulheres negras. O mesmo acontece ao falarmos das mulheres trans, ou seja, do total de 17 artigos, 16 problematizaram a violência de gênero em mulheres cisgênero e heterossexual. Ressalta-se ainda que o artigo que abordava a violência de gênero em mulheres trans, tinha como temática central a violência em pessoas trans, assim, a discussão em torno da mulher trans aparecia de forma pontual, o que indica a necessidade de ampliarmos a perspectiva sobre mulheridades e suas pluralidades no âmbito da produção do conhecimento científico. A partir dos descritores utilizados, também não foram encontrados estudos que investiguem especificamente a saúde mental e a violência de gênero para grupos específicos de mulheres indígenas ou com deficiência, grupos populacionais sabidamente mais vulnerabilizados em termos de violência de gênero.

A análise dos dados possibilitou a criação de duas categorias, geradas a partir dos temas que emergiram tendo como base a pergunta norteadora do estudo: 1) Violência de gênero contra mulheres e suas implicações na saúde mental; 2) Cuidado em saúde mental da mulher em situação de violência de gênero.

Violências de gênero contra mulheres e suas implicações na saúde mental

Esta categoria abrange os artigos que se ocupam do fenômeno da violência de gênero contra a mulher, independentemente da tipificação da violência, a fim de compreender de quais maneiras a sua saúde mental pode ser afetada por sua ocorrência. Os resultados apontam que a exposição a situações de violência de gênero contra as mulheres, tem sido fortemente associada à produção de diferentes tipos de sofrimentos psíquicos. Verificou-se que mulheres vítimas desse tipo de violência têm mais chance de desenvolver quadros de depressão, ansiedade, síndrome do pânico, distúrbios alimentares, transtornos psicossomáticos, transtorno de estresse pós-traumático, distúrbios do sono e uso abusivo de álcool e outras drogas (Cunha *et al.*, 2022; Brito; Eulálio; Silva Júnior,

2020; Teixeira; Paiva, 2021; Silva Júnior *et al.,* 2021; Furtado *et al.*, 2019; Frazão *et al.*, 2019).

Ao longo dos anos, a literatura apresentou (Dobash; Dobash, 1992; Taft, 2023) diferentes teorias sobre o impacto da violência de gênero contra as mulheres na sua saúde mental. Primeiramente, defendia-se a ideia de que as mulheres eram mais propensas ao desenvolvimento de agravos de saúde mental, devido a sua condição biológica e sua função reprodutiva. Posteriormente, as explicações passaram de uma natureza biológica propensa para uma natureza comportamental, relacionada principalmente à uma concepção de tipologias de personalidades femininas inadequadas. Com a ascensão do movimento feminista, as teorias evoluíram para uma maior consciência crítica da dinâmica dos relacionamentos íntimos e familiares, atravessados pela cultura e, passaram a valorizar o papel desempenhado pelo patriarcado no processo de adoecimento psíquico das mulheres (Barbosa; Dimenstein e Leite, 2014). Estudos recentes argumentam que a violência contra mulheres deve ser compreendida de forma mais abrangente, incluindo aspectos sociodemográficos e pertinentes a modos de vida e outras interseccionalidades, tais como gênero, raça/etnia, renda e escolaridade (Medeiros; Zanello, 2018).

Martín-Baró (2017) corrobora com a necessidade de compreender o fenômeno da violência de gênero com base no paradigma da determinação social da saúde e, acrescenta a análise crítica no campo da saúde mental do adoecimento da mulher como um produto da sociedade (capitalista, sexista, racista e machista). Nessa proposta, a saúde mental passa a ser compreendida como "a materialização, na pessoa ou no grupo, do caráter alienante ou humanizador de uma estrutura de relações históricas". No caso específico das mulheres, sobretudo das mulheres pobres e negras, elas se inserem em um contexto social de exploração, dominação e opressão que tendem a limitar ou despotencializar suas experiências no mundo, o que, consequentemente, irá refletir no processo de construção cotidiana de seu processo saúde-doença (Martín-Baró, 2017, p. 251).

É importante destacar uma particularidade presente nos resultados, relacionada à correlação entre a incidência de depressão puerperal e pós-parto e a violência obstétrica (Assis *et al.*, 2021). A violência obstétrica, infelizmente, continua sendo perpetuada nos serviços de saúde voltados ao cuidado e acolhimento de gestantes, manifestando-se de diversas formas, como toques vaginais frequentes e

dolorosos, ausência de anestesia, contenções físicas, realização de intervenções sem consentimento, falta de privacidade em salas de parto compartilhadas, discriminação e humilhação, entre outras práticas antiéticas. Independentemente da conduta específica que configure a violência obstétrica, é fato que as gestantes se encontram em uma situação de vulnerabilidade durante o parto. A violência sofrida nesse contexto pode gerar traumas, contribuindo, em última instância, para o desenvolvimento da depressão puerperal (Cardozo *et al.*, 2022).

Os dados da literatura também denunciam os efeitos da violência de gênero contra mulheres em sua condição emocional, tais como: fadiga, irritabilidade, choro frequente e exaustão (Furtado *et al.*, 2019; Cunha *et al.*, 2022; Santos e Irineu, 2019). Medo, vergonha, tristeza, raiva, isolamento social e culpa também foram encontrados de forma recorrentes nos artigos, junto a sentimentos de humilhação, impotência, insegurança, solidão, rejeição, angústia, revolta, insatisfação com a imagem, redução da autoestima perda de identidade, redução da qualidade de vida, hipervigilância e afastamento do trabalho (Santos e Dias, 2022; Brito; Silva Júnior e Eulálio, 2022; Cunha *et al.*, 2022). Segundo Barbosa et al. 2014, esses estados emocionais/sintomas quando não acolhidos e analisados e devidamente podem contribuir para o surgimento de diferentes manifestações, sejam elas pontuais, isoladas, na forma de algum sintoma específico, ou por meio de estados de adoecimento psíquico mais duradouros.

Alguns estudos demonstraram a violência de gênero contra mulheres como forte preditor para o surgimento do comportamento suicida (Teixeira; Paiva, 2021; Dantas *et al.*, 2023). No estudo realizado por Brito, Silva Júnior e Eulálio (2022) o risco de suicídio foi mencionado por 42% das participantes do estudo (ideação suicida e tentativa de suicídio). As razões mencionadas pelas mulheres para pensar em suicídio e, até mesmo, tentar cometê-lo foram provenientes do sofrimento que vivenciavam em função da violência a que eram submetidas, por se sentirem sozinhas, por não possuírem rede de apoio, por terem dificuldades de se manter financeiramente e pela sensação de impunidade para o agressor. Dois estudos mencionam a associação do comportamento suicida com a presença, principalmente, de violência sexual (Parentes *et al.*, 2019; Dantas *et al.*, 2023).

Na contramão do que aponta um determinado tipo de literatura, que considera as mulheres ineptas a executarem um plano suicida,

Minayo, Meneghel e Cavalcante (2012), destacam que as mulheres testam diferentes métodos e, até clinicamente debilitadas, conseguem ser exitosas em antecipar seu fim. Além disso, as autoras ressaltam o fato de muitas mulheres internalizarem a violência e não conseguirem expô-la, muitas das vezes, em função do sentimento de culpa e medo, fragilizando, assim, suas relações interpessoais e sociais, realimentando traumas, capaz de levá-las ao comportamento suicida e de fato consumá-lo.

Cuidado em saúde mental da mulher em situação de violência de gênero

Essa categoria apresenta os dados relacionados ao acolhimento e ao cuidado em saúde mental das mulheres vítimas de violência de gênero nos serviços de saúde. Os artigos indicam uma maior procura por serviços de saúde mental entre mulheres que vivenciam violência de gênero (Teixeira e Paiva, 2021). Contudo, essa realidade apresenta-se de forma diferenciada no caso das mulheres trans, que em função do acúmulo de experiências prévias constrangedoras vivenciadas nos serviços de saúde, evitam buscar ajuda nesses espaços (Borgert *et al.*, 2023). Assim, apesar dos avanços em torno da construção de um sistema de saúde mais inclusivo para a população LGBTQAIPN+, fruto do tensionamento sustentado por movimentos sociais frente ao poder público, a dificuldade de acesso e a permanência nos serviços ofertados, revelam a realidade de discriminação e preconceito experienciada pelas mulheres trans e mulheres lésbicas, na relação com os profissionais de saúde que operam esse sistema (Rocon *et al.*, 2016).

Embora as mulheres cisgênero e heterossexual, em situação de violência de gênero, busquem mais os serviços de saúde, alguns artigos ressaltam situações de negligência frente a essa situação, ocasionando uma invisibilidade e o silenciamento do fenômeno (Gomes *et al.*, 2021; Borgert *et al.*, 2023). Verificou-se que existe um distanciamento por parte dos profissionais de saúde das questões sociais em torno da violência de gênero contra mulheres, com o desenvolvimento de ações de cuidado voltado, principalmente, para as consequências do fenômeno (Teixeira e Paiva, 2021).

Da mesma forma, nota-se que um dos caminhos que coloca profissionais de saúde em contato com a violência de gênero contra mulheres em sua prática profissional, não são majoritariamente

demandas específicas voltadas para essa temática. “O encontro com as vítimas se dá principalmente a partir dos possíveis resultados ou efeitos da violência (como o sofrimento psíquico, uso de substâncias psicoativas, sequelas relacionadas às agressões físicas, morais, psicológicas...)” (Oliveira e Ferigato, p.517, 2019).

Os resultados também demonstram que a violência física, por deixar marcas pelo corpo, é o tipo de violência mais identificada pelos profissionais de saúde, seguida da violência sexual. Ainda há uma dificuldade em reconhecer e legitimar os outros tipos de violência preconizados pela Lei Maria da Penha, como a psicológica e a moral (Teixeira e Paiva, 2021; Lira e Castro, 2022). Além disso, os dados também apontam que as queixas relacionadas às demandas de saúde mental, dificilmente são relacionadas com as situações de violência, havendo uma tendência do uso do campo da saúde mental para camuflar a complexidade das questões sociais, patologizando a experiência (Lira e Castro, 2022).

Além disso, os dados também apontam que as queixas relacionadas às demandas de saúde mental, dificilmente são relacionadas com as situações de violência, havendo uma tendência a medicalizar experiências complexas, obscurecendo as raízes sociais do problema

Silva, Padoin e Vianna (2015) ressaltam que as justificativas para a invisibilidade da violência de gênero contra a mulher pelos profissionais de saúde perpassam diferentes contextos explicativos. Dentre esses, os autores pontuam: 1) o cuidado pautado no modelo biológico e medicalizante, limitando a prática assistencial em um fazer técnico e pontual, sem abordagem sociocultural da queixa apresentada pela mulher; 2) ausência da compreensão de que a violência de gênero contra a mulher é uma demanda que compete também ao setor saúde, atribuindo, em sua maioria, o problema somente ao âmbito da justiça; 3) o sentimento de impotência frente à situação, que contribui para que os profissionais continuem acreditando que a identificação de uma violência não fará diferença no enfrentamento e na proteção da vida de uma mulher; 4) demandas existentes do trabalho em saúde, previamente recortadas pelos profissionais, impossibilitando a escuta de problemas considerados fora da sua rotina de trabalho.

Acrescido a esses contextos explicativos, que favorecem a invisibilidade e a negligência frente às situações de violência contra a mulher, os dados apontam também para a falta de recursos humanos e

de infraestrutura, as deficiências na articulação da rede, ausência de apoio e investimento do poder público no aperfeiçoamento dos/as profissionais sobre a temática (Lira e Castro, 2022).

Especificamente, sobre desarticulação na rede de atenção e proteção social para vítimas de violência, ressalta-se que sua composição contempla serviços das áreas de saúde, justiça, segurança pública e assistência social (Brasil, 2011). Assim, para que o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres se efetive, torna-se fundamental a atuação de forma integrada e articulada dos serviços/instituições que compõem a rede. É de suma importância que os serviços atuem de forma intersetorial e que definam fluxos de atendimento compatíveis com a realidade do território. Corrobora-se com Barufaldi *et al.* (2017) ao ressaltarem que a prática da intersetorialidade é um desafio, pois requer uma ruptura com o modelo 'tradicional' de gestão pública que tende a departamentalização das ações e das políticas pública, porém a mesma se apresenta como um recurso necessário para integralidade das ações em torno da violência de gênero contra as mulheres.

Em relação às práticas desenvolvidas nos serviços de saúde, identificou-se que as principais competências dos profissionais foram relacionadas ao apoio à denúncia; as orientações quanto a possíveis estratégias para lidar com o problema; os encaminhamentos a outros setores, inclusive os serviços da rede de assistência social e jurídica, e; os encaminhamentos para acompanhamento psicológico individual (Pinheiro *et al.*, 2022; Lira e Castro, 2022; Teixeira e Paiva, 2021). Também foi possível verificar que as ações de cuidado são desenvolvidas somente nas situações em que a violência de gênero contra mulheres aparece de forma explícita, não fazendo parte do cotidiano institucional dos serviços de saúde (Teixeira e Paiva, 2021).

Segundo Barbosa *et al.* 2014, a impossibilidade de acolhimento assertivo na rede de serviço ratifica uma nova experiência de violação no exercício dos direitos das mulheres. Os autores ponderam a necessidade de se instituir protocolos que contemplem a temática da violência de gênero contra as mulheres. Ou seja, instrumentos capazes de abordar a dimensão subjetiva da vida feminina, levando-se em consideração as interfaces entre viver situações violentas e a saúde mental das mulheres.

A medicalização do sofrimento psíquico das mulheres em situação de violência de gênero também foi identificada nos resultados como uma prática de cuidado que vem sendo cada vez mais recorrente. Verificou-se

que os antidepressivos (cloridrato de amitriptilina, bromidrato de citalopram, cloridrato de fluoxetina, cloridrato de sertralina e cloridrato de paroxetina) são os mais usados por essas mulheres vítimas, seguido dos ansiolíticos (benzodiapepínico) (Brito; Silva Júnior e Eulálio, 2022).

Conforme Perrusi (2015), quando se compreende o sofrimento como sinônimo de dor, a tendência é a busca da cura dos sintomas. Essa perspectiva, com ênfase no processo biológico, produz uma impossibilidade de identificação do sofrer a partir da existência de causas relacionadas a outras dimensões. Em casos de depressão, por exemplo, entende-se que o estado depressivo, por ser proveniente de uma condição biomolecular ou comportamental, deve ser tratado a partir da administração de psicotrópicos e não da busca da compreensão do contexto de vida da pessoa e seus atravessamentos.

Nesse contexto, a prescrição medicamentosa adquire a ideia de solução para a situação apresentada, passando a assumir o status de mercadoria, com uma dupla função de atender aos interesses tanto do capital como da hegemonia da prática médica (Carvalho e Dimenstein, 2003). Importa ressaltar que a ideia não é renegar o uso de psicofármacos, tendo em vista os efeitos benéficos na redução dos sintomas e na estabilização dos agravos relacionados às demandas de saúde mental. Contudo, cabe refletir sobre como o sofrimento psíquico das mulheres em situação de violência de gênero vem sendo escutado e acolhido nos serviços de saúde. A ideia é problematizar sobre a necessidade da oferta de ações coerentes com as demandas dessas mulheres, só assim será possível ir na contramão da banalização/naturalização dos sofrimentos, o que é característico da racionalização neoliberal (Guarido, 2007).

Por fim, os resultados apontam para a subnotificação dos casos de violência contra a mulher, apesar de comparecer a compreensão dos profissionais de saúde sobre a obrigatoriedade da notificação dos casos de violência. De acordo com os dados, essa realidade ocorre em função de diferentes fatores, tai como: desconhecimento dos profissionais em relação à ficha de notificação compulsória; ausência da ficha nos serviços de saúde; receio dos profissionais em realizar perguntas acerca da violência; sentimento de impotência diante das situações e compreensão da notificação como uma denúncia (Teixeira e Paiva, 2021; Lira e Paiva, 2022).

A notificação da violência de gênero contra a mulher é apenas o primeiro passo para a visibilidade e a criação de políticas de enfrentamento. O conhecimento do perfil das notificações e da mortalidade por violência de gênero contra a mulher é fundamental para a criação de estratégias de enfrentamento deste fenômeno. Para tanto, faz-se necessário qualificar cada vez mais as informações para conhecer a amplitude e as características do problema, a fim de propor ações intersetoriais de promoção à saúde, prevenção e cuidado das mulheres em situação de violência (Marinho Neto; Girianelli, 2020).

Considerações Finais

O estudo objetivou analisar as interfaces existentes entre o fenômeno da violência de gênero contra mulheres e o campo da saúde mental a partir das produções científicas brasileiras. Os resultados revelam que a violência de gênero contra as mulheres pode ocasionar sofrimento psíquico de diferentes ordens, sendo forte preditor para o surgimento do comportamento suicida. A análise dos dados também revelou um paradoxo, uma vez que as mulheres cisgênero e heterossexuais em situação de violência buscam mais os serviços de saúde mental, porém observa-se uma "invisibilidade" do fenômeno, tendo em vista os diversos atravessamentos que perpassam a realização do cuidado das mulheres em situação de violência.

Contrapondo o modelo hegemônico, centrado na queixa-conduta, destaca-se que mesmo na presença do sofrimento psíquico, é preciso ampliar o olhar em torno das mulheres para além das sintomatologias circunscritas à psicopatologia. As relações sociais instituídas ainda são fortemente permeadas por questões que oprimem, silenciam e violentam as mulheres cotidianamente, e, por conseguinte, geram sofrimento psíquico. É preciso pensar na construção efetiva de uma rede de atenção e proteção, capaz de produzir estratégias intersetoriais assertivas de enfrentamento, prevenção, promoção à saúde e cuidado integral da mulher em situação de violência.

Destaca-se também a necessidade da qualificação dos profissionais de saúde para acolher de forma sensível e eficaz, as mulheres que buscam os serviços de saúde com demandas relacionadas à violência de gênero em todos os níveis de atenção e nas diferentes redes temáticas do sistema de saúde. Para tanto, compreende-se que a educação

permanente se revela como um recurso indispensável nesse processo, possibilitando o conhecimento da legislação específica, a conscientização sobre a importância da notificação, o fomento do cuidado interdisciplinar e humanizado, bem como a interpretação da violência como um problema de saúde coletiva, com interfaces com o campo da saúde mental.

Pondera-se também a necessidade de estudos que abordam a perspectiva da interseccionalidade como elemento fundamental para compreensão do fenômeno da violência de gênero contra mulheres, a fim de evitar a homogeneização das questões referentes às mulheres, principalmente as mulheres negras, indígenas, com deficiência, pobres e trans, tendo em vista que essas categorias analíticas foram pouco ou nada exploradas nos artigos analisados.

Espera-se que as reflexões produzidas no estudo possam incitar um pensar crítico reflexivo e um agir urgente dos diferentes atores sociais que compõem o campo da saúde, no intuito de impedir que as mulheres em situação de violência de gênero sejam submetidas a situações de negligência, as quais se repetem cotidianamente. Ademais, não se esgotam aqui as discussões sobre a temática; ao contrário, elas precisam ser aprofundadas para que o "manto da invisibilidade" seja retirado, evidenciando, assim, as consequências socioculturais, de saúde e econômicas causadas pelas situações de violência de gênero contra a mulher.

Ou seja, as interfaces entre violências de gênero e saúde mental carecem de maior aprofundamento, tanto no âmbito da produção científica quanto no das políticas públicas da saúde da mulher e da saúde mental, para que as mulheres que adoecem psiquicamente em decorrência da violência de gênero possam ter acesso ao devido cuidado e ao mesmo tempo para que um sofrimento sociopolítico de base estrutural, cultural e coletiva, produzido em uma sociedade hetero-cis-patriarcal, não seja reduzido a uma experiência psicopatológica, comportamental e individual.

Como pistas para pesquisas futuras, a abrangência e aprofundamento na busca se faz necessária. Questões metodológicas como não restringir a análise a artigos científicos indexados em bases de dados; incluir teses e dissertações e abranger produções em línguas estrangeiras. Ressaltamos que a alta taxa de exclusão de artigos, que não se mostraram diretamente relacionados ao tema central do estudo,

indica a necessidade de refinamento dos descritores utilizados ou a existência de lacunas na literatura.

Referências

ASSIS, Karina Goes *et al.* Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. **Psicologia Argumento**, [S.L.], v. 39, n. 103, p. 135, 29 out. 2021. Pontificia Universidade Catolica do Parana - PUCPR. http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.a007.

AGOSTINI, Maria. Agravos à Saúde decorrentes da Violência. In: FLEURY-TEIXEIRA, Eliane.; MENEGHEL, Suely. N. (Eds.), Dicionário Feminino da Infâmia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2015. p. 28-30.

BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista Cej**, Brasília, v. 66, n. 19, p. 44-49, maio 2015. Disponível em: https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/article/view/2046/1957. Acesso em: 15 out. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 449-469, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922014000200008.

BARBOSA, Laís Barreto; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder Ferreira. Mujeres, violencia y atención en salud mental: cuestiones para (re)pensar la acogida cotidiana de los servicios. **Avances En Psicología Latinoamericana**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 311-322, 20 maio 2014. Colegio Mayor de Nuestra Senora del Rosario. http://dx.doi.org/10.12804/apl32.2.2014.09.

BARUFALDI, Laura Augusta *et al.* Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 2929-2938, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, [S.L.], v. 5, n. 11, p. 121, 2 dez. 2011. Revista Gestão e Sociedade. http://dx.doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220.

BORGERT, Vivia *et al.* "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 33, n. 8, p. 327, nov. 2023. https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333036

BRASIL, Lei Nº10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 18 out. 2024

BRASIL. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei 11.340 (Maria da Penha), de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11340.htm, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf . Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/plano-nacional-de-politicas-para-mulheres. . Acesso em: 18 out. 2024.

BRITO, Joana Christina de Souza; EULALIO, Maria do Carmo; SILVA JUNIOR, Edivan Gonçalves. A Presença de Transtorno Mental Comum em Mulheres em Situação de Violência Doméstica. **Contextos Clínic.,** São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 198, abr. 2020. https://doi.org/10.4013/ctc.2020.131.10

BRITO, Joana Christina de Souza; SILVA JUNIOR, Edivan Gonçalves; EULALIO, Maria do Carmo. Agravos à saúde mental de mulheres em situação de violência doméstica. **Rev. Bras. Psiciter**., Porto Alegre, v.24, n.3, p. 113-129, 2022. DOI: https://doi.org/0.5935/2318-0404.20220027

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; MAGALHAES, Yasmim Bezerra; ANGULO-TUESTA, Antonia. Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 3, p. 116-138, dez. 2020. https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.n%C2%BA03artigo77

CARDOZO, Mariah Marrara *et al*. The development of puerperal depression after obstetric violence: A review. Research, Society and Development, [S.L], v. 11, n. 6, p. e25011629176, abr. 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29176

CARVALHO, Lúcia de Fátima; DIMENSTEIN, Magda. A mulher, seu médico e o psicotrópico: redes de interfaces e a produção de subjetividade nos serviços de saúde. **Interações**, São Paulo, v. 8, n. 15,

p. 37-64, jun. 2003. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072003000100003. Acesso em: 15 out. 2024.

CERQUEIRA, Daniel., *et al.* Atlas da Violência 2018. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal, 2018.

CUNHA, Maria Luísa Cabral, *et al.* Violência e qualidade de vida de mulheres isoladas socialmente por COVID-19: estudo transversal**.** **Online Braz J Nurs**, [S.L], v.22, n.2, mai., e20226570, 2022. DOI: https://doi.org/10.17665/1676-4285.20226570

DANTAS, Eder Samuel Oliveira *et al.* Suicídio de mulheres no Brasil: necessária discussão sob a perspectiva de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 5, p. 1469-1477, maio 2023. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232023285.16212022.

DOBASH, R. Emerson; Dobash, Russel. P. (1992). The therapeutic society constructs battered women and violent men. In: DOBASH, R. Emerson; Dobash, Russel (Eds.), Women, Violence, and Social Change. Routledge: London, 1992, p. 159-186.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. Uma breve revisão da reforma psiquiátrica no Brasil e sua relação com a psicanálise e a psicologia. **Rev. Psicol. Polít.**, São Paulo, v. 19, n. 44, p. 78-87, jan. 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2024.

FRAZÃO, Maria Cristina Lins de Oliveira *et al.* VIOLENCE IN WOMEN WITH A DIAGNOSIS OF DEPRESSION. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 23, e1174, ago. 2019. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. http://dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20190022.

FURTADO, Francisca Marina de Souza Freire *et al.* TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM MULHERES DE CIDADES RURAIS: prevalência e variáveis correlatas. **Saúde e Pesquisa**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 129-140, 4 mar. 2019. Centro Universitário de Maringá. http://dx.doi.org/10.17765/2176-9206.2019v12n1p129-140.

GOMES, Rafaela *et al.* Violência doméstica e sofrimento ético-político: redes de cuidados informais de usuárias do centro de atenção psicossocial e do centro de referência em assistência social no contexto brasileiro. **Avances En Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 39, n. 3, p. 1-16, 8 fev. 2021. Colegio Mayor de Nuestra Senora del Rosario. http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10358.

GUARIDO, Renata. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151-161, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022007000100010.

KOLLER, Silva H.; COUTI, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. Manual de produção científica. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

KRUG, Etienne G. *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. 2002. Organização Mundial da Saúde, Genebra. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/. Acesso em: 16 out. 2024

INSTITUTO AVON (org.). **Violência contra a mulher: o jovem está ligado?** 2014. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-o-jovem-esta-ligado-data-popular-instituto-avon-2014/. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA (org.). **Sistema de Indicadores de Percepção Social (SPIS): tolerância social da violência contra as mulheres.** 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

LIRA, Kalline Flávia Silva de; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Percepções de Profissionais da Saúde sobre Violência contra as Mulheres. **Revista Psicologia e Saúde**, [S.L.], p. 107-122, 9 jun. 2022. Universidade Católica Dom Bosco. http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1524.

MARINHO NETO, Kelly Roberta Estrela; GIRIANELLI, Vania Reis. Evolução da notificação de violência contra mulher no município de São

Paulo, 2008-2015. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 4, p. 488-499, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x202028040404.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra e saúde mental. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 251-270.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estud. Pesqui. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, abr. 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 17, n. 10, p. 2665-2674, out. 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232012001000016.

NARVAZ, Martha Guidice. A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem(se) política. Orientadora: Sílvia Helena Koller. 2009. Tese (Instituto de Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18884. Acesso em: 15 out. 2024.

PARENTES, Janayra de Brito *et al.* Fatores relacionados ao comportamento suicidário em mulheres. **Rev Enferm Ufpi**, S.L, v. 4, n. 8, p. 47-54, dez. 2019. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/8542/pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782010000200003.

OLIVEIRA, Maribia Taliane de; FERIGATO, Sabrina Helena. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em

saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 508-521, 2019. Editora Cubo. http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1729.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos: saúde mental e individualidade contemporânea. **Tempo Social**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 139-159, jun. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015017.

PINHEIRO, Eslia Maria Nunes *et al.* "Eu me sentia um nada": história oral de mulheres em sofrimento psíquico na atenção básica sob uma perspectiva de gênero e a repercussão de práticas integrativas e complementares. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 2-21, abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312022320108.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015218.14362015.

SANTOS, Cristina Vianna Moreira; IRINEU, Bruna Andrade. Violência contra mulheres e promoção de saúde mental na comunidade. **Rev. Nufen**, Belém, v. 1, n. 11, p. 232-245, abr. 2019. https://doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.n%C2%BA01rex27.

SANTOS, Vitoria Carmo dos; DIAS, Acácia Batista. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia**: Ciência e Profissão, [S.L.], v. 42, p. 1-19, abr. 2022. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003235483.

SCHRAIBER, Lilia Blima *et al.* Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 4, p. 470-477, ago. 2002. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89102002000400013.

Scott, J. W. (2004). **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, Ethel Bastos da; PADOIN, Stella Maris de Mello; VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Violence against women and care practice in the

perception of the health professionals. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 229-237, mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015003350013.

SILVA JÚNIOR, Fernando José Guedes *et al.* Ideação suicida em mulheres e violência por parceiro íntimo. **Revista Enfermagem Uerj**, [S.L.], v. 29, e54288, maio 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2021.54288.

TAFT, Angela. Promoting women's mental heatlh: the challenges of intimate/domestic violence against women. **Australian Domestic & Family Violence**, [S.L.], v.8, n.1, p. 1-24, 2023. http://dx.doi.org/10.26181/22291630.V1.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um centro de atenção psicossocial. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 310214-310214, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312021310214.

Interfaces between Gender-Based Violence Against Women and Mental Health: an Integrative Literature Review

Abstract. This is an integrative review that aimed to analyze the interfaces between the phenomenon of gender-based violence against women and the field of mental health. The LILACS and SCIELO databases were used. The search took place from April to May 2024, using the following descriptors: “mental health”, “gender violence”, “domestic violence” and “violence against women”. After applying inclusion and exclusion criteria, 18 articles were selected. The results were organized into two thematic categories: 1) Gender-based violence against women and its implications for mental health; 2) Mental health care for women in situations of gender-based violence. It was found that gender-based violence against women can cause psychological suffering of different types. The results also reveal the “invisibility” of the

phenomenon in health services, with the development of care actions focused on the consequences of the act. The need to implement the care and protection network is highlighted, with the development of assertive intersectoral strategies for coping, prevention, health promotion and comprehensive care. The need for the qualification of health professionals is highlighted, through prevention practices and continuing education.

KEYWORDS: Gender-Based Violence; Mental health; Women's Health; Public Policies; Gender.

Meyrielle BELOTTI
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com mestrado em Psicologia Institucional pela mesma instituição. Graduada em Terapia Ocupacional pela Faculdade Integrada São Pedro. É docente do Departamento de Terapia Ocupacional da UFES e do Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde).

Sabrina Helena FERIGATO
Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Filosofia Social e graduada em Terapia Ocupacional pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (UFSCar) e em Saúde Coletiva (UNICAMP).

Recebido em: 23/10/2024
Aprovado em: 02/01/2025

ISSN 2525-6904

ENTREVISTA

O peso do trabalho leve

O pensamento de Maria Ignez Silveira Paulilo sobre gênero, trabalho e mulheres rurais

Maria Ignez Silveira Paulilo, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Suzana Morelo Vergara Martins Costa, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Laura de Araújo Nunes Esteves, *Universidade Federal de Santa Catarina*

#PraCegoVer: Na imagem, vemos Maria Ignez Silveira Paulilo de cabelos curtos e castanhos, usando brincos e uma regata com listras horizontais brancas e cinzas. Ela está posicionada diante de um fundo liso que destaca sua presença. O enquadramento foca na figura central, transmitindo reflexividade e atenção.

Apresentação

Esta entrevista com a Profa. Dra. Maria Ignez Paulilo foi realizada na quarta-feira, dia 23 de novembro de 2022, em seu apartamento no bairro Trindade, na cidade de Florianópolis. A entrevista fez parte do projeto de pesquisa do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) sobre o papel que as mulheres tiveram na história e construção do curso de Ciências Sociais da UFSC em seus 50 anos de existência.

Maria Ignez Paulilo é uma das principais referências brasileiras sobre mulheres rurais, tendo iniciado pesquisas sobre o tema em seu mestrado em Sociologia intitulado *O Trabalho Da Mulher No Meio Rural*, defendido em 1976 na Universidade de São Paulo. Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela UNESP (1973) e doutora em Antropologia pelo Museu Nacional (1987), fez seu pós-doutorado na Inglaterra, *The London School of Economics and Political Science* (1996-1997). Foi professora das Universidades Federais de Campina Grande (1976-1979) e de Santa Catarina (a partir de 1979). Em sua longa trajetória acadêmica Maria Ignez tem uma vasta produção bibliográfica sobre mulheres camponesas e orientou dezenas de estudantes.

Trechos desta entrevista fazem parte dos documentários *Reposicionando o olhar: pioneiras nas Ciências Sociais da UFSC*[1] e *Bruxas contemporâneas: as sociólogas da Ilha da Magia*[2].

Miriam Grossi: Você foi uma das primeiras professoras do curso a chegar aqui em Santa Catarina. Como foi a tua chegada no curso de graduação em Ciências Sociais? Por que você escolheu vir para Florianópolis, para a UFSC?

Maria Ignez Paulilo: Eu sou paulista do interior. Me formei em Rio Claro/SP e fiz o mestrado em Piracicaba, no mesmo estado. Depois eu fui contratada pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba. Eu fui para lá para ajudar a montar o curso de pós-graduação. Eu já era

[1] REPOSICIONANDO o Olhar: Pioneiras nas Ciências Sociais da UFSC. Autoras: Suzana M. Vergara. M. Costa; Barbara M. Amorim; Miriam P. Grossi; Vitória da Silveira; Carmen B Heisecke Almeida; Evelin Neves. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, 2023. (52 min.). Link de acesso: https://youtu.be/ZakKFsizu-0?si=3Zlm0F8BAs4GwVJH

[2] BRUXAS Contemporâneas as sociólogas da Ilha da Magia - UFSC. Coordenação de Barbara Michele Amorim, Miriam Pillar Grossi, Suzana Morelo Vergara Martins Costa, Carmen Beatriz Heisecke de Almeida, Adriana Eidt. Florianópolis: Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, 2025. (15 min.). Link de acesso: https://youtu.be/0OWAr1jEyeU?si=ZY1mnbZCb3DmIEym

mestre em Sociologia Rural, lá encontrei o pessoal do Museu Nacional e foi uma experiência muito intensa. Eu estava lá trabalhando quando comecei a namorar meu marido. Ele era gaúcho e tinha loucura por Florianópolis e acabou me convencendo a vir para cá. Foi assim, acompanhando o marido, que vim para cá, de maneira bem tradicional.

Miriam Grossi: Conta um pouco como era o curso de ciências sociais nesse momento? Ele foi criado em 1972, então em 1979 ele só tinha sete anos. Estava bem no início. Como é que foi a sua primeira visão do curso de Ciências Sociais? Quem eram os estudantes? Como era o departamento?

Maria Ignez Paulilo: Eu conhecia pouco o sul do Brasil. Então, eu achei o curso muito diferente do de Campina Grande. Eu cheguei e esse curso de Ciências Sociais me pareceu muito parado: os alunos iam para aula e voltavam para casa. Eu não via muito movimento. E estava começando também a primeira turma da especialização em Ciências Sociais, que depois virou a pós-graduação, o Mestrado em Ciências Sociais.

Miriam Grossi: Você já tinha feito a sua formação, já tinha feito a graduação e o mestrado. Como foi a ida para o doutorado?

Maria Ignez Paulilo: Eu fiz a graduação de Ciências Sociais no que hoje é a UNESP, que está espalhada por todo o estado de São Paulo. Quando eu fiz o curso era um instituto isolado. Era a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Era uma graduação comprida porque era licenciatura junto com bacharelado. Quando as estudantes viram meu histórico escolar, deram risadas das matérias que a gente estudava: sociologia do consumo, sociologia do desenvolvimento... E o mestrado eu fiz na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, que é muito antiga, uma das mais antigas do Brasil. Lá tinha um mestrado em Ciências Sociais Rurais dividido em duas áreas: Economia Rural e Sociologia Rural. Eu terminei a graduação, fui para esse mestrado de Sociologia Rural e fiz a dissertação lá, já sobre mulheres rurais.

Miriam Grossi: Conta um pouco para gente sobre esta tua primeira pesquisa com as mulheres rurais. Sabemos que este será o tema central de toda a tua carreira, te tornando a grande especialista neste campo no Brasil.

Maria Ignez Paulilo: Foi na região noroeste do estado de São Paulo que eu fiz a primeira pesquisa sobre as mulheres rurais. Era uma região

de plantação de café. No livro que eu publiquei[3], o primeiro artigo é sobre essa pesquisa. Quando eu vim para a UFSC, eu fiquei muito próxima da professora Zuleika Mussi Lenzi, que era pioneira em um monte de coisas. Então, logo depois que eu cheguei, nós já fizemos uma pesquisa de campo sobre agricultura de integração no Oeste de Santa Catarina, na região de Concórdia. Foi muito interessante.

Miriam Grossi: Pode explicar um pouco mais dessa agricultura de integração?

Maria Ignez Paulilo: A integração que a gente estudou na época, continua até hoje, mas teve muita modificação. Os produtores criavam porcos e aves e entregavam toda a produção à agroindústria, que fornecia todos os insumos. Por exemplo, quando eu fiz a pesquisa, os porcos eram criados desde o nascimento pela mesma pessoa. Depois se especializou. Tem gente especializada só em leitões, outros só em terminados... Desde a minha pesquisa muita coisa mudou. Também o aviário ficou cada vez mais mecanizado. Era assim: os produtores recebiam todos os insumos e entregavam o produto, mas se sentiam muito amarrados à empresa. Eles reclamavam disso: que a empresa impunha muito suas condições.

Miriam Grossi: Essa pesquisa foi no início dos anos 1980 e realizada *in loco*? Como era fazer pesquisa naquele momento? Se ia de carro, de ônibus ou a pé? Quais eram as condições concretas da pesquisa?

Maria Ignez Paulilo: Sim, foi no início dos anos 1980. Como Zuleika é daqui de Santa Catarina e é uma pessoa muito bem relacionada, ela conseguiu um carro, junto à EPAGRI e junto à própria universidade. Então nós tínhamos carro para fazer as entrevistas, para observar *in loco* tudo aquilo.

Miriam Grossi: E nesse momento tu começaste dando aulas de Sociologia Rural? Tu conseguiste integrar essas pesquisas também no ensino da graduação?

Maria Ignez Paulilo: Não. Já tinha na graduação a disciplina de Sociologia Rural com os professores Júlio Wiggers e Zuleika Mussi Lenzi. Então, não faltavam professores de rural naquela época. Na graduação tinha uma disciplina chamada *Epistemologia da Linguagem* e quem dava era o professor Arduino Ebling, mas ele adoeceu e eu assumi a

[3] PAULILO, Maria Ignez Paulilo. Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogo. 1. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

disciplina porque eu tive muita filosofia no meu curso de graduação, que era bem longo. E eu assumi muito mais essa disciplina de Epistemologia do que Sociologia Rural.

Miriam Grossi: E tu ficaste durante muitos anos ministrando a disciplina de Epistemologia? Eu lembro que você ministrou também a disciplina de Metodologia de Pesquisa, não?

Maria Ignez Paulilo: Eu fiquei dando metodologia na graduação e na pós-graduação sem parar porque ninguém queria dar essa disciplina. Ninguém tinha interesse.

Miriam Grossi: E tu dizia então que nesse momento inicial o curso era muito parado, que os estudantes iam para a Universidade e voltavam para casa, que não tinha ainda laboratórios de pesquisa? Como é que foi a criação do seu núcleo de pesquisa?

Maria Ignez Paulilo: Foi muito posterior, foi através do CNPq que criou essa ideia de laboratórios. Até eu falei, *eu não vou chamar de laboratório*. Porque o laboratório para mim é outro tipo de ciência. Minha irmã, por exemplo, que é da biologia, tem um laboratório. Eu chamei de núcleo. Em 1998, foi criado o Núcleo de Pesquisa de Agricultura Familiar. A gente não foi muito a favor da criação do laboratório na época. A gente implicou com aquilo, pois era uma coisa meio de cima que vinha, a gente não queria fazer o laboratório. Eu acho que o CNPq teve peso, pelas exigências que ele fazia, para um estudante ser bolsista de iniciação científica, pois criou mais interesse dos estudantes pelo curso. Os estudantes ficaram muito mais aplicados, eles tinham mais preocupação com as avaliações, para poderem ter bolsa. Então isso, realmente, o CNPq conseguiu. Depois que eu fiz o núcleo, eu vi que eu estava errada.

Miriam Grossi: Você começou a dar aulas aqui em 1979. Tua filha já era nascida?

Maria Ignez Paulilo: Minha filha nasceu em janeiro de 1981 e eu fui para o doutorado em março do mesmo ano. Ela tinha 52 dias. Fiz o doutorado no Museu Nacional em Antropologia Social, na linha de pesquisa *Campesinato*, porque me impressionou muito em Campina Grande conhecer o pessoal de Antropologia formado no Museu. Entre eles, Gisele Potengy e Regina Novaes. E eu me encantei e então, em vez de fazer um doutorado em Sociologia, eu fiz em Antropologia. Felizmente eu fui aceita na seleção. Eu voltei em 1985 para a UFSC e a graduação era outra, o Departamento era outro, tinham entrado

professores novos, tinha uma dinâmica bem diferente. Isso aconteceu porque em 1982 saiu um novo plano de carreira para o magistério superior que valorizava as pós-graduações. Quando cheguei em 1979, havia professores que estavam fazendo mestrado há sete anos, sem licença nenhuma, continuavam dando aulas e por isso não acabavam, era uma eterna dissertação de Mestrado. Na minha volta estes professores começaram a ir para doutorado, também com apoio do CNPq e da CAPES que incentivaram que o pessoal terminasse o mestrado e tivesse interesse em fazer o doutorado. O departamento também começou a pressionar os professores a investirem na carreira.

Miriam Grossi: E como era fazer o doutorado com uma filha tão pequena?

Maria Ignez Paulilo: Foi muito difícil. Eu tinha empregada, mas não babá, depois fiquei só com faxineira. Ela foi para a escolinha, em tempo parcial, com sete ou nove meses, não lembro bem, mas foi muito difícil porque eu não tinha apoio da família no Rio de Janeiro, moravam todos em outros estados. Minha filha era muito pequena e eu não tinha experiência, era a minha primeira bebê. E aí eu me atrasei um pouco e quando eu cheguei aqui, em janeiro de 1985, ainda não tinha defendido a tese. Logo depois de ter chegado aqui, em fevereiro, eu fiquei viúva em um acidente trágico e levei mais dois anos para terminar a tese.

Miriam Grossi: Quando você voltou e defendeu a tese, começou uma outra etapa da vida aqui na UFSC. Você logo começou a orientar trabalhos?

Maria Ignez Paulilo: Demorei um pouco para conseguir a bolsa do CNPq. E também demorou um pouco a ter orientandos, porque naquela época os assuntos que estavam no auge do interesse dos estudantes eram os movimentos sociais e a ecologia, com a Ilse Scherer-Warren e o Eduardo Viola orientando muitos mestrandos. As dissertações ficaram tão concentradas nestas duas áreas a ponto de um relatório da CAPES apontar que o curso deveria diversificar suas áreas. Por isso demorou um pouco para eu ter orientandos. Eu sempre tive poucos orientandos, mas quem faz rural é muito convicto e termina as dissertações e teses. Às vezes a pessoa tem quinze orientandos, mas muitos não terminam ou demoram muito para defender. Às vezes o estudante chega, não sabe o que fazer e a coisa não sai. O rural é difícil para pesquisar, não é um bairro da cidade ou uma praia, por exemplo. Você tem a questão da mobilidade. Tive uma estudante que fez o trabalho de conclusão de curso

indo de bicicleta para o trabalho de campo no meio rural, esse tipo de situação. Ou tinha de pedir carona para a EPAGRI para ir fazer a pesquisa. Então Rural foi assim, o pessoal de Rural é convicto. Quando você faz um congresso de Rural aparece muito mais gente do que você pode imaginar.

Miriam Grossi: Conta um pouco sobre o momento que você começou a orientar. Você foi uma pessoa que orientou muitos estudantes da iniciação científica. Até muito recentemente eu lembro de encontrar seus orientandos na *Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão* (SEPEX) da UFSC.

Maria Ignez Paulilo: Ah eu sempre gostei da SEPEX, porque eu acho que é um jeito de você devolver um pouco para a sociedade que te sustenta o que você faz na universidade. Eu sempre fazia questão de participar da SEPEX e meus bolsistas também eram bem empolgados na participação.

Miriam Grossi: Tu falaste dos congressos, eu sempre lembro muito de ti nas reuniões da ANPOCS. Tu tiveste um papel importante na história da ANPOCS. Como era o nome do grupo que tu participavas? Como é que são as tuas lembranças desse campo? Você contou do grupo de Campina Grande. Vocês mantiveram uma rede que continua dialogando?

Maria Ignez Paulilo: Na ANPOCS tinha um grupo de sociologia rural, capitaneado pelo pessoal do Rio de Janeiro, do CPDA que é o *Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade* da UFRJ. Mas na ANPOCS eu ia muito também no grupo das feministas. É impressionante quando o grupo da Paraíba se encontra, nós voltamos a 1978! Tem uma aliança muito forte entre a gente, até hoje, da lembrança desse trabalho de Campina Grande que foi muito intenso. Eu saí primeiro. Depois mudou o reitor, as pessoas foram saindo para o Rio de Janeiro, Paola Cappellin, Gian Mário Giuliani, Gisélia Potengy, Regina Novaes e o José Roberto Novaes. Eles foram para o Rio de Janeiro, mas Campina Grande continuou forte por muito tempo, resistindo como um lugar muito crítico de Sociologia Rural.

Miriam Grossi: Tu tens um trabalho que é uma referência muito importante para a teoria feminista e para a questão do trabalho e a Sociologia Rural, que é *O peso do trabalho leve*, que escolhemos como título dessa entrevista. Você poderia nos contar a história deste artigo e deste conceito que você elaborou?

Maria Ignez Paulilo: Eu escrevi um artigo, meio sem pé nem cabeça, e ninguém aceitava. Então eu mandei para a revista *Ciência Hoje*. E quem foi o parecerista foi meu ex-orientador de mestrado, Albertino Rodrigues, que aceitou, mas pediu muita modificação. E ele assinou o parecer, que não precisava ser assinado, mas ele fez questão de assinar. Enquanto eu lia, eu ouvia a voz dele falando: *faz isso, faz aquilo e aquilo*. O artigo ia e voltava, ia e voltava. No fim, eu não queria mais publicar, pois estava muito cansativo, mas ele falou assim, *um pouco mais de paciência da sua parte*... E aí eu acabei fazendo as mudanças, com ele orientando, e virou o que virou: uma marcha de carnaval! Quer dizer, todo mundo conhece esse trabalho, virou cultura popular, graças à paciência do Albertino e da revista *Ciência Hoje*. Uma vez eu tive um ataque de riso, eu tinha me aposentado há pouco tempo e recebi uma demanda do Ministério do Trabalho perguntando se moralmente eu permitia que eles publicassem o artigo e eu tive um ataque de riso, sozinha. O artigo já não tem dono. Uma estudante pediu para a filha digitá-lo e colocá-lo na internet, quando isso ainda não era muito comum.

Miriam Grossi: Sim, agora ele é de domínio público. Podes nos explicar o importante argumento que desenvolves nele?

Maria Ignez Paulilo: O título é *O peso do trabalho leve* porque todo mundo fala que a mulher ganha menos porque faz um *trabalho leve*. Então eu mostrei como o *trabalho leve* era pesado, cansativo, nocivo para a saúde, um bocado de coisas. Tanto que, em algumas regiões, o *trabalho leve* da mulher era diferente do *trabalho leve* em outras regiões onde a mesma atividade era considerada pesada e eram os homens que a faziam. Então ficou o título *o peso do trabalho leve*, o título colou e ficou no domínio público.

Miriam Grossi: É uma referência superimportante para o campo da teoria feminista sobre a divisão sexual do trabalho. Tu também fizeste uma pesquisa que se tornou referência sobre a fumicultura. Conta um pouco mais sobre esta pesquisa? Foi feita aqui na região Sul?

Maria Ignez Paulilo: Eu fiz primeiro uma pesquisa com a Zuleika Lenzi, mostrando a integração de aves e suínos no oeste de Santa Catarina. Essa pesquisa nunca foi publicada, ficou apenas como um relatório de pesquisa. Depois eu fiz a minha pesquisa de doutorado aqui no Sul. E foi aí que eu fui estudar fumicultura. No começo eu ia estudar só suínos e aves, mas quando eu vi a importância da fumicultura no Sul,

me impressionei muito. Por isso estudei a fumicultura também e foi lá que pareceu com mais nitidez para mim o que eu já tinha visto em outras regiões, o *peso do trabalho leve*. Ave Maria! O que as mulheres fazem na fumicultura não é brincadeira. A fumicultura era cheia de agrotóxico. É terrível. Além disso, elas cuidavam da casa, dos filhos, etc. Quando fazíamos pesquisa, elas pediam desculpas porque *a casa estava desarrumada*. Na época do fumo, ninguém arruma a casa, ninguém faz nada, porque não dá tempo. A família toda trabalha, o que geralmente só o homem faz e, às vezes, se contrata um empregado para fazer, é passar o anti-brotante no fumo, algo extremamente nocivo à saúde. Há uma roupa especial como a de um astronauta para passá-lo, mas muitos não aguentam usá-la por causa do calor. Outra atividade que os homens fazem é cuidarem da estufa a noite toda para o fogo não baixar. No tempo da colheita do fumo, tinha gente que vomitava muito, dava muita ânsia, muita dor de cabeça, muito mal-estar por causa dos agrotóxicos. E quem colhia as folhas eram os filhos, mas não as crianças muito pequenas, porque não distinguiam bem as que já estavam prontas para serem apanhadas. Eram os adolescentes que colhiam porque, para retirarem as folhas mais baixas, precisavam fazer isso agachados, os adultos não aguentavam muito tempo nessa posição. Não tinha diferença nenhuma entre homem, mulher, os adolescentes... Iam todos. Primeiro vinham os filhos de um agricultor ajudar em uma propriedade e depois os ajudados retribuíam o favor. Eu sei que a colheita era terrível também, a folha solta um líquido preto que gruda na gente e na roupa. Eu ajudei a colher, sei bem! As crianças menores faziam os molhos de folhas (bonecas) para serem colocados na tecedeira.

Miriam Grossi: Você trabalhou também durante bastante tempo com o movimento das mulheres agricultoras aqui em Santa Catarina? Como foi esta pesquisa?

Maria Ignez Paulilo: Eu segui as mulheres porque eu estudava as mulheres rurais e elas foram ficando cada vez mais politizadas, em movimento... E eu fui seguindo, seguindo o ator. E aí elas me chamavam para dar palestra, para falar sobre mulher. Elas foram me chamando e foi se criando uma intimidade entre nós. Então eu fiquei muito junto com esse grupo que formou o Movimento de Mulheres Camponesas, o MMC, grupo que era muito forte no Oeste, no qual a Luci Choinacki, que foi deputada estadual e federal, era uma liderança.

Miriam Grossi: Você lembra de alguma situação mais particular na participação em reuniões e congressos desse movimento? Como é que foi

esse momento e quem eram as lideranças? E quais eram as lutas delas? A primeira luta foi pela aposentadoria da mulher rural?

Maria Ignez Paulilo: Os direitos trabalhistas foram a primeira bandeira. A Luci (Teresinha Choinacki), contou de um jeito engraçadíssimo, que quando elas conseguiram a licença maternidade, 3.000 mulheres cercaram o congresso. E quando era para ser votada a lei, elas agarraram os deputados pela manga, pelo paletó... E as mulheres me contaram também que fizeram um *forrobodó* lá na frente do Congresso. Sei que conseguiram a licença maternidade, porque apesar de ser um direito que estava escrito na Constituição de 1988, ela só foi regularizada em 1992. Quer dizer, não estava regularizada até então. Eu achava que o movimento ia acabar quando as mulheres conseguiram os direitos previdenciários. Mas o movimento das mulheres tem uma coisa interessante, ele fica quieto um pouco e, de repente, explode. Você chama as mulheres para pedir educação e saúde, elas vêm todas fazer barulho no centro da cidade. É impressionante como o movimento revive, porque ele não é hierarquizado como um sindicato. É um movimento diferente. As mulheres, por exemplo, quando elas têm filhos pequenos e não podem ir às manifestações, o Movimento entende a necessidade delas ficarem em casa. Não é aquela pressão para você ir, que *você tem que fazer*. Quando menos se espera, o movimento ressurge com força.

Miriam Grossi: Você chegou aqui nos anos 1970, veio de Campina Grande em plena ditadura militar. O grupo de professores de Campina Grande era uma referência de resistência à ditadura militar. Como é que você viveu esse período de final da ditadura militar, início da redemocratização aqui na UFSC? Como é que era essa questão política localmente?

Maria Ignez Paulilo: Custei um pouco a entender como é que a coisa funcionava em Florianópolis. Não havia, por exemplo, tanta atividade e resistência como eu via em Campina Grande. Lá os estudantes *ferviam* com shows de música, teatro, criavam muita coisa. Aqui havia professores que tinham apoiado e continuavam apoiando a ditadura, ao lado de outros que protestavam contra ela. Não era muito fácil conviver, pois ainda não tinha acontecido a redemocratização.

Interessante foi a vinda do [presidente] Figueiredo, pois aí apareceu uma coisa que eu não via, que foi o movimento dos estudantes. Quando o Figueiredo veio à Florianópolis, os estudantes foram à praça e o

desafiaram. Os estudantes foram presos e foi muito difícil. Inclusive teve uma passeata na qual eu estava. Nós fomos protestar para soltar os nossos estudantes presos. Nessa passeata foi assim: ficamos na frente da Catedral e as tropas de choque, que eram homens enormes armados, fardados e equipados, até com escudo no peito e viseira no rosto. Eles vieram, descendo marchando, e nos cercaram. E eu me lembro que todo mundo correu e eu corri para porta da Igreja, porque no interior de São Paulo, quando eu participava de passeatas, os padres sempre abriam as portas, mas aqui não abriram. Dei de cara na porta da Igreja. A consequência foi ficar com a polícia nas costas, realmente. Quando eu entendi que era para correr pela escadinha do lado da Igreja, todo mundo já tinha passado, só havia policiais à minha volta e no final da escada. Eu podia me jogar de lá de cima e cair nas mãos dos policiais. Eu sei que eu fechei os olhos e passei, até hoje não sei como... correndo... Eu lembro que uma pessoa falou *pode parar de correr que você já está longe*.

Depois eu soube que havia uma ordem para não usarem violência naquela passeata, porque o Figueiredo desagradou muito os catarinenses, falou que não ia dar um dinheiro que Santa Catarina esperava. Trouxe uma imagem de Floriano Peixoto para Florianópolis, sendo que foi durante a gestão do Floriano Peixoto que houve aquele massacre, aquele fuzilamento, na Ilha de Anhatomirim. E mataram tanta gente, que muitos catarinenses se recusam a escrever o nome *Florianópolis*, escrevem *Ilha do Desterro* que era o primeiro nome antes de ser Florianópolis, em homenagem justamente a Floriano. Neste dia eu vi a revolta estudantil!

Miriam Grossi: Ontem mesmo se falou no Conselho Universitário da UFSC sobre essa data do mês de novembro, dia 30 de novembro de 1979, a famosa *Novembrada*. Uma outra questão, que várias colegas compartilharam conosco nesta pesquisa, foi sobre a questão da maternidade. Tu tiveste esse desafio de fazer o doutorado com sua filha pequena, depois tu ficaste viúva... Como foi a tua experiência de maternidade em relação à sua carreira? A tua experiência da maternidade sendo feminista? Qual é a tua reflexão posterior, agora já aposentada, sobre as dificuldades ou não vantagens da maternidade em relação à carreira nas Ciências Sociais?

Maria Ignez Paulilo: Olha, não tem solução, porque quem cuida das crianças são as mulheres. Até teve uma pesquisa do CNPq, apresentada em um dos congressos da ANPOCS, em que se mostrava que as mulheres

levavam dez anos ou mais que os homens para atingir determinados níveis na carreira acadêmica. Até você conseguir ser, por exemplo, uma bolsista sênior no CNPq, as mulheres levavam, em média, dez anos a mais que os homens.

Miriam Grossi: Você falou da EPAGRI, deste trabalho interdisciplinar grande que tiveste com eles. Eu sei que você era muito chamada para atuar no curso de agronomia, na zona rural, em atividades da Epagri. Você teve uma articulação muito grande com o extensionismo rural, não?

Maria Ignez Paulilo: Não com o extensionismo propriamente dito, mas com o pessoal da Agronomia que era mais ligado com a cultura da pequena produção. Eu fui convidada muitas vezes para falar e conversar com eles. Eu tive uma ligação muito forte com a Agronomia. Dei aula para estudantes da pós-graduação, vinham muitos estudantes da Agronomia fazer os meus cursos. Muitos com anos de experiência como extensionistas. Era impressionante, aqueles homens, vários de meia idade, fazendo mestrado, a sala ficava cheia e diferente. Quando cheguei aqui, a professora Zuleika Lenzi já dialogava com a EPAGRI, continuei depois que ela saiu do Departamento.

Laura Esteves: A senhora falou do Oeste Catarinense, mas gostaria de falar do Sul catarinense pois eu sou de São Joaquim, uma zona muito rural, a nossa economia é baseada na agricultura e na pecuária. Eu gostaria de saber se a senhora estudou alguma coisa mais específica sobre a Serra?

Maria Ignez Paulilo: Eu lembro de um pesquisador que estudou sobre a maçã, por exemplo, como foi introduzida essa cultura na região de São Joaquim. Eu me lembro de nós discutirmos muito sobre isso, sobre como a história era contada como se tudo tivesse acontecido de forma espontânea. Então, esse estudante fez uma tese demonstrando que não foi algo espontâneo, como se as pessoas tivessem começado a plantar e as macieiras fossem se multiplicando exponencialmente. Foi, na verdade, um pacote tecnológico implantado na região e bastante financiado. Houve muita coisa não dita, como o uso de áreas de floresta para o plantio.

Suzana Vergara: Quando você trouxe essa questão das mulheres você encontrou algum percalço?

Miriam Grossi: Por exemplo, houve algum rechaço de sua posição feminista no Departamento de Ciências Sociais ou em outra instância acadêmica?

Maria Ignez Paulilo: A sorte foi que tinha Zuleika Lenzi, que era antiga no departamento e que era daqui, de Santa Catarina. Ela era uma pessoa muito dinâmica e foi, inclusive, vereadora. Foi ela que iniciou o pessoal da EPAGRI no trabalho com as mulheres e eles têm muito respeito por ela por causa desta inserção. Dizem que nem ela sabe o quanto foi importante para a EPAGRI.

Em relação ao feminismo houve problemas, sim. Por exemplo, na hora da defesa da tese de uma orientanda minha, um dos membros da banca perguntou se não achávamos que gênero era uma questão secundária, e isso na avaliação de um trabalho que abordava o Movimento de Mulheres Camponesas. E outra vez, houve um comentário em uma banca de dissertação que estudava as mulheres que plantavam orgânicos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no qual o governo comprava alimentos orgânicos para servir de merenda nas escolas. E aí um membro da banca, se referindo às mulheres rurais que eram o foco do trabalho, que estavam plantando orgânicos, falou assim: *essas mulheres ignorantes*, e isso em relação a este fator importante da ecologia que se fala hoje, que a gente come veneno. Aquela fala foi um choque, assim elétrico, na plateia. Então, é barra, sim, trabalhar sobre mulheres rurais.

Miriam Grossi: Como é que tu vês hoje tua contribuição para o campo das políticas públicas para as mulheres rurais?

Maria Ignez Paulilo: Eles me chamavam para dar Assessoria, foi um trabalho muito importante feito pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (NEAD) pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Havia um grupo dedicado especialmente às agricultoras do país. As pesquisadoras do rural brasileiro iam lá para dar uma assessoria sobre como falar com as mulheres e contar como eram as regiões que as técnicas de Brasília desconheciam. Houve muita política pública para as mulheres rurais, que foram feitas naquela época, na época do NEAD. Um exemplo foi o PRONAF-Mulher. Era uma política de financiamento para mulheres rurais que envolviam toda uma questão da independência das mulheres, de elas terem controle sobre suas atividades e suas rendas, inclusive a independência de poder ir ao banco sem o marido ter de ir junto.

Miriam Grossi: Tem alguma coisa que você gostaria de nos contar para finalizar?

Maria Ignez Paulilo: Eu só sinto que depois que eu saí do Departamento, o Núcleo de Estudos sobre a Agricultura Familiar acabou. Acho que os estudos ficaram agora só com o pessoal da Agronomia e da Educação do Campo, sendo que Santa Catarina ainda é um estado agrícola. E o agronegócio é *must*, está na televisão, *agro é pop*, *agro é Globo*... Penso que é importante discutirmos um pouco o que é esse *Agro*? O que é o outro lado disso, que é o desmatamento, a exploração e a expulsão de populações nativas e tradicionais, a perseguição de lideranças... Quando eu fiz o meu pós-doutorado na Inglaterra, eu li o trabalho de um professor que falava sobre a impressão que se tem sobre as pessoas que estudam o rural de que são *atrasadas*, que não estariam discutindo as últimas correntes teóricas e políticas e as mudanças atuais. É esta a imagem muito forte que se tem dos estudiosos do rural, derivada da ênfase que se dá ao urbano em termos de desenvolvimento tanto econômico-social como das ideias.

Miriam Grossi: É uma pena mesmo. Foi um prazer te rever e podermos te escutar e conhecer mais sobre esta tua super contribuição para história das Ciências Sociais. Muito obrigada.

Realização

Recebido em: 05/12/2024

Aprovado em: 05/08/2025

ISSN 2525-6904

DOSSIÊ

Representação e Posicionalidade no âmbito rural na perspectiva de mulheres do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

Claudia Suely Barreto Ferreira, *Universidade do Estado da Bahia (UFBA)*

Silvia Lúcia Ferreira, *Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Resumo. Este artigo objetiva compreender as motivações que levaram as mulheres trabalhadoras rurais nordestinas a se organizarem em movimentos sociais enfatizando a importância da representação social de grupo, incorporado pelo movimento, além de discutir como as vivências no Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), influenciam nas inter-relações sociais dessas mulheres. Este estudo foi realizado de forma qualitativa, cujos dados foram gerados, por meio da técnica de Desenho Estória-Tema (DET). Participaram do estudo 31 mulheres, entre janeiro e março de 2021. A pesquisa que gerou este artigo emergiu da tese de doutorado, realizada no âmbito da Universidade Federal da Bahia, no Programa de Pós graduação em Enfermagem e saúde e foi aprovada pelo CEP/UFBA com CAAE nº: 37002720.1.0000.5531. Foram criadas empiricamente duas categorias denominadas: Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do “cabra macho” e Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: A luta por um poder socialmente aceitável. Após análise evidenciou-se que o MMTR-NE, respeita às perspectivas sociais de representação, e não se rendeu às idiossincrasias dos sindicatos. Apesar das insignes dificuldades o empoderamento feminino reconhecido nas integrantes desse movimento tem imensa potencialidade de transformações das relações sociais desiguais.

PALAVRAS-Chave : Mulheres. Trabalhadoras Rurais. Movimento Social. Empoderamento. Relações Desiguais de Gênero.

Introdução

As discussões acadêmicas que abarcam os movimentos sociais, sobretudo femininos, têm ganhado maior visibilidade, apesar de ainda aquém do necessário para desencadear mudanças efetivas nas questões práticas de representatividade no âmbito político e social.

É importante ressaltar a necessidade de mudanças nos paradigmas pré-estabelecidos pelo patriarcado, onde os direitos femininos continuam sendo objeto de questionamento e o processo de dominação masculina persiste, apesar dos movimentos feministas resistirem e continuarem lutando pela inclusão de grupos sociais femininos em espaços de poder.

Este artigo versa sobre os aspectos correlacionados às motivações que levaram as mulheres trabalhadoras rurais a se organizarem em movimentos sociais, sobretudo no Nordeste, enfatizando a importância da representação social de grupo, incorporado pelo movimento, além de discutir como as vivências no Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste, influenciam nas inter-relações sociais dessas mulheres.

Convém ressaltar que este artigo foi desenvolvido a partir de pesquisa para realização de tese de doutoramento realizada no âmbito da Universidade Federal do Estado da Bahia – UFBA, no Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde – PPGENF.

Para o desenvolvimento da pesquisa, que originou esse artigo, atendemos as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/16, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Obtivemos a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFBA, com protocolo nº4.380.158 e com CAAE nº: 37002720.1.0000.5531. Todas as participantes assentiram a participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Devido à emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia do Coronavírus do tipo 19 (Covid-19), o cenário desse estudo foi virtual, gravado via Google Meet (e-mail institucional da UFBA) e as gravações das reuniões só aconteciam após autorização prévia, sendo o uso da

câmera opcional para evitar possíveis exposições indesejadas das participantes.

Participaram do estudo 31 mulheres que atenderam aos critérios de inclusão: Estar associada ao MMTR-NE há, pelo menos, dois (2) anos, que trabalhassem e residissem na zona rural de um dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe e com idade entre 18 e 65 anos. Foram excluídas do estudo todas àquelas que possuíam plano de saúde privado.

Adotamos nomes de plantas para identificar as participantes como uma das formas de assegurar o anonimato delas.

Realizamos um estudo exploratório com abordagem qualitativa, cujos dados foram gerados de forma primária, por meio da técnica de Desenho Estória-Tema (DET), inspirada em estudos anteriores (TRINCA, 2013; MESTRINER, 2013; CARVALHO, 2010).

A coleta foi realizada entre janeiro e março de 2021, com realização das etapas da técnica adotada, gravadas através do aplicativo *Google Meet*, e posterior envio do da produção gráfica pelas participantes, por meio do aplicativo *WhatsApp*. Os desenhos foram armazenados no *Google Drive* de uma das pesquisadoras.

Os Desenhos Estória-Tema (DET's) envolveram uma unidade de produção de desenho, e mais duas etapas relacionadas a inquérito e atribuição de título. A análise procedeu embasada na observação sistemática dos desenhos, seleção de desenhos por semelhanças gráfica e de título produzido, recorte e categorização e análise e interpretação dos desenhos.

Seguindo os critérios denotados acima, correlacionando-os com os objetivos desse artigo, para a produção do mesmo foram selecionados cinco Desenhos Estória-Tema (DET's) cujas análises apontaram para a elaboração de duas categorias: Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do "cabra macho" e Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: A luta por um poder socialmente aceitável.

Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste: A luta por um espaço feminino onde o patriarcado criou o estereótipo do 'cabra macho

Mulheres trabalhadoras rurais viveram à margem da sociedade, e sofreram de forma hostil, às imposições do patriarcado, sobretudo no que tange aos direitos relacionados à propriedade, direitos trabalhistas e de reconhecimento social.

Aguiar (2016) ressalta que no meio rural, a divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, que por não ser expresso em valores monetários, é considerado improdutivo e, consequentemente, o tempo e a energia que estas empregam para sua realização são invisíveis socialmente. Apesar da participação ativa de mulheres no trabalho agrícola, reconhecidamente produtivo, devido aos valores monetários associados ao mesmo, este era atribuído exclusivamente aos homens, a mulher era percebida como mera ajudante.

As mudanças têm ocorrido paulatinamente, visto que apenas no contexto da abertura democrática da década de 80, os movimentos de mulheres rurais ganharam força, apesar da literatura que trata da temática mostrar que a luta das mulheres trabalhadoras rurais, perpassa por momentos anteriores à década de 80.

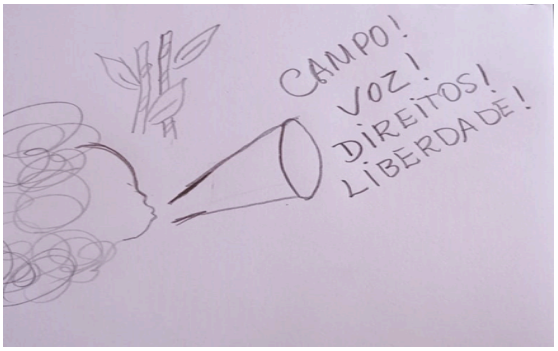
As mulheres trabalhadoras rurais foram por muito tempo invisibilizadas pela história e em muitos casos perderam suas vidas sem que isto se tornasse um fato conhecido pela população como um todo, uma exceção surgiu com o assassinato da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 e que se tornou um ícone para o movimento das trabalhadoras rurais do Nordeste.

Nessas circunstâncias, apreciamos a construção gráfica de Sena (participante de número 09) que se utiliza do instrumento de Desenho Estória-Tema (DET) solicitado pelas pesquisadoras, para reafirmar a importância da superação do silenciamento histórico-social da mulher rural.

Ao ser solicitada a contar uma estória sobre o desenho, ela relata a superação da situação em que mulheres oriundas da zona rural, encontram submersas em redes de opressão e silenciamento, e faz

referência à sua condição atual, de possibilidade de enfrentamento da situação, a qual atribui colaboração imprescindível do MMTR-NE, para sua formação política e desconstrução social necessárias para efetivar essa mudança pessoal.

Figura 1 : Construção gráfica - Participante 9



Eu sempre vivi no sitio, sempre o patriarcado muito presente. Ia da escola para casa, da casa para a escola. Até que conheci o Movimento de mulheres e descobri novas coisas, novos jeitos, novas vozes, as vozes de mulheres que sofriam violência. Ai fui me fortalecendo, me percebendo enquanto mulher, o que queria, o que, não queria, fui perdendo alguns medos e receios, porque da forma que fui criada, era para me doar, apenas isso e eu na verdade, nunca aceitei bem isso. (Part.09, 25 anos, PE).

Durante o momento de inquérito sobre as motivações para a construção do Desenho Estória Tema (DET), Sena relata que se sente livre para expressar seus sentimentos, mas ressalta que essa percepção ocorreu paulatinamente, e quando atingiu os 18 anos (maioridade, reconhecida legalmente no Brasil), hoje a participante tem 25 anos. Se auto identifica como feminista, e diz que nunca aceitou às imposições sociais, complementa dizendo que desenhou o que acredita ser um manifesto da importância de gritar pela liberdade no campo, usando a voz para conquistar direitos.

Alguns aspectos do momento de diálogo após desenho, com a pesquisadora, devem ser ressaltados, pois a participante usa tom de voz muito baixo, em alguns momentos até inaudível, sendo necessário uma reafirmação do que havia sido dito anteriormente; o sorriso tímido que por vezes era escondido com as mãos; os olhos marejados de lágrimas quando faz afirmações sobre escolhas e dificuldades de aceitação da comunidade e da família diante de seus posicionamentos. A escuta atenta da pesquisadora propicia sororidade e engajamento nas pautas abordadas por ela, daí o diálogo flui, o que ajuda na compreensão de seus traçados que “quase” invisibilizam a figura feminina.

No desenho é perceptível seu autorretrato, a alusão à zona rural na representação de galhos e folhas e o desenho do megafone, que é um

instrumento amplificador de voz, e que reporta a necessidade pessoal de ser ouvida, independentemente da localização geográfica em que se encontra, há também a ênfase na demanda por seus direitos e por exercer sua liberdade sobretudo de expressão. Quando solicitado um título para o desenho, ela atribui o seguinte: “Pelo direito à liberdade e voz das mulheres do campo”.

Ratificando o que foi posto pela participante do estudo, reafirmamos a colocação de Wittig (2019) quando a autora diz que quando uma pessoa reconhece a opressão, é preciso também conhecer e experimentar o fato de que se pode constituir a si mesma como sujeito em oposição ao objeto de opressão. Nesse sentido, entendemos que mulheres participantes do MMTR-NE, têm vivenciado historicamente essa recondução de situações de coerção, a partir do momento em que encontram possibilidades de enfrentá-las e mudar o curso de suas vidas.

Vale ressaltar o papel estratégico que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ocuparam na trajetória política de algumas destas mulheres, Aguiar (2016), chama atenção para o fato de que o surgimento das CEBs, associado ao desenvolvimento de grupos de pastorais, trouxeram a possibilidade de uma experiência formativa para estas mulheres, o que as levou a questionar as condições sociais a que estavam submetidas.

A atuação nos espaços concedidos pelas CEBs foi uma primeira possibilidade de participação ativa de mulheres no espaço público, que até então era de domínio exclusivo masculino. Acredita-se que este lume foi essencial para acender a necessidade da participação intensa em mobilizações e lutas sociais para melhores condições de vida, sobretudo da luta pelos direitos por muito tempo, negados a elas.

No que concerne às pastorais, Deere (2004) enfatiza a importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que organizou grupos de mulheres em torno da luta pela terra, além de ter desempenhado um importante papel no surgimento do Movimento dos Sem-Terra. Os movimentos de mulheres rurais surgiram, assim, em consonância com “oposições sindicais”, com quem tinham vínculos muito estreitos, encampando, por um lado, as lutas concretas por direitos no campo e, por outro, fazendo uma crítica à prática e à estrutura sindical, haja vista, que as mulheres eram impossibilitadas de se associarem aos sindicatos (BORDALO, 2008).

Na década de 1980, surgiram vários grupos de mulheres oriundas da região rural, entretanto fazemos uma abordagem específica ao MMTR-NE, pelo qual temos maior afinidade, visto que somos oriundas desta região, cuja área rural perfaz boa parte de nossas memórias de infância que revelam a proximidade com trabalhadoras rurais que à época, não haviam iniciado o fluxo de conquistas de seus parcos, porém indispensáveis direitos. Só a partir da construção da Constituição cidadã de 1988, foi iniciado o processo de conquista social por estas mulheres, tais como direito à aposentadoria, salário maternidade, à propriedade rural, além dos benefícios relacionados à reforma agrária.

Contribuições de Deere (2004), sinalizam que no ano de 1986, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST, articularam um primeiro encontro nacional de mulheres que ocorreu na cidade de Barueri -São Paulo, este encontro tinha o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais.

Deere (2004), ressalta ainda que esse encontro foi fundamental para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em 1986. De acordo com a autora supracitada, na composição do MMTR-NE quando da sua fundação em 1987, predominava a presença de mulheres que atuavam também nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o que torna evidente a tradição sindical do Nordeste e, as influências desta tradição na atuação do MMTR-NE ao longo das últimas décadas.

O MMTR-NE surgiu das reflexões e do intercâmbio de experiências entre grupos de mulheres trabalhadoras rurais em duas microrregiões dos Estados de Pernambuco e Paraíba, sendo atualmente uma organização com atuação nos demais estados do Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco; Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe), cuja sede situa-se em Caruaru (PE**)** (MMTR-NE, 2019).

Este movimento abarca mulheres, agricultoras, assentadas, quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco e artesãs, o que no nosso entendimento possibilita intersecção entre múltiplas vivências, com similaridade de interesses, apesar da diversificação de olhares, propiciada por contextos culturais e sociais distintos.

Corroboramos com as ideias de Burnheim (1985), quando ele sugere que os interesses têm maior respaldo quando são representados por pessoas que compartilham experiências, e que esta similaridade de condições é um indicador mais confiável do que a eventual comunhão de

opiniões que são, na verdade, vacilantes. Refutamos a ideia de que existe uma incapacidade de representação de grupos sob o argumento de que, por serem compostos por pessoas com diversificação de vivências e interesses pessoais além de diferenças de classe, raça, geracional e identidade sexual, tornem estes grupos inviáveis no que tange a efetiva representatividade das pessoas envolvidas.

Neste sentido, nos embasamos no conceito de *différance* de Derrida (1973) para reafirmar que os grupos que são formados nos movimentos sociais, não devem possuir unanimidade de identidade, pois a pluralidade que os diferencia, é consonante a partir da significância que dão as pautas que os aproximam, como referido por Young (2000), as coisas assumem seu significado a partir de seu lugar num processo de relacionamentos diferenciados sendo similares sem serem idênticas e são diferentes sem serem contrárias entre si, dependendo do ponto de referência e do momento em um processo.

Ainda, utilizando-nos do construto *différance* de Derrida (1973), corroboramos com o autor quando ele propõe repensar as oposições nos termos da ideia, como algo em constante movimento, pois os entendimentos que ora são similares, não são estáticos, e sofrem mutações no decorrer do tempo, sofrendo influências históricas e relacionais. Deste modo, pensar em termos de representação de grupos sociais a partir deste conceito, significa reconhecer as diferenças entre representantes e representados, corroborando com Young (2000) que afirma que:

> A função do representante de falar por outrem, não deve ser confundida com um requisito identitário (...) Pensar a representação em termos de différance em vez de identidade significa levar em conta que é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros

No âmbito do MMTR-NE, a convergência de interesses, explicitam-se na pauta que requer mudanças econômico-estruturais e simbólico-culturais, sendo que reivindicações neste sentido, agregam o grupo, da mesma forma que o projeto estratégico de desenvolvimento rural, cujo ponto central, reafirma a importância do papel da agricultura familiar e questiona o lugar das mulheres na sociedade.

Stephen (1996) destaca que ao adotar discursos construídos a partir de conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, os movimentos de mulheres no meio rural justificam sua existência histórica em termos de autonomia política.

Acrescentamos que a similaridade adotada nas pautas desse movimento, não tem potencial de unificar as identidades individuais, que são singulares e representativas das experiências vividas e crenças pessoais, entretanto, como posto anteriormente, isso não é necessariamente classificado como um problema, pois a incompatibilidade identitária, quando presente não interfere na perspectiva social que é um ponto comum aos referidos grupos.

Sobre a teoria de perspectiva social, Young (2000), afirma que pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais, frequentemente têm interesses, opiniões e até mesmo metas e projetos diferentes. Para a referida autora, diferentemente dos interesses e das opiniões, as perspectivas sociais não podem ser facilmente pensadas como conflitantes, pois reunidas, elas possibilitam compreensões sociais mais plenas.

Desse modo a divisão regional do MMTR-NE, corrobora a teoria de representação da perspectiva de Young, de modo que estas subdivisões regionais funcionam como comitês representativos de cada região, que apesar das diferenças de experiências e identidade, se propõem a analisar suas situações sociais a partir da perspectiva de gênero, no âmbito rural.

Lideranças femininas integrantes de movimentos sociais: a luta por um poder socialmente aceitável

O movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Nordeste-MMTR-NE apresenta uma dimensão de resistência anti-hegemônica, visto que nosso país apresenta retrocessos no que tange às conquistas femininas, onde o feminicídio têm ocorrido de forma exacerbada, o machismo e misoginia têm sido naturalizados, e a omissão política no que tange aos direitos femininos é evidente. No contexto rural, onde o patriarcado sempre teve maior significância, esta resistência tem enfrentado maiores obstáculos.

Para Camurça (2007) a reflexão coletiva, o processo de mobilização e tomada de consciência da própria opressão, realiza-se no encontro de dois vetores principais, ainda que não sejam os únicos. O esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.

Aparentemente, este movimento tem feito o deslocamento no sentido de atender as premissas propostas por esta autora, visto que a literatura recente sobre o MMTR-NE aponta para a contínua mobilização destas mulheres em direção ao alinhamento com o movimento feminista.

Pensar a organização feminina em movimentos sociais autônomos é um convite a repensar a forma como os sindicatos foram estruturados, sem que houvesse a participação feminina, sobretudo em cargos de liderança. Nota-se que as mulheres sindicalizadas que conseguiram este feito, em sua quase totalidade, logo se alinhavam às demandas masculinas e escanteavam as reivindicações feministas.

Sendo assim, estes movimentos sociais autônomos, vieram para de fato disputar um espaço de poder representativo para as mulheres, ao passo que a total desvinculação, sobretudo política, destes movimentos possibilita que estas mulheres, mesmo de forma ainda limitada se constitua como sujeito político cuja pauta é representativa das integrantes deste movimento, de modo que a mudança na vida dessas mulheres as encaminhe para o efetivo empoderamento passível de proporcionar as envolvidas uma transformação social.

No que concerne à definição de empoderamento, assumimos a proposta conceitual de Sardenberg (2009) ao afirmar que o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, implicando, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.

Para as mulheres inseridas na realidade rural, onde a busca por esta libertação é passível de gerar conflitos dentro da própria comunidade e na relação com seus parceiros e familiares, empoderar-se individualmente, não será suficiente para a tão sonhada libertação desse modo corroboramos com León (2001) no sentido de que esta conquista precisará levar em conta o processo histórico que cria a carência de poder e torna evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes reconhecendo o imperativo da mudança.

Pensar empoderamento, pressupõe o entendimento do que venha a ser entendido como poder, para Foucault (2003):

> O exercício do poder, sempre acompanhado de resistência, pressupõe a existência de sujeitos livres: não há relação de poder onde as determinações estão saturadas, a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado, esta relação apenas se dá quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar.

Neste sentido, Foucault enfatiza que o poder pode vir dos diversos direcionamentos sem que haja uma centralização personificada ou institucional, sendo as relações interpessoais fundamentais no que tange a distribuição de poder, para este autor o poder funciona em rede, sendo porto essencial para a desconstrução de desigualdade de poder, a negação dos discursos que pressupõe a dominação entre pessoas.

Já para Batliwala (1994), poder pressupõe "controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia" sendo que o poder decisório emana do controle sobre esses recursos, que tem estado, em grande parte, sob o controle masculino. Ou seja, para que as mulheres tenham acesso ao poder, elas precisam ter consciência de que houve e ainda há uma subtração dos seus direitos sociais, obviamente em diferentes medidas ao longo da história, porém com prejuízos reais a sua condição social.

O empoderamento de mulheres rurais a partir de mudanças em suas vivências que, nesse estudo, apresentaram-se correlacionadas com a atuação em movimentos sociais, convergem para o diálogo acerca da autonomia feminina, que foi vinculada à palavra liberdade por algumas participantes da pesquisa. Nesse contexto trazemos à discussão do Desenho Estória - Tema realizado por Rosa (participante de número 26), que faz essa associação.

Figura 2: Tema da participante 26 (Rosa)

Antes do movimento eu não tinha noção dos meus direitos, depois de entrar no movimento, eu passei a participar de reuniões, assembleias, coisas que eu não sabia nem que existia. Hoje eu sei que todas nós temos o direito de entrar e ser bem recebidas em qualquer lugar. Nós somos livres, para ir e vir, sempre fomos. Eu sai da gaiola, agora vou voar alto. (Part. 26, 40 anos, MA)

No momento do inquérito a participante relata que pode dar um exemplo prático do porquê o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR-NE para ela representa a liberdade, diz que hoje em dia ela tem coragem de buscar seus direitos em qualquer lugar que inclusive já foi na câmara de vereadores assistir reuniões e cobrar direitos da comunidade. Relata ainda que até sua entrada no movimento, ela tinha até medo de passar na frente da câmara de vereadores, porque lá só tinha "engravatados". A participante relata que quando pensa em liberdade lembra dos pássaros que voam alto e são livres, e que, portanto, sua representação gráfica é sobre a capacidade feminina de liberta-se das questões sociais que causam as amarras às mulheres, nesse caso, a participante do estudo refere-se às mulheres rurais.

No desenho ela representa dois pássaros que se entreolham e estão acima de um desenho que se assemelha ao tipicamente representativo da imagem de coração humano. Com relação ao título ela escolheu "liberdade".

O Desenho Estória -Tema apresentado por Tulipa (participante de número 29), também é representado por dois pássaros. A simbologia do pássaro possui entendimento intergeracional de que se correlaciona com a liberdade, e simbolicamente quando associado à figura feminina, tem sua significação associada ao ato de alçar voos, sair do ninho. Veiga (2021, p.34) enfatiza que "muitas mulheres entre o representativo de bater asas e a concretização do caminhar, escolheram os caminhos que

queriam seguir e, mesmo muitos homens tendo querido enraizá-las no chão, elas souberam alçar voos". No que tange a representação de mulheres-pássaros, a percepção de que esse entendimento é sobretudo intergeracional, é também ressaltado por Veiga (2021, p.34) quando a autora afirma:

> Graças a muitas mulheres pássaro do passado que temos o direito de escrever, ler votar, trabalhar, sonhar, continuar usando tanto nossos pés quanto nossas asas herdadas, para que novos voos ainda sejam alcançados e para que se permita a tantas outras mulheres, ainda não dotadas de asas, a também alçarem seus voos

Entendemos que o alçar voos referidos pelas participantes desse estudo, têm a significação associada ao empoderamento feminino, nesse caso especificamente, construído junto ao MMTR-NE.

Figura 3: Tema da participante 29

Nós mulheres rurais temos uma vida de contato com a natureza, com a vida natural, pela facilidade que se tem de pegarmos determinadas coisas dentro de nossa própria região, a gente não procura muito os médicos, e por isso o Movimento nos orienta por meio de debates, algumas reuniões, algumas oficinas temáticas. O conhecimento e a facilidade de termos o que precisamos para a nossa saúde sexual e reprodutiva no nosso quintal é o que possibilita a gente ter autonomia. (Part. 29, 52 anos, AL).

No momento do inquérito, a participante faz um discurso em que correlaciona seus conhecimentos sobre o uso de chás, a partir de plantas medicinais, com seu poder decisório sobre seu corpo. Esses conhecimentos, segundo a participante, foram aprimorados por meio de participação no MMTR - NE, e isso a incentivou a usar métodos naturais para evitar filhos e até com a finalidade de buscar cura para infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

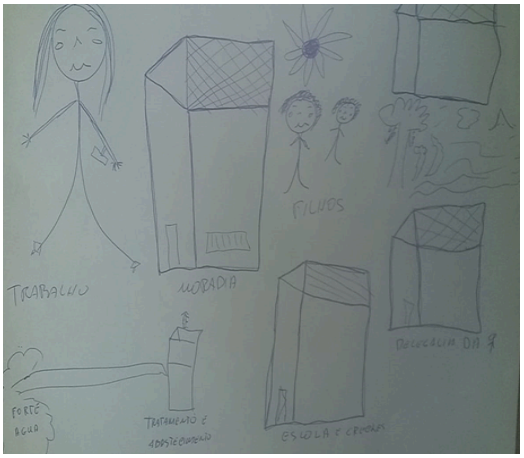
Para essa participante esses conhecimentos serviram como um fator libertador na sua vida sexual, pois ela relata que até conhecer o "poder" da medicina natural, enfrentou partos consecutivos, quando era muito jovem, sendo que para ela a falta de acesso às informações, contraceptivos e aos serviços de saúde pública efetiva pelas mulheres da sua comunidade, foram fatores fundantes para a limitação e não exercício de sua autonomia. Quando solicitado um título ao desenho, ela atribuiu: "Autonomia reprodutiva e sexual".

No que concerne a efetivação da autonomia sexual e reprodutiva por mulheres, Renk, Badalotti e Winnkcler (2010, p.371) observam que "no campo as relações de gênero historicamente, são marcadas pela subalternidade. As restrições em relação às mulheres reforçam estereótipos que possibilitam que elas sejam consideradas e tratadas como pessoas sem capacidade plena". Entretanto, como bem observa Scott (2010, p.24) "estudos mostram como o envolvimento em associações e movimentos ascende uma consciência sobre o poder de atuação política de mulheres rurais, seja de forma individual ou coletivamente".

Nessa pesquisa, foi perceptível que o acesso a novos conhecimentos, ascendeu em algumas participantes a vontade de mudar sua situação de vida, marcada pela coerção e submissão, ao participar do MMTR-NE, e com isso montar uma rede de apoio feminina.

Compreender as propostas do feminismo como passíveis de serem alcançadas, através da luta conjunta e conhecimento dos direitos femininos, trouxe a essas mulheres uma possibilidade de ressignificação de suas vivências. Corroborando com essa afirmação trazemos para a discussão o Desenho Estória - Tema realizado por Girassol (participante de número 30).

Figura 4: Tema da participante 30 (Girassol)



Autonomia para mim é fazer parte do movimento (MMTR-NE) porque ele me mostrou que não tem coisa melhor para nós mulheres do que ter nosso próprio dinheiro, decidir se quer ou não ter filhos, ter o direito e fazer o que quiser sem ser humilhada pelo marido. Esse ciclo que o movimento faz de autoestima, de descoberta de liberdade é maravilhoso. (Part. 30, 42 anos, RN)

Quando realizamos o inquérito a participante relata que fez representações do que realmente importa para uma mulher rural, e fez questão de descrever os itens imprescindíveis na perspectiva dela: Trabalho, moradia, filhos, comunidade, natureza, água, escola, creche e delegacia de proteção à mulher.

No desenho é possível perceber a centralidade da independência financeira, bem como a autoestima, ela desenha uma mulher de salto e com bolsa. Ressalta também a importância da conquista da moradia, ressalva que por ser Quilombola sabe a importância da conquista de terra, apesar de ter desenhado 'filhos', enfatiza que essa é uma decisão que cabe exclusivamente a cada mulher, usa o jargão 'meu corpo, minhas regras' eu decido e continua dizendo que o ideal é manter a independente de marido/companheiro, ser mãe solo, dentro das condições ideais. Ressalta nos traços do desenho a valorização da comunidade rural, bem como importância do acesso à água para essas comunidades, e tratamento adequado da água.

Outros aspectos que durante o inquérito fez questão de reforçar é a importância da rede de apoio para criação de filhos, associada por ela a escolas e creches disponíveis e acessíveis para mulheres rurais, bem como uma rede de apoio de inibição à violência de gênero representada por ela pelo desenho da delegacia de apoio às mulheres. Quando solicitada que atribuísse um título ele o fez com a seguinte frase: "O

MMTR-NE é transformação, é reconhecimento, é você saber onde você está!"

Ao analisarmos a perspectiva dessa participante relacionada à desassociação de um marido ou companheiro diante do desempenho da parentalidade feminina, compreendemos que a relação matrimonial heteronormativa é entendida como um dos fatores que contribuem para a manutenção das desigualdades sociais de gênero, visto que nesse tipo de relação predomina a divisão sexual do trabalho desigual, o que tem potencial para manter as mulheres em condição de subordinação. No caso das trabalhadoras rurais esta desconformidade é ainda maior, pois sua jornada laboral tende a ser ainda maior do que a de mulheres que vivem na zona urbana, inclusive no que tange ao esforço físico necessário para desempenhar a lida na lavoura.

Para Costa (2000):

> O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir

O reconhecimento de que as mulheres passam por problemas específicos é um dos principais argumentos legitimadores dos movimentos de mulheres que veem a autonomia como central, às suas demandas e que entendem que suas reivindicações relacionadas a gênero sempre foram secundárias nos espaços institucionais (STEPHEN, 1996). Por assim ser, os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais ajustaram seus discursos de modo que conceitos como opressão, liberdade, igualdade, justiça, emancipação, solidariedade, poder e dominação, justificam sua existência histórica (CAMURÇA, 2007).

A necessidade de incorporar mulheres rurais nas posições de liderança fica mais evidente, a partir do momento em que o MMTR-NE ganha visibilidade e força inclusive no movimento feminista. Sobre o conceito de posição Costa (2000), infere que "Posição é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos e ao poder comparado aos homens".

Ainda nos anos 80, as feministas passaram a criticar as intervenções que não diferenciavam entre a "condição" e a "posição" das mulheres na sociedade. Essa diferenciação foi discutida por Molyneux (1985) ao enfatizar que os interesses estratégicos de gênero se referem à mudança da posição das mulheres na sociedade, sendo que a mudança na posicionalidade feminina é uma conquista resultante da ação coletiva. Em consonância com este argumento Young (2000) refere que estar posicionada similarmente no campo social gera uma perspectiva social cuja inclusão na discussão pública pode ser promovida por processos de representação de grupos.

Para Bourdieu (1989):

> As representações dos agentes variam segundo sua posição e os interesses que estão associados a ela e segundo seu habitus como sistema de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social. O principal fator responsável pelas variações das percepções é a posição no espaço social.

Neste aspecto, quando mulheres assumem posições que são majoritariamente ocupadas por homens, estas mulheres podem assumir o papel de dominação, assumindo vieses que extrapolam as relações de gênero. Entretanto, quando isso ocorre num contexto de liderança, com o objetivo de representação de um grupo, é provável que sejam geradas alternativas para que a liderança assumida atenda às necessidades conjuntas sem que haja a interferência da posicionalidade das envolvidas.

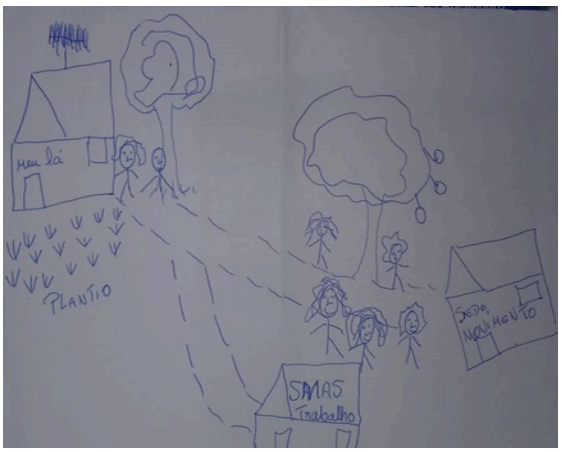
Para Alvarez (2014) os campos discursivos de ação movimentistas estão sempre minados por desigualdades e relações desiguais de poder, entretanto esta neutralidade diante de uma posicionalidade diferenciada não é possível, pois as castas de privilegiamento, indiscutivelmente ocorreram.

Giuliani e Mieli (1989) ao analisarem diferentes experiências femininas em gestões sindicais apontam para a ambiguidade de posições, sinalizando que ao assumirem posições de liderança muitas mulheres acabam assumindo a opressão contra suas companheiras de luta, visto que predomina uma crença de incompatibilidade entre o feminino e o poder. Estas atitudes incompatíveis com as prerrogativas de movimentos sociais feministas, são repudiadas pelo MMTR-NE, que

associa este tipo de liderança descaracterizada do feminismo aos sindicatos, devido a sua tradição de opressão, sobretudo no que concerne às mulheres.

As integrantes do MMTR-NE, pautam a defesa de lideranças democraticamente escolhidas, e que possuam a responsabilidade de valorizar a diversidade e partilhar responsabilidades, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma sociedade igualitária no que concerne a gênero, raça e classe. No intuito de aumentar a representatividade feminina e rural no campo político, algumas lideranças rurais lançaram-se candidatas municipais nas últimas eleições (2020), nesse sentido temos a contribuição da participante Orquídea (participante de número 16) que fez sua representação gráfica, inerente ao Desenho Estória Tema, centrada na sua própria experiência enquanto candidata nas eleições municipais. Para essa participante, sua condição de mulher, cadeirante, rural e negra, foram fatores determinantes para o seu resultado eleitoral desfavorável.

Figura 5: Tema da participante 16 (Orquídea)



Essa é minha estória: Eu fui candidata nas eleições municipais a vereadora, sofri muito preconceito por ser mulher, negra, cadeirante e da zona rural. Na politica em geral o machismo supera. Quando a gente, mulheres de Movimento Social, entramos na politica, a gente não entra pensando em enricar. A mulher de Movimento quando entra na politica é pensando em melhorar a sua comunidade. Na nossa cidade as mulheres que foram eleitas eram mulheres de ex-prefeitos. Eu tenho meu trabalho, minha casa e o MMTR-NE. Não sou mulher de ninguém. (Part.16, 42 anos, MA).

Durante o inquérito a participante relata que o desenho feito por ela representa a superação após eleições municipais, da qual participou enquanto candidata a vereadora e sofreu violência relacionada a gênero, racismo, e por conta da sua deficiência física.

Nessa perspectiva, Silva (2019) nos alerta sobre a importância de colocarmos as lentes de gênero diante de situações similares às mencionadas pela participante Orquídea diante de uma disputa eleitoral

no Brasil, seja essa disputa municipal, estadual ou federal, para a autora supracitada a tendência é constatarmos o caráter androcêntrico da democracia, o que invariavelmente nos levará a questionar se de fato, a universalidade e a cidadania feminina têm sido respeitadas.

Em consonância com as reflexões realizadas por Silva (2019), evidenciamos neste estudo que o período eleitoral tem propiciado o desvelamento do sexismo que está intrínseco na prática política cotidiana brasileira.

Para mulheres que se propõem a se candidatar em pleitos eleitoreiros não é rara a vivência de situações de violência velada ou explícita. Nos relatos de Orquídea sua experiência na arena política, lhe causou imenso sofrimento psicológico.

A participante refere que sua superação é embasada no seu lar, no plantio, na sua participação no MMTR-NE, que são também fonte de seu empoderamento. No desenho é possível identificar a representação gráfica da residência da participante, do ambiente rural, do local de trabalho e da sede do MMTR-NE (MA), há ainda a representação de mulheres caminhando juntas.

Ao desenhar objetos que fazem parte de suas referências cotidianas, diante de uma narrativa de decepção motivada por questões políticas eleitorais, a participante demonstra as medidas adotadas por ela para a superação das vivências eleitorais.

O fato de que, para ela, mulheres que tinham envolvimento com homens que detém poder local, terem sido eleitas à cargos públicos, situação oposta à dela, tem também uma confluência nas questões de privilégios, o que é perceptível quando esta participante faz referências à importância da manutenção de boas relações para a facilitação nos atendimentos em espaços públicos.

Quando solicitado que fosse atribuído um título ao desenho a participante o fez, com a seguinte frase: “De tudo não foi uma luta perdida”. Apesar dela não ter conquistado o pleito eleitoral, e segundo seus próprios relatos ter sofrido diversas formas de violência nesse período, a possibilidade de estar em um espaço de poder enquanto candidata, tornou exequível para a mesma condições de expor suas necessidades e ajudar mulheres da sua comunidade.

O fato de ser vista como uma liderança em potencial no seu município, para a participante em questão lhe proporcionou inclusão no

emaranhado de possibilidades que vão além das socialmente atribuídas às mulheres rurais, possibilitando a essa mulher expectativas de galgar vivências no espaço público.

Ocupar um espaço diferenciado, sendo vista e ouvida como alguém cujas opiniões merecem destaque na comunidade a que está inserida é uma forma de influir nas desconstruções sociais da opressão feminina, diante de uma sociedade marcadamente patriarcal.

Além disso, estas mulheres nordestinas têm se diferenciado no que tange aos movimentos sociais, por sua fidelidade às pautas do grupo que representam, inclusive preparando de forma contínua outras mulheres da comunidade para assumirem postos de liderança.

Considerações finais

Acreditamos que, para compreendermos os caminhos trilhados pelos movimentos de mulheres rurais não é suficiente analisá-los apenas através da perspectiva teórica, as questões inerentes à representatividade e posicionalidade, podem ser melhor desveladas *in locus,* onde o movimento de fato acontece, e o cotidiano destas mulheres pode ser desvendado.

A importância de desvendar o cotidiano da mulher rural atuante em movimento social se dá sobretudo para se ressaltar às reais conquistas nesse espaço em que a dominação masculina sempre foi imperativa, e o empoderamento feminino surge com força e união, entretanto com muitos obstáculos a serem superados.

Diante da inter-relação entre fundamentação e relatos construídos a partir de perspectivas gráficas fundamentadas pelas participantes do estudo, entendemos o MMTR-NE, como um movimento que se apresenta como feminista, e que portanto respeita às questões inerentes as perspectivas sociais de representação, além disso, que não se rendeu às idiossincrasias dos sindicatos e portanto possui uma autonomia inclusive para a escolha das lideranças regionais.

Ao refletirmos sobre as questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais, suas aptidões diante da luta cotidiana contra a opressão feminina, o empoderamento enquanto potencialidade de

transformações significativas das relações sociais desiguais, conseguimos visualizar os limites práticos para a real transformação social, desejada por este movimento.

Ressaltamos como um dos principais limites para essa transformação social desejada o difícil combate à cultura machista, misógina, e por conseguinte em consonância com o patriarcado, sobretudo na conjuntura política de retrocessos vividos no governo Bolsonaro, em que os direitos das mulheres foram questionados e subjugados.

Assumimos que apesar das insignes dificuldades este movimento de trabalhadoras rurais possui potencialidades infinitas, visto que as mulheres que estão a frente dele, constantemente vêm mostrando sua força e desejo de mudança.

Sem pretensões conclusivas, ansiamos pela realização de novos trabalhos sobre a temática com imersão presencial no campo de estudo, o que foi impossibilitado nesta pesquisa pela emergência em saúde pública existente no país na época da coleta de dados.

Acreditamos que novas experiências de estudos possibilitarão o maior entranhamento nas vivências destas mulheres que de fato têm mostrado por décadas a capacidade de (re)existir apesar das imensas dificuldades.

Referências

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade,* v.15, 2016. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261

ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos PAGU,* v.43, p.13-56, 2014. http://dx.doi.org/10.1590/0104-83332014000430013

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. IN: SEN, G; GERMAIN A; CHEN, L.C (eds.*), Population*

policies reconsidered: health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press. 1994. p.127-138.

BORDALO, C. A. Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco. In: Seminário internacional fazendo gênero– corpo, violência e poder, 8., 25-28 ago. 2008, Florianópolis. *Anais eletrônicos*. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/autores.html. Acesso em: 03 de julho de 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURNHEIM, J. *Is Democracy Possible?* Cambridge: Polity Press, 1985.

CAMURÇA, S. M.S. Nós Mulheres e nossa experiência comum. *Cadernos de Crítica Feminista,* n. 0, Ano I, 2007.

CARVALHO, Evanilda Souza de Santana. *Viver a sexualidade com o corpo ferido:* representações de mulheres e homens. 2010. 256 f. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: http://www3.pgenf.ufba.br/tesesdissertacoes/2010/TESE/9%C2%AA%20def.%20de%20Tese%20-%20Evanilda%20Souza%20-%2009-06-10%20(1).pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

COSTA, A. A. *"Gênero, Poder e Empoderamento de Mulheres*" 2000. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 07 de julho 2019

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DERRIDA, Jacques. "Différance". IN: *Speech and phenomena and other essays: Husserl's theory of signs*. Evanston, IL: Northwestern University Press, 1973.

FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder e Saber*. Manoel Barros da Motta (org). Vera Lucia Avellar Ribeiro (trad). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GIULIANI, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sin-dical do NE, 1976-86. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989. p. 255-300.

LEÓN, M. "El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género". *La Ventana*, n. 13, p.94-106, 2001.

MESTRINER, S. M. M. E. *Procedimento de Desenhos-Estórias:* emprego como forma de entrevista psicológica. In: TRINCA, W. (Org.) Procedimento de Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. São Paulo: Vetor, 2013, p.77-106.

MMTR–NE (Caruaru). Publicações do MMTR–NE. 2019. Disponível em: http://www.mmtrne.org.br/publicacoes.php. Acesso em: 20 maio 2019.

MOLYNEUX, M, Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution. *Feminist Studies,* v.11, n.2, p.227-254, 1985.

RENK, A.; BADALOTTI, R. M.; WINKCLER, S. Mudanças socioculturais nas relações de gênero e intergeracionais: o caso do campesinato no

Oeste Catarinense. IN: SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES R (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, 474p.

SARDENBERG, C.M.B. *Liberal vs Liberating Empowerment*: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. Brighton: IDS: Pathways of Women's Empowerment, Pathways Working Paper, 2009.

SCOTT, P. *Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações*. IN: SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES R (Orgs). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, 474p.

SILVA, S. M. Eleições 2018: O lugar das mulheres nas chapas majoritárias. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 4, p. 90–122, 2019. https://doi.org/10.9771/cgd.v4i4.29349

STEPHEN, Lynn. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Zander. *Política, protesto e cidadania no campo*. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 1996.

TRINCA, W. *Procedimento de desenhos-estórias*: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões. 1ª ed. São Paulo: vetor, 2013.

VEIGA, S. R. B. Mulheres-pássaro, entre o bater das asas e o caminhar: a representação e a transformação da mulher em narrativas orais. *Revista Confluências Culturais*, v. 10, n. 1, p. 24-35, 2021. Disponível em: http://periodicos.univille.br/index.php/RCC/article/view/791. Acesso em 01 out de 2022.

WITTIG, M. *Pensamentos feministas conceitos fundamentais*. IN: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org). Cap. 1 Gênero e método. Não se nasce mulher. RJ: Bazar do tempo, 2019 p. 83-92.

YOUNG, I. M. *Representação Política Identidade e Minorias*. Lua Nova, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67. Acesso em: 04 jul 2019

Representation and Positionality in the rural context from the perspective of women from the Northeast Rural Working Women's Movement (MMTR-NE)

ABSTRACT: This article aimed to understand the motivations that led rural women workers from the Northeast to organize themselves in social movements, emphasizing the importance of the social representation of the group, incorporated by the movement, in addition to discussing how the experiences in the Movement of Rural Workers of the Northeast (MMTR-NE) , influences the social interrelationships of women. This study was carried out in a qualitative way, whose data were generated through the Story-Theme Drawing technique (DET). 31 women participated in the study, between January and March 2021. The research that generated this article emerged from the doctoral thesis, carried out within the scope of the Federal University of Bahia, in the Graduate Program in Nursing and Health and was approved by CEP/UFBA with CAAE nº: 37002720.1.0000.5531 Two categories were empirically created: Movement of Rural Women Workers of the Northeast: The fight for a feminine space where patriarchy created the stereotype of the “male goat” and Female leadership members of social movements: The fight for a socially acceptable power. After analysis, it was shown that the MMTR-NE respects the social perspectives of representation and did not surrender to the idiosyncrasies of the unions. Despite the outstanding difficulties, the female empowerment recognized in the members of this movement has immense potential for transforming unequal social relations.

KEYWORDS: Women. Rural Workers, Social Movement. Empowerment. Unequal Gender Relations.

Claudia Suely BARRETO FERREIRA,
Docente na Universidade do Estado da Bahia
curso de Graduação em Enfermagem
https://orcid.org/0000-0002-9801-9169

Silvia Lúcia FERREIRA,
Enfermeira e docente na Universidade Federal da Bahia

Recebido em: 20/05/2023
Aprovado em: 24/10/2024

ISSN 2525-6904

DOSSIÊ

Carreira versus maternidade: desafios vivenciados pelas pilotas de linha aérea

Patrícia Nazário Leal Silveira, *Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais e Centro Universitário de Formiga (MG)*

Carolina Maria Mota-Santos, *Pontifícia Universidade Católica (MG)*

Manoel Bastos Gomes Neto, *Pontifícia Universidade Católica (MG)*

Resumo. O objetivo desta pesquisa é compreender quais os desafios da carreira e maternidade são vivenciados pelas pilotas de linha aérea. A pesquisa é qualitativa de natureza descritiva. Utilizou-se as técnicas de snow sampling (conhecida no Brasil como bola de neve) e a saturação dos dados. A coleta das informações ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e a análise se deu por meio da análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa ratificam que a profissão ainda é tida como masculina, apesar do crescimento de mulheres nesta profissão. Nota-se que elas buscaram primeiro um crescimento na profissão para depois realizarem o desejo de serem mães. Elas enfrentam o preconceito no exercício de suas funções, são marcadas pela forte identificação com o trabalho, ligadas à maternidade, além de sentimento de culpa e sobrecarga. Ademais, o estudo apresenta os desafios em relação a vida profissional, tais como, pressão maior para as divorciadas, rede de apoio presente até em outros países e, lazer, como uma dimensão inexistente.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Carreira. Pilota.

Introdução

Mesmo com todas as conquistas femininas no mercado de trabalho, na aviação quase não se fala em crescimento profissional do público feminino (PUCKETT e HYNES, 2011; OPENGART e GERMAIN, 2018). O setor é marcado por uma extrema disparidade de gênero, mesmo não existindo diferenças significativas no nível de habilidade entre estes profissionais (PUCKETT e HYNES, 2011). De acordo com a *International Society of Women Airline Pilots* (ISWAP, 2020), a representatividade feminina na profissão de piloto de avião é considerada muito baixa no mundo todo, com média de 5,26%.

As mulheres na aviação tiveram que se adaptar à cultura masculina para sobreviver, agindo no trabalho em conformidade com os comportamentos estabelecidos para e pelos homens (DAVEY e DAVIDSON, 2000). A literatura também destaca outras barreiras que dificultam a inserção da mulher como pilota de linha aérea, tais como: falta de mulheres (modelo) como pilotos de avião; ambiente projetado para os homens e que não atende às necessidades das mulheres; falta de confiança e apoio a atuação feminina no setor (e.g. MARINTSEVA *et al.*, 2022; GERMAIN, HERZOG e HAMILTON, 2012).

Existe, por parte de alguns pilotos, atitudes de sexismo e assédio que podem provocar isolamento e diminuir a percepção de autoeficácia nas mulheres (e.g. YANIKOĞLU et al., 2020; POLITANO e WALTON, 2014), bem como outras violências veladas (e.g. MILLS et al., 2023; CASEBOLT, 2023; SANTOS e ROCHA-COUTINHO, 2010). Além disso, a profissão é marcada por extensas jornadas de trabalho com pouco tempo de descanso e trabalho noturno (MARQUEZE *et al.,* 2017). Somado a ausência de políticas favoráveis à família, principalmente para as mulheres que desejam ser mães e precisam conciliar as demandas do trabalho com a vida familiar, o que afeta diretamente sua percepção de bem-estar no trabalho e aumenta os níveis de estresse (CEMBRANEL, FLORIANO e CARDOSO, 2021; SANTOS; ROCHA-COUTINHO, 2010; WIDYAHENING, 2007).

Cabe reforçar que apesar dos avanços consideráveis quanto ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que elas tenham um tratamento equânime em relação àquele dispensado aos homens referentes as atividades do lar (MEDEIROS e CAMPOS, 2020). Assim, as mulheres se deparam com

inúmeras barreiras para sua ascensão profissional diante do dilema em dar continuidade a suas carreiras depois da maternidade (REIS, MOTA-SANTOS e TEIXEIRA, 2021; CERIBELI e SILVA, 2017). Nesse seguimento, as concepções sobre maternidade e carreira fazem com que as mães criem estratégias para conciliar os múltiplos papéis, mas em alguns casos, por se acharem como únicas capazes de cuidar do filho, surgem os sentimentos de ansiedade e insatisfação (BELTRAME e DONELLI, 2012). Na carreira de piloto, estes sentimentos podem se tornar ainda mais evidentes, uma vez que a demanda do trabalho pode fazer com que haja uma terceirização demasiada com os cuidados da criança. Neste sentido, este estudo tem como objetivo compreender quais os desafios da carreira e maternidade são vivenciados pelas pilotas de linha aérea.

A contribuição desta pesquisa está em mostrar quais as estratégias utilizadas pelas pilotas e mães para conciliar os papéis do trabalho e família, de forma a incentivar que um número maior de mulheres possa ingressar nesta carreira. No contexto prático, este estudo pode auxiliar os profissionais que atuam na área de gestão de pessoas, servindo como base para estabelecer ações para que as pilotas lidem com os conflitos existentes entre o trabalho e a família, além de servir como ponto de partida para que sejam construídos programas que considerem a família parte integrante da vida profissional.

Este estudo também contribui e amplia o debate sobre os desafios de gênero, carreira e maternidade, refletindo sobre um campo majoritariamente masculino e pouco explorado. Por fim, buscas realizadas na Web of Science, SPELL e no site do principal evento de administração – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), comprovam a lacuna teórica sobre carreira e maternidade de pilotas de linha aérea. Assim, essa pesquisa avança para o preenchimento desse hiato, marcado pelo ineditismo e singularidade do contexto brasileiro, uma vez que poucos trabalhos abordam este tema (PELLEGRINO, 2016).

Carreira *versus* Maternidade

A partir do momento em que as mulheres começaram a ocupar o mercado de trabalho, tornaram-se mais complexas as relações entre carreira e família, uma vez que as responsabilidades familiares passaram

a ser combinadas com a vida profissional (BARBOSA *et al.,* 2010). Essa cobrança das demandas do trabalho e do lar está imbricada na divisão sexual do trabalho, a qual historicamente, atribui à figura masculina o espaço público, a ideia de força, independência, autoridade e responsabilidade pelo provimento financeiro; enquanto a figura feminina é vinculada ao amor materno, ao cuidado com os familiares e com o lar, bem como a abdicações pessoais em prol da família.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007) essa divisão sexual do trabalho vai além de uma simples forma de separação do trabalho social decorrente das relações sociais, mas atua principalmente como um fator prioritário para a sobrevivência das relações social entre os homens e as mulheres. Além disso, as autoras afirmam que essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher).

Diante desta compreensão, as mulheres que ocupam o espaço público e se inseriram no mercado de trabalho, se deparam por um conjunto de cobrança profissional e familiar, e enfrentam uma maior dificuldade de conciliar os papéis. Esse desafio torna-se ainda mais complexo para as mulheres em cargos de gestão, pois, apesar de estudarem e trabalharem mais do que seus colegas homens que ocupam cargos semelhantes, as mulheres, na maioria das vezes, ganham menos e dispõem de menos tempo livre (FERREIRA, SILVA, SILVA E SOUSA, 2017).

No início da carreira - compreendida neste estudo como sinônimo de emprego assalariado (Bendassoli, 2009) e posição de um profissional em uma organização (Silva et al., 2012) - as mulheres se comprometem mais com o trabalho, colocando em segundo plano questões consideradas socialmente mais importantes para elas, tais como: família, saúde e lazer (SOUZA, LOPES e HILAL, 2017). Fiorin, Oliveira e Dias (2014) afirmam que algumas delas consideram que a maternidade pode oferecer realização pessoal, no entanto, acreditam que isso possa representar um empecilho para seu crescimento profissional, uma vez que, em algumas situações, terão que renunciar a planos vinculados ao trabalho para se dedicarem às questões familiares.

Especificamente em relação às pilotas, Santos e Rocha-Coutinho (2010) alertam que, embora a maioria queira ser mãe, elas acreditam que

terão dificuldade em conciliar a carreira com a maternidade em função da profissão que exercem, tendo em vista as: i) extensas jornadas de trabalho; ii) mudanças frequentes de cidade e estado; iii) falta de tempo adequado para a recuperação do condicionamento físico após o parto.

McCarthy *et al.*, (2015) registraram em sua pesquisa que voar era mais adequado para os homens, porque eles não têm filhos ou não possuem a responsabilidade da maioria dos cuidados infantis, enquanto as mulheres, apesar de não terem experiência pessoal direta de combinar a carreira de piloto com a maternidade, reconheciam que isso se tornaria um problema. Para os autores, os compromissos entre casa e a carreira, como listas de tripulação, viagens de longo curso, horas e noites fora de casa, acabam atrapalhando o arranjo doméstico e exige boa rede de apoio para manter a vida familiar normal sem se ausentar do trabalho.

Para Sivatte e Guadamillas (2014), algumas empresas têm começado a oferecer o que se conhece como medidas de conciliação da vida familiar e trabalho. Algumas dessas medidas permitem ao funcionário a flexibilidade de horários (os horários de entrada e saída na empresa são flexíveis), teletrabalho, possibilidade de redução de jornada de trabalho ou de se ausentar por algumas horas ou dia por alguma ocasião. Entretanto, na opinião de Ceribeli e Silva (2017), apesar de extremamente importantes para garantirem condições às mulheres que têm filhos de permanecerem no mercado de trabalho, estas estratégias ainda não são amplamente adotadas no meio empresarial.

No caso das pilotas de avião, o teletrabalho e a possibilidade de se ausentar por algumas horas é inviável diante das características da profissão. Além disso, enquanto outras profissões buscam flexibilizar os horários para os funcionários, as empresas de linhas áreas na tentativa de aumentar a produtividade, impõem regras aos pilotos, pagando um salário-base e uma cota variável de quilômetros voados. Consequentemente, dificultando a conciliação entre a esfera do trabalho e do lar, ficando ao sujeito os agravos que decorrem desse ato, como fadiga, estresse, doenças profissionais, entre outros (ITANI, 2009).

As atividades domésticas geralmente são divididas com o cônjuge, parentes próximos ou empregados domésticos, para as tarefas de casa; ou com babás, para cuidado dos filhos menores (STROBINO e TEIXEIRA, 2014). Mesmo que a família tenha práticas de terceirização no cuidado dos filhos e das atividades domésticas, o acompanhamento destas atividades é maior para a mãe e não para o pai (TANURE, CARVALHO

NETO e ANDRADE, 2007). Por exemplo, dados do IBGE (2022) apontam que mulheres ocupadas dedicam, em média 6,8 horas a mais que os homens ocupados, aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos, o que afeta diretamente a ocupação destas mulheres. Além de ocasionar sobrecarga e adoecimento (MOTA-SANTOS, AZEVEDO, LIMA-SOUZA, 2021).

Além disso, cabe reforçar que o cuidado com a família não está relacionado somente à doença. Constitui uma forma mais abrangente de "doar" parte de sua vida em função de outra pessoa e está relacionado à atenção, à responsabilidade, ao zelo, à dedicação e ao compromisso (MOSER e PRÁ, 2016). Assim, falar de cuidado é falar de subalternizações, sobreposição de determinadas vidas em detrimento de outras e retirada de direitos.

Por fim, cabe salientar que ter uma rede de apoio é de extrema importância, pois permite que os pilotos consigam exercer suas funções sem tantas preocupações. Entretanto, mesmo com este apoio, os estudos sobre carreira e maternidade apontam a existência de um sentimento de culpa e frustração por parte destas mulheres, no comprometimento com o trabalho e a família. Um sentimento que não há eficácia em nenhuma das duas áreas (MCCARTHY *et al.*, 2015). A Tabela 1 expõe as principais categorias discutidas na literatura quando se fala em Carreira *versus* Maternidade.

Tabela 1 - Principais categorias discutidas na literatura sobre carreira *versus* maternidade

Carreira versus Maternidade (diversas profissões)	**Autores**
Postergam a maternidade	Souza *et al.*, 2017
Abdicam de terrem filhos por causa da carreira	Lope *et al.*, 2014
Abdicam de terem filhos por causa da falta de um companheiro	Maluf & Kahhale, 2010
Abdicam de terem filhos por causa de condições financeiras	Maluf & Kahhale, 2010
Necessidade de rede de apoio*	McCarthy, *et al*, 2015 Tanure *et al.*, 2007 Strobino & Teixeira, 2014

Interesse e medo em relação a maternidade*	Santos & Rocha-Coutinho, 2010
Dificuldade em conciliar carreira e filhos*	Santos & Rocha-Coutinho, 2010
Sentimento de culpa e frustração *	McCarthy *et al.*, 2015

*Esses dados aparecem em pesquisas com pilotas de avião

Fonte: Elaborado pelos autores

Metodologia

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, na qual buscou-se compreender quais os desafios da carreira e maternidade são vivenciados pelas pilotas de linha aérea. A pesquisa teve como requisito a participação de mulheres casadas, ou que tivessem a experiência do casamento e tivessem pelo menos um (a) filho (a), para que fosse possível identificar os desafios da carreira e maternidade. Cabe salientar a dificuldade do agendamento e realização da entrevista, devido a escala de voos (às vezes elas ficam seis dias fora de casa por semana) e pelo pouco tempo que possuem para ficar com a família, em alguns casos, entre o primeiro contato e o dia agendado, transcorreram quase 30 dias.

As participantes foram acessadas por meio de indicação, e estas por sua vez, indicavam outras, utilizando-se desta forma a técnica de *snowball sampling*, conhecida no Brasil como bola de neve (VINUTO, 2014). O roteiro semiestruturado contava com perguntas que visavam trazer à tona aspectos da carreira e maternidade. Ao todo, foram contatadas 11 mulheres, entretanto, apenas 7 delas aceitaram participar da pesquisa ou se encaixavam nos requisitos mencionados anteriormente. A tabela 2 apresenta o perfil das entrevistadas.

Tabela 2 - Perfil das entrevistadas

Entrevistas	Idade	UF	Estado civil	Função	Número de filhos	Idade dos filhos
E1	42	Minas Gerais	divorciada	comandante	1	8 anos
E2	36	Minas Gerais	casada	copilota	2	4 e 14 anos
E3	41	São Paulo	casada	comandante	1	8 anos
E4	56	São Paulo	casada	comandante	2	18 e 22 anos
E5	50	São Paulo	casada	ex-comandante	2	13 anos
E6	54	Geórgia	casada	ex-comandante	1	21 anos
E7	41	São Paulo	divorciada	comandante	1	1 ano e 6 meses

Fonte: Elaborado pelos autores

Foram realizadas duas entrevistas presenciais nas cidades de Lagoa Santa e Belo Horizonte, ambas no estado de Minas Gerais, e as demais por chamadas de vídeo em virtude da distância entre as pesquisadoras e as entrevistadas (quatro entrevistadas moravam no estado de São Paulo e uma morava no estado da Geórgia, nos Estados Unidos). Nessa pesquisa foi escolhido o critério de saturação dos dados. As entrevistas foram interrompidas na medida em que os resultados da entrevista pareceram redundantes ou repetitivos (FONTANELLA, RICAS e TURATO, 2008).

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente, transcritas, com a devida autorização das participantes. Os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2010). O caminho percorrido pela análise de conteúdo perpassou as entrevistas realizadas com as pilotas, sendo possível, com base nas palavras-chave, descodificar as informações e separar em categorias, conforme recomendado por Bardin (2010) e Vergara (2005). Neste caso foi possível estabelecer duas categorias de análise: (1) afazeres relacionados a carreira e (2) afazeres relacionados à vida pessoal.

Apresentação e Análise dos Resultados

A partir da exploração do material foram encontradas duas categorias: a primeira categoria abrange os afazeres relacionados a carreira. Por meio das subcategorias foi possível conhecer melhor sobre a profissão e seus desafios, questões relacionadas ao gênero e como é a jornada de trabalho das pilotas de linha aérea. A segunda categoria está relacionada aos afazeres da vida pessoal. Através das subcategorias ficou evidente como as pilotas de linha aérea usam seu tempo no cuidado com os filhos, foi possível, ainda, identificar as atividades relacionadas ao lazer destas profissionais. A leitura das categorias possibilita identificar como as demandas do trabalho e da família se confrontam e as estratégias que as mulheres utilizam para se adaptar as exigências e conciliar a vida dupla. Essas categorias foram decompostas em subcategorias, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Categorias de análise de conteúdo

Categorias	Subcategorias
Afazeres relacionados a carreira	- A importância da profissão e seus desafios
	- Questões relacionadas ao gênero
	- Jornada de trabalho
Afazeres relacionados à vida pessoal	- Uso do tempo para cuidado dos filhos
	- Tempo de não trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores

Afazeres relacionados à carreira

Importância da profissão e seus desafios

O primeiro ponto de destaque na pesquisa relacionada à carreira é o quanto a profissão é importante para elas. Todos as pilotas entrevistadas relataram que amam o que fazem e na maioria dos casos, o interesse pela profissão veio desde a infância, como pode ser visto a seguir: "*Sempre quis ser pilota. Fui comissária durante sete anos, imaginava que ser pilota era um sonho difícil de alcançar e que ser comissária iria suprir*

este sonho, e não foi. Fiz as horas de voo e hoje me sinto super-realizada na profissão" (E1). Sentimento também relatado pela E3: "*Por gostar demais e por ter tido a oportunidade então de iniciar, eu me dediquei muito a isso. É uma coisa que gosto de fazer, sempre gostei de fazer*".

Uma das entrevistadas, que atuou na linha aérea por 17 anos, comenta que *"é uma profissão que tem que se doar e estudar muito e que, apesar de o escritório ser "pequenininho", a vista é maravilhosa*" (E5). Essa entrevistada, ao mencionar que o escritório é pequenino, na verdade está se referindo à cabine do avião, que é bem pequena, mas que proporciona uma vista esplêndida. A E7 conta que: "*Você tem que ter um dom pra estar ali. Você tem que gostar de estar (...) ter dedicação, você precisa se reciclar constantemente*".

Para ingressar na linha aérea não é necessário ter curso superior, entretanto, isso é um diferencial, haja vista a dificuldade para conseguir ser selecionado para trabalhar em uma companhia aérea. Uma das exigências da profissão é a necessidade de se manter em constante atualização. Os pilotos precisam sempre praticar simuladores de voo, testes de inglês, além de outros cursos na área. De acordo com E3, o profissional deve fazer um curso específico do equipamento em que voa, mas, antes disso, precisa ter a carteira geral para depois fazer o curso daquele equipamento. Ainda de acordo com a entrevistada, em torno de três vezes ao ano ela participa de cursos, sendo um teórico e dois práticos, conforme exigências da ANAC. Além disso, o teste de proficiência em inglês (Organização Internacional da Aviação Civil - ICAO) deve ser realizado periodicamente, podendo ser a cada dois anos ou a cada cinco anos.

Como toda profissão, a carreira de piloto também tem suas desvantagens. Um dos desafios da carreira é em relação aos relacionamentos amorosos e falta de tempo para conhecer outras pessoas Todas as entrevistadas casadas possuem cônjuges que são da mesma área, trabalham no ramo da aviação. A E4 relata que conheceu seu marido quando iniciou a carreira: "*Na época ele era instrutor e eu tinha que refazer todas as revalidações das carteiras, foi aí que eu o conheci. Ele trabalha tanto quanto eu*". Esses dados corroboram a literatura. De acordo com Santos e Rocha-Coutinho (2010), devido à distância física, alguns desses profissionais optam por não se casar, quando se casam, preferem alguém da área. Ao ser questionada sobre os desafios da profissão, uma das entrevistas diz o seguinte:

> Desafio... é buscar fazer o trabalho bem-feito a cada dia, porque eu acho um desafio, porque eu amo o que faço, mas é um desafio todo dia você ir buscar fazer o seu melhor da melhor maneira possível... porque você está lidando com vidas e com valores que não têm valor, é imensurável o valor de uma vida. Então, é um desafio para você lidar a cada dia, mas, ao mesmo tempo se torna fácil, porque é algo que você gosta de fazer. Então eu não vejo como um problema, mas sim como um desafio diário que te motiva a todo dia a estar fazendo o seu trabalho (E3).

Para outra entrevistada, hoje o maior desafio é ficar longe da família e *"conciliar a maternidade com a profissão"* (E7). *"Então, a maior dificuldade que tenho é estar muito tempo fora de casa com pouco tempo para dedicar à família, o convívio familiar e social"* (E2). A dificuldade de conciliar o trabalho e a família e as estratégias para contornar essa situação também foram lembradas por outras pilotas.

Questões relacionadas ao gênero

Uma das entrevistadas, que atuou por 31 anos na aviação (E6), comentou sobre a dificuldade para ingressar na profissão, por ser mulher. Não havia mulheres na companhia aérea naquela época e por diversas vezes escutou do próprio diretor da empresa: *"Só por cima do meu cadáver"*. Segundo a entrevistada, outra pretendente ao cargo de pilota também ouviu do diretor com todas as letras que eles jamais iriam deixar uma mulher ingressar e os motivos não eram técnicos, não existiam motivos, eles diziam por que não queriam e pronto. As coisas só mudaram porque o presidente da empresa que dizia "*só por cima do meu cadáver*" faleceu e a companhia aérea concorrente contratou uma pilota. Depois disso, a entrevistada disse que a companhia aérea fez a seleção sem distinção de gêneros, e aí ela teve a possibilidade de ser a primeira mulher a voar pela companhia.

Mesmo com todas as conquistas da mulher no mercado de trabalho, na aviação o crescimento não ocorreu da mesma forma (Opengart & Germain, 2018). Uma das entrevistadas (E2) comenta que quando começou a trabalhar como pilota, há cerca de 15 anos, eram, contando com ela, apenas três mulheres. Mesmo depois de todo esse tempo, existem cerca de 50 mulheres atualmente para mais de 1.000 homens. Ela diz que batalhou muito para conseguir entrar na linha aérea. Foi a

primeira mulher a se formar em Ciências Aeronáuticas em Minas Gerais, sendo considerada a melhor aluna da classe. Trabalhou um tempo como comissária de bordo e realizou vários cursos na área. Estudava muito e só conseguiu entrar porque, após participar de um curso como ouvinte para ser pilota, ela conseguiu a melhor nota da classe, que tinha 50 homens.

Na tentativa de conquistar seu espaço no mercado de trabalho, fica evidente que em vários momentos as mulheres enfrentam situações de preconceito e barreiras. A E5 relata que foi a sétima mulher a voar aqui no Brasil. *"...então não existia. Era difícil! Era novidade, era um extraterrestre chegando. Tinha também muita falta de adaptação, por exemplo: fui voar um avião da Embraer, fui fazer um simulador e não tinha banheiro feminino"*. A E3 conta duas situações de preconceito por passageiros: *"já tive dois casos de passageiros questionarem... 'ah mais é mulher? Ah, então eu vou descer'. E outro, ao perceber que era uma mulher, demonstrou um certo estresse*". As participantes E4 e E1 também expõem relatos semelhantes.

Esses achados vão ao encontro da literatura, mas em relação à outras profissões, por exemplo, Mota-Santos et al. (2016) relatam que quando a mulher não exerce o modelo tradicional (mãe, esposa, do lar), em alguns casos é possível perceber a discriminação, mesmo que de forma sutil. De acordo com McCarthy *et al.*, (2015), Santos e Rocha-Coutinho (2010), o fato de as mulheres possuírem baixa participação na área indica que é uma profissão masculina. Pucket e Hynes (2011) também reconhecem que existe uma extrema diferença no número de pilotos em relação ao sexo e que mesmo não existindo diferenças significativas no nível de habilidade entre homem e mulher, um dos principais obstáculos está relacionado ao gênero nessa carreira.

Outra entrevistada (E6) também encontrou diversas dificuldades de adaptação, tanto no Brasil quanto no exterior. Estas dificuldades foram em virtude de ter sido a primeira mulher a trabalhar na companhia aérea no Brasil e a primeira pilota na companhia aérea que trabalhou no exterior. A profissional narrou que quando começou a trabalhar como pilota seu uniforme era masculino: *"no uniforme é obrigatório gravata. Gravata é um acessório mais masculino"* (E4). Na época existiam apenas duas pilotas na empresa e só depois de uns dois anos é que começaram a ingressar mais pilotas na companhia.

Fica evidente a necessidade de incentivo e melhor divulgação para as mulheres que queiram seguir nessa profissão. "*Muitas pessoas nem*

sabem que uma mulher pode ser pilota. Então, aí já começa o problema. Eu acho que falta divulgação disso. Por exemplo, se não fosse por meu pai ser da aviação(...), provavelmente nem eu nem meu irmão seríamos pilotos" (E7). Neal-Smith e Cockburn (2009) consideram que é necessária maior exposição de mulheres que são pilotas, para que outras mulheres possam querer ingressar na profissão e, assim, serem representadas em maior número.

Jornada de trabalho

Tendo em vista que a problemática que norteia esta pesquisa está em identificar quais os desafios da carreira e maternidade são vivenciados pelas pilotas de linha aérea, torna-se importante conhecer um pouco sobre sua jornada de trabalho.

Através das entrevistas foi possível identificar que a jornada média de trabalho desta categoria varia em torno de 8 a 11 horas diárias e não tem horário fixo. Além da jornada de trabalho ser extensa, não existe rotina de horário de trabalho. A jornada pode iniciar-se de manhã, à tarde ou até mesmo de madrugada, e isso pode ser um fator estressante na profissão. "*Não é estressante o voar em si, é estressante a rotina. Essa coisa de não ter horário, de ter pouco tempo de descanso, das alterações de escala toda hora, isso gera um problema porque de repente muda tudo*" (E4).

Entre uma jornada e outra de trabalho é regulamentado o descanso de 12 horas, entretanto, todos alegam que esse prazo não é suficiente, porque não representam horas de descanso realmente.

> De jeito nenhum! Nessas 12 horas você começa a tirar o tempo que você tem que apresentar (uma hora antes), já não são mais 12, são 11. Aí, você tem o translado do aeroporto até o hotel, então, assim, vai duas horas. Já sobrou 10 horas, uma hora para ir outra para voltar, 10 horas. Nessas 10 horas você tem que tomar banho, você tem que acordar uma hora antes, para se arrumar. Aí, já sobrou nove. Você gasta uma hora com janta, já sobrou oito. Você gasta uma hora também para tomar banho de noite, aí sobrou sete. Você vai ter sete horas de sono, se você não fizer absolutamente nada, só comer, dormir e for pro voo. Então, eu acho que é muito pouco. Você tinha que ter pelo menos 14 a 16 horas, para você poder fazer uma atividade física, ler um livro, ver uma televisão que fosse (E7).

Para quem trabalha na aviação no exterior, esse descanso pode ser ainda menor. Uma pilota que trabalhou em uma companhia aérea em Dubai por 10 anos (empresária casada, uma filha), além de ter sido a primeira comandante mulher na companhia (voava um *Boeing* 777 - aeronave que tem capacidade para até 440 passageiros e pesa aproximadamente 350 toneladas), foi a primeira a fazer o voo mais longo da história na época, que ocorreu de Dubai para Auckland, na Nova Zelândia. Foram 18 horas praticamente de jornada de trabalho, não de voo. De voo, ela relata ter dado umas 16 horas e 30 minutos. Segundo a entrevistada, esse tipo de voo é muito cansativo:

> Por mais que você tenha descanso a bordo, você sempre tem que estar ligado nas coisas, tem turbulência, te acordam, tem criança gritando... O avião que eu voava, o 777, tinha um isolamento bom, mas o 380, o isolamento era muito ruim. Tem esse problema, é um descanso precário, você está muito cansado, então você, como passageira, sabe que você vai estar cansada num voo de 9, 10, 12, 16 horas, até você sair do avião o corpo está muito cansado. Quando você chega na Austrália, você cruzou 12, 14 horas de fuso, e, dependendo da empresa você vai ter o descanso no destino, no pernoite, maior ou menor. As empresas do Brasil e as dos Estados Unidos, elas dão um descanso coerente em função do número de fuso horário que você cruzou, mas as empresas do Oriente Médio não levam em conta isso; a lei, o regulamento, é o mínimo possível, e você volta com o mínimo possível. Eu acho que, atualmente, todos os pernoites internacionais são de 24 horas de descanso, no máximo 30, mas pode acontecer de ser 12, porque 12 é o mínimo por lei (E6).

O exposto pelas entrevistadas corrobora a literatura. Marqueze *et al.* (2017) estabelecem que as extensas jornadas de trabalho, o pouco tempo de descanso entre as jornadas e o trabalho noturno são os principais relatos dos pilotos em relação ao cansaço no trabalho. Sobre outras categorias profissionais, Tanure et al. (2014) evidenciam que os profissionais que se sentem mais estressados trabalham mais horas semanais do que aqueles que se sentem menos estressados. Nesse mesmo sentido, de acordo com Widyahening (2007), as longas jornadas de trabalho e os turnos de trabalho são alguns dos fatores estressantes da profissão.

Através dos dados apresentados nesta categoria, é possível perceber que o trabalho possui muitas demandas para estas profissionais. Com várias horas dedicadas à carreira e aos compromissos voltados para o trabalho, como fica os cuidados dos filhos? É possível ter lazer?

Afazeres relacionados à vida pessoal

Uso do tempo para cuidados dos filhos

Ao observar a idade das pilotas e dos filhos, pode-se constatar que a idade média das mulheres na primeira gestação foi de aproximadamente 34 anos. Um dos fatores para essa média é que muitas delas buscaram o sucesso profissional antes de constituir família. A entrevistada E7, por exemplo, quando se tornou mãe, tinha aproximadamente 20 anos de carreira e optou pela maternidade bastante tempo depois de se realizar na profissão. A E5 trabalhou por 17 anos como pilota de linha aérea antes do nascimento dos filhos. Segundo ela, não tinha a pretensão de se tornar mãe, mas assim que ficou grávida não quis voltar a voar, uma vez que eram gêmeos: "*Não tinha a pretensão de ser mãe. Logo que casei, teve a falência da Varig. Logo depois fiquei grávida de gêmeos e não quis voltar a voar*".

Esses dados corroboram os achados de Lopes *et al* (2014) com outras categorias profissionais. Segundo os autores, um dos motivos para a maternidade tardia está no fato de a mulher desejar uma realização. Ela busca uma realização profissional e financeira em primeiro momento, permitindo que a maternidade fique para o futuro. Almeida e Mota-Santos (2018) comungam da mesma opinião e confirmam que na atualidade as mulheres têm escolhido o momento e condições nos quais deseja vivenciar a maternidade. Ainda de acordo com as autoras, o adiamento da maternidade ocorre, na maioria das vezes, de forma voluntária e, por postergarem esse momento, algumas perdem a capacidade reprodutiva natural, optando então pelas técnicas de reprodução assistida.

Mesmo com todas as conquistas femininas em relação ao mercado de trabalho, ainda existem relatos de preconceitos por parte das pilotas, como menciona a entrevistada (E7): *"Passou uma senhora de cinquenta e poucos anos assim por mim e me disse: o que essa daí está fazendo aí ao invés de estar cuidando da família? Por que está pilotando avião ao invés de estar cuidando da família?"*. Essa postura apresentada pela senhora ao mencionar que a pilota deveria estar cuidando da família corrobora a literatura, mas em relação à outras categorias profissionais. Tanure *et al.* (2007) discorrem que existem várias críticas à mãe que não exerce a maternidade 24 horas por dia. E, estas críticas não vêm apenas

dos homens, mas também das mulheres que não têm uma vida profissional.

Com uma jornada de trabalho que pode se estender até 6 dias por semana, trabalhos noturnos e em finais de semana e 10 dias de folga, em média, por mês, um dos desafios da maternidade está no fato de exercê-la sem culpa. Uma das entrevistadas (E3) confessa que a filha questiona sobre sua profissão, mas que, por ter crescido nesse ambiente em que os pais trabalham na mesma área, há compreensão por parte da criança. *"Ela pergunta quantos dias a gente vai ficar fora, quando vai voltar e se a gente vai ficar junto (...). Há um questionamento, mas há uma compreensão"*. Desta forma, ela procura se planejar, principalmente quanto aos eventos da escola. É possível solicitar a folga na companhia aérea, desde que solicitada com antecedência.

Apesar do pouco tempo disponível para o cuidado dos filhos, foi possível perceber que as entrevistadas buscam ao máximo aproveitar o tempo que estão junto com os filhos, como pode ser percebido pela seguinte fala (E4): "*Outro dia eu tive a satisfação de chegar na escola, e eu muito triste achando que eu estava deixando a desejar e a diretora me disse que eu era muito mais presente que muitas mães que dormiam com os filhos*". Em um relato semelhante a A3 conta:

> Nossa preocupação era na escola, como isso iria repercutir... Então, nesses anos todos os professores sempre falam que nossa filha não é uma criança que demonstra a ausência dos pais, até porque não adianta estar todos os dias, mas não estar presente com ela, né... deixar só vendo TV, entregar o celular ou computador para cuidar... então no dia que a gente está com ela, a gente está com ela.

Em função da distância física, uma das pilotas (E1), inclusive, já pensou em desistir da profissão para poder cuidar melhor do filho. Ficou muito indecisa em voltar a trabalhar após a licença-maternidade e sentiu por várias vezes culpa em estar escolhendo a profissão em vez de estar com o filho. Beltrame e Donelli (2012) discorrem que as mulheres que fazem a opção pela maternidade, sofrem estigma social, sobrecarga e em alguns casos, tendem a postergar seu retorno ao trabalho. Para Ceribeli e Silva (2017) esta dúvida que algumas mães possuem em voltar a trabalhar após a licença maternidade, se dá normalmente após o nascimento do filho pela dificuldade em conciliar o trabalho e a maternidade e também pelo desejo de dar maior atenção aos filhos.

No caso das pilotas divorciadas (E1 e E7), a pressão é maior. No caso das entrevistadas divorciadas desta pesquisa, a única pessoa com quem podem contar é a babá do filho. Entre as duas pilotas divorciadas entrevistadas foi possível perceber que toda a responsabilidade recai sobre elas. Elas são a única fonte de renda da casa e nos momentos em que estão trabalhando a criança fica integralmente com a babá. "*O pai dele não ajuda com nada, com nenhum centavo. Então, ou eu trabalho e sustento nós dois ou vamos morar embaixo da ponte, porque não tem o que fazer. Eu não tenho opção!*" (E7).

Closs e Oliveira (2015) afirmam que conciliar o novo papel da maternidade com as expectativas profissionais torna-se um desafio e vai servir como base para definir o ritmo de trabalho. No caso das mulheres, a opção pela formação de uma família pode se tornar uma barreira em função das crenças e valores dos indivíduos quanto à forma correta de se dedicar à criação e educação dos filhos. Além disso, Reis et al. (2020) acrescentam que algumas mulheres abandonam suas carreiras (neste caso, a de piloto) para o cuidado dos filhos, momento no qual eles se tornam prioridade em suas escolhas.

Para que as pilotas consigam atender às demandas do trabalho e da família, pode-se observar a necessidade de uma boa rede de apoio, como mencionado pela entrevistada (E6) que possuía uma empregada na época em que trabalhou em Dubai: "*Essa pessoa que eu tinha era maravilhosa. Ela era muito autônoma, independente, ela fazia supermercado pra mim".* Oliveira e Dessen (2012) asseguram que a rede de apoio tem sido enfatizada como um dos aspectos mais importantes para a mulher, principalmente com a gestação e o nascimento dos filhos. No caso da pilota entrevistada, como possuía uma criança em casa e que estava em um país com cultura, língua e tradições totalmente diferentes da sua origem, o auxílio dessa empregada foi fundamental para que ela conseguisse realizar suas atividades laborais sem muitas preocupações. O que corrobora a literatura (OLIVEIRA e MAURENTE, 2022).

Tempo de não trabalho

Algumas das entrevistadas demonstraram não ter vida social. Para a maioria delas, a vida se resume em trabalhar e o pouco tempo que sobra dedicam para a família. "*Não tenho vida pessoal de sair com os amigos. Atualmente sou apenas mãe e profissional. Não me sinto bem em deixar meu filho no único dia de folga para ter momentos pessoais*" (E1).

Estes dados convergem com os obtidos por Scanfone, Carvalho Neto e Tanure (2008), de que no caso dos executivos há uma deficiência no tempo de trabalho e não trabalho. Diante das falas, fica evidente também que os pilotos apresentam essa deficiência entre esses tempos. Como a jornada de trabalho é extensa, ficam por até seis dias fora de casa por semana, não sobra tempo para cuidar de si mesmo. Ademais, como o intervalo entre as jornadas é em torno de 12 horas, o pouco tempo que resta não é suficiente para a prática de uma atividade física, por exemplo. "*Quando tem um horário maior de 12 horas de descanso, eu tento fazer alguma atividade. Então quando eu tenho umas 14 horas de descanso dá para fazer atividade, mas se for menos que isso, não dá porque não vou deixar de comer para malhar, né?"* (E7).

No caso das pilotas divorciadas, a falta de lazer torna-se um agravante. Pelo fato de serem as únicas "*responsáveis*" pelo cuidado dos filhos, não se sentem confortáveis em possuírem algum convívio social nos momentos em que não estão trabalhando. No período de não trabalho estão cumprindo suas obrigações de mãe e realizando as atividades domésticas.

Para Ferreira *et al.* (2017), a maioria delas, ao finalizarem sua jornada de trabalho, iniciam uma jornada que não está vinculada ao lazer e descanso. Silvestre e Amaral (2017) também comungam da mesma opinião. Para os autores, em outras profissões como os docentes, por exemplo, o lazer das mulheres está alocado e condicionado no tempo e espaço das atividades domésticas. Batinga (2020) discorre que nos raros momentos em que a mulher consegue ter um tempo só para ela, culpam-se ou sentem-se culpadas por isso. Em alguns casos, a acusação vem da família, amigos e/ou vizinhos. De acordo com Perista (2002), as mulheres vivem uma forte combinação de trabalho pago e não pago, existindo, em muitos casos, a mínima divisão entre trabalho doméstico, tempo de lazer e pessoal.

Na Tabela 4 sintetizam-se os principais achados da pesquisa que ratificam a literatura e as contribuições para a literatura.

Tabela 4 - Síntese dos principais achados: afazeres relacionados à carreira e vida pessoal

	O que ratifica a literatura	**Contribuições para a literatura**
Questões relacionadas à carreira	I - Mesmo com todas as conquistas da mulher no mercado de trabalho, na aviação o crescimento não ocorreu da mesma forma. II - A profissão ainda é tida como masculina, tendo em vista a extrema diferença no número de pilotos em relação ao sexo. III – Algumas entrevistadas (pioneiras), no início da carreira, enfrentaram ambiente projetado para os homens. IV – Observou-se que as pilotas estão postergando a maternidade. Isso pode demonstrar que elas estão buscando realização profissional e financeira em primeiro momento. V – Identificou-se extensa jornada de	I- Algumas mulheres disseram ter enfrentado dificuldades para ingressar na área em virtude da maternidade. II - A maioria dos relatos de preconceito vivenciados por parte das pilotas veio de outras mulheres. III- Grande parte das entrevistadas mencionou que a maior dificuldade da profissão está em conciliar vida pessoal e profissional. Foi relatada a necessidade de estar mais próximo da família. IV - Identificou-se que o horário de trabalho não é igual ao da maioria dos demais trabalhadores. Em alguns casos, pode-se iniciar à noite ou até de madrugada.

	trabalho, com horários noturnos, inclusive em finais de semana.	
Questões relacionadas à vida pessoal	I – As entrevistadas buscam valorizar ao máximo o tempo em que estão com os familiares. Entretanto, foi observado que algumas delas apresentam sentimento de culpa pelas constantes ausências em virtude do trabalho. II – Pode-se se identificar que uma boa rede de apoio é essencial para que a profissional possa manter uma vida familiar normal, sem se ausentar no trabalho. III – Para as mulheres, a rede de apoio foi extremamente importante, principalmente com a gestação e o nascimento dos filhos. IV – Sentimento de culpa também presente na realidade dessas profissionais.	I – Algumas das pilotas disseram que os filhos questionam a profissão, pelo fato de os pais ficarem tanto tempo fora de casa. II – Há grande pressão em relação às pilotas divorciadas, pois na maioria dos casos a única pessoa com quem podem contar é a babá. Ou seja, a pressão para as divorciadas é ainda maior. III – A rede de apoio é ainda mais importante para as profissionais que trabalham na aviação internacional. IV – Nos horários de não trabalho, ocupam-se com as atividades do lar e os cuidados dos entes próximos como forma de minimizar a constante ausência no lar.

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender quais os desafios da carreira e maternidade são vivenciados pelas pilotas de linha aérea. No que se refere à carreira, pode-se observar que a profissão ainda é tida como masculina, em virtude do pequeno número de mulheres como pilota. Outro aspecto é que existem relatos de preconceitos vindos de outras mulheres. No dia a dia, há pouca vida social, quase nenhum lazer e pouco tempo para dedicar à família. Ademais, nota-se que mesmo com todas as barreiras e desafios, as mulheres entrevistadas foram persistentes quanto ao sonho de serem pilotas e sentem realizadas em relação à profissão que exercem.

Como percebido na literatura, as entrevistadas que participaram desta pesquisa também tiveram a maternidade adiada. Em função de priorizarem a carreira e a insegurança de conseguir conciliar o papel de mãe e profissional, muitas delas optaram por ter os filhos mais tarde. Apesar das dificuldades relacionadas à profissão e à intensa jornada de trabalho, na visão delas é possível conciliar vida pessoal e vida profissional. Entretanto, para que ocorra esse equilíbrio e para que esses profissionais consigam exercer da melhor forma seus papéis, é imprescindível uma boa rede de apoio. Corroborando a literatura, observa-se que esse suporte vai desde a ajuda de amigos próximos, como também cônjuge e outros parentes, permitindo que a pilota consiga realizar suas funções sem tantas preocupações acerca da família. O apoio dessas pessoas é fundamental, como reconhecido pelas entrevistadas. Há também a terceirização deste cuidado que, como em outras categorias profissionais, reforça a desvalorização de um trabalho feito sobretudo por mulheres, tratando de uma articulação entre sexismo e racismo.

Por fim, ficou evidente a paixão pela profissão, pois, apesar de todos os desgastes, vários dias fora de casa, estas profissionais renunciam a parte da vida social e familiar em busca da realização dos sonhos e planos de outras pessoas.

Esse estudo avança ao contar com relatos de mulheres brasileiras que atuam como pilotas também na aviação internacional e exibir falas das primeiras mulheres que optaram por essa profissão. Contribui

também ao aprofundar na discussão sobre os desafios em relação a carreira, como, por exemplo, dificuldades de acesso à profissão e preconceitos vindos de outras mulheres. Além dos desafios em relação a vida profissional, tais como, pressão maior para as divorciadas, rede de apoio presente até em outros países e, lazer, como uma dimensão inexistente.

Diante da escassez de estudos que abordam esta temática envolvendo pilotas de linha aérea, possibilidades se apresentam para estudos futuros. Destaca-se a importância de investigar essas questões com um viés institucional, ou seja, se há estratégias e quais delas as companhias aéreas têm utilizado para minimizar os conflitos vivenciados por seus colaboradores no que se refere à temática trabalho e família. A importância também de aprofundamento na investigação de questões relacionadas à categoria identitária: raça, para compreensão das desigualdades presentes no contexto brasileiro. Uma limitação dessa pesquisa é que a maioria das entrevistadas tem sua base em Minas Gerais e São Paulo, ficando de fora outras áreas do país.

Referências

ALMEIDA, Viviane Cordeiro; SANTOS, Carolina Maria Mota. Trabalho, carreira e maternidade: perspectivas e dilemas de mulheres profissionais contemporâneas. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 583-605, 2018. Doi: 10.13058/raep.2018.v19n3.1119

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARBOSA, Munyse Barros; PEIXOTO, Nathane Eva Santos; MEDEIROS, Cíntia Rodrigues de Oliveira; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado Valadão. Carreira, vida familiar e vida profissional das executivas: tensão e conciliação. **VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, Rio de Janeiro**, 2010.

BATINGA, G. L. "Lazer?! Para mim?!..." Entendendo o consumo de lazer por mulheres de baixa renda. **Revista Brasileira De Estudos Do**

Lazer, v. 6, p. 3, 78–97, 2020. Recuperado de https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/19394.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, n. 38-39, 2012. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&tlng=pt

BENDASSOLLI, Pedro F. Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, p. 387-400, 2009. Doi: 10.1590/S0034-75902009000400003

CASEBOLT ED D, Mallory K. et al. Gender Diversity In Aviation: What Is It Like To Be In The Female Minority?. **Journal of Aviation/Aerospace Education & Research**, v. 32, n. 1, p. 4, 2023. Doi: 10.15394/jaaer.2023.1943

CEMBRANEL, Priscila; FLORIANO, Leonardo; CARDOSO, Jessica. Mulheres em cargos de liderança e os seus desafios no mercado de trabalho. **Ciências da Administração**, v. 22, n. 57, p. 58-67, 2020. Doi: 10.5007/2175-8077.2020.e78116

CERIBELI, Harrison Bachion; DA SILVA, Edlane Regis. Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 116-139, 2017. Recuperado de: http://www.spell.org.br/documentos/ver/48642/interrupcao-voluntaria-da-carreira-em-prol-da-maternidade-

CLOSS, Lisiane Quadrado; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. História de vida e trajetórias profissionais: estudo com executivos brasileiros. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 19, p. 525-543, 2015. Doi: 10.1590/1982-7849rac20151951

DAVEY, Caroline L.; DAVIDSON, Marilyn J. The right of passage? The experiences of female pilots in commercial aviation. **Feminism & Psychology**, v. 10, n. 2, p. 195-225, 2000. Doi: 10.1177/0959353500010002002

FERREIRA, Luciana; SILVA, Amanda; SILVA, David; SOUSA, Thalisse. Mulheres em cargos de gerência e os desafios em conciliar vidas pessoal e profissional: um estudo em hotéis de São Luís-MA, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento (RT&D)/Journal of Tourism & Development**, 2017. Recuperado em: https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/10583/6929

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014. Recuperado de: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000100005

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de saúde pública**, v. 24, p. 17-27, 2008. Doi: 10.1590/S0102-311X2008000100003

GERMAIN, Marie-Line; HERZOG, Mary Jean Ronan; HAMILTON, Penny Rafferty. Women employed in male-dominated industries: Lessons learned from female aircraft pilots, pilots-in-training and mixed-gender flight instructors. **Human Resource Development International**, v. 15, n. 4, p. 435-453, 2012. Doi: 10.1080/13678868.2012.707528

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, 37 (132), 595-609, 2007. Doi: 10.1590/S0100-15742007000300005

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf

INTERNATIONAL SOCIETY OF WOMEN AIRLINE. ISWAP, 2020.

https://s3.amazonaws.com/ClubExpressClubFiles/658242/documents/Worldwide_List_of_Airline_Numbers_and_Women_Pilots_February_20_2019_453724515.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIB6I23VLJX7E4J7Q&Expires=1551239911&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DWorldwide_List_of_Airline_Numbers_and_Women_Pilots_February_20_2019.pdf&Signature=KQMdHzGVSQ42TdascqtJZqAItrI%3D

ITANI, Alice. Saúde e gestão na aviação: a experiência de pilotos e controladores de tráfego aéreo. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 203-212, 2009. Doi: 10.1590/S0102-71822009000200007

LOPES, Manuela Nunes; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato; BOECKEL, Mariana Gonçalves. A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea ea maternidade tardia. **Temas em psicologia**, v. 22, n. 4, p. 917-928, 2014. Doi: 10.9788/TP2014.4-18

MALUF, Vera Maria Daher, & KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea. **Polêmica Revista Eletrônica**, 9(3), 143-160, 2010. Doi: 10.12957/polemica.2010.2803

MARINTSEVA, Kristina et al. Fatores que influenciam a baixa representação feminina no recrutamento para treinamento de pilotos. **Política de Transportes** , v. 115, pág. 141-151, 2022. Doi: 10.1016/j.tranpol.2021.11.010

MARQUEZE, Elaine Cristina et al. Jornadas de trabalho associadas a cochilos não intencionais entre pilotos da aviação regular. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017. Doi: 10.1590/S1518-8787.2017051006329

MCCARTHY, Faye; BUDD, Lucy; ISON, Stephen. Gender on the flightdeck: Experiences of women commercial airline pilots in the UK. **Journal of air transport management**, v. 47, p. 32-38, 2015. Doi: 10.1016/j.jairtraman.2015.04.001

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan; CAMPOS, Simone Alves Pacheco. As Relações de Gênero, os Estereótipos e a Violência Simbólica no Mercado de Trabalho. **Revista de Administração IMED**, v. 10, n. 1, p. 127-144, 2020. Doi: 10.18256/2237-7956.2020.v10i1.3496

MILLS, Albert James, NEAL-SMITH, Jane, & BRIDGES, Donna "A boy's own tale": Using intersectional frameworks to chart the reproduction of historical discrimination in aviation. **In Gender, Feminist and Queer Studies:: Power, Privilege and Inequality in a time of neoliberal conservatism** (pp. 65-77). Routledge, 2023.

MOSER, Liliane; PRÁ, Keli Regina Dal. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do "familismo" nas políticas sociais brasileiras/The Challenges of Conciliating Work, Family and Care: evidence of "familyism" in brazilian social policies. **Textos & Contextos (Porto Alegre),** v. 15, n. 2, p. 382-392, 2016. Doi: 10.15448/1677-9509.2016.2.21923

MOTA-SANTOS, Carolina Maria et al. As mulheres estão quebrando as três paredes de vidro? Um estudo com empreendedoras mineiras. **Revista Economia & Gestão**, v. 16, n. 45, p. 126-149, 2016.

MOTA-SANTOS, Carolina Maria; AZEVÊDO, Alcinéia Parreiras; LIMA-SOUZA, Érica. A Mulher em Tripla Jornada: Discussão Sobre a Divisão das Tarefas em Relação ao Companheiro. **Revista Gestão & Conexões**, v. 10, n. 2, p. 103-121, 2021.

NEAL‐SMITH, Sarah; COCKBURN, Tom. Cultural sexism in the UK airline industry. **Gender in Management: An International Journal,** v. 24, n. 1, p. 32-45, 2009. Doi: 10.1108/17542410910930734

OLIVEIRA, Maíra Ribeiro de; DESSEN, Maria Auxiliadora. Alterações na rede social de apoio durante a gestação e o nascimento de filhos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 29, p. 81-88, 2012. Doi: 10.1590/S0103-166X2012000100009

OLIVEIRA, Thais Gomes; MAURENTE, Vanessa Soares. Contar histórias com maternidades: Por uma política feminista do cuidado. **Revista femininos**. Vol.9, n.3/ vol. 10, n.1, set 2021 – abr 2022

OPENGART, Rose; GERMAIN, Marie-Line. Diversity intelligence as a source of strength in human resource development: Increasing the presence of women pilots. **Advances in Developing Human Resources**, v. 20, n. 3, p. 331-344, 2018. Doi: 10.1177/1523422318778013

PELLEGRINO, Pollyana. Organização do trabalho e aspectos de saúde associados à capacidade de trabalho em pilotos da aviação comercial. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Católica de Santos, 2016. Disponível em: https://tede.unisantos.br/handle/tede/2701

PERISTA, Heloísa. Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise social**, p. 447-474, 2002. Doi: 10.31447/AS00032573.2002163.04

POLITANO, P. M., & WALTON, R. O. Gender related perceptions, stress, anxiety, depression and personality characteristics: Females on the flight deck. **29th Congress of the International Council of the Aeronautical Sciences**, 1–10, 2014. Doi: 10.1080/03630242.2010.507721

PUCKETT, Marisa; HYNES, Geraldine E. Liderança feminina na aviação comercial: histórias de sucesso de mulheres pilotos e capitãs. In: **Conferência Internacional do Instituto de Pesquisa Acadêmica e Empresarial. Nashville, Tennessee**. 2011. Retrieved from: https://www.researchgate.net/publication/267712896_Feminine_Leade

rship_in_Commercial_Aviation_Success_Stories_of_Women_Pilots_and_Captains

REIS, Sally Joice; MOTA-SANTOS, Carolina Maria; TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda. “Joguei a toalha!”: a realidade de executivas que decidiram retornar ao lar: uma discussão sobre o fenômeno opt-out. **Revista de Ciências da Administração**, v. 22, n. 56, p. 8-26, 2020. Doi: 10.5007/2175-8077.2020.e77598

SANTOS, Marina Miranda Lery; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. **Estudos de Psicologia (Natal),** v. 15, p. 259-267, 2010. Doi: 10.1590/S1413-294X2010000300005

SCANFONE, Leila; NETO, Antonio Carvalho; TANURE, Betania. Tempos de trabalho e de não-trabalho: o difícil equilíbrio do alto executivo entre a carreira, as relações afetivas e o lazer. **Revista de Administração FACES Journal**, 2008. Doi: 10.21714/1984-6975FACES2008V7N1ART109

SILVA, Rodrigo Cunha et al. Carreiras: novas ou tradicionais? Um estudo com profissionais brasileiros. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 2, n. 1, 2012. Doi: 10.20503/recape.v2i1.9337

SILVESTRE, Bruno Modesto; AMARAL, Silvia Cristina Franco. O lazer dos professores da rede estadual paulista: uma investigação comparativa entre os gêneros. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 1, p. 60-87, 2017. Doi: 10.35699/1981-3171.2017.1587

SIVATTE, Isabel; GUADAMILLAS, Fátima. ¿ La disponibilidad de medidas de conciliación y la cultura trabajo-familia disminuyen el conflicto trabajo-familia de los empleados?. **UCJC Business and Society Review (formerly known as Universia Business Review)**, n. 44, 2014. Recuperado de:

http://sitios.dif.gob.mx/cenddif/wp-content/Archivos/BibliotecaDigital/DisponibilidadMedidasConciliacion.pdf

SOUZA, Patrícia Moreira da Rocha Amaral et al. Centralidade do trabalho na perspectiva de mulheres em diferentes faixas etárias. **RACE: revista de administracao, contabilidade e economia**, v. 16, n. 1, 2017. Doi: 10.18593/race.v16i1.10547

STROBINO, Márcia Regina Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no comércio de material de construção da cidade de Curitiba. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 49, n. 1, 2014.Doi: 10.5700/rausp1131

TANURE, Betania, CARVALHO NETO, Antonio, & ANDRADE, Juliana. Executivos: sucesso e (in)felicidade. Rio de Janeiro, Elsevier (180 p.), 2007.

TANURE, Betania et al. Estresse, Doença do Tempo: um estudo sobre o uso do tempo pelos executivos brasileiros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 1, p. 65-88, 2014. Recuperado de: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100005

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Doi: 10.20396/tematicas.v22i44.10977

YANIKOĞLU, Özge; KILIÇ, Sena; KÜÇÜKÖNAL, Hatice. Gender in the cockpit: Challenges faced by female airline pilots. **Journal of Air Transport Management**, v. 86, p. 101823, 2020. Doi: 10.1016/j.jairtraman.2020.101823

WIDYAHENING, Indah S. High level of work stressors increase the risk of mental-emotional disturbances among airline pilots. **Medical Journal of Indonesia**, v. 16, n. 2, p. 117-21, 2007. Doi: 10.13181/mji.v16i2.267

Career versus motherhood: challenges faced by airline pilots

Abstract. The objective of this research is to understand which career and maternity challenges are experienced by airline pilots. The research is qualitative and descriptive in nature. Snow sampling and data saturation techniques were used. The data were collected through semi-structured interviews and the analysis was performed using content analysis. The results of the research confirm that the profession is still considered masculine, despite the growth of women in this profession. It is noted that they first sought professional advancement and then fulfilled their desire to be mothers. They face prejudice in the exercise of their functions, are marked by a strong identification with work, linked to motherhood, in addition to feelings of guilt and overload. Furthermore, the study presents the challenges in relation to professional life, such as greater pressure for divorced women, a support network present even in other countries and a non-existent leisure dimension.

KEYWORDS: Maternity. Career. Pilot.

Patrícia NAZÁRIO LEAL SILVEIRA,
Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais (PUC-MG) e Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG

Professora dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Curso Superior de Tecnologia em Marketing do Centro Universitário de Formiga UNIFOR-MG.
https://orcid.org/0000-0002-7068-6170

Carolina MARIA MOTA-SANTOS, *Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais (PUC-MG)*

Professora do PPGA - Programa de Pós- Graduação em Administração da PUC Minas e professora Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de MG.

Manoel BASTOS GOMES NETO

Doutorando em Administração pela Pontifícia Universidade Católica - Minas Gerais (PUC-MG).

Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4400-5877

Recebido em: 26/04/2024

Aprovado em: 04/10/2024

ISSN 2525-6904

DOSSIÊ

A gestão da diversidade e inclusão racial em uma empresa do Vale do Sinos - RS

Ana Carolina Kayser, *Universidade Feevale*
Taiana Martins de Oliveira, *Universidade Feevale*
Paola Schmitt Figueiro, *Universidade Feevale*

Resumo. Muitas empresas têm adotado práticas voltadas à diversidade racial no ambiente de trabalho a fim de diversificarem o seu quadro de profissionais. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar como uma empresa de grande porte, situada na região do Vale do Rio dos Sinos - RS promove a Gestão da Diversidade e Inclusão Racial no seu ambiente de trabalho. Para o desenvolvimento deste estudo a metodologia adotada classifica-se como descritiva, estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa. Foram mapeadas as ações realizadas pela empresa, a exemplo do Programa de Diversidade, a visão dos colaboradores sobre a empresa e o programa, além de sugestões de boas práticas para serem implementadas. A partir dos resultados da pesquisa, foi possível observar que o Programa de Diversidade foi uma boa iniciativa, porém, nota-se que possui alguns pontos a serem desenvolvidos, para os quais foram sugeridas as seguintes implementações: (i) Programa de Estágio para jovens negros; (ii) Programa de Trainee para negros; e (iii) Escola Executiva de Diversidade. A visão dos colaboradores em relação à empresa é, em geral, positiva, mas com um percentual significativo de pessoas que não concordaram e nem discordaram de algumas afirmações. As boas práticas sugeridas têm como finalidade proporcionar equidade racial para a empresa e oportunizar crescimento profissional para as pessoas negras.

Palavras-Chave: Ambiente de trabalho. Diversidade racial. Inclusão social.

Introdução

Existem estudos que relatam as dificuldades enfrentadas pela população negra no Brasil, como a inserção no mercado de trabalho e os desafios para a conclusão do ensino médio e superior (REITH; RACHID, 2021; CAMPOS, 2019). No Brasil, esses desdobramentos, juntamente com o apoio dos movimentos sociais, em especial, o movimento negro, colocaram em pauta as questões da diversidade e da inclusão racial.

É importante destacar que a discussão sobre diversidade, principalmente a diversidade racial, não emergiu primeiramente do contexto brasileiro. Na verdade, como aponta Ribeiro (2006), a pauta da diversidade foi inicialmente formulada e disseminada em âmbito global, sobretudo a partir de organismos multilaterais como a UNESCO, e de conferências, tratados e acordos internacionais, e, posteriormente, apropriada e ressignificada em contextos nacionais e locais, como o brasileiro. O debate internacional sobre diversidade, impulsionado por agendas globais de direitos humanos e políticas de reconhecimento, influenciou diretamente a formulação de políticas públicas e práticas organizacionais no País.

Organizações do setor público e privado começaram, então, a assumir a responsabilidade social de reduzir a prática de discriminação racial dentro dos seus ambientes de trabalho, por meio de ações afirmativas ligadas à gestão de diversidade, em consonância com tendências globais de governança e responsabilidade social corporativa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, as pessoas negras eram a maior parte da população desempregada, empregada com subocupações ou com menores rendimentos mensais no Brasil. Em relação ao ensino básico, a falta de acesso à educação é mais frequente também entre negros. O índice daqueles que não sabem ler e escrever chega a 8,9%, comparado com a população branca, que contabiliza 3,6% (IBGE, 2019).

No intuito de reverter esses índices, no ensino superior, a Lei Federal de Cotas Nº 12.711, sancionada em 2012, definiu que metade das matrículas das universidades deveriam atender a critérios de cotas raciais. Diante disso, o percentual da população negra cursando ensino superior cresceu de 50,5% em 2016, para 55,6% em 2018 (CARDIM, 2019). Todavia, como a desigualdade é histórica e estrutural, os avanços para a população negra só acontecem quando há mobilização social e políticas estruturadas.

Para Almeida (2019), o racismo estrutural é uma decorrência da estrutura social, ou seja, do conjunto de práticas e falas presentes na vida cotidiana já tidas como “normais”. Dessa forma, instituições que não tratam ativamente a desigualdade racial como um problema, reproduzem facilmente práticas racistas explícitas ou veladas em suas relações do cotidiano e nos seus processos.

Santos e Cruz (2019) ressaltam, nesse sentido, que as pessoas negras que exercem cargos de liderança não se sentem representadas ao olharem para os seus colegas. Além de ser um processo doloroso e desafiador para o profissional, distancia as empresas de alcançarem resultados ainda melhores pela diversidade. Isso evidencia que, em âmbitos profissionais, o assunto ainda não é tratado com naturalidade, uma vez que o racismo estrutural ainda está enraizado na sociedade.

Partindo desse ponto, de criar mobilizações sociais que retratam a importância de tratar sobre esse assunto, a empresa do segmento de ferramentas motorizadas que é utilizada como objeto de estudo desta pesquisa iniciou algumas ações para abordar o tema diversidade entre os seus colaboradores. Com o intuito de compartilhar conhecimento e conscientização sobre respeito, empatia e igualdade, gerando sentimento de pertencimento a todos dentro do ambiente da organização, foram desenvolvidas algumas ações.

Nesse contexto, questiona-se: como uma empresa de grande porte, situada na região do Vale do Sinos - RS, gerencia a gestão da diversidade e inclusão racial no ambiente de trabalho? Com a aprendizagem acerca desse tema, pretende-se chegar à sensibilização sobre a sua importância nas organizações, a fim de não ofuscar esse assunto em seu ambiente de trabalho, de tal forma que as iniciativas sirvam de incentivo para uma mudança de cultura.

Assim sendo, o objetivo geral deste estudo é analisar a adoção de práticas de gestão da diversidade voltadas à inclusão de pessoas negras em uma empresa de grande porte da região do Vale do Sinos - RS. Para atingir esse objetivo, serão necessários os seguintes objetivos específicos: pesquisar a existência de políticas e iniciativas relacionadas à diversidade racial; verificar a percepção dos colaboradores sobre a gestão da diversidade racial na empresa; propor boas práticas para auxiliar na contratação e no desenvolvimento de pessoas negras.

Destaca-se, nesse viés, que boas práticas organizacionais em favor da diversidade racial não se limitam, por exemplo, à criação de canais de denúncia. As tomadas de posturas antirracistas devem contribuir para o desenvolvimento dos profissionais, de tal modo que conflitos raciais

sejam resolvidos e abram espaço de acolhimento e igualdade (ALMEIDA, 2019). Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a promoção da diversidade racial nas organizações brasileiras está inserida em um contexto mais amplo de circulação global de discursos e práticas sobre diversidade, apropriados e adaptados localmente, conforme destaca Ribeiro (2006).

Para fins de organização, o estudo está estruturado em três seções. Além desta introdução, a seção seguinte traz as abordagens teóricas que contextualizam a pesquisa, depois tem-se a metodologia utilizada e, por fim, apresentam-se os resultados e as discussões, bem como as considerações finais e as referências.

O preconceito racial e o período da escravidão no Brasil

Qual a origem do preconceito em relação à população negra e os motivos que impedem, aos longos das últimas décadas, uma resolução mais efetiva e acelerada acerca dessas questões? Por que, em pleno século XXI, ainda existe trabalho análogo à escravidão no Brasil, especialmente praticado contra a população negra? O preconceito, a discriminação e a invisibilidade dessas pessoas estão sendo noticiadas a todo momento. Allport, Clark e Pettigrew (1954) definem o preconceito como uma atitude negativa contra uma pessoa, baseada na comparação em relação ao grupo social a que ela pertence. Embora a presença do preconceito de cor na sociedade seja reconhecida, a ênfase não é dada no preconceito enquanto mecanismo de reprodução e criação de desigualdades sociais, ou como instrumento de disputa entre grupos em mercados competitivos, mesmo quando a industrialização é apontada como fator que intensifica o preconceito (GUIMARÃES, 2004).

A comparação social, destaca-se, concretiza-se a partir de práticas discriminatórias, que podem ser manifestadas de forma direta ou indireta, tais como fazer afirmações com base em estereótipos, recusar acesso a locais públicos, condicionar direitos humanos, utilizar expressões que podem ofender a outra pessoa, dentre outras (BROWN, 1995). Essas práticas não apenas prejudicam indivíduos, mas também reforçam desigualdades coletivas e perpetuam sistemas de exclusão, como o racismo estrutural. A discriminação racial, ao ser institucionalizada, transforma-se em um mecanismo de reprodução de desigualdades, afetando não apenas indivíduos, mas toda uma coletividade. Nesse contexto, as profundas desigualdades raciais

existentes no Brasil configuram-se como o elemento central, evidenciando que a esfera das relações raciais se apresenta, em grande medida, como uma construção ilusória, fruto de um projeto de dominação e opressão social (GUIMARÃES, 2004).

Considerando as origens históricas do preconceito, da discriminação e do racismo aqui mencionados, o período que marcou o início da escravidão no Brasil foi de 1540 a 1570, quando os portugueses implementaram o sistema de capitanias[1] hereditárias e deram início ao processo de colonização da América Portuguesa. Nesse período da história, a força de trabalho utilizada pelos portugueses era por meio de escambo com os indígenas, pois eram três vezes mais baratos que um escravo africano (SCHWARTZ, 1988).

Essa situação começou a se modificar aos poucos, quando os primeiros africanos começaram a chegar no Brasil por meio do tráfico[2] negreiro, por volta de 1550. A colonização foi se desenvolvendo e automaticamente a necessidade por trabalhadores também. Diante disso, o Brasil foi o que mais recebeu escravos africanos durante três séculos e o que mais resistia para acabar com essa prática (GOMES, 2019).

As condições de trabalho a que os escravos precisavam se submeter eram desumanas e cruéis. A jornada diária de trabalho era exaustiva, pois poderia se estender até 20h por dia e o serviço era pesado, caracterizado pela ausência de direitos humanos básicos, violência, exploração e servidão por dívida (SCHWARTZ, 1988).

Além disso, antes de o Brasil abolir o trabalho escravo, por meio da Lei Áurea[3], assinada pela Princesa Isabel, em 1888, houve um processo desgastante. O ato não agradou os proprietários rurais, pelo fato de considerarem os escravos suas mercadorias. A abolição foi o resultado de uma luta popular com diversas mobilizações e principalmente pela resistência ativa dos escravos em prol da liberdade (GIL, 2019).

Ainda assim, o Brasil foi o último país das Américas a abolir com a escravidão e, após esse período, pode-se dizer que “nunca houve anos no Brasil em que os pretos [...] fossem mais postos à margem” (BARRETO, 1881- 1922 apud CORTES, 2018, p.3). Após a assinatura da Lei Áurea, não houve nenhuma preocupação por parte dos governantes em inserir os negros na sociedade assalariada (CORTES, 2018). Esses reflexos

[1] As capitanias hereditárias foram a primeira divisão administrativa e territorial implementada pelos portugueses.
[2] Comércio ultramarino de escravos
[3] Lei nº 3.353 que aboliu a escravidão no Brasil.

poderiam ser vistos nas condições de vida que os negros foram [mais uma vez] obrigados a enfrentar, como a falta de moradia digna, emprego, educação básica e saúde. O racismo foi, assim, se enraizando e uma parte da sociedade não aceitava que os libertos assumissem os novos postos de trabalho. Por esse motivo, eles acabavam voltando à prática do trabalho escravo (SCHWARCZ e GOMES, 2018).

Desde que o Brasil foi instituído como um país, o tema "cor" sempre distinguiu os que aqui habitavam e remeteu a diversas discussões, que se perpetuam até os dias de hoje. Na opinião de viajantes europeus, por exemplo, o Brasil era apontado como um "festival de cores" e lamentavam a "estranheza de nossas gentes". Diante desse contexto, começaram a surgir as teorias raciais que classificavam a humanidade em uma pirâmide social. No topo, ficavam os homens brancos e europeus, e, na base, os africanos e indígenas. Desse modo, acreditava-se em "tipos puros" de raças e que a mestiçagem era sinônimo de degeneração racial e social. Assim, introduziu-se no Brasil o processo de branqueamento da população, abrindo as portas para o racismo científico e institucional (SCHWARCZ, 1993). O discurso da diversidade, ao mesmo tempo em que celebra as diferenças, pode ocultar as hierarquias e desigualdades produzidas historicamente pelo racismo. A "diversidade pode ser uma ferramenta para a reprodução ou para a contestação da hegemonia. Não há nada na 'diversidade' que necessariamente a coloque como um desafio aos detentores do poder" (RIBEIRO, 2006, p. 203).

Nessa perspectiva, o processo de branqueamento da população, intensificado no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, representou um momento em que a noção de raça passou a ser vista a partir de uma concepção biológica, fortalecendo o racismo por meio da difusão de teorias pseudocientíficas. Essas ideias, amplamente aceitas pelas elites da época, promoviam a miscigenação como uma estratégia de "melhoramento racial" e de eliminação gradual da população negra, conforme analisado por Schwarcz (1993) e Hasenbalg (1977).

A teoria do branqueamento continha cálculos que previam o tempo necessário para extinguir os negros do futuro, com base na miscigenação entre negros e brancos. O Brasil nega esse processo e alega que não há um abismo racial existente no País. Tais fatos revelam o quão vantajoso é manter esse assunto oculto e negar a própria história, ao invés de buscar lutar para inverter essa triste realidade (JÚNIOR e RADVANSKEI, 2020).

Durante grande parte do século XX, o Estado brasileiro promoveu a ideia de uma "democracia racial", negando a existência de desigualdades raciais estruturais. Essa visão, influenciada por Freyre (1933), defendia que a miscigenação havia gerado uma convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnico-raciais. No entanto, como aponta Munanga (2019, p.17), essa narrativa serviu para "mascarar a exclusão social, política e econômica da população negra". Foi apenas a partir da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que o Estado reconheceu oficialmente o racismo como um problema social (JESUS, 2009).

Nos anos seguintes, especialmente durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, esse reconhecimento se traduziu em políticas públicas concretas, dentre as quais destaca-se a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a implementação das cotas raciais no ensino superior. Essas medidas representaram, segundo Almeida (2019), um avanço no enfrentamento do racismo estrutural e na reparação das desigualdades históricas impostas às populações negras e indígenas.

De acordo com Oliveira (2007), nascer negro remete a preconceitos ligados à história, os quais ainda aprisionam os valores dessa população. A falta de capacitação e a pobreza são exemplos de obstáculos que dificultam o acesso dos negros ao mercado de trabalho. O preconceito acaba sendo velado em processos de recrutamento, comerciais de marcas na televisão e na própria cultura organizacional das empresas, que manifestam, em suas práticas, o racismo estrutural enraizado na sociedade. O racismo, ao ser naturalizado nas práticas cotidianas e institucionais, torna-se invisível para muitos, mas seus efeitos são profundamente sentidos por aqueles que dele são alvo. Trata-se de um sistema ideacional ambíguo que, ao mesmo tempo em que promove representações favoráveis acerca dos grupos aos quais os próprios atores sociais pertencem, também sustenta imagens negativas sobre aqueles considerados externos a essas coletividades (RIBEIRO, 2006).

Para Sakamoto (2020), o período da escravidão detonou o livre-arbítrio dos negros, o que resultou em resquícios na sociedade atual. Foi algo que afetou diretamente os direitos humanos, a violação de valores e a dignidade do indivíduo. A dor da escravidão não ficou marcada apenas na pele, mas também na alma e no anseio de enfrentar as consequências resultantes desse período lamentável de segregação. Para Almeida (2019), "o racismo estrutural [...] se manifesta nas instituições, nas práticas sociais e nas relações cotidianas, independentemente da

intenção dos indivíduos, perpetuando desigualdades históricas" (ALMEIDA, 2019, p.67).

Em contrapartida, "empurradas" por movimentos sociais e em busca por permanência no mercado, somando-se a alguns casos em que há uma tentativa genuína de reparar danos históricos e tornar mais visível a população negra, algumas organizações vêm adotando ações afirmativas, foco da próxima seção.

Ações afirmativas para a diversidade e a inclusão

As ações afirmativas são políticas específicas voltadas a grupos discriminados por formas de exclusão social e que, por esse motivo, não recebem tratamento igualitário no acesso a oportunidades (ALVES e SILVA, 2004). Nesse sentido, apesar da ampliação das oportunidades de emprego, os negros ainda tiveram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho (ALVES e GALEÃO SILVA, 2004).

No âmbito nacional, segundo Fleury (2000), o interesse das organizações em adotar essa gestão surgiu a partir de 1990, quando leis que criminalizam o racismo ganharam mais visibilidade. As empresas começaram a adotar as cotas para as pessoas com deficiência e a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade da lista de doenças. Desde então, a diversidade "tem sido alvo de pesquisas a fim de comprovar a sua eficácia." (SILVA, 2015, p. 24). No Quadro 1, que segue, são exemplificadas as diferenças entre ações afirmativas e gestão da diversidade.

Quadro 1 - Diferenças entre Ações Afirmativas e Gestão da Diversidade

Tema	Ações afirmativas	Gestão da diversidade
Motivação	Obrigatório por lei	Voluntário
Foco	Assegurar a força de trabalho de uma organização	Alavancar as diferenças individuais e coletivas em benefício da organização
Público-alvo	Representantes das minorias, apenas	Contribuição de todos os grupos

Fonte: Adaptado de Ferreira (2021, p.17).

A distinção apresentada entre ações afirmativas e gestão da diversidade, conforme adaptada de Ferreira (2021), sugere que a gestão da diversidade é voluntária e se concentra em uma abordagem mais ampla para incluir não apenas grupos de minorias, mas também outros grupos de indivíduos com características diferentes. Essa visão precisa ser ampliada, uma vez que reduzir as ações afirmativas a medidas obrigatórias voltadas exclusivamente a minorias ignora a complexidade e a evolução desse campo, que hoje abrange diferentes grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+ (ALMEIDA, 2019).

Além disso, nem toda ação afirmativa é obrigatória ou imposta por lei: muitas organizações adotam políticas afirmativas de forma voluntária, e nem todas as políticas afirmativas são políticas públicas, podendo ser implementadas por entidades privadas ou do terceiro setor (GOMES, SILVA e BRITO, 2021). Também é necessário destacar a importância dos direitos coletivos, transcendendo a lógica dos direitos individuais e ampliando o alcance das ações afirmativas (ALMEIDA, 2019).

Por outro lado, a gestão da diversidade, frequentemente adotada pelo setor empresarial, reflete uma estratégia alinhada à lógica da gestão organizacional, buscando valorizar diferenças para fins de inovação e competitividade (FLEURY, 2000; SILVA, 2017). No entanto, isso não significa que seja mais ampla ou inclusiva do que as ações afirmativas, pois muitas vezes se limita a iniciativas superficiais que não enfrentam as desigualdades estruturais. Portanto, é fundamental reconhecer que tanto ações afirmativas quanto gestão da diversidade possuem motivações, públicos e impactos distintos, e que a compreensão dessas diferenças é essencial para analisar criticamente as práticas de inclusão nas empresas.

A vontade de “sentir-se parte” de um grupo de indivíduos com características similares remete a uma busca constante por identificação com o outro. Assim, criam-se rótulos e visões preconceituosas direcionadas àqueles considerados como “fora do padrão”. Esses comportamentos, por sua vez, remetem o indivíduo-alvo à discriminação, a piadas e à exclusão social (MICHALISZYN, 2012). É importante ressaltar, nesse viés, que, quando tais práticas se tornam sistemáticas e institucionalizadas, configuram racismo estrutural, que, segundo Ribeiro (2006), é perpetuado por discursos globais e locais que naturalizam a exclusão e a desigualdade.

A partir disso, “tratar da diversidade é tratar da inclusão [...], diz respeito à inserção social de pessoas que experimentam algum tipo de exclusão, seja na escola, seja no trabalho” (FERREIRA, 2021, p. 21). Para aprender a incluir, é preciso estar disposto a participar do movimento inclusivo e ter conhecimento da diferença do outro. É necessário transformar as práticas excludentes enraizadas na sociedade em mudanças que remetam à valorização, ao respeito e ao apoio a essa minoria. A inclusão, em geral, está diretamente ligada à remoção dos obstáculos que privam o indivíduo de participar e contribuir em um espaço social (PAROLIN, 2006). O autor refere-se aos grupos historicamente marginalizados e vulneráveis na sociedade, o que inclui as minorias étnico-raciais, principalmente, mas não está limitado a esses indivíduos e grupos: pessoas com deficiência, pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social, populações indígenas e quilombolas, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, idosos e crianças e adolescentes em situação de risco.

Quando se aborda o tema Diversidade e Inclusão Racial no mercado de trabalho, está-se mexendo no passado de segregação que o negro viveu e na consequente “corrida” com desvantagem que resultou em sua trajetória, o que faz perpetuar, no presente, essa experiência de segregação. Embora representem a maior parte da população brasileira (55,8%) e da força de trabalho (54,9%), apenas 29,9% das pessoas negras ocupavam, em 2018, cargos de gerência (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, 2018). “Associados a posições sociais, econômicas e intelectuais inferiores” (OLIVEIRA, 2007, p. 5), os negros buscam por representatividade e lugar de fala que acabam ficando ofuscadas pelo racismo estrutural e pelas condições históricas que, em geral, os impedem de competir em condições igualitárias.

Essa inconstância é reforçada quando se analisa a desvantagem em relação ao ganho mensal de uma pessoa branca e de uma pessoa preta. O rendimento mensal de uma pessoa ocupada branca gira em torno de R$ 2.796,00 em relação aos R$ 1.608,00 de uma pessoa preta (CARDIM, 2019). Assim sendo, para incentivar a busca pela igualdade, defende-se que ações afirmativas e programas de diversidade devam ser colocados em pauta dentro das organizações. Colocar em prática, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial, que visa a garantir a igualdade de oportunidade entre os diferentes grupos étnico-raciais e combater toda e qualquer discriminação étnico-racial, realizando a defesa dos direitos

individuais e coletivos dessas populações, a Lei (nº 7.716), que considera o racismo como crime, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que preveem multa por discriminação em razão do sexo ou etnia (artigo 461), são instrumentos importantes que auxiliam a vedar práticas discriminatórias (BRASIL, 2010).

Reith e Rachid (2021), ao discutirem a Gestão da Diversidade em empresas brasileiras, concluíram que algumas ainda veem as ações voltadas à diversidade como injustas. Dentre as 108 empresas pesquisadas, 33 realizam ações de diversidade e 75 não. Essa quantidade torna-se ainda menor se comparada a programas de incentivo à diversidade de raça, os quais são menores em relação à diversidade de gênero, por exemplo.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, a partir da realização de um estudo de caso em uma empresa do segmento de ferramentas motorizadas, conforme será melhor descrito na seção de Resultados. O estudo de caso tem como objetivo examinar, de uma forma mais aprofundada, um ou mais objetos para gerar conhecimento amplo (GIL, 2008). O critério para seleção da empresa foi o seu portfólio de ações de diversidade, pouco comum no setor em que a empresa atua, além do acesso às fontes de dados, o que permitiu coletar informações junto aos colaboradores, considerando que apenas a visão da gestão não fazia sentido para os objetivos aqui propostos.

A primeira etapa consistiu em uma entrevista com a *Business Parther* de recursos humanos, responsável pelo Programa de Diversidade da empresa (E1). A entrevistada atua há 10 anos no setor de Recursos Humanos da empresa e iniciou sua trajetória como estagiária. Para a coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com questões ligadas ao quadro de colaboradores e informações sobre as ações de diversidade realizadas. O foco da entrevista eram as políticas e iniciativas relacionadas à diversidade racial.

A entrevista foi realizada de forma presencial, em outubro de 2022, e teve uma duração de aproximadamente 20 minutos, sendo gravada e transcrita na íntegra pelo aplicativo *Transkriptor,* com posterior revisão das autoras.

A segunda etapa consistiu na aplicação de um questionário via *Google Forms* aos colaboradores da empresa. Foram nove questões fechadas (duas delas com a utilização de Escala *Likert*), todas obrigatórias, e uma não obrigatória de campo aberto. Além disso, o questionário foi dividido em dois grupos de perguntas, sendo parte delas relacionadas à empresa e outras relacionadas ao Programa de Diversidade. A pesquisa foi enviada para os colaboradores de diferentes setores também em outubro de 2022, via *WhatsApp*. De um universo inicial de aproximadamente 150 pessoas, 94 responderam ao questionário, resultando em um alcance de 63% do público-alvo.

Além da aplicação do questionário e da entrevista, com o intuito de descrever a empresa, foram analisados documentos internos, como o Código de Ética e Conduta, relatórios obtidos pela área de recursos humanos e o próprio site da empresa. Os dados foram categorizados a partir da sua triangulação, em quatro categorias, que seguem o objetivo inicial e os elementos teóricos discutidos, quais sejam: contextualização da empresa; políticas e iniciativas relacionadas à diversidade racial; percepção dos colaboradores sobre a gestão da diversidade racial; e boas práticas. A seguir são apresentados os resultados com vistas a responder o questionamento desta pesquisa: como uma empresa de grande porte, situada na região do Vale do Sinos - RS, gerencia a gestão da diversidade e inclusão racial no ambiente de trabalho?

Resultados

Nesta seção serão apresentados e analisados os resultados obtidos a partir das diferentes fontes de coletas de dados. Inicia-se pela contextualização da empresa foco da pesquisa, cujos dados de caracterização geral foram obtidos diretamente no seu website.

Contextualizações da empresa

A empresa-foco deste estudo atua no segmento de ferramentas motorizadas e foi fundada nos anos 1930, na Alemanha. Suas atividades iniciaram no Brasil nos anos 1970 e atualmente conta com 3 527

colaboradores no País. A classificação por mão de obra e raça declarada pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação dos colaboradores por mão de obra e cor/raça.

Mão de Obra	Branca	Parda	Preta	Amarela	Não Informado	Indígena	Total Geral
Diretos	1 728	195	143	8	9	1	2 084
Indiretos	671	63	44	1	-	1	780
Administrativos	603	42	13	3	1	1	663
Total Geral	3 002	300	200	12	10	3	3 527

Fonte: Setor de Recursos Humanos da empresa (2022).

A fabricante produz e comercializa uma ampla linha de produtos destinados aos mercados florestal, agropecuário, construção civil, conservação e jardinagem profissional, além de doméstico. A comercialização é feita por meio de uma rede de distribuição autorizada de mais de 4 500 pontos de venda distribuídos pelo Brasil. O seu formato de venda é B2B "*Business to Business*", não sendo autorizada a venda dos seus produtos pela internet, conforme acordado em contrato. A marca está presente em mais de 160 países (EUA, Suíça, Áustria, China, Filipinas etc.), com mais de 45 000 revendedores autorizados.

O organograma da empresa é estruturado da seguinte forma: presidência, vice-presidentes das áreas administrativa financeira, pesquisa e inovação em desenvolvimento, operação e *marketing* e vendas. Logo abaixo, estão os diretores das áreas de compras, recursos humanos e qualidade. Todas as áreas são compostas de gerentes e supervisores. Em relação às pessoas, percebe-se uma busca constante em motivar os seus colaboradores a seguirem carreira na empresa. Para isso, foram criados alguns programas, como: Programa de Educação Formal, Programa de Idiomas, *Job Rotation*, Programa de Estágio Desenvolver, Programa de Diversidade, Formação Dual Técnico Mecatrônico e Programa Evoluir.

Além disso, a empresa é destaque por empregar 163 colaboradores com deficiência, número acima da cota obrigatória no Brasil, e por proporcionar uma ampla estrutura de programas para empregá-los, na

tentativa de promover acessibilidade, interação e respeito a todos. Considerando o foco desta pesquisa, a seção que segue trata das ações relacionadas à diversidade racial realizadas pela e na empresa.

Programa de Diversidade: a pauta do racismo e seus desafios na empresa

Os dados apresentados no Quadro 2 foram o ponto de partida para uma melhor compreensão sobre o posicionamento da empresa acerca da diferença numérica entre colaboradores brancos, negros e pardos, em seus diferentes níveis hierárquicos. Segundo a entrevistada E1, a diferença numérica é expressiva e pode ser reflexo de diversas causas. Uma, por exemplo, é como uma pessoa negra vai se sentir acolhida e querer candidatar-se para uma vaga na empresa, sendo que 84% dos 3 527 colaboradores são homens e brancos. Nesse sentido, é importante analisar qual imagem a empresa está passando para esse público externo e como trabalhar a questão da representatividade.

Outra causa mencionada é o alto nível de exigência curricular nos processos de recrutamento. Ela menciona que, pela falta de oportunidades que os negros historicamente vivenciaram, acabam ficando em desvantagem. Acredita que deveria haver uma flexibilização quanto à competência técnica, “pois isso a pessoa vai se desenvolvendo ao longo do tempo e a empresa precisa entender o seu papel social nisso” (E1).

Em paralelo a esse desafio, a empresa criou, em 2019, o Programa de Diversidade. Relevante mencionar que o pedido inicial partiu de um grupo de estagiários da época, que trouxe a necessidade de a empresa começar a tratar do tema. Muitas empresas, por meio do *LinkedIn*, já estavam se posicionando sobre essa pauta e a empresa ainda não. O primeiro passo, então, foi criar um grupo focal com os estagiários para entender como eles percebiam a diversidade na empresa. Os *feedbacks* foram muito preocupantes, pois, segundo E1, eles trouxeram várias experiências vividas dentro da organização, como: preconceito, machismo, homofobia e sentimento de não pertencimento.

Depois disso, foi criado um grupo focal só com os funcionários de áreas distintas e de cargos distintos, com o mesmo intuito de ouvi-los e que também compartilharam das mesmas experiências. A partir disso, com o objetivo de fomentar discussões e elaborar propostas de ações internas, o programa foi criado e estruturado em quatro pilares: Raça e

Etnia, Gênero, LGBTI+ [sigla naquele momento] e Pessoas com Deficiência (PcD). O pilar de Raça e Etnia é composto por duas lideranças, um mentor e trinta colaboradores. As lideranças são duas funcionárias da área de Marketing e Vendas, o mentor é o Diretor da área de Planejamento e os colaboradores são de diversas áreas da empresa, sendo que a maioria é da área de operação. Os encontros, que acontecem a cada dois meses no formato online, têm como intuito trabalhar questões, como racismo, representatividade, contexto histórico, lugar de fala, entre outras pautas. E1 menciona que esse pilar chama a atenção, pois é o que mais tem pessoas da operação, e isso é um resultado positivo. Além disso, um grande ganho foi o processo de conscientização das pessoas e principalmente das lideranças, já que para algumas o racismo fazia parte de uma realidade muito distante. A partir de apresentações que continham dados, pesquisas e a contextualização da história do negro, as pessoas se surpreenderam e começaram a entender o seu papel em prol da causa (E1).

A entrevistada relatou também que a empresa implementou um Código de Ética e Conduta pensando nos seus colaboradores. O capítulo 7 do Código aborda sobre o respeito às diversidades, ali é contextualizado o que são atitudes discriminatórias, assédio moral, sexual e atitudes não toleradas pela empresa. Caso necessário, o colaborador pode registrar o seu relato (via sistema, 0800 ou e-mail), sendo permitido o anonimato. O relato é encaminhado para uma empresa independente, que preza pela confidencialidade das informações.

Contudo, as maiores dificuldades para o pilar de Raça e Etnia estão relacionadas ao processo de desconstrução de pensamento do público mais velho. Consoante a entrevistada, esse público não enxerga a desigualdade racial presente dentro da organização, e para o público mais jovem isso já vem mais desconstruído e presente nas suas vivências. Mesmo diante desse desafio, a expectativa está em aumentar o time de facilitadores dos pilares, a fim de ampliar a frequência dos encontros, trabalhar a questão da representatividade nos cargos de liderança, a imagem da marca e conseguir espaço no desdobramento estratégico da empresa. Para que isto faça sentido aos olhos das lideranças como um todo, é importante compreender a percepção dos colaboradores quanto à gestão da diversidade racial praticada pela empresa. Essa discussão é o foco da próxima seção.

Gestão da diversidade racial: a percepção dos colaboradores

Na segunda etapa da pesquisa, buscou-se verificar a percepção dos colaboradores da empresa sobre a gestão da diversidade racial. Inicialmente tem-se a caracterização dos 94 respondentes. Do total, 73% são homens e 27% são mulheres. Essa distribuição reflete também a realidade das empresas do Brasil, com predominância masculina, sendo que a maioria das mulheres se concentra em setores de saúde e cooperativas, como observado por Reith e Rachid (2021), em pesquisa realizada em 150 empresas do Brasil.

Quanto à faixa etária, 37% têm entre 19 e 28 anos; e 36% têm de 29 a 38 anos. Os demais estão entre 39 e 48 anos (19%), e 49 anos ou mais (7%). A Tabela 1, que segue, apresenta dados sobre a cor ou raça com que os respondentes se identificam, sendo possível também não informar. A maior parte, 73%, se identificam com a branca. Em segundo, estão 17% que se identificam com a cor parda e, como minoria, os 9% que se identificam com a preta. Essa realidade retrata a dificuldade dos negros de se inserirem no mercado de trabalho (ALVES e SILVA, 2004).

Tabela 1 - Cor ou raça

Cor ou Raça	Total	Porcentagem
Branca	69	73%
Parda	16	17%
Preta	8	9%
Prefiro não informar	1	1%
Total	94	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Em relação à atuação na empresa, a fim de conhecer ainda mais o perfil dos respondentes, os colaboradores foram questionados com três perguntas referentes ao tempo de empresa, à área de atuação e ao cargo. Na Tabela 2, que segue, em relação ao tempo de empresa, nota-se que 31% trabalham há cerca de 2 a 4 anos, enquanto 20% têm 11 anos ou mais de vínculo. Esses dados demonstram que a empresa valoriza a permanência dos seus colaboradores ao longo do tempo.

Tabela 2 - Tempo de empresa.

Tempo de empresa	Total	Porcentagem
de 2 a 4 anos	29	31%
11 anos ou mais	19	20%

de 8 a 10 anos	18	19%
de 5 a 7 anos	15	16%
Até 1 ano	13	14%
Total	94	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Sobre o cargo dos respondentes, apresentados na Tabela 3, que segue, os dados apresentados conferem com a área de atuação de maior representatividade, a operação. Sendo assim, 45% dos respondentes são operadores, 20%, analistas e, em seguida, os técnicos, que são 17%.

Tabela 3 - Cargo.

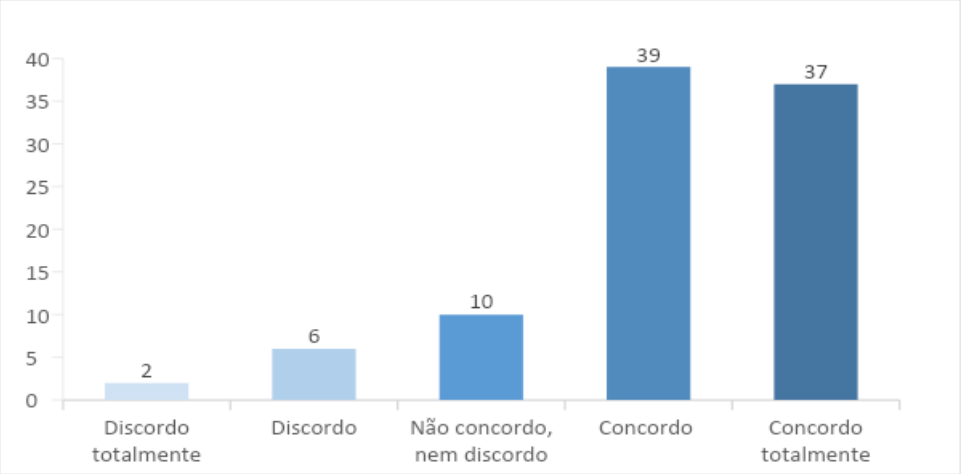
Cargo	Total	Porcentagem
Operador	42	45%
Analista	19	20%
Técnico	16	17%
Assistente	10	11%
Supervisor	6	6%
Gerente ou cargos superiores	1	1%
Total	94	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

De forma geral, os resultados indicam que o perfil dos respondentes, em sua maioria, é de homens (73%), com idade entre 19 e 38 anos (73%), sendo que 31% trabalham na empresa de 2 a 4 anos. A maioria trabalha na operação, exercendo a função de operador e com predominância na cor branca.

A fim de compreender a percepção dos colaboradores sobre questões específicas de diversidade, os questionamentos seguintes foram relacionados às práticas da empresa. O Gráfico 1, que segue, apresenta a visão dos respondentes sobre as políticas de diversidade e inclusão da empresa.

Gráfico 1 - Concordância sobre as políticas de diversidade e inclusão da empresa.

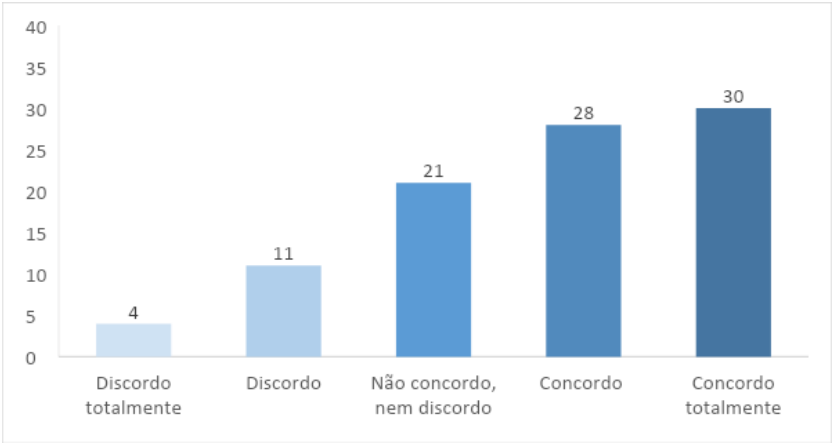


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os resultados mostram que 80% dos respondentes concordam ou concordam totalmente que a empresa possui políticas claras de diversidade e inclusão. Parolin (2006) enfatiza que as políticas de diversidade no âmbito organizacional estão voltadas para a demografia organizacional, enquanto a inclusão, para a remoção dos obstáculos a fim de garantir a participação de todos os colaboradores nos processos. Portanto, em uma empresa, é fundamental que essas políticas estejam claras e acessíveis para todos os colaboradores.

O Gráfico 2, que segue, por sua vez, apresenta a visão dos respondentes em relação à diversidade do quadro de colaboradores no quesito raça e etnia.

Gráfico 2 - Concordância sobre o quadro diverso de colaboradores em relação à raça e etnia.

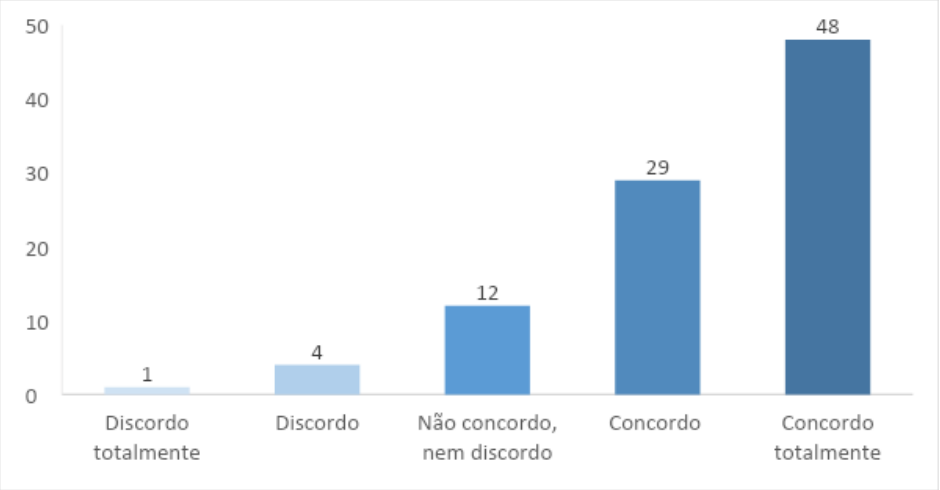


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Observa-se que 32% concordam totalmente e 30% concordam que existe diversidade racial no quadro de colaboradores. Porém, cabe ressaltar que 22% não concordam e nem discordam com essa afirmação, além de 12% discordarem e 4% discordarem totalmente. Nesse sentido, é importante que a empresa avalie a questão da representatividade racial nos diferentes níveis hierárquicos. A diversidade em uma organização consiste em apresentar, no seu quadro de funcionários, um grupo de integrantes com características individuais diferentes. (FERREIRA, 2021; MICHALISZYN, 2012). Chama a atenção o alto percentual de colaboradores que concordam com a existência de diversidade de raça, sendo que, do total de 3527 colaboradores, apenas 500 são negros. O que pode explicar essa percepção é que a maioria dos respondentes são da área de operação, onde se tem o maior número de pessoas pretas e pardas.

Na sequência, o Gráfico 3 apresenta o índice de concordância dos respondentes sobre a empresa preservar o funcionário em casos de denúncia. Como pode ser observado, 51% concordam totalmente, 31% concordam, 13% não concordam e nem discordam, 4% discordam e apenas 1% discorda totalmente. Acredita-se que os resultados de concordância são reflexo do Código de Ética e Conduta implementado em 2019. O guia compartilha qual a conduta que é esperada no dia a dia de todos que trabalham na empresa e indica quais são os canais existentes para denunciar qualquer conduta inadequada, com garantia de confidencialidade para os denunciantes. O Código fica disponível na *intranet* da empresa com acessibilidade (versão em libras e audiodescrição) para todos os colaboradores.

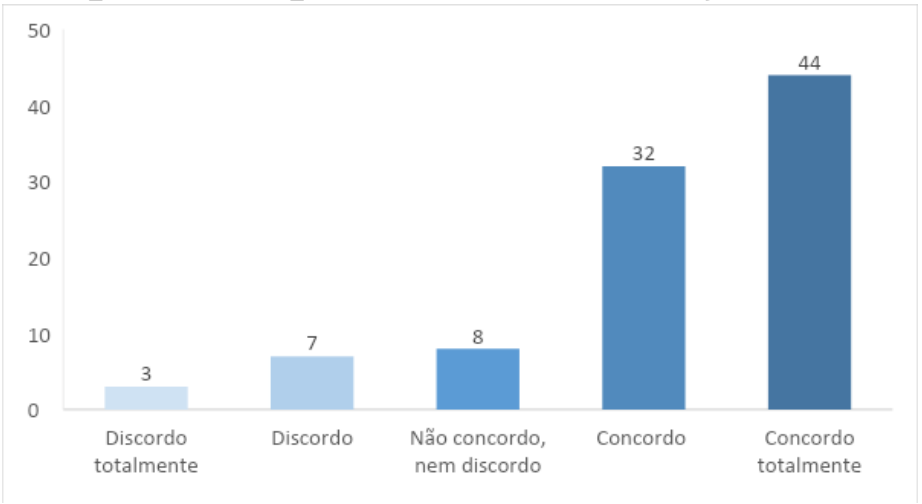
Gráfico 3 - Concordância sobre os canais de comunicação da empresa para denúncias.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

No Gráfico 4, que segue, são apresentados os resultados referentes ao tratamento igual e justo da empresa a todos os colaboradores, independentemente de raça e etnia. Os dados mostram que 47% dos respondentes concordam totalmente e 34% concordam. Os respondentes que não concordam e nem discordam são 9%, além de 7% que discordam e 3% que discordam totalmente. Tais resultados mostram que, por mais que a maioria perceba a empresa como justa no seu tratamento com todos, uma parte acredita que ainda não há equidade racial nesse aspecto.

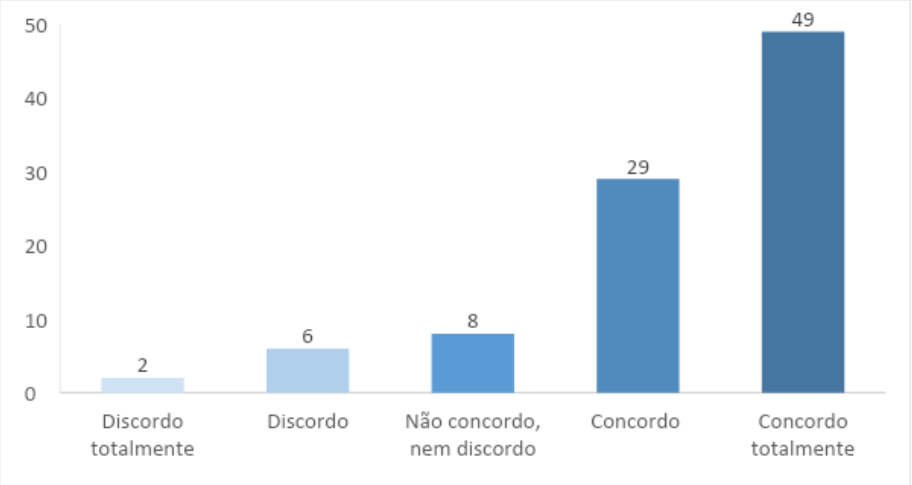
Gráfico 4 - Concordância sobre o tratamento igual e justo da empresa independentemente de raça e etnia.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Sobre sentir-se acolhido e respeitado no seu ambiente de trabalho, há um nível de concordância predominante (85%). A última afirmação sobre as práticas da empresa que os 94 respondentes tiveram que responder foi sobre se a empresa tem demonstrado preocupação em abordar a temática da Diversidade e da Inclusão. O Gráfico 6 demonstra que 52% concordam totalmente e 31% concordam. Os respondentes que não concordam e nem discordam representam 9%, enquanto os que discordam são 6%, e os que discordam totalmente, 2%.

Gráfico 5 - Concordância sobre a preocupação da empresa em relação à Diversidade e à Inclusão.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

De acordo com Fleury (2000, p. 21), "o objetivo principal da gestão da diversidade no ambiente organizacional é administrar as relações de trabalho, as práticas de emprego e a composição interna da força de trabalho, a fim de atrair os melhores talentos dentre os chamados grupos de minoria". Esse objetivo, cabe considerar, pode ser alcançado por meio de iniciativas que visem a trazer equidade e sentimento de pertencimento para todos.

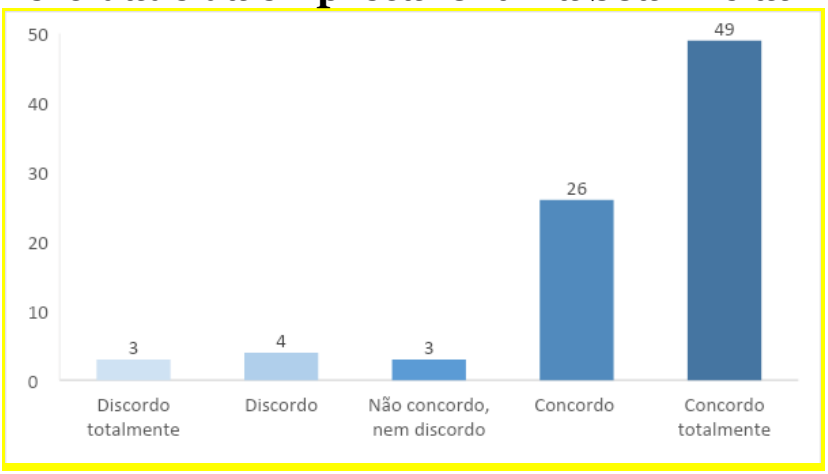
Na sequência, apresenta-se a percepção dos colaboradores acerca do Programa de diversidade.

Programa de diversidade: a percepção dos colaboradores

Os colaboradores foram questionados acerca do nível de concordância em relação ao Programa de Diversidade da empresa. A primeira pergunta que os colaboradores tiveram que responder foi se eles conheciam o Programa de Diversidade e caso a resposta fosse não, a caixa com as afirmações não era aberta. Nas respostas, 90% (85 respondentes) afirmaram que conhecem o programa e 10% (09 respondentes) que não.

O Gráfico 7, que segue, apresenta a percepção dos colaboradores sobre se consideram o Programa de Diversidade uma boa iniciativa da empresa em prol dessa pauta. Nota-se que 58% concordam totalmente, 31% apenas concordam, 4% não concordam e nem discordam, 5% discordam e 4% discordam totalmente. Acredita-se que os resultados voltados à discordância sejam devido ao processo de conscientização das pessoas que a E1 relatou em sua entrevista.

Gráfico 7 - Concordância sobre se o programa de diversidade da empresa foi uma boa iniciativa.

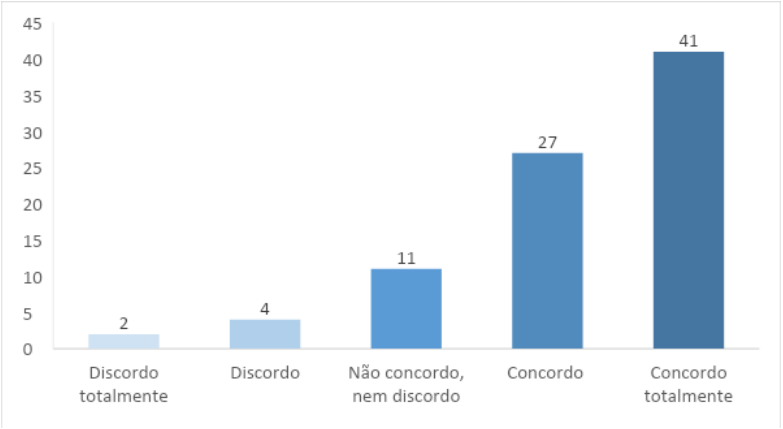


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O Gráfico 8, que segue, apresenta informações acerca da visão dos colaboradores sobre se o Programa de Diversidade está trazendo bons resultados para o ambiente organizacional. Foi identificado que a maioria, 48%, concorda totalmente, e 32% concordam. Os respondentes que não concordam e nem discordam são 13%, além de 5% que discordam e 2% que discordam totalmente. De acordo com Brasil (2010), as iniciativas em favor da diversidade têm causado efeito positivo no que tange a envolver os colaboradores de diversas áreas e de diferentes níveis hierárquicos para discutirem e promoverem ações para abandonar condutas preconceituosas. O primeiro passo é identificar os aspectos

mais críticos, compreendê-los e aplicar ações que proporcionem um ambiente sadio, seguro e produtivo.

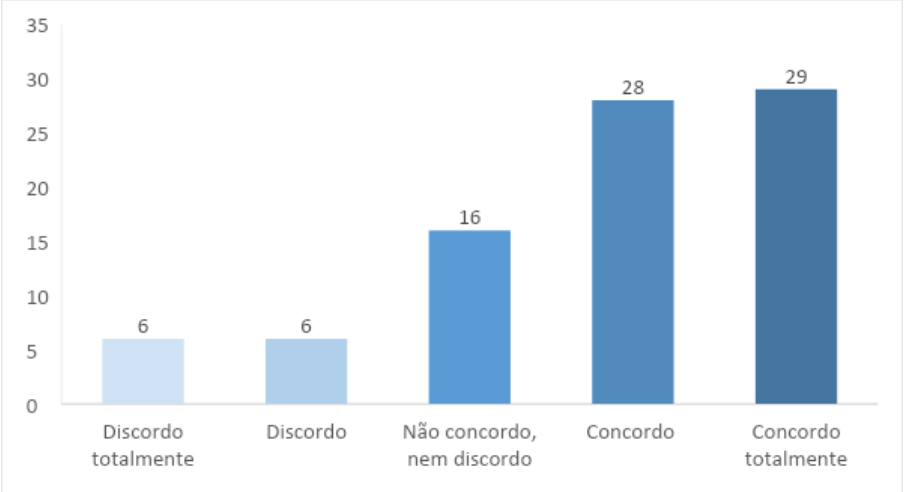
Gráfico 8 - Concordância sobre se o Programa de Diversidade está trazendo bons resultados.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O Gráfico 9, que segue, apresenta se os respondentes se sentem incentivados pela empresa para participar do Programa de Diversidade. Os dados mostram que 34% concordam totalmente e 33% apenas concordam. Os que não concordam e nem discordam representam 19%, os que discordam totalizam 7% e os que discordam totalmente 7% também. O resultado negativo desses 28 respondentes levou a questionar os motivos de não se sentirem incentivados e como a empresa poderia trabalhar em relação a isso.

Gráfico 9 - Concordância sobre o incentivo da empresa para participar do Programa de Diversidade.

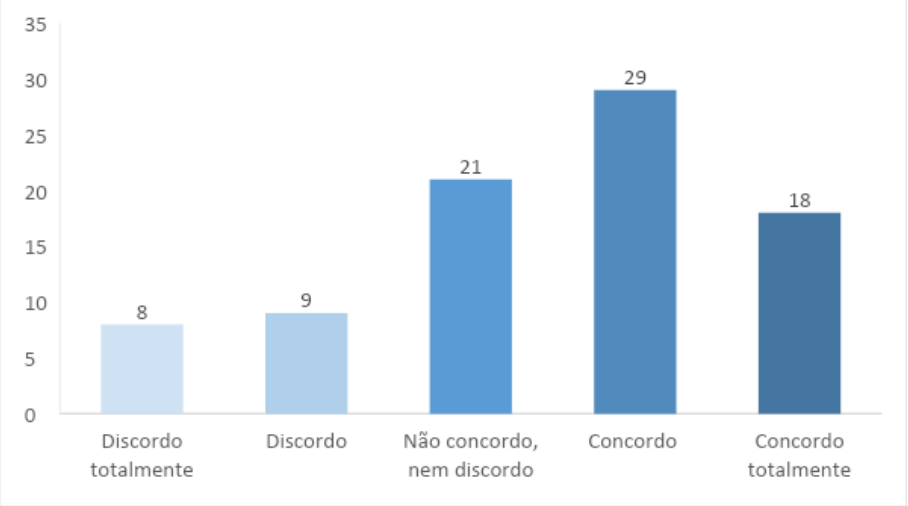


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Em relação aos incentivos recebidos da liderança imediata, além de verificar se aborda reflexões sobre a temática da diversidade e da inclusão dentro da equipe, os resultados foram diferentes. Como pode ser observado no Gráfico 10, que segue, 21% concordam totalmente e 34% concordam que a liderança exerce um bom papel nesse sentido. Porém, 25% não concordam e nem discordam, enquanto 11% discordam e 9% discordam totalmente. Esses resultados negativos chamam a atenção para a necessidade de verificar como as lideranças imediatas estão abordando o Programa de Diversidade entre suas equipes e, a partir disso, a empresa propor ações de conscientização focadas para esse grupo.

Nesse ponto, Ferreira (2021) atenta para a liderança como um fator importante quando se trata de incentivo à diversidade. É necessário que os líderes tenham uma postura ativa na criação de um ambiente de trabalho que favoreça a diversidade com viés em alavancar as diferenças individuais e coletivas em benefício da organização.

Gráfico 10 - Concordância sobre o incentivo da liderança imediata para participar do Programa de Diversidade.



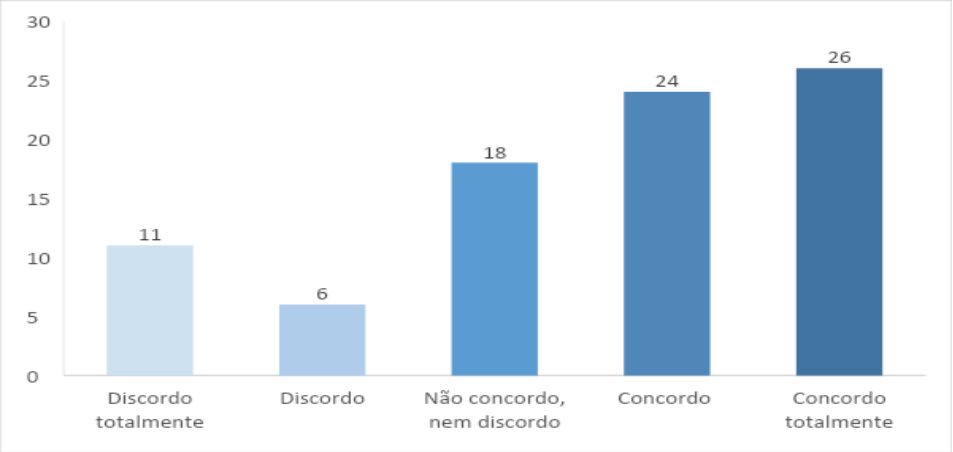
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para entender a visão dos colaboradores sobre a condução do programa na empresa, eles foram questionados sobre o fato de o programa possuir um número ideal de encontros e ações. Observa-se que 14% concordam totalmente, 36% apenas concordam e 32% não concordam e nem discordam. Os colaboradores que discordam são 11% e os que discordam totalmente 7%.

Para finalizar a série de afirmações, os respondentes foram questionados sobre a importância de cotas raciais para pessoas negras ingressarem na empresa. Os dados do Gráfico 12, que segue, mostram que 31% concordam totalmente, 28% concordam, 21% não concordam e nem discordam, 7% discordam e 13% discordam totalmente.

Schwarcz (2022) defende a política de cotas para combater as desigualdades sociais, desde que percebeu um aumento significativo dos negros no Ensino Superior por meio da Lei Federal de Cotas (nº 12.711/2012). A entrada desses estudantes significou muito no quesito quantitativo e uma pressão muito positiva nos currículos do ponto de vista qualitativo. Elas não dão conta de combater a desigualdade racial como um todo, mas não são ineficazes na luta pela causa.

Gráfico 12 - Concordância sobre a importância de cotas raciais.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Por fim, os respondentes foram convidados a sugerir alguma melhoria ao Programa de Diversidade. De oito contribuições que foram recebidas, duas foram sobre ter mais encontros entre os colaboradores, três, sobre aumentar a aderência do público da operação e outras, sobre divulgar mais o programa e investir no nivelamento das lideranças.

A partir do exposto, percebe-se que a maioria dos respondentes valoriza a implementação do Programa de Diversidade da empresa, mas acredita que poderia possibilitar mais encontros entre os colaboradores, com mais participação do público da operação, que representa 62% do

total de colaboradores. Nas questões que trataram sobre o incentivo da empresa e da liderança imediata para os colaboradores participarem do Programa de Diversidade, foi possível observar que existe uma parcela significativa de pessoas que não concorda e nem discorda com o incentivo vindo dessas duas partes, o que se considera um ponto importante para ser trabalhado em conjunto com a área de recursos humanos da empresa.

Por fim, também se constatou que o nível de concordância sobre cotas raciais para pessoas negras ingressarem na empresa diverge as opiniões. Na visão de alguns, é fundamental, outros acabaram não manifestando se concordam ou discordam, e uma parcela de 13% dos 85 respondentes acredita que não seja viável. Isso pode estar sinalizando um comportamento que não percebe as diferenças históricas da sociedade brasileira.

Propostas de boas práticas

Nesta etapa, buscou-se propor ações que possam auxiliar a empresa na contratação e no desenvolvimento de pessoas negras. A partir dos dados apresentados, tem-se como sugestões: (i) Programa de Estágio para jovens negros; (ii) Programa de Trainee para negros; e (iii) Escola Executiva de Diversidade.

O Programa de Estágio voltado a jovens negros seria uma ação voluntária e intencional da empresa para alavancar as diferenças individuais desse grupo e aumentar a representatividade, alinhado à perspectiva de Ferreira (2021). O estágio poderia ter duração de dois anos e não seria exigida a fluência em inglês, mas seria fornecido pela empresa um incentivo financeiro para o estagiário estudar o idioma. Com isso, flexibilizar-se-ia o alto nível de exigência curricular da empresa, que também estaria fazendo o seu papel social, conforme pontuado pela *Businees Parther* entrevistada.

O Programa de *Trainee* para negros seria também uma ação voluntária e intencional da empresa para aumentar a representatividade desses profissionais na camada de liderança. De acordo com dados internos da empresa, a soma de pretos e pardos em cargos de liderança (contemplando supervisores, gerentes e diretores) representa apenas 4,8%, comparado com 94,4% de brancos que ocupam essas posições. Para participar do processo seletivo, teria que ter formação completa em

ensino superior, ser uma pessoa autodeclarada preta ou parda e não seria exigida a fluência em inglês. Nesse caso, o profissional também receberia um incentivo financeiro para estudar o idioma. Os selecionados poderiam estagiar por 6 meses em diversas áreas do seu interesse. Depois disso, seriam alocados para a área com que mais se identificaram.

A Escola Executiva de Diversidade seria uma ação para sensibilizar as lideranças da empresa sobre a importância do tema diversidade. Os encontros seriam em formatos de *Workshops*, ministrados pelas lideranças dos pilares do Programa e com o auxílio de uma consultoria externa. O objetivo seria que todas as lideranças participassem e oportunizassem momentos de reflexão, dúvidas e sugestões.

Cabe considerar que as duas primeiras ações de diversidade racial supracitadas serviriam para oportunizar crescimento profissional para as pessoas negras e, também, para haver um amparo para os colaboradores da empresa que não se sentem representados e incentivá-los ao crescimento. Por fim, a ação de conscientização serviria para impulsionar as lideranças a abordarem esse tema no cotidiano com suas equipes e estarem mais preparadas se precisarem intervir em alguma situação.

Considerações finais

Esta pesquisa analisou a adoção de práticas de gestão da diversidade voltadas à inclusão de pessoas negras em uma empresa de grande porte do segmento de ferramentas motorizadas. Verificou- se que a empresa ainda não possui ações intencionais apenas para esse grupo focal, mas inseridas em um Programa de Diversidade que contempla outros grupos.

A partir disso, foi possível constatar que a empresa possui um Programa de Diversidade que contempla quatros pilares: Raça e Etnia, Gênero, LGBTI+ e Pessoas com Deficiência (PcD). O intuito do programa é fomentar discussões e elaborar propostas internas de ações pontuais para cada um desses pilares. Observou-se que o programa está ainda em fase de conscientização das pessoas, motivo pelo qual a empresa não se posicionou com ações externas focadas em pessoas negras.

A partir da análise das respostas obtidas de 94 respondentes, concluiu-se que os colaboradores têm uma boa visão sobre a empresa no geral e valorizam a implementação do Programa de Diversidade, porém, não sentem confortáveis em se posicionar acerca de algumas pautas, como: se a empresa possui um quadro diverso de funcionários em relação à raça e etnia, sobre se sentirem incentivados pela empresa e pela liderança imediata a participarem do Programa de Diversidade e sobre a implementação de cotas raciais.

Devido ao fato de a área de operação ter sido a que teve o maior número de respondentes do questionário, percebeu-se um viés positivo para os resultados, já que a maioria concorda totalmente ou concordou que o quadro de funcionários é diverso em relação à raça e etnia. Todavia, se for observar pelo total geral de colaboradores, os negros representam apenas 5,7% e os pardos 8,5%, enquanto 85,1% são brancos. Os cargos ocupados pelos negros são de operadores, principalmente, técnicos e aprendizes. Observa-se, também, que, de 200 pessoas negras, a empresa possui apenas um estagiário negro, dois analistas e três supervisores, em relação a um total de 3 527 colaboradores.

As pessoas negras buscam ambientes acolhedores devido ao seu contexto histórico e querem sentir-se representadas nos diferentes níveis hierárquicos das organizações. Nesse sentido, foi proposta a implementação de um Programa de Estágio, um Programa de *Trainee* exclusivo para pessoas negras e uma Escola Executiva de Diversidade para as lideranças internas da empresa

O intuito dessas ações é proporcionar para esse público um sentimento de pertencimento e auxiliá-los no seu desenvolvimento profissional. Devido à questão histórica, como é explicado no referencial teórico deste estudo, os negros sofreram e ainda lutam pela igualdade social no Brasil. Por essa razão, é interessante que a empresa invista em estratégias que busquem nivelar essa equidade racial e instigar as lideranças nesse sentido.

Com relação às limitações da pesquisa, é indispensável relatar sobre os conteúdos teóricos relacionados à diversidade racial no âmbito organizacional. Embora tenham artigos sobre o tema, os conteúdos ainda são escassos. Outra limitação diz respeito à entrevista com mais lideranças da empresa, pois houve dificuldade em agendamentos. Como sugestão de pesquisa futura, recomenda-se realizar outros estudos na área de recursos humanos da empresa, para verificar como funcionam os seus processos de recrutamento e seleção, tendo em vista que muito se fala sobre viés inconsciente quando se trata de diversidade e da

importância de trabalhar o tipo de abordagem com pessoas negras que sofrem discriminações raciais.

Observa-se que para aumentar o número de colaboradores negros dentro das organizações é necessário que elas se atentem para os seus requisitos de seleção, sobre como está a sua imagem no mercado nesse aspecto e como desenvolver esses profissionais para futuros cargos de lideranças. Dessa forma, será possível vislumbrar um futuro com igualdade racial.

Referências

ALLPORT, Gordon Willard; CLARK, Kenneth; PETTIGREW, Thomas. **The nature of prejudice**. Wokingham: Addi-son-Wesley, 1954.

ALMEIDA, Silvio. **Livro Racismo Estrutural.** Ed. 1. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVES, Mário Aquino; GALEAO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, *[S. l.]*, v. 44, n. 3, p. 20–29, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37615. Acesso em: 14 jun.2023.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 16 jun. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17 Jun. 2022.

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial**. Ações afirmativas. 2010. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BROWN, Rupert. **Prejudice: its Social Psychology.** Oxford, UK: Blackwell, 1995.

CAMPOS, Matheus Pinto de. **A Inclusão de Negros Nas Empresas:** uma perspectiva negra da estratégia corporativa. Rio de Janeiro, 2019.

CARDIM, Maria Eduarda. Rendimento mensal de brancos é 73,9% maior do que o de negros. **Correio braziliense.** 2019**.** Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/11/13/interna-brasil,806070/rendimento-mensal-de-brancos-e-73-9-maior-do-que-o-de-negros.shtml. Acesso em: 01 ago. 2022.

CORTES, Anna Maria Faustino. **Mulher Negra:** Sua Trajetória Dentro e Fora do Movimento Negro até os Tempos Atuais. MG, Juiz de Fora, 2018.

FERREIRA, Patrícia Ítala. **Gestão da Diversidade e da Interculturalidade nas Organizações.** Curitiba: Inter Saberes, 2021.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 40, p. 18-25, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/YqBJ94QnWgPFBRcD7FJHnQj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1933.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GIL, Tiago Luís. **História e Historiografia da Escravidão no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2019.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** Do primeiro Leilão de Cativos em Portugal até a Morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, v. 1, 2019.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt. Acesso em: 26 abr. 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de antropologia**, v. 47, p. 9-43, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/B8QfF5wgK3gzDNdk55vFbnB/. Acesso em: 12 jun. 2025.

HASENBALG, Carlos A. **Desigualdades raciais no Brasil.** Dados, v. 14, p. 7-33, 1977. https://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025. https://www.pucsp.br/sites/default/files/2019-12/livro-de-gestao-de-pessoas-seculo-xxi-versao-correta.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Desigualdades Sociais.** Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

JESUS, José Carlos de. **Ações afirmativas e educação:** a questão racial em debate. São Paulo: Autores Associados, 2009.

JÚNIOR, Elston Americo; RADVANSKEI, Iziquel Antônio. **Estudo Das Relações Ético- Raciais Para O Ensino De História E Cultura Afro- Brasileira, Africana E Indígena.** Curitiba: Contentus, 2020.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e Diversidade.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, J. **Gestão da Diversidade:** Os Desafios dos Negros nas Organizações Brasileiras. Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro (Org). **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

REITH, Stefanie Landim; rachid, Alessandra. Gestão da Diversidade – Um Estudo Sobre Gênero e Raça em Empresas no Brasil. **Diversa Revista Eletrônica Interdisciplinar.** Matinhos, v. 14, n. 1, p. 25-43, jan./jun. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/73706. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Diversidade cultural enquanto discurso global. **Desigualdade & Diversidade**, n. 2, 2006, p.11-22. Disponível em: https://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/Ribeiro_desdiv_n2.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.

SAKAMOTO, Leonardo. **Escravidão Contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, Elisabete Adami Pereira dos; CRUZ, Myrt Thânia de Souza. **Gestão de pessoas no Século XXI:** desafios e tendências para além de modismos. São Paulo: PUC, 2019. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/2019-12/livro-de-gestao-de-pessoas-seculo-xxi-versao-correta.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade:** 50 Textos Críticos**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos:** Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA Pablo Marlon Medeiros da. **Gestão da Diversidade em Organizações do Ramo da Construção Civil.** 2015. 117f. Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade Potiguar – UnP, Natal, RN, 2015. Disponível em: https://silo.tips/download/universidade-potiguar-unp-pro-reitoria-academica-programa-de-pos-graduaao-em-adm-7. Acesso em: 20 jun. 2022.

SILVA, Maria Aparecida. **Diversidade nas organizações:** desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2017.

Management of Racial Diversity and Inclusion in a Company in Vale do Sinos - RS

ABSTRACT: Many companies have adopted practices aimed at racial diversity in the work environment in order to diversify their professional staff. Therefore, the objective of this study was to analyze how a large company, located in the region of Vale do Rio dos Sinos - RS, promotes the Management of Diversity and Racial Inclusion in its work environment. For the development of this study, the adopted methodology is classified as descriptive, case study with a quantitative and qualitative approach. The actions carried out by the company were mapped, such as the Diversity Program, the employees' view of the company and the program, in addition to suggestions of good practices to be implemented. From the research results, it was possible to observe that the Diversity Program was a good initiative, however it is noted that it has some points to be developed, for which the following implementations were suggested: (i) Internship Program for young black people; (ii) Trainee Program for blacks; and (iii) Executive Diversity School. The view of employees in relation to the company is mostly positive, but with a significant percentage of people who did not agree or disagree with some statements. The suggested good practices are intended to provide racial equity for the company and provide opportunities for professional growth for black people.

Keywords: Work environment. Racial diversity. Social inclusion.

Ana Carolina KAYSER
Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Feevale, Mestrado e Graduação em Administração, pela UNISC e pela Feevale, respectivamente. Professora extensionista e pesquisadora vinculada ao curso de graduação em Administração, Assessora da Pró-reitoria de Pesquisa-Pós-graduação e Extensão e da Incubadora Tecnológica da Universidade Feevale.

Taiana MARTINS DE OLIVEIRA
Graduada em Administração pela Feevale. Atua na área comercial administrativa. Interesse em pesquisas sobre diversidade e inclusão, principalmente voltadas às questões étnico raciais.

Paola SCHMITT FIGUEIRÓ
Mestrado e Doutorado em Administração com ênfase em Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade pela UFRGS. Graduada em Administração pela UFSM. Doutorado Sanduíche na HEC Montreal, Canadá. Professora pesquisadora vinculada aos cursos de graduação e mestrado em Administração da Universidade Feevale. Mentora de Negócios no Feevale Techpark. Atividades e pesquisas em Educação para a Sustentabilidade, Criação de Valor Compartilhado, Inovação Social, Empreendedorismo Social, Gestão da Diversidade e Inclusão, ESG, dentre outros.

Recebido em: 20/05/2023
Aprovado em: 01/11/2024

ISSN 2525-6904

DIÁRIO DE CAMPO

Educação como ponte para dignidade: um relato etnográfico acerca do papel da educação na trajetória de trabalhadoras domésticas em Natal, no Rio Grande do Norte

Adara Pereira da Silva, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Resumo. A educação é um processo bem mais amplo do que englobam as práticas escolares formais. Por isso, está atravessada por diversas instâncias da vida cotidiana, como gênero, classe, raça, trabalho, família, entre outras. A educação também atravessa a vida de mulheres que exercem a função de trabalhadora doméstica. Portanto, este relato etnográfico objetiva investigar, os processos educacionais a partir da trajetória de três mulheres, que desempenham a função de trabalhadora doméstica, em Natal, no Rio Grande do Norte. Como resultados e discussão centrais foi notório, a partir das trajetórias investigadas, que mesmo que o acesso à escolarização tenha sido restringido ou dificultado, a educação em suas vidas fez parte de um projeto de vida.

Palavras-Chave Antropologia e educação. Emprego doméstico. Práticas educacionais. Gênero.

A formação do serviço doméstico no Brasil está diretamente relacionada com processos históricos e estruturais, que envolvem a escravização. Conforme apresentado por Luciana Dias e Lyziê Almeida (2021), o Brasil foi o último país a abolir a escravização, o que cria uma herança de relações hierarquizadas, na qual as pessoas negras são inferiorizadas e estigmatizadas, sendo levadas a ocupar posições subalternas. A compreensão deste momento histórico nos leva a entender o panorama em que estão envoltas a relação entre patrões e empregadas domésticas, as quais, mesmo com a incorporação de direitos, ainda é muito precarizada e, eu acrescentaria, pessoalizada. Em 2013, trabalhadores domésticos representavam 6,3% da população ocupada, de acordo com dados do IBGE.

Outro fator contribui para a desvalorização deste trabalho: a divisão sexual do trabalho[1]. O trabalho doméstico é exercido, em sua maioria, por mulheres. Em 2019, as mulheres correspondiam a 92% dos trabalhadores domésticos (IPEA, 2019)[2]. A divisão sexual do trabalho seria uma construção social, como propuseram Melo e Castilho (2009). Aos homens caberia exercer funções remuneradas no mercado de trabalho capitalista, enquanto às mulheres seriam delegadas funções domésticas, ligadas ao cuidado. Porém, estas atividades atribuídas às mulheres seriam naturalizadas, não sendo consideradas como um trabalho. Esta desvalorização influi diretamente nos rendimentos, contribuindo para que este seja um serviço mal remunerado. Durante anos, no Brasil, não havia sequer uma legislação que o regulamentasse. As trabalhadoras domésticas conquistaram sua primeira legitimação estatal em 1972, com a lei 5859, que as reconhecia enquanto classe trabalhadora. No entanto, a equiparação de direitos com outros trabalhadores estava distante. Outras leis foram incorporadas na constituição de 1988, mesmo assim a limitação prosseguiu. Apenas com o Projeto de Emenda Constitucional das Domésticas, promulgado em 2013, no governo Dilma, o serviço doméstico se aproximou das demais

[1] Conforme Danièlle Kergoat (2010), a divisão sexual do trabalho corresponde a divisão e demarcação de quais funções pertencem à esfera produtiva, isto é, rentável e geradora de lucro, e a esfera reprodutiva, ou seja, referentes a manutenção da vida, cuidados com crianças, maridos e familiares e atividades domésticas, em uma associação com gênero. A saber, a esfera produtiva refere-se ao papel social masculino, enquanto a esfera reprodutiva liga-se ao papel social feminino. Ademais, a divisão sexual do trabalho supõe princípios de separação e hierarquização que definem o trabalho produtivo como superior.

[2] Devido a magnitude do dado e por acreditar na coerência da correspondência, a partir deste momento do texto utilizarei a flexão de gênero feminina, ou seja, chamarei o grupo de trabalhadoras domésticas no feminino.

ocupações, em termos de direitos trabalhistas (MYRRHA, LIMA e CARVALHO, 2015).

Ao esboçar inicialmente este trabalho, minha intenção foi averiguar como a escolaridade poderia ser um dos fatores que estão relacionados à desvalorização do trabalho doméstico no Brasil, considerando os fatores que interferem nessa relação, como desigualdade de gênero e racismo estrutural. Mas, quando a pesquisa de campo foi iniciada, percebi que, antes de responder uma questão tão ampla, seria imprescindível compreender como as mulheres que exercem tal profissão lidam com questões educacionais, em um sentido mais geral. Isto é, seria preciso captar como estas mulheres entendem, se relacionam com a educação e o sistema escolar e de que forma esses estiveram presentes em suas trajetórias. Para isso, será apresentado um relato etnográfico, que foi realizado a partir de entrevistas realizadas com três trabalhadoras domésticas.

Em um contexto pandêmico, a primeira preocupação que se delineou no campo foi: como conversar com as pessoas? Alguém aceitaria? Uma segunda preocupação, em relação ao processo de construção etnográfica, foi: como conseguir contactar trabalhadoras domésticas? Elas disponibilizariam seu tempo após suas jornadas de trabalho? Por intermédio de um colega de doutorado, consegui contactar a primeira interlocutora: Denise[3]. Entrei em contato pelo *Whatsapp*, expliquei sobre a pesquisa e como havia conseguido seu número de telefone. Ela já estava ciente e se disponibilizou para conversarmos no período da noite, pois seria o horário mais conveniente para ela. No decurso da entrevista, entendi o porquê. Denise trabalhava em duas casas de uma mesma família. Durante o dia, realizava atividades como arrumar e organizar a casa de uma médica, sua patroa, e, no período da noite, se dirigia à casa de seu pai, trabalhando como cuidadora deste. Denise e seu filho mais novo residiam durante a semana nesta segunda casa. Por estas funções, ela recebia salário, cestas básicas, plano de saúde e outros direitos que estão previstos por ter carteira assinada. Ela era funcionária desta família há aproximadamente 10 anos.

[3] Todos os nomes das interlocutoras foram alterados.

Denise tem 45 anos, é casada, mãe de três filhos, natural de Coqueiros[4], mas reside durante a semana em Natal, no Rio Grande do Norte, desde os 14 anos, quando começou a trabalhar. Pensando nas duas preocupações iniciais, sugeri a ela que conversássemos pelo *Google Meet* e ela aceitou, prontamente. Com seu intermédio, consegui mais dois contatos de Whatsapp: Tassiana e Cristina, nossas outras entrevistadas. Denise já havia informado que eu entraria em contato, então, elas aceitaram conversar comigo, prontamente. Da mesma forma, as conversas ocorreram pelo *Google Meet*.

Tassiana tem 44 anos, é casada, não tem filhos, também é natural de Coqueiros, mas trabalha em Natal. Todos os dias, desloca-se para a capital potiguar em uma van fretada por um grupo de trabalhadoras domésticas. Diferente de Denise, que exerceu durante toda sua vida a função de trabalhadora doméstica, Tassiana também trabalhou como professora de ensino infantil e foi funcionária da empresa Guararapes[5]. Mas, foi enfática em afirmar que preferia ser trabalhadora doméstica. Quando foi professora, vinculada a uma prefeitura por meio de um contrato, não recebia o salário corretamente. Por outro lado, quando se referiu ao trabalho na empresa, alegou que, mesmo com direitos, trabalhava excessivamente. Há cinco anos, Tassiana trabalha na mesma residência, de um promotor de Justiça. Ela estava contente por ter sido promovida a governanta. Assim como se apresentou satisfeita pelo salário que recebia, por ter carteira assinada e direitos garantidos.

Cristina tem 44 anos, é natural de Pedra Grande, reside em Extremoz, mas trabalha em Natal, deslocando-se por meio de transporte público para seu trabalho. Ela também trabalhou na Guararapes, mas, há cinco anos, trabalhava para a mesma família, exercendo a função de trabalhadora doméstica. Ela teve sua carteira assinada pela primeira vez aos 23 anos e, desde então, nunca mais exerceu a função de maneira informal. Cristina é mãe de cinco filhos. Sua primeira gravidez ocorreu durante a adolescência, quando tinha 16 anos, e consecutivamente, aos 17 anos, ocorreu a segunda gravidez. Neste período, não estava trabalhando formalmente. Contudo, após seu processo de separação, retornou ao trabalho, residindo na casa dos patrões, e, por isso, com muito pesar, Cristina me contou que não pode criá-los. Ao completar 23 anos, engravidou pela terceira vez, seguida das outras. Nesta época, sua

[4] Coqueiros seria uma comunidade situada em Ceara-Mirim/RN. Recentemente, teria sido certificado pela Fundação Cultural Palmares, como remanescente de quilombo.
[5] Esta empresa é do ramo têxtil e produz roupas para a loja Riachuelo.

condição era diferente. Cristina não parou de trabalhar. Inicialmente, suas filhas eram cuidadas por alguma vizinha, a quem ela pagava, e depois foram colocadas em uma creche.

Ao ouvir as entrevistadas, percebi que existiam informações mais densas e, simultaneamente, sutis a serem compreendidas do que: qual o seu nível de escolaridade? Suas relações com a educação se apresentavam entrelaçadas com sua perspectiva de gênero, naturalidade, classe, raça. Além disso, sua relação com a educação ocorria de maneira mais ampla do que sua passagem pelo ensino escolar, isto é, caberia analisar seu olhar para a educação, e este olhar não deveria reduzido à quantidade de anos que haviam frequentado o ambiente escolar. Justamente, como apresentou Vera Maria Candau (2012), a educação estaria situada num contexto mais amplo. A autora trabalha com a ideia de que a educação seria parte de uma vocação humana, a qual não se reduziria ao sistema escolar, mesmo que este sistema seja parte desta. A educação estaria em um sistema geral e o sistema educativo estaria entrelaçado ao cotidiano das pessoas. Neste quadro, o sistema escolar seria *uma* parte do processo de aprendizagem. A partir de Haddad (2004), a autora propõe que o processo educativo ocorreria durante toda a vida do ser humano, na família, na comunidade, trabalho, igreja.

Neste caso, nos é permitido pensar como as questões de gênero e o trabalho doméstico estariam ligados ao processo educacional e como ainda estariam entrecortadas por outras questões. Para pensá-las, seria interessante partir do que propôs Claudia Fonseca (1999) sobre etnografia: realizar um movimento interpretativo que vai do particular em direção ao geral. Ou seja, antes de entender o porquê a baixa escolaridade poderia estar ligada à desvalorização do trabalho doméstico no Brasil, seria preciso entender de que forma a educação fez parte da trajetória das minhas interlocutoras, em diversas instâncias como trabalho, família, valores. Assim, seria possível, a partir do método etnográfico, realizar um estudo que busque compreender a subjetividade das entrevistadas. Claudia Fonseca (1999) aponta que não se trata apenas de psicologia individual, condutas individuais jamais seriam simbólicas por si mesmas. Através do contato pessoal com o objeto é que seria possível perceber quais elementos simbólicos pertencem a um sistema simbólico construído coletivamente. Assim, para reconstruir a tessitura da vida social, em que estariam inscritos valores, emoções e atitudes, o pesquisador deveria cruzar dados, comparar diferentes

discursos, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade.

Este é o prelúdio de um trabalho que, após obter um quadro interpretativo de questões particulares, pretende situá-las no plano geral. Mas, antes de ter a pretensão de obter quadro interpretativo, é preciso analisar os elementos obtidos em suas minucias e sutilezas. É este o trabalho que busquei desenvolver aqui, observar e analisar os valores, ações referentes à educação das três mulheres entrevistadas. Então, tentaremos fazer o exercício proposto por Claudia Fonseca: comparar os discursos referentes à educação, considerando as relações de cada uma das entrevistadas com esta instância, visando compreender de que forma estão inscritos seus valores, ações, emoções.

Meu fio condutor para iniciar a investigação foi a questão: com quantos anos você começou a trabalhar? Esta questão surgiu para mim após assistir a um vídeo do Canal Preto, disponível no *Youtube*, intitulado: "A luta pelos direitos das domésticas". O vídeo apresenta vários depoimentos de trabalhadoras domésticas, suas falas soaram impactantes, mas, especialmente a fala de Milca Martins, que havia saído do interior aos 7 anos para cuidar de um bebê e estudar, chamou bastante atenção. Comecei a indagar como uma mulher se torna trabalhadora doméstica.

Tendo esta situação como fio condutor, não foi surpreendente ouvir das três mulheres entrevistadas que começaram a trabalhar muito jovens. Denise começou a trabalhar aos 14 anos, enquanto Tassiana começou a trabalhar aos 9 anos e Cristina começou a trabalhar aos 12 anos. As duas primeiras, enquanto crianças, eram residentes da comunidade de Coqueiros e migraram nestas idades para trabalhar e morar em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Já Cristina é natural de Pedra Grande[6], mas, quando começou a trabalhar, residia em Natal, com sua mãe.

Cristina relata:

> Então, comecei já como doméstica, na época de babá, aos 12 anos de idade. Até porque, na época, hoje eu estou com 44 anos, na época, o trabalho pra essa idade não era proibido e aí foi quando eu comecei a trabalhar pela primeira vez, eu fui babá de uma bebezinha e no decorrer dos anos fui adquirindo experiência em outras áreas como

[6] Pedra Grande é um município do estado do Rio Grande do Norte, localizado na mesorregião Leste potiguar, a 134 km da capital norte-riograndense, Natal.

> doméstica também, aí fui como arrumadeira, cozinheira, enfim e estou até hoje. (Cristina, Natal, 23/03/ 2022).

Além das três entrevistadas, foi possível identificar, mediante uma fala de Denise, que a situação do trabalho precoce foi estendida para outras mulheres, neste caso, suas irmãs:

> Então, eu comecei a trabalhar muito cedo, eu tinha uns 14 anos, porque a necessidade obrigava. Morava no interior, os pais agricultores, com a mãe dona de casa. Então, a gente via necessidade de ajudar em casa. Então, eu mais duas irmãs, que também saíram de casa muito jovem, por isso, por esse objetivo, de ajudar em casa. Tanto que a gente sempre ajudou, até hoje a gente ajuda. (Denise, Natal, 16/03/2022).

Neste quadro, questionei se, antes de saírem de casa, elas já sabiam realizar atividades domésticas ou haviam aprendido quando vieram trabalhar em Natal. As três me responderam que sim. Denise explicou que, quando tinha aproximadamente 8 ou 9 anos, já sabia executar atividades como lavar louça, arrumar a casa e cuidar do seu irmão menor. Assim, quando, aos 14 anos, se dirigiu a Natal para trabalhar, sua primeira atividade foi cuidar de um bebê: "Então, a gente tinha que cuidar de um filho de outra pessoa e tinha que ter muito cuidado. Tudo bem que naquela época a gente tinha supervisão, de uma outra pessoa adulta, mas mesmo assim a gente dava conta" (Denise, Natal, 16/03/2022). Cristina também sabia executar atividades como "arrumar a casa, cozinhar, lavar uma roupa". Ela atribuiu este conhecimento ao fato de ser do interior e aos ensinamentos dos seus avós. Tassiana, que se identificou como filha de mãe solteira, afirmou ter aprendido muitas coisas com sua mãe: "Principalmente a *educação*[7], que é o básico, a limpeza, que inclui tudo e, na verdade, eu já ia sabendo. Porque nós, do interior, somos bem bravas e valentes, então não foi muito difícil não". (Tassiana, 21/03/2022).

A partir destas falas é possível refletir sobre dois pontos, que estarão, ao longo do texto, imbricados: a construção de gênero relacionada à construção da trabalhadora doméstica e como este processo se relaciona e afeta a escolarização. Acima, expliquei que um dos meus pontos de partida foi entender como uma mulher se tornava

[7] "Principalmente a *educação*, que é o básico", é interessante perceber que quando ela se refere à educação não está mencionando educação escolar formal, mas sim, a maneira de se portar.

trabalhadora doméstica. Parti do imaginário de que tais mulheres passaram por processos sociais, os quais fazem parte de uma construção, que também é uma construção de gênero. Foram apresentadas três trabalhadoras que iniciaram suas trajetórias a partir de um trabalho infantil[8], mas, ao serem questionadas se haviam aprendido as atividades relativas a este trabalho quando vieram morar em Natal, elas respondem que, ainda mais novas, em casa, não como trabalho, teriam aprendido a executar atividades domésticas. Ainda é possível notar que consideram o aprendizado de tais atividades como relevantes, na fala da Tassiana, em sua exclamação: "somos bravas e valentes". Esta percepção de apreender funções domésticas como necessário converge tanto os dados do relatório das Nações Unidas, tanto com a perspectiva de uma construção de gênero.

Com base em um relatório das Nações Unidas de 2007, Ana Lúcia Saboia (2000) aponta que milhões de crianças no mundo trabalham como empregadas domésticas. Um dos motivos para tal fato ocorrer seria a entrada de mulheres no mercado de trabalho e questões financeiras, de forma que as crianças saem de sua residência rural para o espaço urbano objetivando ajudar na renda familiar. As atividades domésticas seriam apreendidas no seio familiar, não como uma maneira de opressão, mas como uma prática familiar de classes menos abastadas.

A historiadora Joan Scott (1995), uma das precursoras dos estudos de gênero neste campo, propõe que gênero é uma categoria de análise histórica construída social e relacionalmente, isto é, gênero refere-se a papeis sociais que são atribuídos a mulheres e homens e para compreender o processo de incorporação e naturalização de tais comportamentos é necessário analisar quais atribuições são delegadas a mulheres em comparação as atribuições incutidas a homens. Desta forma, o gênero apareceria como um conceito que contestaria a naturalização da diferença sexual nos distintos campos. É importante destacar, a partir da proposição da autora, que as mudanças nestes campos extrapolariam o terreno de gêneros e sexualidades, podendo estar associados a outros terrenos, como cultura, instituições, poder e, no nosso caso, a educação escolar.

[8] Em meados dos anos 1990 surgiram algumas instituições e órgãos com o intuito de estabelecer o que seria e combater o trabalho infantil. No Brasil é considerado trabalho infantil quando adolescentes abaixo dos 16 anos exercem funções trabalhistas. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 4).

Analisando as falas das entrevistadas e suas entrelinhas, foi possível notar que a educação escolar estaria diretamente associada ao processo de tornar-se trabalhadora doméstica e, consequentemente, associada a uma perspectiva de gênero. O processo de tornar-se trabalhadora doméstica, nesta sociedade, está carregado do processo de tornar-se mulher, o que acarreta todas suas naturalizações. Minhas três interlocutoras responderam à minha pergunta sobre aprender tarefas domésticas num tom que denotava obviedade. Estas eram atividades que eram compreendidas como parte do processo de ser construída enquanto mulher, atividades necessárias e corriqueiras. No entanto, embora o *tornar-se trabalhadora doméstica* tenha por base as naturalizações do processo de ser mulher socialmente, este processo está entrecortado por outros elementos, como classe e raça. É precisamente este o ponto antes de uma bifurcação. Socialmente, espera-se que mulheres saibam desempenhar determinadas funções[9], como atividades domésticas, mas, sua posição social indicará se esta mulher passará a desempenhar tais atividades como forma de trabalho remunerado. A educação escolar é incluída neste contexto de forma que, ao tornar-se trabalhadora doméstica durante sua infância, adolescência e juventude, esta mulher terá seu acesso à educação escolar dificultado, quando não restringido.

Ao analisar os depoimentos das três entrevistadas, isto ficou evidente. Busquei indagar a Cristina, Denise e Tassiana como funcionou a conciliação de suas jornadas de trabalho e estudos. A primeira afirmou que, ao começar a trabalhar, aos 12 anos, parou os estudos: “Na verdade, eu sempre pedi à minha mãe para trabalhar. Mas, é uma teoria que eu acho que os pais têm até hoje, que eu ouvia. Quando eu pedia para trabalhar, minha mãe dizia: não, eu não quero que você trabalhe, eu prefiro que você estude.” (Cristina, Natal, 23/03/2022). Mas, esta situação foi modificada por Claudia ter se envolvido com o primeiro namorado e ter, em seguida, findado a relação. Segundo ela, sua mãe havia entendido que seria melhor não a deixar próxima do relacionamento anterior. Simultaneamente à situação, surgiu uma

[9] Mesmo assim, é interessante destacar que atividades domésticas não são tão cobradas socialmente de mulheres de classes mais abastadas, justamente por terem o poder aquisitivo para delegar estas funções. Neste caso, sua função poderia ser contratar, coordenar uma trabalhadora doméstica. Desta maneira, não existiria equivalência nas experiências femininas, pois outros eixos de opressão, como classe e raça, entrecortam a construção de gênero e, portanto, a experiência e identidade feminina. Dentro deste panorama, Suely Kofes propõe: “O “doméstico” enquanto elaboração social, um locus estrutural e ideológico apontando para a possibilidade da elaboração de uma “identidade”. Entretanto, encontramos aí uma relação social que propicia um encontro entre mulheres, mas, mulheres socialmente desiguais. [...] As mulheres tornam-se sujeitos desiguais e diferenciados em um mesmo lugar definido como feminino (KOFES, 2001, p. 124).

oportunidade de trabalho, em que Claudia ficaria durante a semana morando na casa dos patrões, retornando à residência de sua mãe aos sábados:

> Eu meio que fui impedida de estudar, foi preferível me deixar trabalhar do que estudar, por questões [...] enfim. Foi, foi, daí eu parei, não dei continuidade, porque [...] falta de orientação, falta de incentivo e aí foi quando comecei minha vida como doméstica, continuei namorando e casei muito nova. Aos 15 anos eu fui ser mãe e aos 16 eu já fui ser mãe pela segunda vez e acho que com meus 23 anos, acredito, eu até tentei voltar aos estudos novamente, mas, aí eu já tinha uma outra filha, eu já estava sendo mãe da minha terceira filha, então, eu não consegui conciliar casa, trabalho e escola, aí terminei desistindo. (Cristina, Natal, 23/03/2022).

Através de seus depoimentos, é possível perceber que Cristina sentiu certo descontentamento por não poder prosseguir seus estudos. Este descontentamento é evidenciado na sua fala sobre ser impedida de estudar, não haver incentivo ou orientação. Por outro lado, mesmo que Cristina não tenha conseguido retomar seus estudos por ter uma jornada dupla de atividades, isto é, trabalhar e ser mãe, sua relação com a educação não foi findada com sua breve passagem no sistema escolar, ela trata a educação como um *valor* a ser transmitido. Isso está presente no seu descontentamento, mas, também, na importância que ela dá à educação através de suas filhas. Ela teve cinco filhos, mas os dois primeiros foram criados pela família do pai destes. Contudo, para suas três outras filhas, ela priorizou a educação.

> O que eu pude oferecer para elas foi estudo. Embora a mais velha, que é a terceira filha, largou os estudos no início do primeiro ano do ensino médio e casou. Já as outras, eu consegui criar e o que eu pude oferecer para elas foi estudo. Graças a deus! Tem perspectiva, elas têm planos futuros! Então, continuam estudando, uma está com 17 anos e a outra com 11. No início desse ano, a gente batalhou muito para ela entrar num curso. Eu não sei se você conhece, é a casa do menor trabalhador, no Alecrim. É uma escola, uma instituição não governamental, que oferece cursos para os jovens, cursos para o primeiro emprego, cursos preparatórios. E aí, eles priorizam os jovens já da casa, que estudam, mas também abrem vagas, abrangem todo estado, para quem tiver interesse. No início desse ano a gente batalhou muito porque é muito concorrido, muito procurado, esses cursos dessa instituição. E aí, a gente batalhou, conseguimos. (Cristina, Natal, 23/03/2022).

Destaquei estes termos na fala da Cristina porque eles são reveladores sobre sua relação com a educação. Apesar de não ter atingido altos níveis de escolaridade, ela deu importância aos estudos de suas filhas, tal importância é demonstrada quando argumenta que o que pode oferecer a suas filhas foram estudos e agradece a seu deus por suas filhas estarem estudando. Além disso, ela apresenta a escolarização de suas filhas também como um projeto coletivo, o que é notório quando ela repete "a gente batalhou", para se referir ao processo de conquista de uma vaga em um curso profissionalizante para sua filha. Por último, destaco sua associação entre estudos, perspectiva e planos futuros, a partir disso também é possível associar a ideia de dignidade.

Conforme Marcelo Andrade (2013), é lugar-comum no imaginário social a equivalência entre educação e escolaridade, assim, neste segmento, *a priori* o direito à educação poderia ser reduzido à escolarização. O autor questiona este entendimento a partir da questão: a educação é um direito de todos? Para ele, a educação é um processo mais amplo, que não deveria ser reduzido à educação formal. Em sua perspectiva, a educação ocorre por meio do diálogo, que inclui uma multiplicidade de procedimentos educativos, conjunto de reflexões, desejos, tornando a educação múltipla, diversa. "Ainda que seja um processo muitas vezes difuso, opaco, velado pela força do cotidiano, toda e qualquer educação tem intenções, objetivos, projetos [...] todo processo educativo responde, velada ou explicitamente, a um projeto de construção de algum tipo de sociedade e a um projeto de formação de algum tipo de ser humano. Assim, nunca é neutra" (ANDRADE, 2013, p. 26). Portanto, para ele, a educação seria o processo de acesso à dignidade humana.

A saber, analisaremos a perspectiva das interlocutoras a partir da premissa de que a educação é a ponte para a dignidade, conforme Andrade. É possível pensar a relação de Cristina com a educação a partir deste quadro de referências. Mesmo sem alto grau de escolaridade, ela buscou que suas filhas estudassem como forma de proporcioná-las dignidade. Considerando a educação como múltipla e diversa, isso não significaria simplesmente que estas também atingiriam o nível máximo da educação formal, mas que esta seria uma ponte para que alcançassem uma posição digna. Como foi apresentado na fala acima, Cristina apresenta o curso profissionalizante como uma conquista coletiva, que ela e sua filha haviam conseguido. Contudo, ela falou das dificuldades que sua filha sofria para conciliar as atividades do ensino escolar formal com este curso preparatório no contexto da pandemia. Para Cristina o

curso seria ainda mais importante do que o ensino médio e ela apresentou certo desgosto com a possibilidade de sua filha abdicar deste.

> Então, ela disse que prefere, no momento, abrir mão do curso e ficar só com a escola. Eu até disse: filha, eu fico triste. Porque foi uma coisa que a gente correu tanto atrás, batalhou tanto. E o curso, querendo ou não, é algo que está lhe preparando para o mercado de trabalho. Então, assim, como que você vai conseguir? Você tá estudando, ok, mas se, de repente, surge uma oportunidade de emprego, como é que você vai conseguir administrar, como é que vai conseguir trabalhar se você não tiver uma preparação? (Cristina, 23/03/2022).

Para Cristina, os estudos representariam uma forma de ingressar no mercado de trabalho, ou seja, uma ponte para a dignidade. Assim, podemos entender que a relação desta mulher não foi encerrada na sua passagem pela escola, trata-se de um valor a ser transmitido a suas filhas, que pode edificá-las, que na visão de Cristina seria materializada em uma preparação para uma oportunidade de trabalho, a entrada no mercado de trabalho.

O processo educacional formal de Denise e Tassiana foi diferente do processo de Cristina, que teve seus estudos interrompidos quando começou a trabalhar aos 12 anos. Para estas, o processo de tornar-se trabalhadora doméstica não *restringiu* os seus estudos, mas, *dificultou*. Mas, de certa forma, suas visões em relação à educação formal podem ser muito similares: a educação como ponte para dignidade. Denise e Tassiana trabalhavam e estudavam na adolescência, as duas trabalhavam ao longo do dia e estudavam a noite. Na época em que começaram a exercer a função de trabalhadora doméstica, as duas residiam nas casas de seus patrões, consequentemente estudavam em escolas situadas em Natal. As motivações que as fizeram deixar suas casas para trabalhar e morar em outra cidade e longe de seus pais foram semelhantes, uma baixa condição financeira. No entanto, as formas de se relacionar com o ensino foram distintas. Por exigência de sua mãe, Tassiana estudava durante a adolescência, essa foi a condição para que fosse permitido que ela trabalhasse. Enquanto adulta, deu continuidade aos seus estudos, com muito orgulho, me contou haver concluído no ano anterior o ensino superior. Enquanto Dulce explicou que estudou até a sexta série do ensino fundamental, que hoje é o sétimo ano, em tom de brincadeira, ela narrou:

> Eu estudava em um horário, às vezes, dependendo do tempo, a gente ainda estudava. Além de trabalhar, ainda estudava. Eu não terminei porque eu sou ruim mesmo para estudar, eu não evoluí mais porque eu sou ruim mesmo para estudar, muita preguiça. Eu tinha muita preguiça de pensar, raciocinar, matemática, então, meu deus. Até hoje eu sou péssima [...] Hum, na época, quando eu voltei para Natal, eu fazia o quinto ano e não evolui muito, eu acho que fiz até o sexto. Porque é muito cansativo! Além de eu ter preguiça, é muito cansativo. (Denise, 16/03/2022)

Durante a entrevista, Denise menciona ter sido muito rebelde, fato que, para ela, também está relacionado a ter sido mãe, pela primeira vez, aos 17 anos. Então, em se tratando de escolaridade, por não prosseguir com os estudos, relaciona este fato a preguiça e o entende como uma falta de *evolução*. Percebi que, no decurso da entrevista, ao mencionar seus estudos, diversas vezes elaborou associações entre o nível de escolaridade e evolução. Por isso, da mesma forma que Cristina, Denise considerou importante que seus filhos estudassem. Ao questioná-la sobre a escolaridade destes, Denise me respondeu com um sonoro sim:

> Sim, com eles eu fui rígida! Então, botei para estudar. Nenhum dos dois mais velhos quis fazer faculdade, mas *eu incentivei*. Mas, todos os dois trabalham, têm a vida deles. Ele, o mais velho, está com 28 e o outro tá com 27. Então, eu não me preocupo, cada um tem sua vida, tem as suas coisas. Não me dão trabalho, Graças a deus, nem preocupação nem dor de cabeça. Tem o mais novo, que é metido a atleta, a jogador de futebol. Eu falo para ele que ele tem que ter um plano B, não pode só pensar na bola, tem que ter o plano B, porque poder ser esse que fique. Mas, todo mundo fala que ele tem talento, tem tudo. Mas, eu fico segurando um pouquinho, porque ele é meio rebelde, igual a mãe. Ele está com 14 anos, tá no nono ano, tá "todo todo". Eu digo a ele, a única coisa que você tem que fazer, meu filho, é estudar e tirar boas notas. Ele não faz nada e me diz: a senhora é muito exigente. Sou, tem que ser! (Denise, Natal, 16/03/2022).

Tassiana, que concluiu a graduação, faz menção a conclusão deste estágio educacional como a realização de um sonho. Este sonho não estaria diretamente relacionado a uma mudança de profissão, mas a um valor, um ideal. De formas distintas, as duas dão importância à escolarização. Denise o faz através de seus filhos, é notório seu orgulho por direcioná-los aos estudos, enquanto Tassiana o faz por meio de um projeto de vida. Quando questionei a Tassiana qual o seu nível de escolarização, ela respondeu com muito contentamento:

> Eu terminei minha faculdade ano passado, para professora! Graças a deus. *Tenho meu diploma***.** Já exercia função por contrato da prefeitura, mas é muito difícil. Então, eu optei por trabalhar como doméstica, que eu ganho muita mais do que trabalhando pela educação, pela prefeitura. Na verdade, eu trabalhava como doméstica fazendo a faculdade, sempre foi assim, eu trabalhava e fazia a faculdade. *Até porque era um sonho que eu tinha,* de me formar, de ser professora, para passar educação para outras pessoas. Então, hoje eu estou como doméstica, ainda continuo trabalhando como doméstica, Graças a deus. (Tassiana, Natal, 18/03/ 2022).

Tassiana estudava aos sábados, que seria o seu dia de folga, em uma faculdade localizada na Paraíba. Quando surgiam atividades para fazer, ela buscava executá-las no domingo, mas segundo ela, algumas vezes não seria possível. Então, conversava com seus patrões para repor este dia de trabalho em outro momento ou pedia o dia de licença. Ela explicou que esta conciliação seria possível por seus patrões serem "uns anjos", como ela chamou. Como vimos, para ela, a educação, em níveis escolares, é entendida como um sonho que requer determinação para ser alcançado:

> Olha, na verdade, se você não tem determinação, naquilo que você vai fazer, você não faz. E como eu tinha um *propósito a ser realizado*, então, eu optei por eu trabalhava durante a semana. Todo dia eu vou e venho e no sábado eu fazia faculdade, que no sábado eu não trabalho, então, eu conciliei o meu trabalho com as minhas folgas, entendeu? Para eu estudar. (Tassiana, Natal, 18/03/2022).

Ao analisar as trajetórias de vida e a como a educação esteve presente na vida das três mulheres, é possível notar que esta instância é tratada como um valor de suma importância, mesmo que apareça distintamente. Denise e Cristina, no processo de tornar-se trabalhadora doméstica, tiveram empecilhos para prosseguir com o ensino escolar, contudo priorizaram os estudos de seus filhos. Tassiana teve este valor transmitido por sua mãe, de forma que, mesmo após os 40 anos, se empenhou em concluir o ensino superior e planejava ingressar em uma pós-graduação. Entretanto, é preciso assinalar que mesmo tendo concluído o ensino superior, Tassiana não foi isenta da dificuldade neste processo.

Gilberto Velho (1994) desenvolve a noção de projeto como uma conduta de atores sociais cuja finalidade é alcançar objetivos, destacando que ator social também pode ser grupo social. O projeto é um instrumento elementar de negociação da realidade para o indivíduo, isto

é, um modo de comunicação, maneira de expressar e articular interesses, objetivos, aspirações. No entanto, Velho ressalta que não se trata apenas de um cálculo racional, mas, uma deliberação consciente no campo de possibilidades. Esta noção inclui valores, preconceitos, emoções do indivíduo-sujeito. O projeto se articula à memória, para proporcionar uma visão retrospectiva da trajetória, de modo que esta articulação permite criar uma organização que almeja atingir os fins do projeto.

Dentro deste quadro, ao considerarmos as perspectivas apresentadas referentes à educação, é notório como esta instância também aparece como um projeto de vida das trabalhadoras entrevistadas. Isto fica evidente na posição de Denise e Cristina ao buscarem dar uma educação formalizada aos filhos como modo de alcance a um lugar social considerado digno. Da mesma maneira, este projeto está presente na trajetória de Tassiana, sendo incutido por sua mãe. A memória, ao recobrar a trajetória das interlocutoras, ao rememorar sua vida, as condições que tiveram e as situações que passaram, fez com que a educação fosse tratada como um plano, um projeto.

Além destes aspectos, é importante destacar, que Denise, Cristina e Tassiana compreendem os processos educacionais como parte de uma responsabilidade individual. Tassiana atribui a conclusão do nível superior à sua própria determinação, enquanto Denise culpabiliza a si mesma a não continuidade de sua escolarização, categorizando-se como preguiçosa e ruim. Já Cristina responsabiliza sua família pela não continuidade de seus estudos.

Não busco inferir que também não seja de responsabilidade individual e da família o processo educacional, como vimos nos casos acima, a educação também pode ter este caráter. Contanto, é preciso apontar que a responsabilidade do ensino escolar não é, *apenas*, do indivíduo e da família. Observar as falas e trajetórias das interlocutoras nos convida a fazer o exercício proposto por Nilma Lino Gomes (1999): olhar além dos muros da escola, para "ressignificar a prática educativa, a relação com o conhecimento, o currículo e a comunidade escolar". Para a autora o campo da educação precisaria compreender, e acrescento abarcar, o significado da diversidade. A educação escolar teria uma visão estreita, psicologizante e homogeneizadora, a qual cria um perfil idealizado do aluno no processo escolar. Neste sentido, é preciso superar a uniformização no campo educacional para colocá-lo dentro do processo de desenvolvimento humano, pois a padronização criaria um espaço em

que as diferenças seriam compreendidas e apontadas como desvio, anormalidade, defasagem, desigualdade.

Observar o recorte de gênero e de classe das interlocutoras permite refletir sobre as práticas homogeneizadoras da escola, as quais não considerava que estas necessitavam trabalhar no período de sua adolescência ou que neste mesmo período se tornariam mães. Assim, para haver um espaço de permanência no espaço escolar deveria ser considerada a diversidade. Nilma Lino Gomes (1999, p.4) questiona: "Será que a garantia da educação escolar como um direito social possibilita a inclusão de todos os tipos de diferenças dentro desse espaço?". Para a autora, a diversidade cultural seria multifacetada, devido a pluriculturalidade e plurietnicidade presente em nossa sociedade, ou seja, devido à heterogeneidade no meio social seria preciso reconhecer a diferença presente, também, no processo educativo, já que seríamos sujeitos sociais, históricos, culturais.

Ademais, também seria de responsabilidade do Estado promover este espaço no ambiente escolar e práticas que possibilitem a permanência. As entrevistadas ingressaram no mercado de trabalho como crianças, o que revela uma lacuna no processo de garantia e capacitação profissional. A falta de programas de educação supletiva, incentivo para retomada dos estudos e condições para tal feito são indicativos de outras lacunas referentes a políticas públicas estatais referentes às mulheres. Para as três interlocutoras, o processo de *tornar-se* trabalhadora doméstica restringiu ou dificultou o processo escolar e é um dos motivos que pode ser atribuído à falta de apoio estatal. No caso de Cristina e Denise, que se tornaram mães jovens, isso fica mais evidente.

Em certa época de sua vida as filhas de Cristina estiveram na creche para que esta pudesse trabalhar, mesmo assim, ela não conseguiu retomar seus estudos. É possível pensar, a partir das falas (não apenas de Cristina), que além da jornada de trabalho, a estas mulheres seria delegada a função de realizar as atividades domésticas de sua casa, como disse Tassiana: "ainda tenho o serviço de casa". O que constitui, no caso de Tassiana, que não tinha filhos, uma dupla jornada. Enquanto para Cristina seria uma tripla jornada. Como sem o apoio estatal uma mulher conseguiria desempenhar tantas funções?

Como foi mencionado no início do trabalho, este é um prelúdio de uma etnografia que ainda tem muitas questões para indagar, investigar e tentar sanar. Então, ao fim deste texto é possível elencar algumas considerações, no entanto, seria precipitado elaborar conclusões.

Algumas questões precisam ser melhor aprofundadas, como questões referentes a raça, classe, migração e até mesmo sobre a Internet – não passou despercebido o fato de as três interlocutoras não apresentarem dificuldades para utilizar o *Google Meet*. Com tantas variáveis e combinações possíveis, é plausível entender que as relações com as práticas educacionais ocorram de maneira distinta. Mas, no caso da nossa análise, foi possível considerar que a perspectiva de gênero esteve presente tanto nos processos das mulheres, enquanto trabalhadoras, como esta interfere de diferentes maneiras nos seus processos educacionais. A educação para as três entrevistadas, mesmo que de modo distinto, se apresentou como *uma ponte para a dignidade*. Mesmo que durante este processo a dignidade tivesse que ser alcançada como uma prática e projeto individual.

Referências

ANDRADE, Marcelo. *É a educação um direito humano?* Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. Revista de Educação (36), Porto Alegre, 2013, pp. 21-27.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*. Educação Sociológica (33), Campinas, 2012, pp.715-726.

DIAS, Luciana de Oliveira & ALMEIDA, Lyziê Inácio. *Eu, empregada doméstica*: heranças, resistências e enfrentamentos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Revista Tessituras (9), Pelotas, 2021, pp 8 -31.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade cultural*: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil. IPEA. 2019. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9 >. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos*. CEBRAP, n. 86, p. 93–103, 2010.

KOFES, Suely. Mulher. Mulheres: Identidade, Diferença e Desigualdade na relação entre patroas e empregadas. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

MELO, Hildete P. e CASTILHO, Marta. *Trabalho reprodutivo*: quem faz? Rev. Economia Contemporânea (13). Rio de Janeiro, 2009, pp. 135-158.

MHYRRA, L. LIMA, L. C. CARVALHO, H. *Inovações jurídicas da PEC 72/2013 e seu impacto no processo de formalização das trabalhadoras domésticas nordestinas*. Análise e Dados (25), Bahia, 2015, pp. 641-655.

SABOIA, Ana Lúcia. *As meninas empregadas domésticas: uma caracterização socioeconômica*. Rio de Janeiro, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 - 99, 1995.

VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e Projeto. In: *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Jorge Zahar: rio de Janeiro, 1994

Education as a bridge to dignity: an ethnographic account of the role of education in the trajectory of domestic workers in Natal, Rio Grande do Norte

ABSTRACT. Education is a much broader process than formal school practices. Therefore, it is crossed by several instances of daily life, such as gender, class, race, work, family, among others. Education also crosses the lives of women who work as domestic workers. Therefore, this work aims to ethnographically investigate the educational processes based on the trajectory of three women who work as domestic workers in Natal, Rio Grande do Norte.

KEYWORDS. Anthropology and education. Domestic employment. Educational practices. Gender.

Adara PEREIRA DA SILVA

Doutoranda e Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Pesquisadora Capes. Atualmente desenvolve pesquisas acerca do trabalho doméstico em uma perspectiva do Gênero e Estado

Membro do corpo Editoral da Revista Equatorial

Recebido em: 20/05/2023

Aprovado em: 02/01/2025

ISSN 2525-6904

RESENHA

Marlene Wayar (2021). Furia Travesti: Diccionario de la T a la T. Buenos Aires: Paidós

Cristian Darouiche, *Universidad Nacional de Mar del Plata - Universidade Federal de Santa Catarina*

Introducción

Marlene Wayar es travesti, Psicóloga Social por la Universidad de las Madres de Plaza de Mayo, activista por los derechos humanos, y además es una de la más reconocida activista travesti de Argentina: creó el primer periódico latinoamericano travesti "El teje", fue presidenta de la organización "FuturoTransgénero", y formó parte del Frente por la Ley por la Ley Identidad de Género, con sus discrepancias, argumentando que en su documento ella no quería la "F" de Femenino, sino quería la T, de Travesti. Ese gesto identitario era reparador para su historia, para sus vínculos, para sus amigas, y para toda una generación que había sido violentada y excluida de la sociedad por el solo hecho *ser travesti*. Además, proponía ese reconocimiento como una reapropiación pública y política de esa identidad tan maltratada y estigmatizada

Furia Travesti: Diccionario de la T a la T, es el segundo libro de Marlene (además de sus innumerables escritos teóricos publicados en diferentes revistas académicas). Es una segunda edición (mejorada y ampliada) de aquella primera publicación realizada en el año 2019. Este libro podría pensarse como una continuidad de la autora en su apuesta por crear una teoría travesti/trans latinoamericana (Wayar, 2019) que pone en foco la experiencia biográfica y que además propone pensar el mundo desde la experiencia trans/travesti. En este diccionario, Wayar lo que intenta hacer es esbozar algunas definiciones sobre aquellas palabras y términos comunes para varias personas de la comunidad LGTBIQ+ (Lesbianas, Gays, Trans*/Travestis, Queers, Intersexuales), pero lo hace desde una mirada travesti, articulando obviamente diferentes autoras del campo del feminismo y los estudios *queer*, y centrándose principalmente en la experiencia de su propia comunidad.

Este libro viene a dialogar con varias producciones teóricas -y políticas- del campo de académico, principalmente con aquellas que intentan establecer definiciones sobre las identidades trans y travestis. Es decir, Wayar va a relaborar aquellas definiciones de la academia (argentina sobre todo), poniendo principal eje en la voz de las propias sujetas. Pero vale la pena aclarar, no desde un lugar puramente experiencial, sino con una articulación teórica, recuperando autoras latinoamericanas como Claudia Rodriguez, Susy Schock, entre otras. Es decir, este libro abre juego, y propone repensar las categorías con las que el campo de estudios de género y sexualidades está pensando las identidades de género y sus categorías.

Un comentario interesante de esta edición es que cuenta con el prólogo de la reconocida escritora travesti argentina Camila Sosa Villada, ganadora de varios premios internacionales por sus novelas *Las malas* (Sosa Villada, 2019). Sosa Villada en ese prologo celebra la publicación de este libro remarcando la diferencia entre este diccionario y los diccionarios tradicionales, afirmando que "los diccionarios eran un lugar [...] El diccionario de Marlene, todo lo contrario. Es un terreno inseguro donde todo lo sabido se refuta o al menos se pone en duda" (Sosa Villada, 2021 p. 17), remarcando que las definiciones que vamos encontrar en este libro no son definiciones absolutas y cerradas, sino que son esbozos, que se ponen en circulación y en debate, para que además las nuevas generaciones puedan reapropiárselas y puedan conocer el lenguaje de aquellas *históricas* que las precedieron.

De la T a otras letras

Adentrándonos en el libro podemos ver que el mismo propone varias entradas sobre la definición de travesti: *Travestis, travestis (nosotras), travestis (yo), travesti (nombre propio), travesti (origen teatro francés), travesti (origen y comparsa), travesti (origen precolombino), travesti (del positivismo al orgullo), travesti (categoría política), travesti (identidad cloacalizada), travesti (flor silvestre), travesti (estrategas), travesti (sostén del hogar), travesti (materinidad), trava madrina, trava artista, trava activista, trava internacional, trava peluquera, trava proxeneta, trava traductoras, trans/transexual, transgénero*. Lo que intenta hacer con estas entradas es poner en disputa la definición del término travesti, recuperando la historia desde nuestra geografía latinoamericana, como a su vez, intenta recuperar los espacios de libertad en donde las travestis y trans podían ser visibles (comparsas y carnavales). A su vez recupera la definición de Lohana Berkins,[1] una de las grandes activistas de Argentina, quien afirmaba que muchas veces la identidad travesti, era una identidad cloacalizada, refiriéndose a que ser travesti, pre ley de identidad de género, era ser parte de la marginación social: sin acceso a derechos básicos como la identidad, la salud y la educación. Por otro lado, Wayar, en un gesto interesante, recupera los vínculos de parentesco que eran

[1] Lohana Berkins fue una activista argentina. Fue presidenta de A.L.I.T.T. (Asociación de la Lucha por la Identidad Travesti). A su vez escribió y coordino los dos primeros informes sobre las condiciones de vida de las personas travestis, transexuales y transgénero en el año 2005 y 2007. Falleció en el año 2016.

creados entre las personas trans y travestis en medio de la exclusión familiar, refiriéndose -y definiendo- a las madres y las madrinas travestis.

Otras de las entradas interesantes del libro (dentro de la letra "T"), son *Tetas, Tetas (yo quiero mis tetas), Tetas (hormonas), Tetas (robadas), Tetas (siliconas), Tetas (sin)*. En estas definiciones Wayar lo que intenta recuperar es las historias y debates de las formas de construcción corporal de las mujeres trans y travestis, prestándole principal atención a las prácticas de inyección de siliconas liquidas (que tantas complicaciones de salubridad trajo y trae) y los accesos de los tratamientos hormonales. Es así que pone en tensión "las tetas" como un eje de debate teórico y político en el nombramiento de la identidad travesti. Esto recuerda mucho a los planteos realizados por Bruno Barbosa (2010) en donde el autor muestra las definiciones de travestis y transexuales basadas en algunas transformaciones corporales. Sin embargo, Wayar, abre el juego -y las definiciones- explicando las limitaciones de las definiciones. Interesa resaltar las implicancias que tiene abrir categorías en los debates teóricos.

Luego encontramos otras letras (y obviamente otras entradas): *amores, autoestima, chongos, cupo trans, extractivismo, furia, identidad, memoria,* entre otras, intentando mostrar a la sociedad, en primer lugar, las estrategias políticas del colectivo travesti/trans argentino, pero, además, readecuando esos términos, como el amor y la autoestima a la experiencia social de las travestis. Este es el punto más interesante del libro, o mejor dicho diccionario, aquellos términos que tan definidos tenemos las personas cis, en las experiencias trans/travestis cobran un nuevo significado, muchas veces subvirtiendo el sentido o haciendo una reapropiación lingüística.

Fiel a su estilo, Marlene, en el libro, recupera también a activistas como Lohana Berkins, Susy Shock,[2] Diana Sacayán,[3] Nadia Echazú[4] hablándoles epistolarmente y recordando la lucha colectiva que han contribuido no sólo a la creación y aprobación de la Ley de Identidad de Género en Argentina, sino también a otras garantías políticas como el acceso al trabajo, la salud y la educación.

[2] Cantante y poeta argentina.
[3] Activista argentina, creadora de la Ley de Cupo Laboral Trans en la Provincia de Buenos Aires y asesinada en el año 2015.
[4] Activista argentina fallecida en el año 2004.

Consideraciones finales

Sin lugar a dudas este diccionario es una herramienta política para las identidades trans y travestis, pero, además, es una herramienta teórica para quienes decidimos construir conocimientos en el campo de los estudios de género y sexualidades, no sólo porque nos acerca a la lengua de los activismos, sino también porque nos brinda las herramientas epistemológicas para la solidificación del proyecto de construcción de una teoría trans/travesti latinoamericana. Esta teoría es una forma de construcción del conocimiento desde nuestras geografías. Es decir, ya no necesitaríamos recuperar conceptos como *queers y/o transgender,* ahora podríamos hablar una nueva lengua y proponer nuevas categorías para pensar nuestras realidades y nuestras particularidades.

Una de las limitaciones del libro, y tal vez se esté pensando, es qué lugar estaría ocupando la categoría "mujer trans" y cuál es su relación con el campo de los feminismos. ¿Será que la categoría travesti ahora ocupa un lugar teórico -y político- mientras que en lo cotidiano emerge una nueva forma de autodenominarse, para unir fuerzas con otros colectivos? Esto es algo que Wayar en su libro no lo trabaja, y que por ahí sería interesante comenzarlo a debatir.

Referências

BARBOSA, B. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorías travestis e transexual.** Dissertação de mestrado, Universidade de São Pablo, 2010.

SOSA VILLADA, C. ***Las malas***. Buenos Aires: Tusquets, 2019

SOSA VILLADA, C. Prologo. En WAYAR, M. **Furia travesti: diccionario de la T a la T**. Buenos Aires: Paidós, 2019.

WAYAR, M. ***Travesti. Una teoría lo suficientemente buena.*** Buenos Aires: Muchas Nueces, 2019

Cristian DAROUICHE,
Universidad Nacional de Mar del Plata. CONICET. Bolsista CAPES "Move la América" Programa de Pós-graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC).
https://orcid.org/0000-0002-1502-5759

Recebido em: 02/06/2025
Aprovado em: 07/06/2025

Apoios

CNPq

30 anos 1991 - 2021 nigs.ufsc.br

IUAES Commission of Global Feminisms and Queer Politics